



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

LUCAS ARAÚJO MONTE

A ONDA AZUL NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil.

Brasília – DF

2022

LUCAS ARAÚJO MONTE

**A ONDA AZUL NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Negri.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Brasília – DF

2022

LUCAS ARAÚJO MONTE

**A ONDA AZUL NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Camilo Negri

Orientador – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Prof. Dr. Daniel Bin

Membro Interno – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Prof. Dr. Francisco José Mendes Duarte

Membro Externo – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Prof. Dr. Flávio Marcelo Busnello

Membro Externo – Instituto Federal de Santa Catarina/IFSC

Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro

Suplente – Departamento de Estudos Latino-Americanos/UNB

Brasília/DF, 05 de julho de 2022.

DEDICATÓRIA

Ao Pedro, que mudou minha forma dar sentido à vida e ampliou a minha compreensão sobre o Amor.

AGRADECIMENTOS

“Ninguém faz nada sozinho!”. Essa frase retrata muito bem o desenvolvimento deste trabalho. A trajetória de uma tese de doutorado, por mais que represente um momento de (auto) teste, de individualidade e, muitas vezes, de solidão, somente se torna possível a partir do apoio direto e indireto de muitas pessoas. Esse aporte por vezes é consciente, outras, inconsciente. Em determinadas situações vem da família, dos amigos, colegas de curso e pessoas próximas. Em outras ocasiões se consolida em profissionais, professores e nos servidores que prestam o suporte acadêmico. Mas esse longo caminho da tese não seria possível sem a contribuição de tantos autoras e autores que se debruçaram sobre diversos assuntos afins e que trilharam caminhos que possibilitaram que a pesquisa pudesse avançar em vários sentidos. E, por fim, uma jornada de doutorado envolve uma parceria, envolvimento e direcionamento por parte do orientador. Mesmo sob o risco de cometer alguma injustiça, vou nomear as pessoas que mais eu devo os agradecimentos (exceto as autoras e autores, porque senão seria uma nova referência bibliográfica...rs.).

Agradeço, primeiramente, à Deus! Princípio e fim de todas as coisas.

À Ana Lívia, minha amada esposa, que tanto me apoiou em todas as etapas desse doutorado. Sempre se fez presente e disposta a me ajudar. Me deu suporte emocional e familiar nos momentos necessários. Partilhou comigo (voluntariamente) muitas das renúncias que o doutorado exige. Te amo!

Ao Pedro, meu filho querido, que nasceu enquanto eu estava no início do doutorado, e que nunca conheceu a versão do seu pai totalmente “disponível” (exceto em momentos de férias...rs.). Acho que você nem tem noção, mas conseguia renovar as minhas energias diariamente (quando eu achava que não as tinha mais) quando eu chegava em casa cansado, e você fazia uma super festa e sempre me fazia uma proposta: “Vamos brincar?”.

Aos meus pais, Zezé e Osmar, entusiastas da educação. Pelo incentivo, desde muito pequeno, a me dedicar aos estudos, e por me propiciar o que estava ao alcance deles, mesmo que, muitas das vezes, significasse abrir mão do próprio bem estar deles. E, também, pelo apoio incondicional, amor e referência de vida.

Aos meus irmãos, sobrinhos, familiares e amigos, pelo incentivo, amor e por entender a minha ausência em muitos momentos.

Aos meus colegas de doutorado que se dispuseram também a trilhar essa jornada. O compartilhamento de emoções, ansiedades, medos, frustrações, alegrias, conquistas, erros e acertos foram essenciais para tirar um pouco o peso desse longo caminho. Sem dúvidas, os que

mais partilharam desses sentimentos foram a Adriana, a Kaithy, o Felipe e o Leandro. Obrigado! Aprendi muito com vocês!

À Cecília e à Raquel, servidoras lotadas na Secretaria do PPG do Departamento de Estudos Latino-Americanos, que sempre me deram o suporte necessário para as questões burocráticas, com atenção, cordialidade, amabilidade e celeridade.

Ao André Luiz, meu ex-chefe, que se tornou um grande incentivador dos meus estudos, e também um amigo querido. Por ter viabilizado muitas questões no trabalho para que eu pudesse conciliá-lo com os estudos. E, mesmo quando já não era meu chefe, por ter se desdobrado para que eu pudesse realizar o doutorado sanduíche na Espanha.

À CAPES, por financiar e viabilizar o estágio doutoral na *Universidad Complutense de Madrid* dentro do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Essa etapa foi muito rica e contribuiu bastante para ampliar o meu desenvolvimento acadêmico.

À Professora Dr.^a Leticia Rodríguez, por ter me acolhido com tanto carinho e atenção na *Universidad Complutense de Madrid* e pela excelente coorientação, mesmo com tantas atribuições e agendas na UCM.

Aos meus companheiros de trabalho, por facilitarem sempre a minha organização de horário para conciliar as atividades laborais com a pesquisa acadêmica. Especialmente, ao Olegário, que sempre me apoiou e compreendeu a minha situação.

Aos professores do Departamento de Estudos Latino-Americanos, pelos ensinamentos e enorme contribuição na minha trajetória acadêmica.

À Universidade de Brasília, por demonstrar (por diversas formas) que é possível prestar um serviço público de excelência!

E, por fim, meu agradecimento especial ao Professor Dr. Camilo Negri, que desde o meu primeiro contato, ainda em novembro de 2014, se colocou à disposição para me ajudar; teve toda a paciência e dedicação para me ensinar a elaborar um projeto para participar da seleção do mestrado; e, desde então, tem sido essencial na minha trajetória acadêmica. Muito obrigado por abrir portas, por me apresentar caminhos, por me deixar desbravar novas trilhas, por me salvar quando estava perdido na trajetória e por participar ativamente da realização de um sonho! Gratidão!

EPÍGRAFE

“Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem — certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes”.

Zygmunt Bauman (extraído do livro *Em Busca da Política*, 2015).

RESUMO

MONTE, Lucas Araújo. *A Onda Azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil*. 2022. 312 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Estudos Latino-Americano, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

A presente tese se propõe a discutir a dinâmica de abertura ideológica da democracia latino-americana, contextualizada pelo crescimento da direita política na região. Nesse sentido, a pesquisa buscou responder se a hegemonia restringe a abrangência ideológica de conteúdos típicos da direita na democracia liberal latino-americana. A partir da escolha dos casos de Chile e Brasil e a construção prévia de categorias analíticas, utilizou-se da técnica metodológica de análise de discurso, para analisar todos os planos de governo dos representantes das direitas mais votados nas eleições presidenciais de ambos países, desde 1989 até 2018. A análise empírica apontou que o neoliberalismo embasa e conduz todos os programas de governo da direita, e que essa ideologia não se expressa apenas na seara econômica, mas também na esfera social. Desse modo, concluiu-se que a democracia liberal latino-americana, sob os efeitos da hegemonia, não impõe limites aos conteúdos ideológicos característicos da direita. E sim o oposto, a democracia favorece, numa disputa político-eleitoral, os conteúdos neoliberais, típicos da direita, os quais se situam no centro do espectro hegemônico da América Latina. Ademais, observou-se um predomínio de propostas baseadas na evocação de valores (atrelados ao neoliberalismo) em torno do individualismo, do empreendedorismo, da meritocracia e da competição como racionalidade social, e a opção pela preponderância de pautas baseadas na manutenção da lei e da ordem pública. Além disso, inferiu-se que a democracia latino-americana se demonstra aberta a aceitar conteúdos ideológicos vinculados à extrema direita, sem estabelecer restrições que inviabilizem a participação, no mesmo nível de igualdade com as demais propostas, em determinado sufrágio eleitoral. Por outro lado, apurou-se que a direita latino-americana, mesmo ancorada sob os postulados neoliberais, apresenta conteúdos de cunho social, típicos da esquerda, relativos à expansão do estado do bem-estar social e à distribuição de renda, para fazer frente aos próprios efeitos negativos ocasionados pelo neoliberalismo no âmbito social, de modo a minimizar, evitar e extinguir reivindicações, conflitos, revoltas e rupturas no âmbito social, e propiciar o respectivo *status quo*.

Palavras-chave: democracia, hegemonia, direita, neoliberalismo, política latino-americana.

RESUMEN

MONTE, Lucas Araújo. *A Onda Azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil*. 2022. 312 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Estudos Latino-Americano, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Esta tesis se propone discutir la dinámica de apertura ideológica de la democracia latinoamericana, contextualizada por el crecimiento de la derecha política en la región. En este sentido, la investigación buscó responder si la hegemonía restringe el alcance ideológico de los contenidos propios de la derecha en la democracia liberal latinoamericana. A partir de la elección de los casos de Chile y Brasil y la construcción previa de categorías analíticas, se utilizó la técnica metodológica del análisis del discurso para analizar todos los planes de gobierno de los representantes de la derecha más votados en las elecciones presidenciales de ambos países, desde 1989. hasta 2018. El análisis empírico señaló que el neoliberalismo sustenta e impulsa todos los programas gubernamentales de derecha, y que esta ideología no solo se expresa en el campo económico, sino también en el social. Así, se concluyó que la democracia liberal latinoamericana, bajo los efectos de la hegemonía, no impone límites a los contenidos ideológicos propios de la derecha. Por el contrario, la democracia favorece, en una disputa político-electoral, los contenidos neoliberales, propios de la derecha, que se ubican en el centro del espectro hegemónico de América Latina. Además, se observó un predominio de propuestas basadas en la evocación de valores (vinculados al neoliberalismo) en torno al individualismo, el emprendimiento, la meritocracia y la competencia como racionalidad social, y la opción por la preponderancia de agendas basadas en el mantenimiento de la ley y de el orden. Además, se infirió que la democracia latinoamericana está abierta a aceptar contenidos ideológicos vinculados a la extrema derecha, sin establecer restricciones que impidan participar, en igualdad de condiciones con las demás propuestas, en un determinado sufragio electoral. Por otra parte, se comprobó que la derecha latinoamericana, aun anclada bajo postulados neoliberales, presenta contenidos de carácter social, propios de la izquierda, relacionados con la expansión del estado de bienestar y la distribución de la renta, para enfrentar la efectos negativos causados por el neoliberalismo en el ámbito social, con el fin de minimizar, evitar y extinguir reclamos, conflictos, revueltas y rupturas en el ámbito social, y proveer el respectivo *statu quo*.

Palabras clave: democracia, hegemonía, derecha, neoliberalismo, política latinoamericana.

ABSTRACT

MONTE, Lucas Araújo. *A Onda Azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil*. 2022. 312 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Estudos Latino-Americano, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

This thesis proposes to discuss the dynamics of ideological openness of Latin American democracy, contextualized by the growth of the political right in the region. In this sense, the research sought to answer whether hegemony restricts the ideological scope of typical right-wing content in Latin American liberal democracy. From the choice of the cases of Chile and Brazil and the previous construction of analytical categories, the methodological technique of discourse analysis was used to analyze all the government plans of the representatives of the most voted right in the presidential elections of both countries, from 1989 to 2018. Empirical analysis pointed out that neoliberalism underpins and drives all right-wing government programs, and that this ideology is not only expressed in the economic field, but also in the social sphere. Thus, it was concluded that Latin American liberal democracy, under the effects of hegemony, does not impose limits on the ideological contents characteristic of the right. On the contrary, democracy favors, in a political-electoral dispute, the neoliberal contents, typical of the right, which are located in the center of the hegemonic spectrum of Latin America. Furthermore, there was a predominance of proposals based on the evocation of values (linked to neoliberalism) around individualism, entrepreneurship, meritocracy and competition as social rationality, and the option for the preponderance of agendas based on the maintenance of the law and of public order. In addition, it was inferred that Latin American democracy is open to accepting ideological content linked to the extreme right, without establishing restrictions that make it impossible to participate, at the same level of equality with the other proposals, in a given electoral suffrage. On the other hand, it was found that the Latin American right, even anchored under neoliberal postulates, presents contents of a social nature, typical of the left, related to the expansion of the welfare state and the distribution of income, to face to the negative effects caused by neoliberalism in the social sphere, in order to minimize, avoid and extinguish claims, conflicts, revolts and ruptures in the social sphere, and provide the respective *status quo*.

Keywords: democracy, hegemony, right wing, neoliberalism, Latin American politics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias analíticas utilizadas pelo MPG (MARPOR) para a distinção de direita e esquerda	129
Quadro 2 – Dimensões utilizadas por Wiesehomeier e Benoit para a distinção de direita e esquerda	130
Quadro 3 – Categorias analíticas para a distinção de direita e esquerda.....	137
Quadro 4 – Significados das categorias analíticas para a distinção de direita e esquerda	138
Quadro 5 – Planos de governo da direita chilena (1989-2017) mais votado em cada pleito eleitoral	142
Quadro 6 – Planos de governo da direita brasileira (1989-2018) mais votado em cada pleito eleitoral	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas dos planos de governo da direita chilena.....	191
Gráfico 2 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais dos planos de governo da direita chilena.....	193
Gráfico 3 – Relação direita-esquerda dos planos de governo da direita chilena.....	194
Gráfico 4 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas dos planos de governo da direita brasileira	243
Gráfico 5 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais dos planos de governo da direita brasileira	245
Gráfico 6 – Relação direita-esquerda dos planos de governo da direita brasileira.....	246
Gráfico 7 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas – planos de governo das direitas de Chile e Brasil	250
Gráfico 8 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais – planos de governo das direitas de Chile e Brasil	256
Gráfico 9 – Relação comparativa direita-esquerda dos planos de governo das direitas de Chile e Brasil – 1989-2018	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1989	151
Tabela 2 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Büchi (IND.) – 1989	153
Tabela 3 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1993	156
Tabela 4 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Alessandri (IND.) – 1993 ..	158
Tabela 5 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 1999-2000.....	161
Tabela 6 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Lavín (UDI) – 1999-2000..	164
Tabela 7 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2005-2006.....	167
Tabela 8 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (RN) – 2005-2006 ..	170
Tabela 9 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2009-2010.....	173
Tabela 10 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (RN) – 2009-2010	176
Tabela 11 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2013	179
Tabela 12 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Matthei (UDI) – 2013	182
Tabela 13 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2017	185
Tabela 14 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (Ind.) – 2017	189
Tabela 15 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 1989	200
Tabela 16 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Collor (PRN) – 1989.....	204
Tabela 17 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1994	208
Tabela 18 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – FHC (PSDB) – 1994.....	211
Tabela 19 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1998	214
Tabela 20 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – FHC (PSDB) – 1998.....	216
Tabela 21 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2002	219
Tabela 22 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Serra (PSDB) – 2002	221
Tabela 23 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2006	223
Tabela 24 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Alckmin (PSDB) – 2006..	225
Tabela 25 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2010	228
Tabela 26 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Serra (PSDB) – 2010	230
Tabela 27 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2014	233
Tabela 28 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Aécio Neves (PSDB) – 2014	235
Tabela 29 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2018	238
Tabela 30 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Bolsonaro (PSL) – 2018 ..	241

Tabela 31 – Resultado das categorias econômicas dos planos de governo da direita do Chile	248
Tabela 32 – Resultado das categorias econômicas dos planos de governo da direita do Brasil	248
Tabela 33 – Resultado das categorias sociais dos planos de governo da direita do Chile	251
Tabela 34 – Resultado das categorias sociais dos planos de governo da direita do Brasil ...	252

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- ANR-PC – Asociación Nacional Republicana-Partido Colorado
- AFP – Administradora de Fondo de Pensión
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- AUGE – Plan de Acceso Universal a Garantías Explícitas
- AVP – Acuerdo de Vida en Pareja
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CODELCO – Corporación Nacional del Cobre de Chile
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CREO – Movimiento Creando Oportunidades
- DC – Democracia Cristiana
- DEM – Democratas
- DFG – Deutsche Forschungsgemeinschaft (Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa)
- DRU – Desvinculação de Receitas da União
- EBES – Estado do Bem-Estar Social
- ENAMI – Empresa Nacional de Minería de Chile
- EVÓPOLI – Partido Evolución Política
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FONASA – Fondo Nacional de Salud
- FREDEMO – Frente Democrático
- FSE – Fundo Social de Emergência
- GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis
- IC – Izquierda Cristiana
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INJUV – Instituto Nacional de la Juventud
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
- ISAPRES – Instituciones de Salud Provisional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPD – Manifesto Project Database

MPF – Ministério Público Federal

MRG – Manifesto Research Group

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAIS – Alianza Patria Altiva i Soberana

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCCh – Partido Comunista do Chile

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristiano

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal de Chile

PL – Partido Liberal (do Brasil)

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PN – Partido Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPD – Partido por la Democracia

PPK – Peruanos Por el Kambio

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRI – Partido Regionalista Independiente
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRO – Partido Progresista (Chile)
PRO – Propuesta Republicana (Argentina)
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PRSD – Partido Radical Socialdemócrata
PS – Partido Socialista do Chile
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
RILE – Left-Right Scale
RN – Renovación Nacional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAMA – Servicio Nacional del Adulto Mayor
SENDA – Servicio Nacional para la Prevención y Rehabilitación del Consumo de Drogas y Alcohol
SERVEL – Servicio Electoral de Chile

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS – Sistema Único de Saúde

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDI – Unión Demócrata Independiente

UE – União Europeia

UP – Unidad Popular

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO	21
2 – OS LIMITES DAS DISPUTAS IDEOLÓGICAS NO JOGO DEMOCRÁTICO.....	34
2.1 – A democracia dos antigos.....	36
2.1.1 – A pólis ateniense	36
2.1.2 – A república romana.....	39
2.1.3 – Outras experiências democráticas.....	41
2.2 – A democracia nos dias de hoje.....	42
2.2.1 – As bases liberais.....	42
2.2.2 – A prevalência da democracia procedimental	52
2.2.3 – Em busca de uma democracia participativa.....	62
2.3 – O individualismo e a neutralidade na democracia procedimental.....	70
3 – A INFLUÊNCIA DA HEGEMONIA NA DISPUTA DEMOCRÁTICA	75
3.1 – Origens e as variações conceituais da ideologia	77
3.2 – As principais vertentes da ideologia.....	79
3.2.1 – Significado forte	80
3.2.2 – Significado fraco.....	83
3.3 – Ideologia e Hegemonia: os aportes de Gramsci	89
3.3.1 – O conceito de ideologia em Gramsci	89
3.3.2 – A hegemonia sob a ótica gramsciana.....	92
3.4 – A ideologia sob a perspectiva política	97
3.4.1 – Liberalismo	106
3.4.2 – Socialismo.....	106
3.4.3 – Conservadorismo	107
4 – DIREITA E ESQUERDA DENTRO DE UM AR DE FAMÍLIA	110
4.1 – Origens da díade direita-esquerda	112
4.2 – As principais ressignificações ao longo do tempo	115
4.2.1 – Uma perspectiva ampla e global	115
4.2.2 – As transformações da díade na América Latina	119
4.3 – Direita e esquerda numa perspectiva teórica	123
4.3.1 – Uma discussão conceitual contemporânea em favor da díade.....	124
4.3.2 – Argumentos contrários ao protagonismo do binômio.....	132
4.4 – Categorias analíticas em torno da Direita e Esquerda de Chile e Brasil.....	134
5 – ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DA DIREITA CHILENA	140
5.1 – Corpus da pesquisa e procedimentos metodológicos.....	141

5.1.1 – Corpus da pesquisa	141
5.1.2 – Procedimentos metodológicos	142
5.2 – A ruptura democrática no Chile	146
5.3 – Os planos de governo do Chile	149
5.3.1 – Eleições de 1989 – Hernán Büchi.....	149
5.3.2 – Eleições de 1993 – Arturo Alessandri	154
5.3.3 – Eleições de 1999/2000 – Joaquín Lavín	160
5.3.4 – Eleições de 2005/2006 – Sebastián Piñera	165
5.3.5 – Eleições de 2009/2010 – Sebastián Piñera	171
5.3.6 – Eleições de 2013 – Evelyn Matthei	177
5.3.7 – Eleições de 2017 – Sebastián Piñera.....	183
5.4 – Comparação dos planos de governo chileno	189
6 – ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DAS DIREITAS BRASILEIRA	195
6.1 – A ditadura militar.....	195
6.2 – Os planos de governo do Brasil	198
6.2.1 – Eleições de 1989 – Fernando Collor.....	198
6.2.2 – Eleições de 1994 – Fernando Henrique Cardoso.....	206
6.2.3 – Eleições de 1998 – Fernando Henrique Cardoso.....	212
6.2.4 – Eleições de 2002 – José Serra.....	217
6.2.5 – Eleições de 2006 – Geraldo Alckmin	222
6.2.6 – Eleições de 2010 – José Serra.....	226
6.2.7 – Eleições de 2014 – Aécio Neves.....	231
6.2.8 – Eleições de 2018 – Jair Bolsonaro	236
6.3 – Comparação dos planos de governo brasileiro	241
7 – COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS DIREITAS DE CHILE E BRASIL: O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA LIBERAL NO CENTRO DA HEGEMONIA	247
7.1 – Comparação dos planos de governo das direitas chilena e brasileira.....	248
7.2 – Considerações prévias acerca do neoliberalismo.....	260
7.2.1 – A defesa da propriedade e o liberalismo econômico	260
7.2.2 – O neoliberalismo.....	265
7.3 – O centro do espectro político-ideológico da América Latina.....	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	294

1 – APRESENTAÇÃO

A presente tese se propõe a pautar um debate em torno da dinâmica ideológica da democracia latino-americana em relação às possibilidades de disputa dos conteúdos tipicamente identificados com a direita política¹. Parte-se da premissa que, dentro de um sistema político pluralista, isto é, apto a receber conteúdos de diferentes gêneros ideológicos, a neutralidade seja um dos atributos característicos da democracia liberal, e, por essa razão, não há o favorecimento ou limitação de qualquer tipo de proposta. Porém, este trabalho apresentará argumentos contrários a esse pressuposto, sugerindo que os conteúdos neoliberais, típicos de direita, possuem, pelos efeitos da hegemonia (sob a perspectiva de Gramsci), uma compatibilidade com o sistema democrático liberal, que, por consequência, prejudica o caráter de espaço neutro de disputa político-ideológica.

As democracias de vários países latino-americanos sofreram rupturas² por meio de golpes militares, especialmente nas décadas de 1960 e 70. A partir da década de 1980, com o fim do ciclo dos governos ditatoriais e o início da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1993), as novas esquerdas latino-americanas abandonaram o caráter revolucionário e se converteram ao jogo democrático (FORCHERI, 2004). Da mesma forma, as direitas buscaram se afastar da imagem autoritária das ditaduras e adentraram no novo contexto respeitando as conquistas das novas democracias. Na maioria dos países, a abertura democrática manteve ou conduziu para políticas neoliberais postuladas pelo *Conselho de Washington*, nas décadas de 1980 e 90.

A implementação dessas políticas neoliberais, na América Latina, foi levada à cabo por agremiações políticas identificadas com a direita ou por alianças políticas³ cuja composição era marcadamente de partidos mais próximos à direita. Em alguns países da região a implantação dos postulados neoliberais conseguiu, num curto prazo, estabilizar a inflação e, até

¹ Em certa medida, a presente tese se torna uma continuação das discussões desenvolvidas no mestrado acadêmico em Ciências Sociais concluído pelo autor, cujo objeto de pesquisa se centrou nas mudanças ideológicas ocorridas na direita peruana entre as eleições de 2011 e 2016, utilizando-se como referência as respectivas postulações de Pedro Pablo Kuczynski para o cargo de presidente da República (MONTE, 2018).

² A Doutrina de Segurança Nacional estabelecida pelo Governo dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, previa ações dentro e fora do seu país visando combate a *ameaça comunista*.

³ Casos como o de Carlos Menem na Argentina, que eleito em 1989 pelo *Partido Judicialista* (Peronista) – mesmo de Néstor e Cristina Kirchner – realizou um trânsito à direita; e o de Alberto Fujimori (*Cambio 90*) no Peru, que durante toda sua campanha era contra as medidas neoliberais defendidas pelo representante da direita, Vargas Llosa (FREDEMO), e, após eleito, com o apoio dos parlamentares do FREDEMO implantou tais postulados.

mesmo, impulsionar o crescimento econômico. Os efeitos iniciais do neoliberalismo na esfera econômica, entretanto, não se refletiram na seara social. Pelo contrário, muito dos problemas sociais e estruturais ora existentes nos países latino-americanos foram potencializados, com destaque para a desigualdade socioeconômica. Ademais, as crises econômicas iniciadas em outras partes do mundo reverberaram com um grande impacto nos países da região, denotando a fragilidade do sistema neoliberal nos países subdesenvolvidos. A promessa de que os benefícios para o bem-estar social da população seriam obtidos a partir das políticas neoliberais não se cumpriu.

Com as crises econômica e social advindas do neoliberalismo, houve sucessivas vitórias eleitorais de governos identificados com a esquerda⁴ na América Latina – na chamada *onda rosa*⁵ –, marcando uma nova dinâmica de reconfiguração do espectro político-ideológico da região. Por mais que esses governos tenham, em maior ou menor medida, avançado na instituição de políticas sociais⁶, não lograram implementar uma alternativa aos postulados neoliberais na economia. A adoção de medidas pontuais para fazer frente ao neoliberalismo (THWAITES REY; OUVIÑA, 2018) não foram suficientes para tirar o seu protagonismo⁷. Os países que ousaram agir de uma maneira mais veemente tiveram uma resposta firme das grandes corporações e das nações do norte global, cujas consequências imediatas foram o aumento da inflação e a perda do valor da moeda nacional no mercado global⁸.

Assim, em maior ou menor medida, o neoliberalismo tem balizado a condução econômica dos países latino-americanos, independente da orientação ideológica dos respectivos governantes eleitos. Além dos aspectos econômicos, observa-se, na América Latina, uma contínua expansão dessa ideologia para a esfera social. Esse avanço não se restringe somente às políticas originadas a partir do Estado, mas demonstra, cada vez mais, um crescimento, disseminação e entranhamento desses valores na visão de mundo da população da região por

⁴ Hugo Chávez na Venezuela (1998, 2006 e 2012); Lula no Brasil (2002 e 2006); Néstor Kirchner na Argentina (2003); Tabaré Vázquez no Uruguai (2004 e 2014); Evo Morales na Bolívia (2005, 2009 e 2014); Manuel Zelaya em Honduras (2005); Michele Bachelet no Chile (2006 e 2014); Daniel Ortega na Nicarágua (2006, 2011 e 2016); Rafael Correa (2006; 2009 e 2013); Cristina Kirchner na Argentina (2007 e 2011); Álvaro Colom no Guatemala (2007); Fernando Lugo no Paraguai (2008); Mauricio Funes em El Salvador (2009); José Mujica no Uruguai (2009); Dilma Rousseff no Brasil (2010 e 2014); Ollanta Humala no Peru (2011); Nicolás Maduro (2013); Luís Guillermo Solís na Costa Rica (2014); Sánchez Cerén em El Salvador (2014); Lenín Moreno no Equador (2017).

⁵ Uma observação mais atenta dos seus programas de governo e discursos evidenciam uma variedade ideológica. Em alguns casos apresentam aspectos contraditórios e, em outros, diferem até mesmo das definições tradicionais de esquerda. Talvez, por essa razão, alguns autores, ao agrupar esses governos de uma forma genérica utilizam a expressão *governos progressistas*.

⁶ Entendida como as políticas públicas (positivas) que tenham como objetivo a manutenção e criação de bens e serviços à população em diversas áreas, como educação, saúde, moradia, assistência social, previdência social, trabalho, transporte, moradia, alimentação, combate à pobreza etc.

⁷ É provável que o único caso contrário tenha sido o da Venezuela.

⁸ A exemplo de Argentina e Venezuela.

diversos canais de difusão. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) apontam que o neoliberalismo é uma racionalidade que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, com a capacidade de reconfigurar o modo de pensar e agir dos indivíduos.

No entanto, após quase duas décadas de predominância de governos identificados como de esquerda⁹ na maior parte dos países latino-americanos, as vitórias de candidatos de direita apontam para uma nova e significativa configuração do espectro político-ideológico na região, com o destaque para a retomada de programas de governo mais comprometidos com a agenda neoliberal.

O marco dessa latente *guinada à direita* foi a eleição de Horacio Cartes – do *Partido Colorado* (de inclinação conservadora de direita) – para a Presidência da República Paraguai, em 2013, após o golpe parlamentar sumário sucedido em 2012, que ocasionou a deposição do então Presidente (de direcionamento político de esquerda) Fernando Lugo (ROSENMANN, 2013). Tal tendência se manteve no Paraguai¹⁰ e prosseguiu na Argentina¹¹, Peru¹², Chile¹³, Uruguai¹⁴, Brasil¹⁵ e Equador¹⁶ – bem como em outros países da região –, além do crescimento da direita em países que eram caracterizados por uma predominância hegemônica da esquerda, como Venezuela e Bolívia (ARAÚJO, 2013). Embora a esquerda tenha retornado recentemente ao poder em países como Argentina, em 2019, e Chile, em 2022, não teve o mesmo respaldo no legislativo como outrora. Em ambos os casos, não obteve a maioria na Câmara e no Senado, necessitando formar alianças para compor a maioria simples¹⁷ e dependendo exclusivamente da direita para qualquer aprovação que necessite de maioria qualificada.

Nesse sentido, observa-se que, por quatro anos seguidos, o instituto de pesquisa *Latinobarómetro* registrou um aumento do número de latino-americanos que se disseram de direita em relação ao espectro ideológico. Em 2016¹⁸, essa indicação representou 28% da

⁹ O Capítulo 4 apresenta uma discussão quanto à definição de esquerda e de direita utilizada neste trabalho.

¹⁰ Com a eleição de Mario Abdo Benítez (ANR-PC), em 2018, para a presidência da República paraguai.

¹¹ A partir da vitória de Mauricio Macri (PRO), em 2015, nas eleições presidenciais da Argentina

¹² Pela eleição de Pedro Pablo Kuczynski (PPK), em 2016, para o cargo de presidente da República do Perú.

¹³ Com a vitória de Sebastián Piñera (*Chile Vamos*), em 2017, para a presidência da República chilena.

¹⁴ A partir da eleição de Luís Lacalle Pou (PN), em 2019, para a presidência da República do Uruguai.

¹⁵ Após o golpe parlamentar sofrido pela presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018.

¹⁶ Lenín Moreno (*Alianza PAIS*) foi eleito, em 2017, no 2º turno pela agremiação do seu antecessor, Rafael Correa, por uma diferença de cerca de 2% dos votos válidos. Mas rompeu com o ele, e se aproximou da direita. Em 2021, o banqueiro Guilherme Lasso (CREO) venceu as eleições ratificando a presença da direita no poder.

¹⁷ A direita chilena, após as eleições parlamentárias de 2021, obteve 25 cadeiras das 50 existentes no Senado. Portanto, nesse caso, a esquerda, mesmo com as alianças, não obtém a maioria simples sem o respaldo da direita.

¹⁸ Nas edições posteriores o Instituto *Latinobarómetro* não apurou mais a inclinação (auto posicionamento) dos entrevistados em relação à díade direita-esquerda.

amostra (enquanto representava 19% no ano de 2011). Em contrapartida, a quantidade de entrevistados que se disseram de esquerda caiu e, no mesmo ano, chegou a 20% (LATINOBARÓMETRO, 2016, p. 38-39). Após o último ciclo de ditaduras militar na região, manifestar a adesão política-ideológica à direita não era bem vista, entretanto, a referida pesquisa apontou um aumento considerável de cidadãos que se autodefinem como de *direita*.

Além do crescimento da direita na região, observa-se o surgimento de movimentos, candidatos e partidos políticos vinculados à extrema direita. Embora seja um fato ainda recente na América Latina, e se apresente em diferentes gradações em cada país, denota a ampliação do campo ideológico em torno da direita. As características da extrema direita, na América Latina, também, são distintas de acordo com o respectivo Estado. Porém, de uma maneira em geral, são vinculadas a um conservadorismo baseado em valores morais e costumes, incluindo os de caráter religioso, ao empoderamento das forças de segurança estatal e às críticas ao sistema político-democrático (SEVERO; CAMPOS, 2020).

Nesse sentido, como objeto de estudo, optou-se por analisar os casos chileno e brasileiro. Na oportunidade do início da presente pesquisa, estes eram os últimos países sul-americanos que haviam eleitos candidatos identificados com a direita para a presidência da República. Em 17 de dezembro de 2017, Sebastián Piñera venceu a disputa presidencial do Chile, por uma coalisão de partidos de direita, para suceder Michelle Bachelet, de posicionamento político-ideológico de esquerda. Em quase 30 anos da redemocratização chilena, essa foi apenas a segunda vez que um representante da direita logrou ser eleito como presidente do país. Além disso, a escolha por investigar o caso chileno se fundamentou por ser considerada uma das democracias melhores estabelecidas na América Latina (LUNA; ZECHMEISTER, 2005, p. 413; LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 30-31).

Em 28 de outubro de 2018, no Brasil, houve eleição do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, para a presidência da República, sucedendo Michel Temer, que assumiu o posto após o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff¹⁹ (SOUZA, 2016), de posicionamento político-ideológico de esquerda. O caso brasileiro diz respeito ao primeiro presidente da República identificado com a extrema direita eleito no contexto da terceira onda democratização na região (HUNTINGTON, 1993). Além disso, trata-se da maior democracia

¹⁹ A ex-presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, foi destituída do cargo, em 31/08/2016, após um processo de *impeachment*, cujas motivações materiais estavam alheias aos reais motivos da sua destituição (SOUZA, 2016). Os indícios, nesse sentido, aumentaram nos anos posteriores após diversas delações no âmbito da Operação Lava Jato. Ambas questões são abordadas no Capítulo 6.

em número de eleitores e eleitos da América Latina e os posicionamentos e desdobramentos da política brasileira têm o poder de influenciar outros países da região.

Por mais que as discussões em torno da direita e esquerda e das grandes ideologias políticas que as conformam tenham sido colocadas num segundo plano nos últimos anos – tendo a pauta política sido formada pelos critérios de viabilidade eleitoral e governabilidade –, observa-se que, tanto as macroideologias, como a reorganização destas dentro da díade direita-esquerda, voltaram, nos dias atuais, a se tornar a referência de conjuntos de ideias e valores para a sociedade. Assim, direita e esquerda, apesar de se ressignificarem ao longo do tempo, continuam balizando a esfera política (ALCÁNTARA, 2004; COLOMER; ESCATEL, 2005; ALTMAN *et al.*, 2009; WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2009; ZECHMEISTER; CORRAL, 2010), e, pelo vínculo intrínseco com a dinâmica hegemônica²⁰, apresentam as transformações dos valores sócio-políticos e econômicos de uma sociedade (INGLEHART; KLINGEMANN, 1976; CARREIRÃO, 2002; SINGER, 2002; INGLEHART; WELZEL, 2009; AMES; SMITH, 2010; MEDINA, 2015).

No atual período democrático latino-americano, ainda curto e incerto, as guinadas à esquerda (*onda rosa*) e à direita (*onda azul*) e os significados associados a estes marcadores ideológicos ainda carecem de pesquisas que busquem compreender a dinâmica das ressignificações ideológicas, sobretudo, da direita; visto que a grande parte dos estudos de análise das ideologias políticas na América Latina se concentram nas esquerdas. Pela contemporaneidade da *onda azul*, revela-se a pertinência de aprofundar as investigações em torno do tema. Algumas questões incitam a devotar-se sobre a temática: O que mudou nos programas de governo e nas propostas da direita desde a década de 1990 até os dias atuais? A direita efetuou algum tipo de mudança ideológica para vencer as disputas eleitorais e para melhorar o desempenho nas eleições? Se houve mudança no conteúdo das propostas, em quais sentidos e que direção? Qual o impacto de governos identificados com a esquerda, suas conquistas e equívocos, na eventual reformulação dos programas de governo da direita? Quais são os fatores que determinam a reconfiguração político-ideológica da América Latina?

Contudo, por mais que as indagações apresentadas sejam pertinentes e, inclusive, transversais à presente pesquisa, a questão principal desta tese orbita nas possibilidades plenas de disputa dos conteúdos típicos de direita dentro da democracia latino-americana.

A perspectiva procedimental da democracia, apresentada por autores como Bobbio (2015), Dahl (2015) e Sartori (1994a), propugna que, desde que respeitados os procedimentos

²⁰ Neste trabalho, a expressão *dinâmica hegemônica* diz respeito ao próprio funcionamento da hegemonia, sob a perspectiva de Gramsci, visando enfatizar o caráter ativo (e dinâmico) da hegemonia no tempo e no espaço.

e regras previamente estabelecidos, o sistema democrático está apto a receber qualquer tipo de conteúdo dentro do espectro político-ideológico. Ou seja, independente da matriz ideológica, qualquer proposta, em princípio, pode participar e concorrer em total igualdade com as demais num pleito eleitoral, sem que haja algum tipo de restrição ou favorecimento do próprio sistema democrático. Desse modo, as regras, procedimentos e instituições são configuradas, *a priori*, para propiciar um ambiente neutro em relação aos conteúdos em disputa.

Iniciada com a contribuição de Schumpeter (1961), a vertente procedimental da democracia questiona a noção de *ideal democrático*, sob a premissa de que a democracia não pode ser um fim em si mesma, e identifica que a democracia é, basicamente, um método de definição de *quem* e *como* são adotadas as decisões políticas. Assim, prioriza-se o estabelecimento e o cumprimento de um conjunto de regras e procedimentos em detrimento de valores previamente estabelecidos ou almejados, reduzindo a democracia a um método político apto a viabilizar certo tipo de organização institucional, de modo que haja a possibilidade (pacífica), por meio do sufrágio eleitoral, de eleger e/ou substituir os representantes (SCHUMPETER, 1961, p. 324)

Nessa concepção, a dinâmica democrática se equipara à lógica do mercado. A democracia é percebida como um espaço de competição pelo voto, baseada numa concorrência entre as elites políticas (empresários), que disputam o voto (dinheiro) do cidadão (consumidor) a partir da oferta dos seus produtos (propostas eleitorais) (SCHUMPETER, 1961). Por outro lado, o indivíduo é movido pela busca da satisfação dos seus interesses individuais (DOWNS, 2013). A defesa de um sistema esvaziado de conteúdo social se fundamenta na viabilidade de se constituir um ambiente aberto às diferentes possibilidades ideológicas existentes, baseado na legitimação do direito e respeito ao dissenso. Ou seja, a democracia se constitui num espaço para que os diversos interesses, demandas, pontos de vistas, culturas etc. possam, pacificamente, se expressar politicamente e, sobretudo, participar efetivamente das decisões políticas (BOBBIO, 2015).

Para Gramsci (1984), determinadas visões de mundo estão consolidadas em ideologias, as quais coexistem. Estas, para o autor, podem ser definidas como uma concepção de mundo, oriunda de um determinado contexto sócio-político-histórico, que se revela na economia e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva, tendo a capacidade de influenciar na organização e ação dos indivíduos, organizados ou não em grupos. A ideologia possui a capacidade de unir a respectiva visão de mundo a uma norma de conduta correspondente a essa concepção. Desse modo, as ideologias são dotadas de um caráter analítico e de *práxis*.

Num contexto de sociedade de classes, segundo Gramsci (1984), a dinâmica hegemônica implica que umas poucas ideologias (dominantes) adquiram o *status* de hegemônicas. A hegemonia pode ser compreendida como a capacidade de unificar, por meio da ideologia, e de propiciar objetivamente a manutenção da união de um bloco social que, organicamente, não é homogêneo, senão caracterizado por grandes contradições de classe. Logo, possui a capacidade de influir na concepção de mundo do indivíduo, por meio da construção, difusão e naturalização (quase como uma imposição) de valores e crenças, de modo a dominá-lo sem a necessidade de qualquer tipo de coerção física, mesmo que essa visão de mundo possa estar em contradição à sua posição na sociedade. Assim, os valores das classes dominantes se tornam os valores predominantes para a maior parte da sociedade.

Por mais que uma das características da hegemonia seja o seu caráter homogeneizante, esse fator, segundo Gramsci (1984), não inviabiliza o surgimento de outras ideologias. Nesse sentido, os intelectuais orgânicos se tornam essenciais no processo de elaboração e desenvolvimento das respectivas ideologias subalternas, bem como na conscientização das correspondentes classes visando a *práxis* política. Isso implica que as ideologias subalternas (ou fragmentos destas) possam ser abarcadas por determinados partidos políticos e/ou representadas por candidatos, para participarem da disputa política, mesmo que num patamar de desigualdade em relação às ideologias hegemônicas.

Ocorre que, na maioria das vezes, a participação política das ideologias subalternas não é pura. Ou seja, estas, no contexto político, não são apresentadas no seu formato integral. Pela própria dinâmica da hegemonia, as ideologias subalternas absorvem partes das ideologias hegemônicas, sobretudo, quando se trata de participação no processo eleitoral. A própria aceitação de determinados valores e regras da democracia liberal, sem a possibilidade de questioná-los, explicita a primeira dificuldade, dentro do processo político, para manter a coesão e integralidade de determinada ideologia subalterna. Essa lógica se expande para outras áreas, especialmente às relacionadas à economia, que agrega o núcleo da hegemonia.

Essa dinâmica fica evidente no contexto da democracia latino-americana. Nas últimas duas décadas, a vitória de candidatos e partidos identificados com a esquerda somente se tornou possível após a aceitação e absorção de valores alheios às ideologias os quais representavam inicialmente. Esse amoldamento não se restringiu apenas aos pressupostos da democracia liberal, mas, sobretudo, aos conteúdos econômicos. Desse modo, parte da esquerda latino-americana deslocou o núcleo dos seus conteúdos identificadores à direita, para lograr êxito nos sufrágios presidenciais (NEGRI, 2009), adequando alguns elementos ideológicos à configuração de valores, crenças e visões de mundo dominantes.

Diferentemente do que propugnam autores como Bobbio (2015), Dahl (2015) e Sartori (1994a), vislumbra-se que esse modelo de democracia liberal procedimental não propicia um ambiente neutro de disputa de propostas políticas, e, portanto, na prática não apresenta as devidas condições institucionais para a plena oposição política. Pelo contrário, a partir do deslocamento ideológico precedido pela esquerda latino-americana para vencer as eleições (NEGRI, 2009), observa-se que, na América Latina, esse tipo de democracia limita determinados conteúdos típicos da esquerda dentro de uma disputa político-eleitoral. E em relação à direita? Houve um *esvaziamento* das suas propostas de modo a se assemelharem com a esquerda? Ocorreu uma ressignificação de valores? Se, sim, em quais sentidos? Chegou a um nível, assim como no caso da esquerda latino-americana, de um deslocamento ideológico?

Apesar de serem questões que instigam a investigar o assunto, a pergunta que balizará a presente tese parte do pressuposto de que as ressignificações ideológicas são inerentes à dinâmica democrática (FREEDEN, 2013), mas que esta – diferentemente do que preconiza a teoria procedimental da democracia – não representa a abertura do sistema às diferentes demandas sociais, possuindo limites para o pleno exercício de contestação, pela própria sujeição à influência da hegemonia. Portanto, questiona-se **se a hegemonia restringe a abrangência ideológica de conteúdos típicos da direita na democracia liberal latino-americana?**

Desse modo, a fim de nortear a pesquisa em torno dessa pergunta, delineou-se, como objetivo geral deste trabalho, analisar as teorias democráticas liberais procedimentais correlacionando-as à dinâmica hegemônica *gramsciana*, a fim de compreender a influência desta no sistema democrático latino-americano e nas propostas das direitas chilena e brasileira, desde a década de 1990 até os dias atuais.

Como objetivos específicos, definiu-se: 1) explorar os marcos teóricos em torno da ideologia, com o objetivo de compreender a dinâmica do espectro político-ideológico latino-americano, especialmente no que diz respeito às mudanças ideológicas ocorridas nos últimos anos; 2) correlacionar as discussões em torno da díade direita-esquerda com as teorias de ideologias políticas, de modo a construir categorias analíticas que possam ser utilizadas na análise empírica em torno da direita política; 3) analisar os planos de governos dos representantes das direitas e esquerdas chilena e brasileira mais votados, desde as primeiras eleições pós-redemocratização até os últimos sufrágios presidenciais sucedidos nos respectivos países; 4) identificar, em caráter comparativo, as características ideológicas das direitas chilenas e brasileiras, do período pós-redemocratização até a atualidade; 5) averiguar, a partir das propostas de governo, as proximidades, as semelhanças, as regularidades, os deslocamentos, as diferenças, os afastamentos e as transformações mais significativas ocorridas nos programas

dos respectivos partidos e representantes, bem como apurar as principais razões que ocasionaram tais fenômenos.

Como objeto de análise empírica, optou-se por escolher os planos de governo dos candidatos mais votados, em cada eleição, das direitas de Chile e Brasil, desde a redemocratização até os sufrágios de 2017/2018, respectivamente. Os programas de governo são documentos políticos que explicitam a visão de mundo do correspondente candidato ou partido, a partir da formulação de propostas nos mais variados temas, do posicionamento no tocante às políticas públicas e do estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento da sociedade (LAVER; GARRY, 2000; POLANCO *et al.*, 2019), e, portanto, possuem a capacidade de exprimir o respectivo posicionamento ideológico em cada tema e, inclusive, em relação ao todo (VOLKENS, 2013). Além disso, são um importante *locus* da ação política (DINIZ; OLIVEIRA, 2020).

A escolha dos programas de governo, como *corpus* da pesquisa, também, se justifica pela periodicidade e dinamicidade na produção desses documentos, pois se referem a materiais elaborados especificamente para os correspondentes contextos eleitorais e disponibilizados, geralmente, no início das campanhas eleitorais. Desse modo, os planos de governo fornecem evidências cronológicas do movimento das posições políticas partidárias ao longo da história (LAVER; GARRY, 2000), e, logo, permitem observar as características político-ideológicas no tempo e no espaço.

Os planos de governo dos candidatos mais votados das direitas de Chile e Brasil em cada eleição, desde 1989 até 2017/2018, respectivamente, foram submetidos à técnica metodológica de análise de conteúdo, sob a perspectiva de Bardin (2016). Previamente, foram elaboradas 28 categorias analíticas, sendo 14 referentes a cada polo do binômio direita-esquerda, a partir da contribuição de autores que aportam elementos distintivos sobre o tema, sem perder de vista determinados parâmetros utilizados por bancos de dados que se propõem a analisar programas de governo. Essas categorias analíticas contemplam as dimensões política, econômica, social e cultural, sendo norteadas pelo eixo molde das ideologias políticas em torno da dicotomia direita-esquerda.

Desse modo, a análise de conteúdo foi realizada utilizando-se, como referência de categorização, esses eixos temáticos pré-estabelecidos, visando obter a enumeração por meio da *frequência* e da *ausência de menções*. Além de identificar a omissão de determinado tema nos planos de governo, com o auxílio do *software* NVivo 11[®], a análise procedeu na aferição da porcentagem de texto dedicada a cada conteúdo categorizado em relação ao respectivo documento, de modo a consolidar os resultados obtidos por categoria analítica. Após,

colacionaram-se os resultados numa tabela, contrapondo as 14 categorias identificadas com a direita com as correspondentes da esquerda e realizou-se um cálculo de diferença entre os valores percentuais apurados, visando obter o posicionamento ideológico predominante em cada temática²¹. Ademais, na mesma tabela, a partir dos 14 resultados apurados, calculou-se o resultado final do posicionamento ideológico de cada plano de governo.

Por fim, realizaram-se as inferências e as interpretações relativas aos resultados obtidos em cada programa de governo, de forma a explicitar as significações das mensagens emitidas em cada proposta, especialmente no que diz respeito ao aspecto ideológico.

A hipótese da pesquisa de que, nas democracias liberais, a hegemonia não restringe os conteúdos político-ideológicos de direita, que podem se radicalizar ou permanecer atrelados ao conteúdo original, se mostrou parcialmente válida. Ainda, assim, permite concluir que o espectro político-ideológico é gradualmente ressignificado, limitando-se cada vez mais aos valores característicos das democracias capitalistas liberais. Desta forma, ao contrário do postulado por Downs (2013), o processo eleitoral e decisões advindas do jogo político, na democracia liberal, não necessariamente incentivam somente o movimento centrípeto em prol do consenso de centro e, sim, nas questões econômicas, o deslocamento para a direita. Neste sentido, o conceito de hegemonia de Gramsci se torna adequado para compreender a dinâmica ideológica das democracias, especialmente as latino-americanas.

A análise de conteúdo apurou que o neoliberalismo embasa e conduz as propostas dos candidatos de direita, em todas as esferas, desde 1989 até a atualidade (considerando as eleições ocorridas até 2018). Os postulados neoliberais expressados pelos principais representantes das direitas chilena e brasileira não se limitam apenas à esfera econômica, mas se estendem, também, para as temáticas de cunho social. Levando em consideração que o neoliberalismo foi implementado, na América Latina, por representantes identificados com a direita ou apoiados por esta, e que, nas últimas três décadas, diversos candidatos têm sido eleitos defendendo explicitamente propostas sob a perspectiva neoliberal, indica-se que a democracia liberal latino-americana não apresenta restrições aos conteúdos ideológicos característicos da direita. Senão o oposto, a democracia liberal beneficia, na disputa político-eleitoral, os conteúdos que estejam mais próximos do centro hegemônico e das suas próprias bases ideológicas, e limita conteúdos que se opõem aos postulados neoliberais (hegemônicos), sobretudo os de natureza econômica. Essa mesma dinâmica ocorre em relação às propostas que objetivem efetivar qualquer tipo de alteração nos pontos centrais da própria constituição da democracia liberal procedimental.

²¹ Estipulou-se, aleatoriamente, que a diferença cujo produto seja positivo (maior do que 0) se situa mais próxima da direita, enquanto o resultado negativo (menor do que 0) indica uma inclinação à esquerda.

Ademais, a democracia latino-americana se demonstra aberta a receber conteúdos relativos à extrema direita no contexto eleitoral, sem impor restrições que inviabilizem a participação, disputa e, em caso de vitória, assunção e governabilidade. Esse indicativo, embora preliminar, se fundamenta na eleição de Jair Bolsonaro, identificado como de extrema direita, em 2018, para a presidência da República do Brasil. De modo semelhante, as eleições chilenas de 2021 – a qual não foi objeto de investigação da presente pesquisa –, apontaram também para essa abertura. José Antonio Kast, candidato de extrema direita, foi o mais votado no primeiro turno, e obteve 44,13% dos votos válidos no segundo turno da eleição presidencial.

No entanto, ao contrário do prenunciado na hipótese, em algumas ocasiões, a direita não mantém a sua posição originária no espectro político-ideológico ou se posiciona ainda mais à direita. As três maiores votações proporcionais obtidas pela direita chilena são justamente as que mais os planos de governo apresentaram uma inclinação à esquerda. Em duas dessas oportunidades, houve a eleição do respectivo candidato (em 2009 e 2017), e a terceira (em 1999) ficou marcada pelo segundo turno mais acirrado das eleições chilenas²². O caso brasileiro não apresentou uma regularidade na relação entre vitória eleitoral e posicionamento político-ideológico. Dentre as quatro vezes nas quais a direita brasileira venceu as eleições, duas se posicionou à direita, mantendo uma proximidade do centro (1989 e 1994), uma à esquerda (1998) e uma à extrema direita (2018).

O posicionamento das direitas chilena e brasileira à esquerda, em diversas eleições, se justifica pela necessidade (em termos de viabilidade eleitoral) de propor um quantitativo considerável de medidas de caráter social, especialmente às vinculadas ao Estado de bem-estar social e à distribuição de renda, nos respectivos planos de governo, para fazer frente às consequências negativas originadas e/ou agravadas pelas políticas neoliberais, a exemplo da desigualdade social, da população em situação de pobreza, da precarização do trabalho etc.

A argumentação da presente tese está estruturada em sete capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a temática que será objeto de discussão na pesquisa; o contexto latino-americano de ressignificação do espectro político-ideológico entre esquerda e direita, com os indicativos de uma atual predominância desse segundo polo do *continuum* na região; uma breve discussão teórica quanto à neutralidade da democracia liberal em relação aos conteúdos em disputa sob os efeitos da hegemonia e a lacuna teórica quanto a essa questão; o problema formulado para nortear a investigação da tese; os objetivos (geral e específicos) da pesquisa; a

²² Joaquín Lavín, principal representante da direita, foi derrotado no segundo turno por Ricardo Lagos, por uma diferença de apenas 2,62% dos votos válidos.

escolha do objeto para a análise empírica; as justificativas teóricas e sociais que fundamentam o trabalho; os principais resultados da tese; e, o resumo da organização da tese.

No segundo capítulo, é realizado um estudo exploratório em torno da formação e da consolidação da democracia procedimental. Discutem-se os principais pressupostos democráticos desde a antiguidade até os dias atuais. Esse recorrido histórico, a partir das experiências democráticas em Atenas e na República romana, visa resgatar elementos para melhor compreender o *ideal democrático*, e como determinadas questões consideradas essenciais para os antigos foram minimizadas na atualidade. Com base nos aportes dos principais autores do liberalismo que contribuíram para o resgate e a formatação das bases da democracia liberal, realiza-se uma discussão teórica com o objetivo de entender a dinâmica democrática atual. Apresenta-se o surgimento e contexto da democracia procedimental e da democracia participativa, evocando as principais características de cada uma. Ademais, realiza-se uma discussão quanto às contradições e limitações da democracia procedimental, apresentando-se a vertente participativa como uma alternativa dentro do contexto liberal.

No terceiro capítulo, é desenvolvido um amplo debate sobre a dinâmica de funcionamento das ideologias em diferentes perspectivas conceituais, sob o foco da vertente dos estudos das ideologias políticas, bem como acerca da hegemonia sob a perspectiva *gramsciana*. Parte-se das origens conceituais da ideologia e de uma discussão teórica quanto às dificuldades em relação à amplitude do termo, e abordam-se as principais vertentes de estudos da ideologia (significados forte e fraco), norteando-se pelas contribuições dos principais expoentes de ambas abordagens (Marx e Engels e Mannheim). Apresenta-se a ideologia sob visão de Gramsci, e, a partir da articulação de outros conceitos do autor italiano, contextualiza-se um debate em torno da hegemonia. Ademais, realiza-se a apresentação do campo das ideologias políticas, trazendo as principais características das ideologias no campo político.

No quarto capítulo, é construída uma discussão em relação à vigência e à importância da díade direita-esquerda na política latino-americana, de modo a elaborar categorias analíticas que identificam cada oposto do *continuum*. Resgatam-se as duas principais origens do binômio (na Revolução Francesa – versão mais aceita –, e no debate de Burke e Paine, que evoca a dualidade da prática), e propicia-se um recorrido histórico em relação às principais ressignificações de direita e esquerda, desde o surgimento até a atualidade, e em perspectiva global (ocidental) e regional (latino-americano). Apresenta-se um abrangente debate teórico em torno da definição e caracterização de direita e esquerda, sob aspectos sociológicos, políticos (*issues*) e cotidianos, utilizando-se, especialmente, debates ocorridos no contexto pós-nova ordem mundial (fim da URSS), e, a partir desse conjunto teórico, elaboram-se categorias

analíticas distintas da *díade*, visando a sua utilização para a análise de conteúdo nos capítulos seguintes.

No quinto capítulo, é realizada a análise de conteúdo dos planos de governo da direita chilena. Primeiramente, apresentam-se as características do material objeto da análise empírica, assim como a técnica metodológica escolhida para proceder na análise dos planos de governo, e realiza-se um recorrido histórico desde a ruptura democrática ocorrida no Chile, em 1973, até o retorno à democracia, em 1990. A partir dessa fundamentação, desenvolve-se a análise de conteúdo dos planos de governo dos principais candidatos da direita chilena, no período de 1989 até 2017, apresentando, em cada contexto eleitoral, a conjuntura interna e externa do país, o cenário da disputa eleitoral, o resumo dos dados eleitorais, a análise acerca do respectivo plano de governo, o resultado quantitativo da análise do programa de governo e as principais observações sobre o correspondente documento. Ademais, realiza-se uma comparação dos resultados de todos os planos de governo analisados, apresentando os principais pontos de proximidade, regularidade e afastamento dos documentos examinados.

No sexto capítulo, é efetuada a análise de conteúdo dos planos de governo da direita brasileira. Realiza-se um resgate histórico do contexto do país durante o golpe militar de 1964, que culminou na ruptura democrática, até o retorno da democracia, em 1985. Operacionaliza-se a análise de conteúdo dos planos de governo dos candidatos da direita brasileira mais votados em cada pleito eleitoral, no período de 1989 até 2018, evidenciando, em cada panorama eleitoral, o contexto do país no cenário interno e externo, os agentes na disputa eleitoral, o compilado dos dados eleitorais, a análise acerca da respectiva programática de governo, o resultado quantitativo da análise do programa de governo e as principais constatações de cada proposta. Por fim, procede-se na comparação dos resultados de todos os planos de governo analisados, evocando os principais pontos de proximidade, regularidade e afastamento dos respectivos programas de governo.

No sétimo capítulo, é desenvolvida uma comparação dos resultados apurados nas análises de conteúdo e uma ampla discussão envolvendo a teoria abordada na tese e os achados da análise empírica. Nesse sentido, efetua-se uma análise comparativa entre os principais achados nas análises de conteúdo dos programas de governo das direitas chilena e brasileira, de modo a evidenciar as principais regularidades, proximidades, afastamentos e particularidades. Ademais, em virtude dos achados na análise empírica, apresenta-se uma discussão teórica em relação às origens, fundamentos e características do neoliberalismo, e, por fim, realiza-se um debate articulando os resultados da análise de conteúdo e os principais referenciais teóricos utilizados na tese.

2 – OS LIMITES DAS DISPUTAS IDEOLÓGICAS NO JOGO DEMOCRÁTICO

O fim da divisão bipolar do mundo após a extinção do bloco soviético (1989-1991) propiciou o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Esse novo contexto não só representou a prevalência do sistema capitalista (e suas derivações) como a lógica hegemônica da sociedade – dificultando a viabilização de outros sistemas alternativos –, como também conduziu a difusão da democracia para a maior parte do globo. Sob a premissa de que trata de um sistema político avançado, justo e factível para conduzir o desenvolvimento de uma sociedade de forma consensual e harmônica, a democracia se tornou um dos vocábulos mais expressivos e usuais do léxico acadêmico, político e social, tendo o seu emprego difundido nas mais diversas esferas da sociedade.

No contexto pós-guerra fria, a vitória do capitalismo não significou o fim da história. Pelo contrário. As diversas outras ideologias políticas nunca deixaram de existir. A prevalência de uma sobre as demais não implicou na eliminação destas. Nesse sentido, a democracia-liberal foi apresentada como o sistema político desenvolvido e qualificado a receber os pensamentos, ideias e demandas de todos os espectros político-ideológicos, econômicos e sociais. Isto é, uma verdadeira sistemática pluralista, *a priori* neutra, apta a promover a democratização em favor da sociedade, independente de concepções políticas e ideológicas.

O afastamento de uma das principais características da democracia dos antigos, a efetiva participação popular, viabilizou o sucesso da implementação e consolidação do formato da democracia hegemônica: a procedimental. Desse modo, além do estabelecimento de procedimentos e regras, a apatia da atuação cidadã se tornou algo, inclusive, positivo para a própria viabilidade do sistema. No entanto, se torna evidente, cada dia mais, que esse direcionamento da participação em torno do contexto eleitoral se configura como um dos pontos limitadores do sistema democrático para ser responsivo às demandas sociais.

Durante um período considerável a democracia foi tratada como uma panaceia para a solução dos diversos conflitos e problemas sociais, contudo, hoje, os mesmos valores e ideais democráticos, por vezes, são colocados em xeque. Por mais que uma das características primordiais da democracia seja a sua transformação ao longo dos tempos, os desafios da sociedade moderna muitas vezes estão aquém do devido respaldo do sistema democrático. Esse hiato está cada vez mais latente com o avanço da tecnologia, que tem propiciado uma mudança rápida e considerável em relação ao ritmo, padrão de vida e à maneira como os indivíduos e

grupos se comunicam e interagem. Os novos padrões de participação política não necessariamente têm significado um aumento considerável na participação social dentro do sistema democrático.

Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo principal realizar um estudo exploratório quanto à formatação e consolidação do modelo hegemônico de democracia – a vertente liberal procedimental. Atrrelado a esse propósito, o capítulo se divide em três seções. A primeira apresenta as origens da democracia em Atenas e na república Romana, evidenciando alguns aspectos relevantes em torno daquelas formas de governo popular, para a compreensão da democracia moderna. A segunda parte aborda os princípios do surgimento da democracia moderna sob as bases do liberalismo, e focaliza no advento e na consolidação da vertente procedimental da democracia, demonstrando as suas principais características e limitações. Bem como, apresenta a democracia participativa com uma proposta alternativa ao modelo hegemônico. Por fim, na terceira parte, realiza uma discussão acerca das limitações, contradições e características primordiais da democracia procedimental, destacando a preconização do individualismo na sociedade e, em princípio, a neutralidade do sistema democrático em relação à plena disputa de conteúdos políticos-ideológicos diversos num pleito eleitoral.

Apesar da relevância teórica, optou-se por não abordar a vertente deliberativa da democracia, uma vez que se aproxima, em muitos aspectos, da democracia participativa, bem como, por ser uma abordagem predominantemente teórica, e, portanto, sem perspectivas práticas (ROUANET, 2011, p. 57). Por mais que haja o reconhecimento de importantes questões da vertente procedimental²³, a democracia deliberativa surge a partir de uma crítica desta e de uma tentativa de aperfeiçoamento da perspectiva participativa. Baseado num modelo que reúne pressupostos teórico-normativos, propõem-se que as decisões políticas sejam realizadas pela vontade pública em estruturas públicas desprovidas de relações de poder. O surgimento dessa perspectiva ocorreu no final da década de 1970, tendo se consolidado, de fato, em meados dos anos 80. O sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929-) é considerado o principal expoente dessa vertente.

²³ A discussão fundamental oscila em torno de como alcançar um procedimento qualificado, a ser legitimado pela dinâmica discursiva da sociedade, que solucione os desafios postos pelo procedimentalismo hegemônico e pela complexidade da sociedade contemporânea, sem eliminar as ideias de cidadania e autonomia (ALCÂNTARA, 2019, p. 101).

2.1 – A democracia dos antigos

A data e o local do surgimento da democracia são incertos. Assim como outras descobertas (ou invenções) que revolucionaram a sociedade, como, por exemplo, o fogo, a fundição do ferro, a roda, a escrita e a pintura, a tese mais provável é que ela tenha surgido e sido desenvolvida em lugares e épocas distintas da história (DAHL, 2001, p. 19). Contudo, devido à preservação de um acervo relativo²⁴, entende-se que as origens da democracia remontam à meados do século V a.C., no qual as sociedades gregas e romanas desenvolveram os seus sistemas de governos cuja principal característica era a ampla possibilidade de participação dos cidadãos nos assuntos públicos (FINLEY, 1988, p. 26; DAHL, 2012, p. 2).

2.1.1 – A *pólis ateniense*

Por mais que a prática democrática tenha se difundido em outras cidades-Estados da atual região da Grécia, a maior referência quanto à origem da democracia é em relação à experiência desenvolvida na *pólis* de Atenas (HELD, 1987, p. 14). A instituição da democracia naquele local ocorreu no governo de Clístenes, por volta do ano de 508 a.C. (DAHL, 2012, p. 19), após um conflito civil, que culminou no fim dos *governos tirânicos*. No entanto, as bases que fundamentaram essa experiência de ampla participação popular datam de período anterior aos tiranos, na fase dos *legisladores*, sobretudo na gestão de Solón, que, em 594 a.C., realizou uma série de reformas na política daquela cidade-Estado, incluindo a igualdade legal dentre os cidadãos e a criação de uma arena de participação direta dos cidadãos na vida pública, a *Eclésia*.

É justamente nesse espaço – a *Eclésia* (Assembleia) – que ocorriam as principais deliberações dos assuntos públicos de Atenas. Tratava-se de uma arena que detinha “a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais” (FINLEY, 1988, p. 31). As sessões eram abertas e ao ar livre e qualquer cidadão poderia participar por meio da palavra (*isegoria*) e do voto (BOBBIO, 2015, p. 135). Logo, não havia representação na dinâmica democrática ateniense; a participação era direta. Havia uma busca pela unanimidade (*homonoia*), partindo do pressuposto que os problemas poderiam ser solucionados da melhor maneira em base do interesse comum. Contudo, a possibilidade de grandes diferenças de opinião e conflitos de interesses individuais era notavelmente observada nos debates (HELD, 1987, p. 20).

²⁴ Mesmo com as diversas guerras e dominação por outros povos, restaram documentos e obras que relatam a prática da dinâmica democrática. No caso de Atenas, destacam-se as obras dos críticos da democracia, Platão e Aristóteles, além do historiador Tucídides (FINLEY, 1988, p. 18; DAHL, 2012, p. 18).

A pauta do que deveria ser debatido e deliberado na *Eclésia* era formulada pela *Bulé* (ou Conselho dos 500). Esta arena era composta por 500 membros, de modo a representar proporcionalmente as dez tribos. Os componentes eram escolhidos por sorteio dentre os cidadãos de mais de 30 anos de idade. Apesar das reuniões serem públicas, não poderia haver a interferência de não-membros (DAHL, 2012, p. 28). Além da definição da agenda da Assembleia, o Conselho do 500 também se encarregava em executar as decisões proferidas pela *Eclésia* por meio dos *magistrados* (HELD, 1987, p. 20).

A regra para o provimento dos cargos públicos era por meio do sorteio (SARTORI, 1994b, p. 37). Normalmente, a escolha habilitava o cidadão a exercer determinada função por um ano. Logo, havia uma grande chance de que um cidadão exercesse uma função pública ao menos uma vez na vida (DAHL, 2012, p. 27-28). Nesse sentido, Finley (1988, p. 37) conclui que, além da fragmentação, rodízio dos cargos e a escolha por sorteio, a concentração da autoridade na Assembleia e a ausência de uma burocracia remunerada serviam para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada; a liderança era direta e pessoal.

Portanto, a dinâmica da democracia de Atenas ocorria em torno da igualdade política entre os cidadãos, compostos por homens livres, adultos²⁵ e filhos de pai e mãe atenienses. Apenas estes tinham direito ao voto, à voz (*isegoria*), à ocupar funções públicas e à propriedade de terras. No entanto, tal grupo representava apenas cerca de 1/6 da população (FINLEY, 1988, p. 67). Em consequência, as mulheres, menores de idade, *metecos* (estrangeiros) e os escravos restavam-se apartados do processo político-democrático da *pólis*. Além disso, somente uma pequena parte dos cidadãos atuava ativamente na *Eclésia*; isto é, em torno de três mil cidadãos, de um total estimado de cerca de quarenta mil aptos (FINLEY, 1988, p. 30; DAHL, 2012, p. 23; BOBBIO, 2015, p. 88).

O principal motivo da abstenção na participação na *Eclésia* não era o simples fato de descreditar na democracia ateniense, até porque a não participação da vida pública – o que está além dos debates da Assembleia – era mal visto na cidade-Estado. Senão pela própria necessidade de exercer as atividades laborais cotidianas. Logo, poucos camponeses e pobres compareciam nas reuniões, que eram marcadas pela presença do mais velhos e ricos (FINLEY, 1988, p. 42-67); estes últimos, por possuírem escravos, tinham mais tempo livre para dedicar à vida pública (HELD, 1987, p. 32). Não desconsiderando a inovação política trazida à época, a

²⁵ Enquanto Finley (1988, p. 31) menciona a idade de 18 (dezoito) anos para atingir a maioria para participação na vida pública de Atenas, Held (1987, p. 21) faz referência a idade de 20 (vinte) anos. Dahl (2012) não entra nesse mérito, e cita apenas adultos.

restrição na participação era notável: tanto nas dificuldades de exercer a *isegoria* e o voto na Assembleia, como pelo baixo número de cidadãos atuantes em relação ao total da população.

Um dos motivos que viabilizou a manutenção (e o aperfeiçoamento) do sistema político-democrático ateniense por quase dois séculos foi a homogeneidade dos cidadãos quanto aos aspectos socioeconômicos-culturais-religiosos. Caso contrário, os conflitos e as divergências políticas teriam ruído o sistema prematuramente (SARTORI, 1994b, p. 38). Isso permitiu que, por muito tempo, os cidadãos participassem da política de modo que os seus interesses e objetivos pessoais, na maioria das vezes, não estivessem em contradição com o bem geral (DAHL, 2012, p. 26). No entanto, Finley (1988, p. 86) ressalta que “desigualdades substanciais, sérios conflitos de interesses e legítimas divergências de opiniões existiam de fato e com intensidade”. Até porque “aqueles que dominavam a Assembleia e o Conselho tendiam a ser de nascimento ‘nobre’ ou ocupar elevadas posições, uma elite formada por membros de famílias ricas e bem estabelecidas, que tinha bastante tempo para [...] perseguir os seus interesses” (HELD, 1987, p. 26). Essa clivagem, sobretudo entre ricos e pobres, ficou latente nas últimas décadas da democracia ateniense, dando início a desintegração do sistema democrático pelo conflito de classes²⁶ (SARTORI, 1994b, p. 39).

Embora não haja relatos suficientes que aprofundem o debate se a democracia ateniense era plenamente aberta ou não aos diversos conteúdos que pudessem existir à época, o que prevalece era que a maior parte das decisões tomadas na *Eclésia* proviam do consenso – visto que em poucos casos havia o uso do procedimento formal de votação para legitimar as posições conflitantes (HELD, 1987, p. 20) – e que, dentre o número restrito de cidadãos, havia a possibilidade de apresentar demandas em vários sentidos, dependendo da capacidade de oratória e convencimento. Por outro lado, o fato de propiciar uma equidade política entre os cidadãos e ao mesmo tempo restringir o número de participantes, tanto em relação aos aptos (os cidadãos) como quanto à possibilidade de exercer a voz e o voto na Assembleia, gerava uma restrição à contestação (DAHL, 2015, p. 28-29), isto é, à possibilidade da existência de outros conteúdos no debate democrático. “A presença de numerosos escravos não poderia deixar de ter influído tanto na prática [democrática] quanto na ideologia” (FINLEY, 1988, p. 28).

Por isso, entende-se que o sistema político-democrático ateniense foi estruturado para que se mantivesse uma certa coesão entre os cidadãos, de modo que uma restrição na participação inviabilizasse contestações mais radicais. Sartori (1994b) identifica a fragilidade

²⁶ Aristóteles já observava que era impossível que um homem pobre fosse, de fato, um cidadão; já que precisaria trabalhar e não teria como se dedicar aos assuntos públicos com esmero. Por outro lado, quanto mais rico, mais escravos o cidadão ateniense tinha (SARTORI, 1994b, p. 40).

na oposição de interesses como um dos motivos da derrocada da democracia da *pólis* Atenas. Dahl (2012, p. 28) ressalta que, ao contrário do conceito moderno de democracia, que está baseado no conflito político e não na harmonia, o ateniense sustentava-se no inverso. Mesmo que as dissensões internas tenham fragilizado o sistema político daquela cidade-Estado, a conquista macedônica, por volta de 346 a.C., é o fato que culminou no fim da democracia na região da Grécia (FINLEY, 1988, p. 79; BOBBIO, 2015, p. 271; DAHL, 2012, p. 34).

2.1.2 – A república romana

Em período semelhante, isto é, por volta do século V a.C. inicia-se em Roma um sistema político baseado na participação popular conhecido como república (*res*, coisa ou negócio; *publicus*, público). De uma maneira semelhante à experiência democrática ateniense, o sistema republicano romano foi se reformulando ao longo do tempo. A questão que mais se destaca, nesse ponto, é a gradativa ampliação da possibilidade de participação popular. Na primeira etapa da república, a participação estava restrita aos *patrícios* (aristocratas). Contudo, a partir de embates, que perduraram por séculos, entre o povo (a plebe) e a aristocracia houve, paulatinamente, a extensão dos direitos políticos aos primeiros (DAHL, 2001, p. 23). Isso significou, dentre outras medidas, a criação de novas arenas de deliberação pública; o aumento do número de cidadãos, visto que durante a maior parte da existência da república romana o direito à cidadania era censitário (em base da renda)²⁷; bem como, a possibilidade de um representante da plebe ocupar o posto de senador²⁸ (CORASSIN, 2006, p. 277).

Na república romana, os cidadãos – depois das restrições censitárias – eram os homens adultos e livres (SARTORI, 1994b, p. 45). No entanto, diferente da democracia ateniense, cuja a regra era a concessão da cidadania apenas para os filhos de pais nascidos na *pólis*, o sistema político romano, sobretudo pelo ímpeto expansionista a partir do uso bélico, previa a aquisição do direito de cidadão, com todas as garantias e privilégios, aos povos dominados, à exceção dos que se tornavam escravos. Desse modo, a amplitude da participação política na república de Roma, a partir da inclusão dos estrangeiros como cidadãos, era mais amplo do que o modelo ateniense.

No entanto, o exercício da cidadania perante às principais arenas de discussão e deliberação continuou restrito a poucos. A república romana, por mais que tenha ampliado os aptos a participarem da política interna, não adaptou as instituições para incluir os novos

²⁷ No contexto da Guerra Social de 90-88 a.C. toda a população livre da Itália recebeu a cidadania. Em 212 d.C., houve a concessão da cidadania a todos os habitantes livres do império (CORASSIN, 2006, p. 277).

²⁸ Os outros cargos de importância eram os de cônsules, pretores, questores, censores e ediles.

cidadãos. As assembleias de discussão e deliberação continuaram a se localizar exclusivamente em Roma. Logo, as grandes distâncias, os custos de deslocamento e as atividades laborais de cada cidadão (sobretudo os que residiam fora de Roma) contribuíam para que uma participação ampla e efetiva não fosse de fato viabilizada. Com o crescente domínio de novos territórios, e, portanto, de novos cidadãos, essa situação foi se agravando. Assim, as novas concessões da cidadania não representavam, na maioria dos casos, um aumento do número efetivo de participantes (DAHL, 2001, p. 23-24). Do mesmo modo, uma possível incorporação de outras pautas e conteúdos também restava prejudicada, uma vez que os estabelecidos em Roma que tinham, de fato, a oportunidade de influir nas diretrizes políticas.

Apesar da possibilidade de participação popular, a república romana era constituída a partir de um sistema misto de democracia, aristocracia e monarquia²⁹, “no qual os cônsules representam o princípio monárquico, o senado o oligárquico e os comícios do povo o democrático” (BOBBIO, 2007 [1987], p. 112). Dessa forma, era um sistema que, de algum modo, reconhecia os diversos grupos, preservava a posição das elites constituídas e equilibrava os interesses dos indivíduos e grupos. Assim, se distinguia da democracia ateniense, que visava uma igualdade política entre os cidadãos. Nesse viés, Corassin (2006, p. 281) ressalta que Roma era “uma cidade censitária, na qual a desigualdade é admitida e aceita, nem todos podem entrar para as legiões e nem todos podem entrar para as magistraturas que dirigem a *Urbs*”.

A cidade-Estado de Atenas e a república romana tinham muitas semelhanças: eram sociedades personalistas, possuíam culturas orais, sustentavam a possibilidade de participação popular nos assuntos públicos, tratavam as questões estatais com pouquíssimo controle burocrático, buscavam nutrir um senso de dever público, uma tradição de virtude cívica, além de privilegiarem o cidadão individual. Além disso, ambas mantinham um sistema político no qual a participação ativa era um privilégio para poucos, e, portanto, uma contestação efetiva e ampla restava prejudicada. Contudo,

[...] se Atenas era uma república democrática, os estudiosos contemporâneos geralmente afirmam que Roma era, por comparação, um sistema essencialmente oligárquico. A despeito da inclusão das concepções helênicas de estado nas obras dos pensadores romanos [...] e da inclusão de camponeses filhos de cidadãos e escravos emancipados na comunidade política, as elites dominavam firmemente todos os aspectos da política de Roma. A história militar de Roma, seu extraordinário registro de expansão territorial e conquistas, ajuda a explicar como e porque Roma foi capaz de sustentar compromissos formais com a participação popular, por um lado, e um controle popular real muito limitado, por outro. Portanto, do mundo antigo, é a herança da tradição clássica grega e o modelo de democracia ateniense, em particular, que tem especial importância no nosso entendimento e aceitação da história do pensamento e prática da democracia (HELD, 1987, p. 33).

²⁹ Entendido como “um líder que tente aumentar sua própria posição, *status* e poder” (DAHL, 2012, p. 37).

Em determinado momento da história, essa formatação do sistema político romano, mais exclusivo do que inclusivo, contribuiu para uma inquietude civil, que somada à militarização, à guerra, à corrupção e ao decréscimo do espírito cívico entre os cidadãos, causou o enfraquecimento da república (DAHL, 2001, p. 24). Se as últimas décadas da república romana foram as que mais deram possibilidade de voz às diversas demandas populares, foram também as que mais denotaram o abalo nas instituições políticas (CORASSIN, 2006, p. 286). É nesse contexto que a autocracia imposta pelo *ditador*³⁰ Júlio César, a partir de 49 a.C., marca o fim do período republicano (DAHL, 2012, p. 2).

Por mais que a experiência popular de Atenas seja mais próxima do que percebe como um ideal democrático, Dahl (2001, p. 24) – defensor da democracia procedimental, tipicamente representativa – lembra que a república romana durou consideravelmente mais tempo do que a democracia ateniense e mais do que qualquer democracia moderna perdurou até os dias atuais, isto é, por praticamente cinco séculos seguidos. De fato, a experiência popular da república romana – assim como o pensamento do crítico da democracia ateniense, Aristóteles – teve mais respaldo na concepção atual da democracia do que a concepção grega. Segundo Dahl (2012, p. 38), embora se reconheça um papel importante dos cidadãos no governo, entende-se que estes, por inspirarem mais medo do que confiança, devam ter uma participação limitada, resumida, basicamente, ao exercício da escolha de representantes (líderes) por meio do voto. O cerne dessa perspectiva irá prevalecer séculos depois como a base do modelo democrático hegemônico.

2.1.3 – Outras experiências democráticas

Após o fim da república romana, por séculos, o mundo não conheceu nenhuma experiência relevante para a formatação do pensamento moderno da democracia. Somente entre os anos de 600 a 1000 d.C., criou-se, nas regiões da Inglaterra, Escandinávia, Países Baixos, Suíça e parte norte do Mediterrâneo, instituições populares marcadas pela escolha de representantes; um formato de democracia indireta. Essas arenas deliberatórias, de uma maneira em geral, subordinavam-se a uma instituição superior (normalmente, a uma monarquia). Tratavam-se de sistemas de restrição à participação, visto que apenas os homens livres e de posses territoriais consideráveis poderiam ser eleitos como membros. Essas experiências demonstraram a viabilidade do exercício democrático pela representação, bem como

³⁰ Diferente da concepção atual, o ditador, no período da república romana, era um cargo não-eletivo ocupado, em circunstâncias extraordinárias e por um período limitado, por um cônsul (SCHUMPETER, 1961, p. 352).

influenciaram a criação de alguns parlamentos naquelas localidades, inclusive o do Reino Unido (DAHL, 2001, p. 28-29; DAHL, 2012, p. 43).

De modo semelhante, por volta do ano 1100 d.C., surgiram algumas pequenas repúblicas no norte da Itália, como em Florença e Veneza. Em que pese a influência grega, prevaleceram as bases da república romana na formação desses sistemas políticos. Desse modo, o *status* de cidadão era restrito a um pequeno número de homens e os cargos mais relevantes eram reservados à aristocracia e à nobreza. Ademais, as arenas deliberatórias tinham o poder de apenas limitar o poder dos respectivos governantes. Tais repúblicas duraram até meados do século XVI (DAHL, 2001, p. 25; DAHL, 2012, p. 49).

2.2 – A democracia nos dias de hoje

Embora houve algumas raras experiências populares restritas a poucas localidades, a democracia, depois das experiências de Grécia e Roma, desapareceu do contexto político do mundo ocidental por vários séculos. Ainda que essa notável contribuição seja de grande relevância para a retomada dos estudos sobre o tema, a democracia moderna foi construída juntamente com a instituição dos Estados-Nações modernos. A partir do século XVIII, iniciou-se uma mudança no pensamento político ocidental. Paulatinamente, a ideia de que a democracia somente era viável para ser colocada em prática em Estados pequenos foi perdendo força. Nesse sentido, Sartori (1994b, p. 36) assevera que a mudança de objetivos e valores propiciou o ressurgimento da democracia, no entanto, instituída sob novos ideais.

2.2.1 – As bases liberais

Um dos autores relevantes para o ressurgimento e consolidação das bases atuais da democracia foi o filósofo iluminista inglês John Locke (1632-1704). Considerado o *pai* do liberalismo, Locke sustentava a formulação da sociedade política a partir da concepção de que um governo legítimo é concebido por meio de um contrato revogável entre os indivíduos, cuja finalidade é a salvaguarda dos direitos naturais do homem – vida, liberdade e propriedade das pessoas –, sendo viabilizado aos pactuantes o direito de retirar a confiança no governante e de insurreição nas hipóteses que este não cumprir a sua função (VÁRNAGY, 2006, p. 46).

Para Locke, a liberdade natural é um direito individual inalienável, e, portanto, fora do campo de interferência do poder político. Do mesmo modo, o direito à propriedade é compreendido como um direito da natureza, ou seja, um atributo humano que precede os

direitos civis³¹. A partir da formação voluntária de uma sociedade política (civil), a intangibilidade das liberdades civis do indivíduo se torna relativa. Nessa perspectiva, a vontade expressa da maioria – o consenso – permite que o corpo político aja e decida pelo restante; exceto no que diz respeito aos direitos naturais (LOCKE, 1994 [1689], p. 85-139).

Quando o filósofo inglês defende que o governo salvaguarde os direitos naturais do homem, está militando na defesa da propriedade (GOUGH, 1994, p. 19). Ao mesmo tempo que Locke inova na salvaguarda dos direitos civis – num contexto de combate ao absolutismo religioso –, se torna o pioneiro a colocar no mesmo patamar duas temáticas conflituosas: direitos humanos e propriedade privada, de modo que ambas gozem do máximo nível de proteção estatal. Em algumas ocasiões, inclusive, a propriedade se situa acima dos direitos naturais. Esses aportes, conforme veremos, influenciaram a consolidação da democracia liberal.

A esfera do constitucionalismo também foi objeto de atenção de Locke. Este preconizava, ainda que incipiente, a divisão do Estado em dois poderes distintos: legislativo e executivo, sob a justificativa de que “pode ser muito grande para a fragilidade humana a tentação de ascender ao poder, [logo,] não convém que as mesmas pessoas que detêm o poder de legislar tenham também em suas mãos o poder de executar as leis” (LOCKE, 1994, p. 170). No entanto, as contribuições de Montesquieu (1689-1755) foram, de fato, as que deram forma ao constitucionalismo sob a perspectiva liberal, uma vez que descreveu a distribuição da autoridade e de como regular tal poder, de modo que pudesse ser aumentada ou simplesmente preservada a liberdade (MERQUIOR, 2014, p. 78).

A prevalência do legislativo perante o executivo, na perspectiva de Locke, também diz respeito à questão da propriedade (1994, p. 163). Na época em que o autor inglês escreveu os seus postulados, a maior parte da população da Inglaterra não tinha direito ao voto. Semelhante aos primeiros séculos da república romana, o direito ao sufrágio era restringido apenas aos possuidores de propriedades (bens e posses). Ou seja, somente um grupo restrito votava e podia ser votado para ser representante na esfera legislativa³²: uma *democracia* dos proprietários. Desse modo, os fundamentos da democracia representativa em Locke visavam limitar o absolutismo monárquico e assegurar o poder representativo dos proprietários, incluindo o da nova classe burguesa. O pensamento de Locke legitimou, inclusive, a subsistência da Revolução Gloriosa (1688-1689).

³¹ Hobbes (1588-1679) entendia que a propriedade não existe no estado de natureza, tendo sido institucionalizada pelo Estado (Leviatã) após a formação da sociedade civil. Portanto, o Estado pode, inclusive, suprimir a propriedade privada dos indivíduos (2014 [1651]).

³² Mesmo em 1831, apenas 4,4% da população maior de 20 anos tinha o direito ao voto na Grã-Bretanha (VARNAGY, 2006, p. 75).

A vertente contratualista, destacada em Hobbes e Locke, é seguida por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), com algumas nuances³³. O “pai da democracia moderna” (BOBBIO, 2015, p. 70) entende que o *contrato social* traz uma perda de liberdade natural para o homem. Em contrapartida, origina um ganho de liberdade civil (limitada pela *vontade geral*), igualdade moral e garantia da propriedade do que possua (ROUSSEAU, 2010 [1762], p. 32-35). É a partir do *contrato social* que há o estabelecimento das leis e da propriedade privada, e, em consequência, o aparecimento de uma gama de problemas sociais oriundos, especialmente, da desigualdade. Logo, em Rousseau, a desigualdade não é natural, e sim social. Desse modo, as bases da democracia surgem na existência e defesa da propriedade privada (ROUSSEAU, 2010, p. 23).

Para o filósofo genebrino, a liberdade e a igualdade devem balizar as ações de todo sistema legislativo: “a liberdade, porque toda a particular dependência é força retirada ao corpo do Estado; igualdade, porque a liberdade não pode existir sem ela” (ROUSSEAU, 2010, p. 65). Dessa forma, a soberania – caracterizada pela *vontade geral* – decorre do povo e o soberano (ou órgão soberano) é o representante da soberania popular. Essa *vontade geral* surge do conflito entre os anseios individuais de todos os cidadãos. A arena legislativa é o ambiente de eliminação das vontades particulares em proveito do interesse comum, uma vez que o somatório das primeiras, e não o conjunto destas, se anulam, restando somente a *vontade geral*. Portanto, apenas ela pode, por si só, dirigir as forças do Estado, de acordo com o seu objetivo: o *bem comum* (ROUSSEAU, 2010, p. 39-42). No entanto, Bobbio (2015, p. 70-87) faz ressalvas a essa dinâmica, visto que, de uma maneira em geral, a sociedade moderna se constitui pela formação de vários centros de poder (policêntrica), e não por um só.

Na perspectiva rousseauniana, o *bem comum* é viabilizado a partir do reconhecimento do povo como sendo o portador do poder soberano. Ou seja, inversamente ao pensamento de Hobbes (2014 [1651]), há uma submissão contratual do governante em relação ao conjunto dos cidadãos, representada na divisão entre o executivo e o legislativo, respectivamente. Contudo, diferentemente da perspectiva de Locke (1994), para Rousseau, “a soberania não pode ser representada, porque não consente alienação, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade não tem representantes; ou é lei ou não é; não há meio termo” (2010, p. 111). Logo, o povo somente mantém a sua liberdade ao exercer diretamente a democracia, sendo ao mesmo tempo soberano e governado.

³³ Enquanto Hobbes (2014 [1651]) percebia que a natureza do homem era egoísta e mal; Locke (1994 [1689]) via uma neutralidade, no qual não fazia juízos de valores preponderantes sobre tal natureza; já Rousseau (2010 [1762]) interpretava que o homem, por natureza, não era ruim, mas a sociedade que o corrompia.

Em relação ao poder executivo, Rousseau (2010, p. 112) endossa a indispensabilidade da representação por funcionários aceitos pelo povo, sob a justificativa da necessidade de um governo forte, ágil e eficiente, pois, “se a lei é a declaração da vontade geral, torna-se evidente que, no poder legislativo, o povo não pode ser representado; mas pode e deve sê-lo no poder executivo, que é a força aplicada à lei”. Independente da forma de governo adotada, o representante do poder executivo possui a função principal de executar as decisões exaradas pelos soberanos. Dessa forma, a democracia é caracterizada quando a *vontade geral* se torna obrigatoriamente objeto de submissão e execução por parte do poder executivo.

O modelo democrático idealizado por Rousseau é um dos referenciais modernos para a participação direta do cidadão na concepção atual. Diferentemente das restrições impostas ao exercício da cidadania em Atenas – uma das suas principais referências –, o filósofo genebrino não propugna nada a respeito³⁴, pelo contrário, assevera que a grande variedade de opiniões é essencial ao sistema democrático. Contudo, há um paradoxo nesse ponto. Visto que a *vontade geral*, na perspectiva do autor, se torna viável, via de regra, em sociedades homogêneas (como a dos cidadãos atenienses) e não em realidades sociais heterogêneas e desiguais. Ora, quanto mais dissensões, conflitos e diferenças sociais existirem, menos aspectos em comum prevalecerão, e, por consequência, haverá uma frágil construção do *contrato social*³⁵ e da própria *vontade geral*.

Além disso, o filósofo genebrino minimiza o fato de a dinâmica envolver mecanismos de convencimento (conscientes ou não) e de coerção, que alteram a lógica proposta pelo autor. Essa estrutura de influência ficou evidenciada nas primeiras experiências democrática em Atenas e em Roma, no qual, sobretudo no caso da primeira – referência do exercício da democracia direta –, os cidadãos eruditos e os de boa oratória tinham um enorme poder de persuasão perante aos demais votantes, de modo que nem sempre esse direcionamento de opinião representasse a *vontade geral*. Por consequência, a plena contestação também se torna limitada.

No entanto, o próprio autor elenca as dificuldades e as condições para que o exercício cidadão direto possa ser exercido e viabilizado:

³⁴ Há que ressaltar que na obra de Rousseau – assim como o pensamento prevalente da sua época – não havia a previsão da participação das mulheres na vida política.

³⁵ “É o que há de comum nos diferentes interesses que constituem o vínculo social, pois, se não houvesse um ponto em que todos estivessem de acordo, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente sobre este interesse comum que a sociedade deve ser governada” (ROUSSEAU, 2010, p. 39).

Primeiro, um Estado muito pequeno, em que o povo seja fácil de convocar e onde cada cidadão possa facilmente conhecer todos os outros; em segundo lugar, uma grande simplicidade de costumes que afaste a multiplicidade de problemas e as discussões espinhosas; depois muita uniformidade nas classes e nas fortunas, pois sem ela, a igualdade não poderia subsistir por muito tempo nos direitos e na autoridade; finalmente, pouco ou nenhum luxo, porque ou o luxo é efeito das riquezas ou torna-se necessárias, corrompe simultaneamente o rico e o pobre, um pela posse, e o outro pela cobiça; vende a pátria à indolência, à vaidade; rouba ao Estado todos os seus cidadãos, para os fazer escravos uns dos outros e todos da opinião (ROUSSEAU, 2010, p. 84-85).

A influência da democracia ateniense e da república romana é também perceptível nas origens dos Estados Unidos da América. Ainda na consolidação da constituição estadunidense, após o contexto da independência do Reino Unido, as antigas treze colônias britânicas desenvolveram um governo popular baseado em determinados princípios da democracia de Atenas, como a de que um bom governo é o que reflete e promove a virtude de seus cidadãos, assim como à igualdade dos cidadãos perante à lei. Por outro lado, conforme será apresentado, predominou-se no republicanismo estadunidense mais traços em comum com o modelo de governo popular desenvolvido na república romana (DAHL, 2012, p. 36-37), tornando-se, assim, o primeiro Estado republicano moderno (BOBBIO, 2015, p. 271).

No contexto da aprovação da Constituição Federal de 1787, os estadunidenses Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1829) escreveram e publicaram uma série de artigos, a fim de convencer a população e respectivos representantes a apoiarem a ratificação do novo texto constitucional. Esses escritos, posteriormente, foram consolidados na obra *O Federalista*³⁶ (2011 [1788]).

Os *federalistas*, baseados na experiência da Roma antiga, utilizavam o termo *república* (ou governo) *representativa* (o) em detrimento de *democracia*. Segundo Madison (2011, p. 123), a república se diferencia pela delegação do governo a um pequeno número de representantes eleitos, pelo grande número de cidadãos e pela grande área de abrangência territorial em que esse sistema se estende. Em consequência, a democracia é percebida como um sistema de exercício direto da política, isto é, remete-se às origens da *pólis* ateniense. Portanto, a proposta dos federalistas é justamente viabilizar um sistema político de (limitada) participação popular de grandes proporções.

Essa hesitação com o exercício direto da política por parte dos cidadãos se fundamentava no receio às insurreições, ao surgimento de facções, de tiranos e de uma ordem baseada no regime monárquico. Contudo, o maior receio dos *federalistas* era em torno da

³⁶ O Termo “os federalistas”, neste trabalho, refere-se aos escritos produzidos por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay e consolidados na obra *O Federalista* (2011).

própria política interna, isto é, da formação de facções, que, segundo Madison (2011, p. 119), trata-se de um “determinado número de cidadãos, quer constituam uma maioria ou uma minoria face ao todo, que são unidos e animados por algum impulso comum de paixão, ou de interesse, adverso aos direitos dos outros cidadãos, ou aos interesses permanentes e globais da comunidade”. É perceptível a preocupação em torno de qualquer ideia contrária ao *status quo* do recém fundado sistema republicano. Desse modo, até mesmo a maioria poderia ser uma ameaça, caso propusesse uma perspectiva diferente das bases defendidas pelos *federalistas*.

A preocupação dos *federalistas* em relação à contestação está no cerne da consolidação das bases da democracia estadunidense. Os maiores receios dos autores eram que determinadas questões, como o direito de propriedade e o sistema de representação legislativa, pudessem ser afetadas. A inquietude sobre o tema era tamanha, que Madison (2011, p. 119), mesmo considerando de execução inviável, discorre sobre dois métodos para eliminar as *facções*: a prevenção, por meio da abolição da liberdade essencial à sua existência, ou à imposição a todos os cidadãos das mesmas opiniões, das mesmas paixões e dos mesmos interesses; e a correção de efeitos, através do uso da maioria (na hipótese da *facção* conceber a minoria) para destruir seus projetos; ou, quando a *facção* representar a maioria, proteger o bem público, os direitos individuais (entenda-se, sobretudo, o de propriedade), assim como a forma de governo popular, ou seja, por meio de representação e da constituição.

Dahl (2012, p. 40-345) interpreta que a solução para essa preocupação se vincula à própria concepção de governo republicano, ou seja, na formatação de um sistema representativo de grande escala. Assim, esse sistema minimizaria a possibilidade de que os conflitos políticos se tornassem em conflitos civis graves. Logo, a viabilidade da república representativa encontrava-se na limitação à oposição. Afinal, qual era, de fato, a principal preocupação dos *federalistas* quanto às *facções*?

A resposta está na base da formação social estadunidense: no direito irrestrito à propriedade. Essa temática se torna tão relevante, que, para os federalistas, é tida como o dínamo para a formatação da sociedade. Nesse viés, entendem que a diversidade de interesses das pessoas surge no direito à propriedade. Por consequência, um indivíduo que possua determinada terra com extensão e natureza distinta da de outro terá um sentimento e opinião diferenciadas. A mesma dinâmica se aplica aos partidos e às *facções*. Madison (2011, p. 120) ressalta que as *facções* surgem a partir da distribuição desigual das propriedades. Baseado nessa problemática, vislumbra que somente a partir da construção de uma república representativa, cujos direitos fossem assegurados por meio de uma constituição, haveria a possibilidade de submeter os grupos de interesses distintos (entenda-se: os mais pobres), tendo em vista que

essas causas não poderiam ser eliminadas; sendo somente passíveis de controle dos efeitos (MADISON, 2011, p. 122).

Alguns anos antes dos federalistas apresentarem essas teses, Rousseau (1999 [1754]) já tinha reafirmado³⁷ que a propriedade privada era a fonte da desigualdade na sociedade. No entanto, enquanto o filósofo genebrino percebia que a solução (ou atenuação) desse problema estaria na democratização do acesso à propriedade, os *federalistas*, fundamentados no individualismo, defendiam a instituição de um sistema que pudesse conciliar essas desigualdades, sob a perspectiva *lockeana* de que estas são parte das faculdades naturais do homem (LOCKE, 1994), e, portanto, o modelo republicano não deveria atuar em favor de minimizar essas desigualdades e, sim, harmonizá-las por meio da república.

Ademais, a construção, por parte dos *federalistas*, de uma república grande e heterogênea, tinha, em certa medida, uma semelhança com a perspectiva *rousseauuniana* de liberdade política, uma vez que esta era meio para a obtenção, proteção e o fortalecimento ao máximo a autonomia civil. Portanto, baseados em Locke, busca-se fomentar a experiência da liberdade individual e o direito pleno à propriedade (MERQUIOR, 2014, p. 103).

Cerca de 50 anos após a publicação de *O Federalista*, Alexis de Tocqueville (1805-1859), na sua famosa análise sobre a democracia dos Estados Unidos (*A democracia da América*), demonstrou, numa perspectiva liberal, uma forte preocupação acerca da manutenção da díade democracia-igualdade sem que fossem afetados os postulados ligados à liberdade individual (MERQUIOR, 2014, p. 117). O pensador francês percebeu a sociedade americana³⁸ como um sistema que, de uma maneira em geral, era marcado pela igualdade: igualdade de condições e igualdade de oportunidades. Além disso, observou uma ausência (explícita) de uma estratificação social rígida naquela sociedade. Essas três características marcavam uma estabilidade do sistema democrático americano. Em contrapartida, Tocqueville (2004 [1835], p. 316-321) concluiu que a desigualdade era o motor para o surgimento de revoluções, e que por mais que o continente europeu disfrutasse de um estado social democrático, não tinha as respectivas instituições consolidadas e tampouco uma tradição política e religiosa que favorecesse a democracia.

No entanto, Tocqueville (2004) também percebeu três ameaças em torno da igualdade perante à democracia: a acumulação financeira desenfreada na mão de poucos, o despotismo de

³⁷ Essa discussão sobre o *ser* e o *ter* já ocorria, pelo menos, desde a época dos filósofos gregos, com especial atenção à Aristóteles.

³⁸ Optou-se por manter a referência do vocábulo *América* (e suas derivações) para se referir aos Estados Unidos, conforme utilizado na obra *A democracia da América*.

Estado, e, sobretudo, a *tiranía da maioria*. Em relação à primeira, o autor francês entende que a liberdade da sociedade democrática americana é tanta, que diferenças originárias não seriam permanentes, como, por exemplo, o local de nascimento, a posição social ou a profissão. Por outro lado, entende que somente o dinheiro seria capaz de gerar desigualdades. Logo, “a distinção que nasce da riqueza humana aumenta com o desaparecimento e a diminuição de todas as demais” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 286). Todavia, a manutenção dos valores americanos – especialmente os de liberdade³⁹ – permitiriam que o indivíduo tivesse a possibilidade de obter riquezas assim como qualquer outro.

O malefício da tirania da maioria seria a falta de garantias que as minorias teriam para terem os seus direitos preservados. Assim, Tocqueville (2005, p. 296) receava que a maioria pudesse impor seus hábitos e costumes a um grupo ou um indivíduo, isto é, que houvesse uma homogeneização de visão de mundo que pudesse conter a diversidade: “considero ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria do povo tem o direito de fazer tudo” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 294). Apesar da motivação do pensador político francês ser diferente quanto ao medo do poder ilimitado da maioria, os *federalistas*, movidos pela defesa da propriedade e do sistema representativo, também recebiam sobre as *facções* na democracia americana, ainda que tivessem o respaldo da maioria. Por outro lado, ambas teorias são antagônicas à soberania preconizada por Rousseau na *vontade geral*.

A preocupação da ocorrência de um despotismo de Estado origina-se, na observação de Tocqueville, de uma característica da sociedade americana: o individualismo. O autor francês observa que “como não tem superiores, nem inferiores, nem associados habituais e necessários, os homens que habitam os países democráticos se voltam espontaneamente para si mesmos e se consideram isoladamente” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 363). Desse modo, o individualismo – marca do estado democrático igualitário – é prejudicial à democracia no momento em que os indivíduos passam a dedicar-se demasiadamente às atividades privadas, ou seja, as econômicas, deixando de lado o bem comum: a atividade pública. A consequência seria a gestão do Estado por um pequeno número de pessoas, que, tomando o poder estatal, interviria, inclusive, nas liberdades dos indivíduos (TOCQUEVILLE, 2004, p. 119-121).

O individualismo foi observado, há cerca de 180 anos, por Tocqueville na consolidação do maior (e mais complexo) modelo de democracia liberal do mundo. O antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998) retoma as discussões de seu conterrâneo, e desenvolve sua obra em torno da análise do individualismo, que seria, segundo ele, uma

³⁹ Na perspectiva de Tocqueville (2004) é a liberdade dentro do sistema democrático que origina uma equidade nas condições de igualdade.

característica da cultura (sociedade) moderna⁴⁰. Dumont (1985) observa que o individualismo não é vinculado à separação física do indivíduo do grupo social, e tampouco refere-se ao indivíduo empírico, mas, sim, está relacionado, num viés moral, ao modo de consciência do indivíduo (moderno) de pensar a si próprio como autônomo do coletivo, isto é, do grupo social ao qual está inserido.

Nesse contexto, prevalecem a busca individual de bens, e as relações entre os indivíduos e as coisas ou seus objetos de desejos. Tocqueville (2004, p. 190-191) já percebia uma inclinação do americano às aquisições e aos desejos materiais: “nas democracias, não há nada maior nem mais brilhantes do que o comércio; é ele que atrai os olhares do público e enche a imaginação da multidão; é para ele que todas as paixões enérgicas se dirigem”. As duas perspectivas, sobretudo a de Dumont, apontam que o individualismo moderno (iniciado após a reforma protestante) está amplamente conectado com o contexto econômico, e, por conseguinte, com a perspectiva democrática liberal dominante. Por essa razão, Weffort (1992, p. 30) menciona que o individualismo impossibilita a organização da sociedade, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores, para a consolidação de uma democracia de cunho social.

Contemporâneo de Tocqueville, o filósofo inglês John Stuart Mill (1806-1873) desenvolve seu pensamento liberal a partir das ideias de Jeremy Bentham (1748-1832) – amigo do seu pai –, e também nos escritos do seu genitor, James Mill (1773-1836), especialmente no que diz respeito ao utilitarismo⁴¹, ainda que tenha posteriormente rompido parcialmente com ambos autores (MERQUIOR, 2014, p. 126).

Diferentemente da democracia clássica (ateniense e romana), que preconizava a restrição dos participantes da vida pública visando uma homogeneidade, uma vez que a diversidade provocaria a decadência dos Estados, e do ideal democrático de Rousseau, que imaginava equivocadamente que as discórdias seriam resolvidas por meio da anulação destas e da prevalência da *vontade geral*, e também distante da preocupação dos *federalistas* em minimizar os efeitos do dissenso (ou das *facções*) por meio da ampliação da república, J. S. Mill colocou em primeiro plano a importância da liberdade individual, ou seja, o anseio do indivíduo. Logo, prevalece o interesse e a vontade do indivíduo sobre a nação, e, assim, o autor inglês entende que a nação não carece de se proteger contra a própria vontade (MILL, 1991 [1859], p. 24).

⁴⁰ Em contraposição ao *holismo*, que caracteriza as sociedades tradicionais (DUMONT, 1985).

⁴¹ Em resumo, uma doutrina ética que propugnava a ação estatal e social que tivesse como objetivo proporcionar a maior felicidade para um maior número de indivíduos (SCHUMPETER, 1961, p. 298).

Bobbio (2015, p. 171) observa, na perspectiva de Mill, uma riqueza quanto à observância da fecundidade do conflito, do dissenso e da pluralidade dos pontos de vista. Desse modo, um sistema democrático não estaria mais próximo do que mantivesse um sistema social centrado e, sim, o que o reconhecesse como “um conjunto de interações entre grupos com funções de utilidade, que, enquanto tal, exclui toda concentração de poder que pretende organizar a vida social segundo um plano unitário” (BOBBIO, 2015, p. 171). Nesse sentido, Mill (1991, p. 43) exemplifica que, mesmo que um governo estivesse em plena harmonia com o seu povo e exerça um poder coercitivo de acordo com a voz popular, essa coerção seria ilegítima, ainda que exercida pelo direito do povo ou em a favor do seu governo, uma vez que a maioria não tem direito sequer de impor silêncio a uma voz contrária. Dessa forma, Mill, igualmente à Tocqueville, é enfático em rechaçar a tirania social⁴² (*tiranía da maioria*).

O princípio da liberdade em Mill é dirigido para a defesa das intervenções da sociedade no individual e aplicado no uso da força física sob a forma de penalidades legais, bem como na coerção moral da opinião pública. O princípio consiste em que apenas se justifica a interferência dos homens, individualmente ou coletivamente, na liberdade de ação de outrem no que diz respeito à autoproteção (MILL, 1991, p. 33-34). Desse modo, uma sociedade somente seria livre se respeitasse as liberdades de forma absoluta e sem reservas. A liberdade plena se baliza pela busca “pelo próprio bem pelo método próprio, enquanto não tentamos desapossar os outros do que é seu, ou impedir os seus esforços para obtê-lo” (MILL, 1991, p. 38). Ou seja, no rol liberal de Mill há a liberdade em ter e manter as posses já existentes, portanto, há o respeito pleno à propriedade privada⁴³; em fundamentos semelhantes aos de John Locke (1994). Portanto, a grande influência do filósofo inglês em relação à consolidação da democracia moderna se destaca em torno da asseguaração da liberdade, da diferença de opiniões e ideias e da defesa de um governo representativo proporcional (MILL, 1991; 2020).

É sob as bases liberais que há a reformulação e a implementação da democracia pelo mundo ocidental. A instituição da república estadunidense inaugurou essa retomada e, por consequência, uma nova etapa no pensamento teórico-filosófico democrático. A partir de então, a democracia se torna ligada diretamente ao liberalismo⁴⁴. Dahl (2001, p. 65) destaca que um

⁴² Mill na obra *Considerações sobre o Governo Representativo* (2020 [1861]) postulou um governo representativo proporcional, de modo que fossem assegurados o direito das minorias (*antagonismos de opiniões*) contra a tirania social (*tiranía da maioria*).

⁴³ Apesar de que num período maduro da vida teve a simpatia por temáticas socialistas, e, inclusive, postulou reivindicações progressistas, como a reforma agrária para solução da questão irlandesa, e a cooperativa de produtores como uma maneira de democratizar a propriedade (MERQUIOR, 2014, p. 129).

⁴⁴ Sartori (1994b, p. 50) aponta que “o progresso atual da democracia sobre o liberalismo é pequeno em comparação ao progresso feito pelo liberalismo moderno sobre a democracia antiga”.

dos méritos do liberalismo perante a democracia é a proteção dos interesses fundamentais das pessoas. Dessa forma, essa associação culmina no respeito à individualidade de cada um, pois os desejos pessoais diferem entre cada indivíduo. Assim, a liberdade de escolha e a oportunidade de moldar a própria vida de acordo com os próprios objetivos, preferências, gostos, valores, compromissos e convicções são protegidos pela democracia liberal.

2.2.2 – A prevalência da democracia procedimental

Os estudos em torno da vertente da abordagem clássica (normativa ou filosófica) da democracia começaram a perder o protagonismo em meados da década de 1940. Sobretudo, após a publicação, em 1942, da obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950). Nesse estudo, Schumpeter realiza uma crítica a teoria clássica da democracia e desenvolve uma concepção cujo foco é o funcionamento da dinâmica da prática democrática, colocando em segundo plano as discussões em torno dos valores e objetivos a serem alcançados com base na democracia. A partir de então, inaugura-se uma nova concepção nos estudos da temática, conhecida como concepção empírica (procedimental ou minimalista) da democracia, que se torna preponderante na ciência política (BOBBIO, 1998, p. 326). Autores de destaque, como, por exemplo, Anthony Downs, Samuel Huntington, Giovanni Sartori, Norberto Bobbio e Robert Dahl foram influenciados, em maior ou menor medida, pelas teses *schumpeterianas* (PATEMAN, 1992, p. 12).

Um dos principais problemas apontados por Schumpeter em relação à democracia clássica é em relação a questão do bem comum. Na visão do economista austríaco, essa perspectiva parte do pressuposto que os cidadãos são capazes de definir as ações necessárias para propiciarem o bem comum (ROUSSEAU, 2010) ou a felicidade geral (MILL, 1991), a partir, inclusive, da escolha dos seus representantes eleitos. Nesse sentido, Schumpeter (1961 [1942], p. 300) define a democracia como um “arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”.

Schumpeter (1961) fundamenta sua crítica sob o argumento de que não existe um ideal coletivo que possa representar um bem comum, face às próprias configurações de uma sociedade (diversidades de interesses e valores e de grupos de poder estabelecidos). Bobbio (2015, p. 43), no mesmo viés, afirma que o interesse comum somente seria possível numa sociedade ideal, que fosse centrípeta e consolidada a partir de indivíduos independentes, isto é, sem a existência da formação de grupos. Logo, nenhum indivíduo teria a capacidade de delimitar o bem comum de maneira apartada dos interesses do grupo. E, mesmo que possuísse

essa habilidade, a própria noção de bem comum teria um significado diferente para cada indivíduo (SCHUMPETER, 1961, p. 301).

Além disso, Schumpeter (1961, p. 304) frisa que, para que a concepção clássica fosse viável, o cidadão deveria ter o interesse em participar dos assuntos públicos e possuir um conhecimento pleno das atividades estatais, manifestando de maneira clara o que defender, a capacidade de observar e interpretar os fatos que estão ao alcance de todos, e selecionar de forma crítica as informações sobre os que não estão. Por fim, teria que exarar uma conclusão objetiva e imediata quanto aos fatos particulares, que fosse tão embasada como a de qualquer outro cidadão, sem que fosse afetada, inclusive, por pressões de grupos e da propaganda política.

Desse modo, a soberania popular e a vontade geral, nos termos de Rousseau (2010), e a perspectiva de democracia baseada no governo que emana do povo (HAMILTON; MADISON; RAY, 2011; ROUSSEAU, 2010) – “um governo do povo, pelo povo, para o povo”⁴⁵ – dão lugar, na perspectiva de Schumpeter (1961, p. 300), para “um governo aprovado pelo povo”. Ou seja, para o economista austríaco, “a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo [...] [...] significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão” (SCHUMPETER, 1961, p. 347). Portanto, salvo em situações pontuais nas quais a democracia direta é empregada, o povo, como povo, não poderia governar de fato (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296). Dessa forma, a soberania popular é relegada, visto que os representantes eleitos que irão, de fato, decidir na esfera política.

Se não há uma vontade autônoma dos cidadãos e, tampouco, uma vontade do povo, a democracia não pode ser um fim em si mesma e deve ser restringida para que se torne um método que indique por *quem* e *como* são tomadas as decisões. Logo, a concepção da dinâmica democrática torna-se um método político apto a permitir certo tipo de organização institucional, de forma que haja a possibilidade (pacífica), por meio do sufrágio eleitoral, de eleger e/ou substituir os representantes (SCHUMPETER, 1961, p. 291). Em síntese, é a vinculação de uma determinada forma (de adquirir o poder) a uma função (tomada de decisões políticas (RANINCHESKI; CASTRO, 2012, p. 31).

Portanto, a democracia, nessa concepção, tem como ponto principal a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelos votos dos cidadãos (PATEMAN, 1992, p. 13). Ou seja, a democracia é interpretada como uma arena na qual as elites políticas competem pelos

⁴⁵ Essa frase ficou conhecida a partir do discurso de Abraham Lincoln, em 1863, numa cerimônia no contexto da Guerra da Secessão, na cidade de Gettysburgh, nos Estados Unidos (SARTORI, 1994b, p. 57).

votos do povo. Essa “concorrência livre pelo voto livre” (SCHUMPETER, 1961, p. 323) é apresentada pelo economista austríaco a partir de uma analogia com o mercado: há uma concorrência incerta entre os grupos das elites políticas, que oferecem propostas eleitorais como produto ao eleitorado, e visam conquistar a sua moeda, o voto. Macpherson (1978, p. 82-83) critica esse modelo já que: “o propósito da democracia é registrar os desejos do povo tais como são, e não contribuir para o que ele poderia ser ou desejaria ser. A democracia é tão somente um mecanismo de mercado: os votantes são os consumidores: os políticos são os empresários”.

Ao mesmo tempo que Schumpeter (1961, p. 323) propõe que todos os entraves para a plena concorrência devem ser eliminados, reconhece que não é possível excluí-los complementarmente. Ora, se no próprio mercado há uma relação muito desigual entre empresas (sobretudo, no que diz respeito à capacidade financeira), que, por diversas vezes, acarreta em uma supremacia econômica de um pequeno grupo em detrimento da maioria, a dinâmica democrática segue o mesmo sentido. Isto é, poucos grupos de elites políticas dominam a disputa eleitoral. Ademais, o foco na competição constante pelos votos por parte das elites políticas se torna um problema ao estimular medidas a curto prazo somente para obter votos.

Essa valorização das elites⁴⁶ (políticas) no contexto democrático possui uma forte influência das teorias sociológicas de Max Weber (1864-1920), especialmente nas ideias relacionadas ao processo de racionalização do Ocidente. Para Weber (1997; 2011), diante de um contexto de crescimento do sistema capitalista e do aumento da complexidade das relações sociais, há a necessidade da institucionalização de um Estado racional-burocrático. Esse processo pressupõe a condução do Estado por parte de burocratas e políticos profissionais, visando um equilíbrio. Por essa razão, o sociólogo e economista alemão assevera que a disputa eleitoral deve se dar dentre os políticos que demonstrem competência e capacidade – normalmente vinculados à uma estrutura partidária –, e a participação do povo se limitar à “colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem a intervalos relativamente longos, e à discussão de resoluções cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes” (WEBER, 1997, p. 68).

O economista estadunidense Anthony Downs, na mesma linha de pensamento de Schumpeter⁴⁷, desenvolve um modelo de racionalidade política da democracia fundamentado num viés econômico, que se torna, a partir da década de 1960, referência para os estudos da democracia (MIGUEL, 2002, p. 127). Downs (2013 [1957], p. 41) entende que políticos e

⁴⁶ Bobbio (1998, p. 385) identifica Mosca, Pareto e Michels como os precursores da Teoria das Elites na política.

⁴⁷ Downs (2013, p. 51) afirma que “esse *insight* brilhante [leia-se, a base do pensamento de Schumpeter] resume toda a nossa abordagem do funcionamento do governo”.

cidadãos são movidos por uma ação racional, eficientemente planejada, a partir de um cálculo de custos e benefícios, para alcançar os fins econômicos ou políticos almejados. A ação dos envolvidos, na dinâmica democrática, fundamenta-se não na maximização de um bem comum, mas sim na satisfação dos interesses individuais. Enquanto os partidos visam maximizar os seus lucros (votos), os eleitores, de um modo semelhante, buscam aumentar suas vantagens (utilidades) (DOWNS, 2013, p. 63). Trata-se de uma visão que o indivíduo é movido racionalmente pelo autointeresse e egoísmo.

A dinâmica do modelo democrático de Downs se centra em torno do voto. Assim, a eleição (e a reeleição) de um governo se torna o objetivo principal da democracia. Ao contrário de Schumpeter (1961), que percebia uma incapacidade decisória dos indivíduos na política, Downs (2013) concebe que estes possuem a habilidade de identificar os seus próprios interesses, bem como de avaliar se estão sendo atendidos ou não (*accountability*). Miguel (2002, p. 131) aponta que o maior problema na teoria do economista estadunidense é que “nem o comportamento dos eleitores segue a estrita racionalidade previstas, nem os políticos parecem tão sensíveis às demandas populares”. Em que pese a crítica acertada, esse contexto de mercado político, polarizado entre políticos (empresários) e eleitores (consumidores), evoca os fundamentos econômicos e individuais que sustentam a democracia liberal.

Segundo Downs (2013, p. 118), os partidos utilizam as ideologias na elaboração das propostas políticas (e na execução das ações políticas, quando eleitos), para atingir uma maior parcela dos eleitores, com o objetivo de obter votos. Desse modo, via de regra⁴⁸, os partidos tendem a construir posições ideológicas próximas, visando se aproximar o máximo possível de todas as classes e interesses. Assim, “os partidos diferenciam suas propostas de uma maneira sutil, de modo a demonstrar uma certa singularidade” (DOWNS, 2013, p. 121). Isto significa que, para Downs, as propostas partidárias não tendem a buscar os extremos⁴⁹, e sim o centro do espectro político-ideológico; o *eleitor médio*. Por outro lado, o eleitorado utiliza as ideologias como um atalho para realizar sua escolha (voto) de acordo com própria visão de mundo (ideologia), ou seja, “os eleitores, desse modo, utilizam ideologias para cortar seus custos de informação” (DOWNS, 2013, p. 133).

Ranincheski e Castro (2012, p. 31) apontam que Downs trata a democracia essencialmente como forma, parametrizando-a pela descrição de procedimentos e regras do

⁴⁸ Downs (2013, p. 133) destaca que “uma diversidade de ideologias partidárias pode existir apenas porque a incerteza impede que qualquer uma delas prove ser superior às outras”.

⁴⁹ Downs (2013, p. 122) ressalta que nas hipóteses que há um número considerável de apaixonados (extremistas), “as plataformas partidárias podem divergir apenas se os partidos não tiverem certeza quanto a que, exatamente, a maioria é favorável, ou quanto a níveis de sutileza para além daquele do consenso apaixonado”.

jogo, sem, contudo, realizar qualquer tipo de debate sobre o seu conteúdo. Nesse sentido, Downs (2013, p. 56) entende que um governo democrático é aquele que prevalecem oito condições: partido (ou coligação) eleita por eleição popular; eleições em intervalos periódicos; voto livre aos adultos; um voto por pessoa; eleição por critério majoritário; condições plenas (sem entraves) para que o vencedor assuma o governo; não interferência dos governantes nas atividades de outros partidos ou cidadãos opositores; e, a existência de dois ou mais partidos em competição.

As obras de Schumpeter (1961 [1942]) e Downs (2013 [1957]) foram fundamentais para alçar a democracia procedimental como hegemônica nos estudos sobre a democracia. A partir de então, o conjunto de regras, procedimentos e instituições se tornaram o foco da dinâmica democrática. No entanto, somente com os aportes do cientista político estadunidense Robert Dahl (1915-2014), difundidos a partir do ano de 1956⁵⁰, com destaque para a publicação da obra *Poliarquia: participação e oposição*, em 1972, que a teoria procedimental atinge o seu auge e predomínio nas ciências sociais (LIMONGI, 2015, p. 11), tornando Dahl como um dos grandes teóricos do século XX (CHANTAL, 2001).

Dahl (2015 [1972]) desenvolve o conceito de *poliarquia* para diferenciá-lo do relativo à democracia, sob a justificativa de fugir das inúmeras concepções que este termo pode explicitar. Desse modo, poliarquia se refere à *democracia real*, enquanto o vocábulo democracia indica um tipo ideal, a *democracia ideal* (LIMONGI, 2015, p. 11). Para Dahl (2015, p. 25-26), a democracia é conceituada como um sistema político que possui, em suas características, a propriedade de ser totalmente – ou quase totalmente – responsivo a todos os respectivos cidadãos, e a poliarquia, como um regime relativamente democratizado, ou seja, dotado de caráter inclusivo e aberto à contestação pública (DAHL, 2015, p. 31).

O cientista político estadunidense constrói o conceito de poliarquia a partir de dois processos do sistema político: a inclusão e o desenvolvimento da oposição pública; a participação e a oposição (contestação). Essa bidimensionalidade, segundo o autor, representa a base da democratização. Essa simplificação da dinâmica democrática demonstra que o foco da teoria de Dahl, assim como a de Schumpeter (1961) e a de Downs (2013), é em torno do processo eleitoral. Fundamentado na premissa de que um governo se configura pela confluência de interesses e preferências e deve ser responsivo às demandas dos seus cidadãos – considerados politicamente iguais –, Dahl aponta a necessidade da existência de três oportunidades plenas para todos os cidadãos:

⁵⁰ Em 1956, Robert Dahl publicou a obra *Prefácio à Teoria Democrática*, a qual continha os primeiros aportes quanto à sua teoria pluralista.

1ª. De formular suas preferências. 2ª. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. 3ª. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas **sem discriminação decorrente do conteúdo** ou da fonte da preferência (DAHL, 2015, p. 26). Grifamos.

A partir da instituição e manutenção dessas três esferas de oportunidades é que se viabilizam as condições – embora não suficientes – para a implementação da democracia. Vinculadas a essas preferências, Dahl elenca oito garantias institucionais⁵¹ que devem ser propiciadas e garantidas com o objetivo de contribuir para a plenitude democrática, isto é, para a consolidação de uma poliarquia:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações. 2. Liberdade de expressão. 3. Direito de voto. 4. Elegibilidade para cargos públicos. 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio [e votos]. 6. Fontes alternativas de informação. 7. Eleições livres e idôneas. 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências (DAHL, 2015, p. 27).

Essas garantias institucionais estão vinculadas as duas dimensões teóricas da democratização: direito de participação e contestação pública. Desse modo, algumas operam apenas na assegurar da oposição, outras somente na da participação e algumas em ambas, como é o caso do direito de voto em eleições livres e idôneas, pois tal garantia estimula a contestação e ao mesmo tempo torna o regime inclusivo com o número significativo de participantes. Portanto, na perspectiva de Dahl (2015, p. 28), a partir da utilização dos dois processos do sistema político (participação e oposição), essas instituições possibilitam a comparação de diferentes tipos de regimes políticos (democráticos ou não).

Utilizando-se das duas dimensões, que fundamentam a análise da poliarquia, se torna possível verificar o *nível* democrático que se encontra determinado regime político. Nesse sentido, o modelo procedimental da democracia elaborado pelo cientista político estadunidense é formado por quatro categorias extremas, que possibilitam uma gama de variações dinâmicas a partir da relação dos dois eixos da democratização: 1ª) hegemonia fechada: situação em que há uma baixa contestação pública e participação política limitada; 2ª) oligarquia competitiva: posição que representa uma alta contestação, mas com uma baixa participação; 3ª) hegemonia inclusiva: possibilidade que indica uma baixa contestação e uma considerável participação política; 4ª) poliarquia: conceito que representa uma alta contestação e uma ampla participação (DAHL, 2015, p. 30).

⁵¹ No livro *A democracia e seus críticos* (2012), Robert Dahl relaciona sete instituições necessárias para que um governo seja classificado como uma poliarquia: “1. Funcionários eleitos. 2. Eleições livres e justas. 3. Sufrágio inclusivo. 4. Direito de concorrer a cargos eletivos. 5. Liberdade de expressão. 6. Informação alternativa. 7. Autonomia associativa.” (DAHL, 2012, p. 350-351). No entanto, pouco se distinguem das oito apresentadas na obra *Poliarquia: Participação e Oposição* (2015).

Dahl (2015) desenvolve a dinâmica do seu modelo democrático (*poliárquico*) a partir da construção e manutenção de regras e procedimentos. Por mais que os aportes do autor sejam fundamentados na democracia pluralista, isto é, considerando a existência de uma sociedade heterogênea e distribuída em diversos grupos de poder, o cientista político estadunidense não abre qualquer possibilidade para que as normas institucionalizadas previamente pelas elites sejam alteradas pelos novos participantes (DAHL, 2015, p. 54). Pelo contrário, Dahl (2015, p. 61) afirma que já há modelos testados de democracia no mundo e, portanto, se torna desnecessário reinventá-los. Desse modo, para Dahl, “a manutenção da democracia não depende da adesão prévia dos atores sociais a determinados valores. A adesão às regras democráticas é circunstancial, contingente” (LIMONGI, 2015, p. 21).

Outrossim, além de um método, a poliarquia é entendida como um sistema no qual diversos interesses e preferências estão congregados. Isso decorre do pressuposto da plena participação cidadã no contexto eleitoral. Desse modo, as elites, a fim de obter os votos, levam em consideração os interesses, preferências e opiniões dos cidadãos. Essa competição por votos possibilita que a democracia se firme a partir do equilíbrio entre *custos de tolerância* e *grupos de repressão*: a probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a diminuição dos custos esperados da tolerância e com os custos de sua eliminação (DAHL, 2015, p. 36). Por mais que Dahl reconheça as diversidades sociais, mantém uma posição elitista na democracia ao reforçar que grupos minoritários (as elites) – devidamente admitido por ele que não representam o todo – exerçam o poder, enquanto a participação do cidadão fica restrita ao exercício do voto. Assim, o cientista político estadunidense entende que, por haver competição, há um equilíbrio de forças e nenhum grupo se torna capaz de dominar toda a sociedade.

Nesse sentido, Przeworski (1994, p. 28-37) afirma que as bases da democracia estão firmadas na incerteza, uma vez que os grupos em disputa sabem o que é provável e possível, mas não sabem o resultado do processo eleitoral, e na crença na estrutura institucional, visto que as forças políticas aceitam derrotas por crerem que estas propiciarão, no futuro, condições para que seus interesses sejam concretizados.

Mantendo o mesmo viés procedimental⁵², Giovanni Sartori (1924-2017) entende que a democracia (prática), por ser um conceito político, é a democracia política. Logo, o método, ou o procedimento, deve preceder qualquer exigência prévia da própria democracia, pois é a

⁵² Pateman (1992, p. 20) ressalta que a obra de Sartori “contém o que talvez seja a modalidade mais radical da revisão de antigas teorias da democracia. Basicamente, sua teoria revela-se uma extensão das teorias de Dahl sobre democracia enquanto poliarquia”.

democracia política que viabiliza a construção de outros subtipos de democracia (1994 [1987⁵³], p. 29). O cientista político italiano entende que “as democracias modernas dependem de (a) poder limitado da maioria; (b) procedimentos eleitorais; e (c) transmissão do poder dos representantes” (SARTORI, 1994a, p. 52).

Contra a tirania da maioria (MILL, 2020), Sartori (1994a, p. 56) assevera que o sustentáculo da dinâmica democrática é o respeito e a salvaguarda dos direitos da minoria. Por mais que a maioria governe, deve haver a possibilidade de alternância do poder; a *maioria limitada*. É nesse ponto que o cientista político italiano vê a liberdade no processo eleitoral: o cidadão pode em cada eleição mudar o sentido do seu voto, de uma maioria para uma minoria – que pode se tornar uma maioria – e vice-versa (SARTORI, 1994a, p. 45). No que tange à questão dos procedimentos eleitorais, Sartori (1994a, p. 123-124) afirma que “o processo democrático é de fato sintetizado em eleições e em eleger”. Logo, o papel do povo se restringe (majoritariamente) ao voto, que, no seu conjunto, forma (ou descarta) um *consenso* de quem irá exercer o poder, o qual é exercido por uma elite minoritária (PATEMAN, 1992, p. 20).

Todavia, Sartori (1994a, p. 124) ressalta que a existência da democracia é condicionada pela asseguarção do direito de opinião. Assim como as eleições, a manifestação de opinião deve ser livre também. Em relação à influência dos meios de comunicação e dos grandes grupos de interesse econômico, o autor italiano reconhece que estes agem de uma maneira mais persuasiva que o eleitorado. No entanto, minimiza a influência destes na formulação da opinião do povo – o *consenso geral* –, que seria consolidada apenas a partir da exclusão das vozes das elites e das minorias (SARTORI, 1994a, p. 126-127). Resta visível que, ao mesmo tempo que se reconhece o poder das elites (econômicas e de comunicação) no processo eleitoral e, sobretudo, na própria formulação da opinião do eleitorado, Sartori desdenha desse poder de influência na formulação da opinião pública por meio do voto.

Noberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano, se filia às diretrizes notabilizadas por Schumpeter (1961) e define a democracia como uma “contraproposta a todas as formas de governo autocrático, [...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (BOBBIO, 2015, p. 35). Ademais, acresce que nesse método deve estar “prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 2015, p. 27). Portanto, uma decisão tomada pela coletividade dos indivíduos somente terá aceitabilidade

⁵³ O livro *A teoria da democracia revisitada* foi publicado pela primeira vez em 1987. No entanto, trata-se de uma obra reformulada a partir dos escritos constantes no livro *Teoria democrática*, de 1962.

se observadas as regras (escritas ou não) que estabeleçam quem são os indivíduos autorizados a tomar decisões que deverão ser cumpridas pelo grupo, e com base em quais procedimentos.

Bobbio (2000, p. 426) desenvolve seis regras identificadas como *universais processuais*, as quais caracterizam um regime democrático quanto às demais formas de governo. Tratam-se de princípios normativos vinculados aos procedimentos de deliberação coletiva em relação a *quem* e *como* se deve tomar as decisões, sem abordar sobre *o que* se deve decidir:

1ª) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele; 2ª) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso; 3ª) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4ª) devem ser livres também no sentido em que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5ª) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito, o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6ª) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 426-427).

Bobbio, além de dar um destaque à necessidade de uma participação ampla e ao respeito a regra da maioria (*o consenso*), ressalta também que um regime democrático deve assegurar que “aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra” (BOBBIO, 2015, p. 38). Assim como Sartori (1994a), Bobbio evoca o respeito às liberdades civis, como o direito de opinião, mas vai além ao mencionar a necessidade da existência de propostas e projetos políticos distintos para a escolha do eleitor. No entanto, as alternativas para o cidadão – no mesmo sentido de Schumpeter (1961), Downs (2013), Dahl (2015) e Sartori (1994a) – ficam restritas a escolha entre os grupos oligárquicos, isto é, as elites:

Mas desde que parti de uma definição predominantemente procedimental da democracia, não se pode esquecer que um dos impulsionadores desta interpretação, Joseph Schumpeter, acertou em cheio quando sustentou que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular (BOBBIO, 2015, p. 49).

Na perspectiva de Bobbio, a democracia é baseada no respeito às regras do jogo, pois “basta a inobservância de uma dessas regras para que um governo não seja democrático, nem verdadeiramente, nem aparente” (BOBBIO, 2000, p. 427). Assim, mesmo reconhecendo que se trata de uma disputa entre grupos de elites, o autor italiano entende que “a democracia, como método, está, sim, aberta a todos os possíveis conteúdos” (BOBBIO, 2015, p. 28), desde que

sejam respeitadas as instituições e as regras do jogo. Em outras palavras, para Bobbio, qualquer tipo de proposta político-ideológica – se consideradas as *regras do jogo* e as instituições políticas – está apta a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, num pleito eleitoral.

O cientista político estadunidense Samuel Huntington (1927-2008) é outro notável seguidor dessa vertente de estudo da democracia. O próprio autor explicita que segue uma tradição *schumpeteriana* e que está alinhado aos aportes de Dahl, quanto à proposição de duas dimensões de análise (participação e oposição), sob a justificativa de que estes permitem avaliar se determinados regimes são democráticos ou não e compará-los. Desse modo, a democracia tem que ter como objetivo “understand the nature of democratic institutions, how they function, and the reasons why they develop and collapse” (HUNTINGTON, 1993, p. 7).

Huntington (1993, p. 7) compreende que um “political system as democratic to the extent that its most powerful collective decision makers are selected through fair, honest, and periodic elections in which candidates feely compete for votes and in which virtually all the adult population is eligible to vote”. De igual modo, para que um regime seja democrático, o cientista político estadunidense menciona que deve haver a existência de liberdades civis e políticas, como de expressão, política, reunião e associação, uma vez que são necessários para o debate político e na condução das campanhas eleitorais. Resta evidente, por parte do autor, a redução da democracia ao processo eleitoral. Ou seja, a asseguaração das liberdades civis e políticas são estritamente essenciais para o pleno desenvolvimento do contexto eleitoral, que se inicia na campanha eleitoral e finda no voto para a escolha das elites políticas.

Teorizando num contexto de vitória do capitalismo sobre o socialismo, Huntington (1993, p. 53) assevera que – ao contrário da perspectiva de Schumpeter (1961) – o sucesso da instauração de modelos democráticos na terceira onda de democratização nos países subdesenvolvidos foi o atingimento de condições mínimas de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo pelo crescimento da classe média. Se Downs (2013) trouxe uma analogia do mercado econômico para o *mercado político*, Huntington (1993, p. 294-295) foi mais explícito ao concluir que o capitalismo é o sistema econômico que propicia o desenvolvimento da democracia: “The future of democracy depends on the future of economic development. Obstacles to economic development are obstacles to the expansion of democracy”. Nesse sentido, Przeworski (1994, p. 56), apesar de admitir que o regime democrático é compatível com a pobreza, ressalta que a manutenção da democracia depende do desempenho econômico, sobretudo nos países que recém implantaram esse regime, afinal, “o poder econômico se expressa no poder político” (PRZEWSKI, 1994, p. 45).

O cientista político polonês Adam Przeworski (1940-) entende a democracia como “um sistema em que os partidos perdem eleições. Na democracia há partidos, isto é, divergência de interesses, valores e opiniões; há competição organizada segundo regras estabelecidas e, periodicamente, alguns são perdedores e outros, vencedores” (1994, p. 25). Essa definição, apesar de focar também na outra consequência da disputa de poder – a derrota –, abarca elementos encontrados na maior parte dos autores *procedimentalistas*. Nesse sentido, o autor polonês afirma que “o passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regras” (PRZEWORSKI, 1994, p. 31), isto é, “quando, dentro de determinadas condições econômicas e políticas, um sistema específico de instituições torna-se regra geral, quando ninguém consegue imaginar-se agindo fora das instituições democráticas” (PRZEWORSKI, 1994, p. 46).

A aceitação do método democrático pelo indivíduo é um dos requisitos postulados por pelo autor polonês para a estabilidade da democracia. Bobbio (2015, p. 68) destaca que “em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume”. O autor italiano não especifica se o costume se dá por meio de uma adesão voluntária e consciente ou não. Por outro lado, Przeworski (1994, p. 11) é mais enfático ao asseverar que “as democracias perduram quando suscitam a adesão espontânea, movida pelo interesse próprio, das forças políticas mais importantes”. Assim, ressalta que a não adesão por parte do indivíduo não tem a capacidade (por si só) de ameaçar a democracia (o método democrático), uma vez que somente a não aquiescência pelos grupos organizados e representativos podem abalá-la (PRZEWORSKI, 1994, p. 48-49). Portanto, para Przeworski, a adesão ou não às regras procedimentais da democracia decorre de uma opção racional do indivíduo dentro ou não de um grupo.

Nesse sentido, de uma maneira em geral, para os autores identificados com a vertente procedimental ora apresentados, a existência e o cumprimento de procedimentos de aferição de vontade das maiorias, substanciada basicamente na eleição livre e periódica dos governantes, são suficientes para caracterizar um sistema democrático.

2.2.3 – *Em busca de uma democracia participativa*

Nos últimos anos da década de 1960, relativamente nos países ocidentais desenvolvidos, começou a surgir reivindicações populares em relação à abertura de novos espaços de participação. Esses movimentos originados por estudantes que visavam um maior poder de atuação nas decisões das respectivas instituições de ensino superior, repercutiu também em outros grupos que pleiteavam a participação na elaboração e implementação de

políticas públicas em diversas áreas (PATEMAN, 1992, p. 9). A partir de então, se desenvolveu uma outra vertente dos estudos em torno da democracia: a participativa. Macpherson (1978 [1977], p. 10) ressalta que essa perspectiva também possui origem na democracia liberal e, logo, trata-se de um sistema político desenvolvido para uma sociedade de mercado (capitalista).

Essa dimensão tem como um dos principais atributos a priorização da participação popular ampla na condução do Estado, mantendo-se, dessa forma, um vínculo com as origens da democracia em Atenas. Apesar da participação ser um dos requisitos essenciais para a viabilidade da democracia, observa-se que, enquanto a vertente procedimental preconiza a participação popular estritamente no contexto eleitoral, a democracia participativa visa, em suma, que a atuação dos cidadãos seja ampliada em termos de possibilidades e arenas de participação.

A participação ampla do indivíduo na vida pública tem suas origens há mais de 2.500 anos na *pólis* ateniense. Naquela época, a atuação na vida pública era parte da cultura daquela sociedade. Por mais que houvesse algumas restrições (tanto em número de participantes, como na possibilidade plena do exercício democrático), de uma maneira em geral, Atenas possibilitava aos cidadãos uma participação ampla – sem precedentes até então – nas decisões estatais. Por essa razão, se tornou a referência de um dos primeiros teóricos da participação política: Jean-Jacques Rousseau.

Na obra *O Contrato Social*, Rousseau (2010) desenvolve sua teoria política em torno da participação individual. A proteção da atuação do indivíduo perante ao coletivo reside na preservação da liberdade. Dessa forma, o pacto em torno do *contrato social*, por mais que preveja determinadas renúncias, não impacta na liberdade individual. Assim, visa-se “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e em que cada uma, ao unir-se a todos, só a si mesmo obedeça e continue tão livre como antes” (ROUSSEAU, 2010, p. 27).

Para Rousseau (2010, p. 111), a soberania, que pertence ao povo, é inalienável e não pode ser representada. Portanto, é por meio do exercício direto da democracia que o indivíduo mantém a sua liberdade e se torna ao mesmo tempo *súdito* e *soberano*. Contudo, o filósofo genebrino observa que uma democracia somente seria viável se reunisse, ao menos, dois requisitos: a igualdade dentre os cidadãos e a efetiva participação política.

Segundo Rousseau (2010, p. 44-45), a igualdade entre os cidadãos deve ser de natureza formal e material. A primeira se refere a submissão de todos em relação à *vontade geral*, entendida como o conjunto consensual das expressões individuais, e à sua manifestação no contexto político-social, a lei. Na perspectiva *rousseauuniana*, a igualdade material não significa

uma igualdade absoluta de poder e riquezas. Pelo contrário, presume a existência de diferenças desde que estas não conduzam a uma desigualdade política, de modo “que nenhum cidadão seja bastante opulento para comprar outro, nem nenhum tão pobre que seja obrigado a vender-se” (ROUSSEAU, 2010, p. 66). Desse modo, todo cidadão deve possuir uma propriedade, tendo em vista que esse direito traz uma segurança e independência ao indivíduo – base necessária para existir a igualdade e a independência política (PATEMAN, 1992, p. 36). Portanto, é justamente a partir dessa igualdade que o indivíduo se sente capaz de ceder as suas vontades particulares em benefício de um consentimento coletivo, a *vontade geral*, preservando a sua liberdade.

Na visão de Rousseau (2010), a participação está intrinsicamente vinculada à tomada de decisões públicas. Consequentemente, é a partir da efetiva participação que o indivíduo aumenta o nível de controle da sua própria vida – a liberdade – e sobre a sociedade em que vive. Pateman (1992, p. 38-41) ressalta que o resultado da atuação direta do cidadão perante a coisa pública é o aprendizado quanto à distinção entre os próprios impulsos e desejos, de modo que aprenda a ser tanto um cidadão público como privado. Então, a partir da participação constante e efetiva, o indivíduo se capacita cada vez mais a atuar na esfera pública decisória, se tornando um sujeito autossustentável e ao mesmo tempo parte da sua comunidade, além de permitir que as deliberações coletivas sejam mais facilmente aceitas por todos.

Alexis de Tocqueville é outro autor clássico que defende a participação política ampla. O pensador político francês exalta a igualdade de condições vivenciada na sociedade *americana* da primeira metade do século XIX. Para Tocqueville (2005, p. 7-8), a igualdade de condições encontra-se intrinsicamente ligada à própria existência e manutenção da democracia. O atingimento desse *status* somente se torna possível se os indivíduos tiverem uma situação parecida no que diz respeito às condições materiais, e se tiverem direitos iguais como cidadãos. Percebe-se, nesse sentido, uma proximidade à perspectiva de Rousseau (2010).

Ambos autores defendem a lei, como forma de assegurar a liberdade, e a participação política, como forma de mitigar a apatia política, que poderia criar, inclusive, condições para a formação de um governo despótico. No entanto, enquanto o filósofo genebrino foca numa participação do indivíduo perante às arenas legislativas, Tocqueville (2005, p. 219-220) enaltece o modelo americano de participação política que envolve diversos espaços deliberatórios. Nesse sentido, as associações⁵⁴ de cidadãos é a principal forma que aquela

⁵⁴ “Uma associação consiste apenas na adesão pública que certo número de indivíduos dá a determinadas doutrinas e no compromisso que contraem de contribuir de uma certa maneira para fazê-las prevalecer” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 220).

sociedade desenvolveu para identificar, debater e solucionar os diversos problemas e entraves da vida cotidiana nas mais diversas áreas. Essas associações não são, *a priori*, algo institucionalizado. Podem ser formadas no momento da identificação de uma situação a resolver e, logo após deliberado o assunto, com a resolução do tema, são desfeitas naturalmente. Desse modo, “a associação reúne em feixe os esforços de espíritos divergentes e impele-os com vigor em direção a um só objetivo claramente indicado por ela” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 220). Portanto, o início do exercício da cidadania se materializa pela interação dos cidadãos na participação local.

Para Tocqueville (2005, p. 221), o exercício do direito de se reunir em associações pode transpassar determinadas situações pontuais, e evoluir o foco de ação para determinadas questões importantes em nível nacional, tornando essa atividade de grande influência. Se o escopo da associação for em torno da política, os partidários podem se reunir em agremiações políticas (partidos) e eleger mandatários para representá-los numa assembleia central. Nessa questão, observa-se outra diferenciação entre Rousseau e Tocqueville. Enquanto o primeiro preconiza a participação individual e direta na política, rechaçando a representação política, o autor francês percebe que a participação direta, além de importante e necessária, se torna viável apenas em arenas deliberatórias menores. No entanto, os frutos dessa política associativa poderão ser objeto de representação em espaços macros de discussão e deliberação.

Portanto, de acordo com essa perspectiva, a soberania popular não é suprimida na representação legislativa. O poder continua presente no seio da sociedade. Trata-se, segundo Tocqueville (2005, p. 68), de uma completa autogestão da coisa pública pelo povo americano. Assim, a democracia é exercida tanto de forma direta nas inúmeras arenas de discussão e deliberação locais, como por meio da eleição de representantes, sem que se haja prejuízos a soberania popular.

Contemporâneo de Tocqueville, John Stuart Mill também é tido como um dos autores clássicos que fundamentam a democracia participativa. De modo semelhante à Rousseau, Mill (2020) entende que a participação política efetiva tem a capacidade de agir na educação do cidadão, a partir de uma mudança de consciência. Desse modo, num ciclo virtuoso e autossustentável, a cada vez que o indivíduo participa das questões políticas, mais ele se torna apto a envolver-se e colaborar com as decisões estatais. Esse exercício é o que, segundo Mill (2020), proporciona o desenvolvimento de princípios e valores em torno da coletividade, isto é, do *bem comum*. Pateman (1992, p. 46) ressalta que o autor inglês, ao ter contato com a obra de Tocqueville (2005), foi na mesma linha deste, e concluiu que o sufrágio universal e a participação no governo nacional de nada servem se o indivíduo não tiver uma preparação

prévia em nível local, tendo em vista ser o lugar no qual este aprende a se autogovernar. Portanto, é no nível local em que se viabiliza o efeito educativo da participação, ou seja, da própria democracia.

Diferentemente de Rousseau (2010), que elaborou um modelo de democracia ideal a ser aplicado em lugares de pequenas dimensões e era reticente à possibilidade da escolha de representantes para o poder legislativo, Mill (2020, p. 59-60), analisando os modelos democráticos recém instituídos na Europa e nos Estados Unidos, percebeu que a representação era necessária para a exequibilidade do sistema político, sobretudo pelo tamanho dos Estados-Nações. No entanto, para o autor inglês, essa dinâmica somente viabilizaria uma boa administração do Estado – propiciando a liberdade e a qualidade de vida dos cidadãos – se fossem escolhidos os cidadãos mais capacitados para exercer a função. Isso somente se torna possível a partir da capacitação dos candidatos e dos eleitores. Essa consciência (educação) é obtida, conforme já apresentado, pelo exercício da participação direta local. Do contrário, viabiliza-se o surgimento de *tiranias*:

Ademais, as instituições representativas são de pouca valia e podem ser mero instrumento de tirania ou intriga quando os eleitores em geral não têm interesse suficiente em seu governo para lhe dar seu voto ou, quando chegam a votar, não concedem seu sufrágio por razões públicas, mas vendem-no por dinheiro, votam por ordem de um terceiro que exerça controle sobre eles ou num candidato que queiram favorecer por razões de ordem particular. A eleição popular assim praticada, em vez de ser uma defesa contra o mau governo, não passa de uma engrenagem adicional em sua máquina (MILL, 2020, p. 27).

A impossibilidade de participação ampla na vida pública e a apatia política têm como consequência a perda da liberdade do indivíduo – maior postulado de defesa do liberalismo à época. Desse modo, a compreensão de *tiranía* não se relaciona necessariamente ao estabelecimento de um governo autoritário e ilegítimo, senão, sobretudo, de um governo que não represente a real finalidade da atuação estatal, agindo, portanto, em desacordo com os interesses do povo como um todo, isto é, tanto da maioria como da minoria (MILL, 2020, p. 109). Nesse viés, Mill (2020) se aproxima de Rousseau (2010) e Tocqueville (2005) ao compreender que a soberania pertence tão-somente ao povo. Macpherson (1978, p. 52) destaca que a democracia em Mill tem uma função de contribuir para um melhor desenvolvimento da humanidade, e somente a soberania popular exercida sem limitações dentro desse sistema político pode proporcionar esse avanço.

O pensamento desses autores clássicos influenciou a retomada teórica da questão da efetiva participação na democracia, a partir da década de 1960. A obra da filósofa inglesa Carole Pateman (1940-) é tida como o marco na retomada dos estudos em torno da democracia participativa, sobretudo após o lançamento, em 1970, do livro *Participação e Teoria*

Democrática. Pateman (1992 [1970]) realiza uma crítica à perspectiva procedimental iniciada em Schumpeter (1961) e, a partir de uma releitura de teóricos clássicos (como Rousseau e Mill), propõe que a participação política seja expandida tanto em arenas públicas não governamentais, mas, especialmente, para outras esferas de cunho particular. Ou seja, que as discussões e deliberações entre os cidadãos ocorram em outros espaços, inclusive os privados, como nos locais de trabalho.

Segundo Pateman (1992, p. 10-29), a teoria contemporânea da democracia (procedimental) foi desenvolvida a partir da *revisão* dos aportes dos teóricos clássicos, de modo a minimizar o papel da ampla participação política. Essa reticência tem duas principais justificativas: o surgimento da sociologia política no século XX – uma vez que asseverava que as camadas mais pobres da sociedade eram inclinadas ao autoritarismo – e a emergência de Estados totalitários, a exemplo do governo nazista alemão e do fascista italiano, eleitos por meio de grande participação popular. Desse modo, a democracia contemporânea foi desenvolvida abandonando o *ideal democrático* e vinculando-se a apenas um método para viabilizar decisões políticas.

Em relação à questão do autoritarismo, Alcântara (2019) ressalta que a vertente da democracia participativa preconiza o contrário. Tendo em vista que as ameaças ao sistema democrático têm suas origens na elitização da política e não na ampliação das possibilidades de participação e influência de todos os cidadãos no sistema político. Em outras palavras, “é a concentração de poder e não sua redistribuição mais ampla que pode levar ao esvaziamento da democracia” (ALCÂNTARA, 2019, p. 53).

Portanto, a partir da retomada dos *ideais democráticos*, a democracia participativa tem como pressuposto a criação de novas formas de participação política em diversos âmbitos da sociedade, de modo que as decisões sejam democratizadas a uma quantidade cada vez maior de cidadãos e de espaços visando consolidar uma *sociedade participativa*. Essa evolução somente se torna possível com a educação cidadã (ou treinamento social), inicialmente, em espaços não governamentais. Logo, é a partir da prática de envolvimento, discussão e deliberação que o indivíduo se capacita para participar politicamente. Quanto maior o número de arenas distintas na qual este participa, maior será o seu nível de eficiência política-cidadã. A partir dessa formação continuada, o cidadão se torna apto a contribuir na política em nível nacional, assim como a se integrar como parte da sociedade e em aceitar as decisões coletivas (PATEMAN, 1992, p. 59-60). Apesar da autora inglesa não priorizar a questão da abertura dos espaços estatais para a participação popular, Macpherson (1978, p. 96) destaca que outros autores preconizam essa necessidade imediata no processo de implementação.

Considerando a premissa básica da democracia participativa de que os indivíduos e as instituições não podem ser considerados isoladamente, Pateman (1992, p. 61) propõe a democratização não só de espaços públicos não governamentais, senão, sobretudo, os que por natureza são de cunho privado, como o local de trabalho⁵⁵, pois trata-se do lugar em que a maioria dos indivíduos passa grande parte das suas vidas, além de ser um ambiente que propicia uma educação na administração das pautas coletivas. Macpherson (1978, p. 106-107) concorda com essa perspectiva, mas frisa que essa participação dos trabalhadores não pode ficar restrita apenas em nível operacional, devendo se estender em nível de gerência empresarial. Pois, somente a partir de uma participação integral no local de trabalho, o indivíduo se torna apto a atuar em áreas políticas mais amplas.

Nesse viés, a democratização do lugar de trabalho possibilita que os indivíduos exerçam o máximo controle sobre as suas próprias vidas e sobre o ambiente ao qual está inserido. Contudo, é necessário que haja uma alteração na estrutura dos respectivos locais de trabalho – sobretudo quanto à equidade econômica –, de modo que os indivíduos possam participar na tomada de decisões com independência e segurança necessária para a participação no mesmo nível de igualdade em relação aos demais (PATEMAN, 1992, p. 61).

A questão da equidade econômica, como um requisito para um sistema político democrático, encontra-se respaldo nos aportes de Rousseau (2010), que a entende como um meio necessário de propiciar a independência política do indivíduo, e nos escritos de Tocqueville (2005), que, de uma forma mais profunda, vincula-a a própria existência da democracia. No mesmo sentido, Macpherson (1978, p. 103) observa que a democracia participativa somente se torna viável num ambiente de relativa coesão. Desse modo, a diminuição da desigualdade social e econômica se torna um requisito imprescindível para que se possa instituir um sistema democrático baseado na participação. Do contrário, sendo a desigualdade aceita, o cientista político canadense afirma que os indivíduos de todas as classes vão preferir um sistema político de não-participação, que preze pela estabilidade – isto é, a democracia procedimental –, ao invés de um completo caos social.

Contudo, Macpherson (1978, p. 103) aponta que as maiores dificuldades para a implementação da democracia participativa residem na própria dinâmica do atual sistema. Como diminuir as desigualdades social e econômica para viabilizar um sistema político participativo sem uma participação ampla e efetiva dos cidadãos? E como mudar a consciência

⁵⁵ O foco da autora inglesa é em relação às indústrias. Ressalte-se que em 1970 as indústrias ainda tinham uma grande relevância no contexto laboral. No entanto, a lógica teórica descrita a partir desse espaço de análise se enquadra para grande parte dos demais ambientes de trabalho.

do cidadão para uma visão coletiva dentro de um sistema individualista (consumidor)? Segundo o autor canadense, esse círculo vicioso traz más perspectivas: “não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um aumento antes da participação democrática” (MACPHERSON, 1978, p. 103).

O pessimismo (ou realismo) do cientista político canadense é justificável. Numa perspectiva a curto e médio prazos é improvável que um novo sistema de ampla participação funcione numa sociedade marcada por clivagens e sem a predominância de uma consciência coletiva no seio social. Por esse motivo, nesse cenário, a implementação de uma democracia participativa, mesmo que por meio de uma ruptura institucional, a exemplo de uma revolução, somente se torna possível a partir de um longo e lento exercício democrático, no qual a prática da participação pode se tornar, gradativamente, um aspecto intrínseco de determinada sociedade.

É por essa razão que a vertente participativa da democracia parte de uma percepção ampla da política. Ou seja, percebida como possuidora da capacidade de manter ou transformar o ambiente físico ou social, e imbricada em todas as instancias da vida social. Desse modo, encontra-se em (e entre todos) os grupos e instituições, de caráter público e privada. Sendo expressa em todas as atividades de cooperação, negociação e disputa pela utilização e distribuição de recursos, bem como nas atividades de produção de reprodução da vida em sociedade. A política gera e condiciona todos os aspectos da vida, sendo o espaço de surgimento dos problemas e também dos modos coletivos de resolução. Portanto, a política é vista como uma dimensão universal da vida humana, não vinculada obrigatoriamente a lugares ou instituições específicas (HELD, 1987, p. 250).

Dessa forma, a vertente participacionista visa resgatar o viés político das diversas relações sociais que ocorrem fora da esfera governamental. Isto é, foca-se, especialmente, no cotidiano da vida em sociedade (ALCÂNTARA, 2019, p. 62). O protagonismo da condução da vida social gira em torno do indivíduo autônomo, que, na medida em que desenvolve as suas capacidades, adquire paulatinamente um senso de coletividade e de interesse comum. Portanto, a democracia participativa se torna plenamente exequível quando se torna parte da cultura de uma determinada sociedade.

Autores como Sartori (1994a) e Bobbio (2007; 2015) tecem suas ressalvas em relação à democracia participativa, sob a justificativa de que a ampliação da participação faz com que

surjam novas elites⁵⁶ – com a capacidade de desestabilizar o sistema político –, além de gerar o aumento da apatia eleitoral. No entanto, os autores italianos minimizam o poder da transformação dos costumes sociais a partir da ampliação do poder de atuação de cada indivíduo. Pois, a prática democrática no seio social é o que possibilita a eliminação (ou, ao menos, mitigação) de uma apatia quanto à participação política.

A preocupação dos efeitos negativos quanto à apatia na participação política é manifestada em autores clássicos, como Rousseau (2010), Tocqueville (2005) e Mill (2020), e retomada pela vertente participacionista. Se a dinâmica da perspectiva procedimental tem como consequência (ou objetivo) trazer um desinteresse do indivíduo em relação ao processo político e às demandas coletivas, a democracia participativa tem a preocupação de que esse fator seja minimizado. Segundo Macpherson (1978, p. 107-113), a viabilização da participação tem a capacidade de minimizar as forças que mantêm o indivíduo apático. No entanto, segundo o autor, ela somente será banida totalmente do povo no momento em que as estruturas de classes forem eliminadas.

2.3 – O individualismo e a neutralidade na democracia procedimental

O conceito de democracia nos tempos atuais traz consigo duas percepções *a priori* antagônicas. De um lado a expectativa de que deve ser um “governo do povo, pelo povo e para o povo”⁵⁷, remontando-se às origens etimológicas do termo e à democracia dos antigos, sobretudo às experiências ocorridas em Atenas, baseadas na participação popular. E, por outro lado, o vínculo do conceito à presença periódica de eleições, relacionado aos aspectos formais – as *regras do jogo* –, que dizem respeito aos procedimentos necessários para propiciar a livre competição de partidos e indivíduos. Esta última percepção, conceituada como democracia procedimental, se tornou hegemônica na maior parte do mundo Ocidental, tendo tido a capacidade de minimizar as discussões em torno do conteúdo e objetivos da democracia.

Esse modelo de democracia procedimental, notabilizado em Schumpeter (1961) e seguido pelos autores apresentados, surgiu como um meio de criar uma estabilidade do sistema político. Num primeiro momento, essa vertente ganhou notoriedade depois das experiências totalitárias de Alemanha e Itália, antes da segunda guerra mundial, bem como de outros países

⁵⁶ Assim como Schumpeter, ambos autores seguem a *teoria das elites*, notabilizada em autores como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, que, em síntese, reconhecem (e aceitam) a contínua existência de uma minoria, as elites, as quais protagonizam a disputa pelo poder.

⁵⁷ Frase marcada no célebre discurso de Abraham Lincoln, em 1863 (SARTORI, 1994b, p. 57).

que seguiram essas bases autoritárias no pós-guerra (PATEMAN, 1992, p. 10). Posteriormente, a grande adesão se deu para proteger os países capitalistas das excessivas demandas populares, que geraram grandes *déficits* orçamentários, sobretudo com as políticas do *Welfare State* (HUNTINGTON, 1993, p. 92). Isto é, a fim de manter o regime econômico dos Estados do bloco capitalista, implementou-se medidas que implicavam na diminuição do papel estatal em detrimento ao mercado privado: o neoliberalismo.

É nesse contexto que o foco da teoria democrática deixa de ser em relação aos objetivos de um regime democrático, bem como quanto à ampliação da participação popular – entendida não somente no aumento dos números de participantes, mas especialmente na ampliação das esferas e das oportunidades de participação –, e firma-se na eficiência do processo (competitivo) eleitoral no tocante à eleição dos representantes. Por mais que haja o reconhecimento de diferentes interesses e visões de mundo dentro de uma sociedade, o protagonismo da democracia formal encontra-se em torno da competição entre os grupos de elites: “As sociedades democráticas são habitadas não por indivíduos que agem livremente, mas por organizações coletivas que coagem aqueles cujos interesses representam” (PRZEWORSKI, 1994, p. 28).

Todavia, o foco de manter uma estabilidade do sistema político como objetivo principal da democracia, sobretudo nos países latino-americanos, acentua outras questões estruturais graves, como, por exemplo, a desigualdade social. Desse modo, a democracia procedimental, cuja base estrutural é firmada na relação acentuadamente desigual entre cidadãos votantes e as elites políticas (MACPHERSON, 1978) – assemelhada a um mecanismo de mercado, entre consumidores (eleitores) e empresários (políticos) –, e por ser esvaziada de conteúdo social, isto é, por não possuir compromissos prévios com igualdade, justiça, bem-estar ou valores semelhantes (PRZEWORSKI, 1994, p. 54), reforça essa dinâmica estrutural desigual. Em outras palavras, visa manter um equilíbrio dentro de um sistema desigual.

Essa *estabilidade* dentro de um cenário de desigualdade, para Poulantzas (1977), nada mais é do que uma forma de dissimular a luta de classes e a própria dominação da classe burguesa sobre as populares. Portanto, a democracia, firmada sob as bases liberal-burguesa, é vista como um instrumento do Estado capitalista que, *a priori*, representaria de maneira equânime e neutra o *interesse geral* da coletividade, mas na prática:

[...] por intermédio de todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta sistematicamente, ao nível das instituições políticas, o seu carácter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Este Estado apresenta-se como a encarnação da vontade popular do povo-nação, sendo o povo-nação institucionalmente fixado como conjunto de ‘cidadãos’, ‘indivíduos’, cuja unidade o Estado capitalista representa, e que tem precisamente como *substrato real* esse efeito de isolamento que as relações sociais económicas do M. P. C.^[58] manifestam (POULANTZAS, 1977, p. 129).

No mesmo viés, Macpherson (1979, p. 29-30) observa que os primeiros teóricos da democracia no contexto liberal rejeitavam a divisão de classes sociais, vislumbrando que, nos lugares em que existisse, em certo momento desapareceria. No entanto, aponta que os moldes atuais da democracia liberal aceitam a divisão de classe e, inclusive, se fundamentam sobre essas bases.

Em outras palavras, as classes economicamente dominantes utilizam-se do aparato estatal, incluindo as instituições democráticas, para manter o seu poder⁵⁹. Desse modo, na democracia, a *vontade geral* representa nada mais do que os próprios interesses das classes dominantes. Desde as origens da democracia moderna, isto é, na fundação dos Estados Unidos, os *federalistas* formularam um sistema de participação popular sob essas bases, de modo que o Estado e as elites ficassem protegidos do próprio cidadão. Além da consolidação de um sistema que limitasse a contestação pública, foi desenvolvido uma cultura em torno do individualismo. Desse modo, associado às diretrizes capitalistas (e, posteriormente, na sua vertente neoliberal) foi possível minimizar o senso de coletividade; de classe; de mobilização dentro da sociedade, em prol da sustentabilidade da democracia liberal procedimental. Uma das consequências desse individualismo, conforme já falado, é a própria apatia do cidadão perante ao processo democrático – o que para os autores da perspectiva procedimental, de uma maneira em geral, é algo aceito e até desejável para a estabilidade do sistema.

Desse modo, a organização sistemática da democracia se afasta cada vez mais das origens em Atenas e da perspectiva de Rousseau e de Tocqueville – nas quais a estrutura de pensamento coletivo era um dos méritos e cernes da estrutura democrática –, para se aproximar cada vez mais num individualismo político-social. Assim, o individual prevalece na maior parte dos aspectos sobre o coletivo. Por essa razão, o voto (principal objeto de ação do indivíduo na democracia procedimental) é tratado simplesmente como a vontade individual do eleitor visando a consolidação de um governo estável. Se nos primeiros autores liberais havia uma confluência em busca da *vontade geral* (*bem comum* ou *interesse geral*), depois de Schumpeter

⁵⁸ Modo de produção capitalista.

⁵⁹ Entendido como “a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p. 100).

(1961) o foco foi direcionado para estabilidade governamental, a partir do processo eleitoral num caráter basicamente legitimador.

Assim, se desenvolveu toda uma sistemática de regras e procedimentos mínimos visando uma *estabilidade* do sistema político, de forma a garantir o exercício, a segurança e a consolidação da democracia. No entanto, esse conceito mínimo de democracia deveria estar atrelado a um conteúdo social, bem como prever que os cidadãos fossem preparados para usar as regras mínimas de participação democrática. Ou seja, de modo que se constituíssem portadores daqueles atributos sociais básicos que definem a individualidade. Weffort (1992, p. 100) percebe que “no moderno Estado-Nação, a cidadania é uma realidade política (institucional), por certo distinta da realidade social do indivíduo, mas apoiada nesta”. Na prática, a democracia procedimental não precisa ter um conteúdo social para que as instituições sejam aceitas. Pois “se a democracia é um sistema em que os resultados sempre parecem incertos, a noção de ‘conteúdo social’ não pode significar compromissos prévios com igualdade, justiça, bem-estar ou valor semelhantes” (PRZEWORSKI, 1994, p. 54).

Por outro lado, de uma maneira em geral, a teoria procedimental apresentada, com destaque para Bobbio (2015), Dahl (2015) e Sartori (1994a)⁶⁰, é fundamentada a partir da premissa de que a democracia é um sistema que está apto a receber qualquer tipo de conteúdo dentro do espectro político-ideológico, sobretudo num pleito eleitoral, desde que haja o respeito as regras democráticas (as *regras do jogo*). Assim, qualquer tipo de proposta político-ideológica encontrar-se-ia apta a participar e concorrer, em total igualdade com as demais, em determinada disputa eleitoral. Portanto, *a priori*, o sistema democrático baseado na teoria procedimental não se vincula a valores previamente estabelecidos⁶¹.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a democracia, sob a perspectiva procedimental, possui uma neutralidade de influência em relação aos conteúdos em concorrência. Isto é, as regras e as instituições são formatadas para que a competição pelo voto do eleitorado seja realizada num ambiente, em tese, isento de qualquer ingerência vinculada a própria dinâmica democrática. Portanto, segundo essa vertente, há a garantia de condições institucionais para que a disputa e a escolha de planos de governos de diferentes concepções ideológicas ocorram sem interferência do próprio sistema democrático, bem como para que a proposta vencedora seja implantada sem intercorrências oriundas do próprio regime democrático.

⁶⁰ Weffort (1992, p. 97) reforça que, com pequenas diferenças, as mesmas *regras do jogo* se encontram na obra de quase todos os cientistas políticos contemporâneos, sendo todos herdeiros de Schumpeter.

⁶¹ Somente se vincula aos valores condicionantes para a existência das próprias regras.

Em princípio, os conteúdos programáticos identificados com qualquer ideologia política, sobretudo as vinculadas aos principais signos identificatórios da oposição política na democracia liberal – direita e esquerda –, teriam plena viabilidade de concorrer num pleito eleitoral. Contudo, na curta história democrática da América Latina tem se observado uma restrição de abrangência de conteúdos ideológicos de programas de governo identificados com a esquerda, sobretudo no que diz respeito às pautas econômicas (NEGRI, 2009).

Portanto, questiona-se se esse modelo de democracia liberal aplicado na América Latina também possui limites em relação aos conteúdos ideológicos de direita? Afinal, qual é a dinâmica que limita ou favorece conteúdos dentro da disputa eleitoral?

3 – A INFLUÊNCIA DA HEGEMONIA NA DISPUTA DEMOCRÁTICA

As disputas ideológicas possuem um papel relevante na democracia. Não há regime democrático pleno sem a existência de um pluralismo ideológico institucionalmente previsto e amplamente reconhecido pela respectiva sociedade. Nesse sentido, a democracia se torna a principal e mais ampla arena na qual são atribuídos sentidos a uma infinidade de práticas nas esferas social, econômica, cultural, política, governamental, midiática etc., tornando-se, portanto, o local em que se pode observar com maior clareza a dinâmica das ideologias. Considerando a abertura à oposição política um dos pressupostos basilares dos sistemas democráticos, as disputas de pautas político-ideológicas ocorrem nos mais variados espaços de exercício e de expressão política propiciadas pela democracia.

Por mais que a ideologia seja um termo que possua uma grande amplitude conceitual (EAGLETON, 1997; STOPPINO, 1998), por vezes até mesmo contraditória (ZIZEK, 2013), sendo, em virtude disso, descartada por alguns autores (FREEDEN, 2013), não pode ser simplesmente relegada ou ignorada. Com o advento e a difusão de meios de comunicações digitais, as disputas por significados se tornam cada vez mais latentes e perceptíveis, trazendo, para a apreciação e deliberação do campo político, uma infinidade de temáticas. Se antes determinados assuntos ficavam restritos aos seus nichos originários (como, por exemplo, no campo científico), hoje extrapolam tais esferas, de modo que a arena da luta discursiva se torna o local onde as ideias opostas competem pela predominância de determinado significado (ou, simplesmente, da *verdade*).

Sob a perspectiva política, e de uma forma geral, a ideologia pode ser entendida como um sistema coerente de conjuntos de ideias, pensamentos, crenças e valores desenvolvidos e vivenciados (conscientemente ou não) em determinado grupo social, cuja dinâmica contribui para configurar os indivíduos enquanto comunidade e os orientam, como grupo social, para a ação política e no estabelecimento da própria visão de mundo, com o objetivo principal de transplantar essa concepção para a condução do Estado.

A dinâmica da construção da ideologia no campo político se torna um processo complexo e interrelacional, no qual, em suma, a cultura política – compreendida como um conjunto de atitudes, de valores e de crenças que determinada sociedade possui em relação à vida pública – influencia na elaboração, no estabelecimento e nas ressignificações de determinada ideologia. Por outro lado, a ideologia molda a respectiva sociedade por meio da

construção de novos sentidos, que podem ser absorvidos ou não nas práticas sociais, bem como orienta para a *práxis* política. Em ambos os polos dessa sistemática dinâmica estão os seres humanos, seja na ação e na produção e interpretação de sentidos e significados, como no papel de sujeitos passivos dessas representações coletivas.

Dentro do contexto democrático, as ideologias ganham notoriedade a partir da atuação dos partidos políticos. Na concepção de Freedden (2013, p. 101-102), via de regra, estes não formulam as ideologias, mas atuam para apresentá-las de uma maneira apta para o consumo direto da sociedade e divulgá-las com eficiência, visando atrair o maior número de adeptos. Desse modo, as ideologias precedem o surgimento dos partidos políticos.

Com o avançar da democracia, os partidos políticos (e respectivos representantes) têm, cada vez mais, optado por relegar publicamente qualquer ideologia em favor de uma perspectiva pragmática ou tecnocrata da política; seguindo, inclusive, uma tendência do neoliberalismo na visão de Dardot e Laval (2016). Assumir que uma ideia, conceito, pauta política ou discurso são dotados de ideologia, significa colocá-los à prova para contestação. Portanto, trata-se de uma forma de ideologia não assumida (ou propositalmente ocultada), assim como um modo de se minimizar a oposição política. Além disso, não deixa de ser uma estratégia eleitoral, cuja principal conduta é atribuir o termo ideologia aos opositores, numa forma pejorativa, sobretudo, para rotular os considerados extremistas. Ora, se a ideologia direciona a ação política, resta eliminada qualquer possibilidade de abdicá-la. Pois, caso houvesse “uma política que esvaziasse os princípios universais de qualquer conteúdo real, [...] seria uma política de ‘oportunistas’, de indivíduos incapazes de se elevar ao nível de uma dedicação fecunda à comunidade” (KONDER, 2001, p. 26).

Após a queda do muro de Berlim, valores relativos à questão econômica foram relativizados e naturalizados em favor do livre mercado, de modo que a maior parte da esquerda política abdicou de propor alternativas radicais ao capitalismo. Desse modo, outras temáticas ganharam relevância e protagonismo na disputa ideológica, acompanhando também as mudanças ocorridas no contexto social, marcado por uma crescente incorporação de valores pós-materialistas (INGLEHART; WELZEL, 2009). A partir desse contexto, as ideologias ampliaram o espectro de atuação na política para abarcar tanto grandes princípios como também temas de menor repercussão pública, como questões pontuais e efêmeras (FREEDDEN, 2013).

Este capítulo tem como objetivo compreender a dinâmica de funcionamento das ideologias em diferentes perspectivas conceituais, com foco na vertente dos estudos das ideologias políticas, bem como na dinâmica do domínio de uma (ou mais) ideologia por meio da hegemonia. A primeira seção abordará as origens conceituais da ideologia e as dificuldades

em torno do termo. A segunda parte versará acerca das principais concepções teóricas da ideologia (significado forte e fraco), enfocando os principais expoentes das respectivas abordagens: Marx e Engels (2010) e Mannheim (1968). O terceiro tópico apresentará o conceito e a dinâmica de ideologia e hegemonia em Gramsci. E o último item discorrerá sobre as ideologias políticas, focalizando nas principais características das ideologias em disputa dentro do contexto político-democrático.

3.1 – Origens e as variações conceituais da ideologia

A ideologia é um dos vocábulos que possui uma das maiores variedades conceituais dentro das Ciências Sociais. O termo compreende uma gama de definições desenvolvidas em torno de diferentes linhas de pensamento (STOPPINO, 1998, p. 585), e que se encontram em constante construção e reformulação, tanto na esfera acadêmica como na política (SEBASTIÁN, 2013, p. 12). A variedade de significados em torno da ideologia é tão ampla, que Eagleton (1997, p. 15) enumerou dezesseis definições distintas que são comumente utilizadas, com a observação de que não se trata de uma relação definitiva.

Assim, o termo pode abranger desde o que seria ideal, perpassando pelo conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas, de crenças ou de visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo, tanto no cunho social como político, como a questões relativas ao poder⁶², até a uma concepção crítica, no sentido de que é um instrumento de dominação da classe dominante que exterioriza um falseamento da realidade. A partir daí, observa-se que há conceitos complementares e outros incompatíveis entre si; alguns de caráter pejorativo, neutro ou positivo; outros se distinguem quanto à formulação de questões epistemológicas, enquanto uns não entram nesta seara.

Utilizando-se de uma base histórico-dialética hegeliana, o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2013, p. 09-14) interpreta a existência dessa multiplicidade de conceitos em torno da ideologia como um indicador de diferentes situações históricas concretas. Por isso, até mesmo dentro de determinada acepção, a ideologia pode apresentar diversos sentidos de acordo com o contexto histórico-político. No mesmo sentido, o historiador brasileiro Alfredo Bosi (2010, p. 11) vincula a variedade de conceitos às situações sociais e culturais objetivas ao longo da história. Contudo, se arrisca em identificar um significado comum presente nas diversas

⁶² Eagleton (1997, p. 21) cita que, para fugir desta confusão conceitual, “Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um ‘discurso’ mais capaz”.

concepções do termo: a ideia de condição. Ou seja, para Bosi, a ideologia é sempre o modo de pensamento condicionado, e, portanto, relativo.

Um vocábulo que abarque uma variedade de significados, sendo alguns até mesmo contraditórios, pode perder a credibilidade, valor e utilidade. Eagleton (1997, p. 20-21) ressalta acerca da importância de estabelecer claramente determinado significado e sugere, como método de realizar esta individualização, distinguir o que seria o outro do conceito a ser utilizado, a fim de apurar a real dimensão do conceito. Nesse viés, torna-se imperioso realizar um percurso exploratório em torno da ideologia, visando compreender as origens e os principais sentidos conceituais, de modo a compreender os respectivos significados, e, sobretudo, a acepção que melhor dialogue com o escopo deste trabalho.

Antes mesmo do surgimento do vocábulo ideologia, outros autores discorreram sobre a questão das ideias e do falseamento destas. Há mais de 2000 anos, os filósofos gregos Platão e Aristóteles, por exemplo, abordaram a relação das ideias e da forma. Na *Alegoria da Caverna*, Platão retrata as percepções equivocadas da realidade por parte do indivíduo, devido a obtenção de um retrato errôneo ou incompleto do real, e não simplesmente por uma falta total de conhecimento. Aristóteles, na *teoria das quatro causas*⁶³, buscou identificar as causas (e, sobretudo, a finalidade) na existência das coisas. No caso dos indivíduos, a causa final pode ser observada, inclusive, como uma realidade mal compreendida.

Nos períodos renascentista e iluminista, surgiram outras obras que versaram acerca dos modos de pensar:

ora fruto de preconceitos etnocêntricos (é o sentido do relativismo antropológico de Montaigne); ora fruto de maus hábitos cognitivos herdados da tradição e das convenções sociais (os *idola* de Bacon); ora de submissão ao poder no bojo de contextos sociais iníquos (as denúncias de Rousseau); ora simplesmente desvios da razão imanente na história das nações tais como afloram nas flechas de Vico ou de Hegel lançadas contra certas tendências culturais do seu tempo. Em Montesquieu o tom sardônico dos primeiros escritos, *As cartas persas* acabam cedendo a um reconhecimento objetivo de que modos de pensar, agir e dizer podem não ser propriamente erros, desvios da reta razão, mas expressões da vida de um povo condicionadas por fatores físicos e sociais [...] (BOSI, 2010, p. 61).

Contudo, o surgimento do termo ideologia é atribuído ao filósofo iluminista francês Antonine Destutt de Tracy (1754-1836). Foi descrito pela primeira vez em 1801⁶⁴ na obra *Eléments d'Idéologie*, em pleno desdobramento da Revolução Francesa, para designar um novo campo de estudo, a ciência das ideias. Desse modo, a primeira acepção do conceito se referia ao estudo da “gênese das ideias, que eram tratadas como fenômenos naturais que

⁶³ A saber: material, formal, motriz ou eficiente e final (CHAUÍ, 2002, p. 4).

⁶⁴ Bosi (2010, p. 14) atribui a criação do termo, igualmente, ao filósofo Destutt de Tracy. No entanto, baseando-se no *Dictionnaire étymologique* de Alberto Dauzat, indica o ano de 1796 como o da criação do vocábulo.

exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 2002, p. 10), ou, simplesmente, como o estudo científico das ideias humanas (EAGLETON, 1997, p. 65).

De Tracy foi preso durante o período do Terror⁶⁵ e, após a soltura, fez parte de um grupo que ficou denominado à época como *ideólogos*. Partidários de Napoleão Bonaparte, apoiaram o golpe de Brumário. O grupo de De Tracy apoiou a iniciativa de Napoleão sob o argumento de que ele era um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa. No entanto, após se decepcionarem com o primeiro cônsul, percebendo-o como o restaurador do *Ancien Régime*, se tornaram partidários de oposição ao regime napoleônico (CHAUÍ, 2002, p. 10). Após a derrota na Rússia, no ano de 1812, Napoleão proferiu um celebre discurso, atacando os *ideólogos* e imputando os contratempos que a França estava passando à *ideologia* e à *tenebrosa metafísica dos ideólogos*. Dessa forma, Napoleão expressou uma crítica aos *ideólogos* no sentido de que se empenhavam em investigar as leis da razão de uma forma tão rígida, que se isolaram dentro de seus próprios sistemas fechados, ou seja, apartados da realidade prática (BOSI, 2010, p. 62). Assim, o termo ideologia foi utilizado pela primeira vez com uma acepção negativa, deixando de caracterizar um cético materialismo científico, representando uma esfera de ideias abstratas e desconexas (EAGLETON, 1997, p. 71), e, desde então, ganhou contornos e significados distintos.

3.2 – As principais vertentes da ideologia

Embora haja uma pluralidade de significados em torno da ideologia, prevalece uma divisão teórico-metodológica que distingue os estudos em duas esferas de abrangência (ou tipos gerais), as quais Noberto Bobbio classifica como: significado fraco e significado forte da ideologia⁶⁶. A primeira perspectiva, menos epistemológica que sociológica, abarca os sistemas de crenças sócio-políticas, compreendidos como um conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas e de valores inerentes à ordem pública, cuja função é orientar os comportamentos sócio-políticos de determinado grupo. Portanto, o conceito nessa dimensão possui um caráter *neutro* (EAGLETON, 1997, p. 16; STOPPINO, 1998, p. 585).

⁶⁵ O período do Terror (1793-1794) ocorreu durante a Revolução Francesa, e foi marcado pela perseguição religiosa e política, guerras civis e execuções. Em suma, as ações dos jacobinos visavam neutralizar os considerados inimigos da Revolução.

⁶⁶ Bosi (2010, p. 72) também menciona esta divisão analítica em *sentido não valorativo* e *sentido valorativo*, respectivamente.

A segunda concepção, também conhecida como *linhagem marxista*, trata a ideologia como a falsa consciência das relações de classes, ou seja, do domínio da classe dominante por meio de um falseamento da realidade. É uma tradição de pensamento que se preocupa com ideias de verdadeira e falsa cognição. Logo, o significado forte da ideologia se consolida num viés *negativo*, visto que o foco se situa em torno do caráter distorcido (ou mistificante) de uma crença política (EAGLETON, 1997, p. 16; STOPPINO, 1998, p. 585). A partir dessa divisão teórico-metodológica, este trabalho apresentará a ideologia sob essas duas tradições.

3.2.1 – Significado forte

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), na obra *A Ideologia Alemã* (2010 [1845]), inauguraram uma nova tradição de pensamento em torno da ideologia⁶⁷. Os autores alemães realizam uma crítica à filosofia dos jovens hegelianos, que, segundo eles, se limitavam a interpretar a realidade social a partir da autonomização dos conceitos, e não pelas conexões do pensamento com o contexto histórico. O distanciamento do mundo real, cujo resultado era uma consciência distorcida da realidade, foi conceituado como ideologia. Portanto, a construção do conceito de ideologia, por Marx e Engels, tem a influência direta dos discursos hostis proferidos por Napoleão Bonaparte, consolidando o termo a partir de um caráter pejorativo (negativo).

A Ideologia Alemã (2010) também consolida as bases para a teoria da concepção materialista da história. Sob essa perspectiva, Marx e Engels afirmam que o desenvolvimento da história se fundamenta nas relações sociais de produção e nos modos de produção. Desse modo, há uma relação intrínseca entre a produção material e o comércio material com as ideias que são produzidas pelos homens, pois “as representações, o pensamento e o pensamento intelectual dos homens aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material” (MARX; ENGELS, 2010, p. 18-25). Essa vinculação se observa, de igual modo, nos frutos da produção intelectual, como nas leis, na política, na moral, na religião etc. (ABBAGNANO, 2007, p. 532). Portanto, as ideias são originadas a partir de uma realidade social produtiva, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas e nos modos de relação entre as classes.

Desse modo, Marx e Engels reconhecem, na maneira de pensar das classes dominantes, uma evidente carga de justificação e de autolegitimação (BOSI, 2010, p. 64). Em consequência, as ideias, para as classes dominadas, estariam dotadas de uma inversão da

⁶⁷ Os autores já haviam utilizado o termo em outras obras anteriores a “*A Ideologia Alemã* (2001)”, no entanto, a caracterização do conceito da ideologia marxista só ocorreu com os aportes constantes no referido livro (CHAUÍ, 2002, p. 14).

realidade, pois “os homens sempre formaram ideias falsas sobre si mesmos, sobre como são ou como deveriam ser” (MARX; ENGELS, 2010, p. 11). Essa falsa consciência tem um sentido real e prático-sensível de inversão do mundo dos homens. Nesse viés, os autores alemães realizam uma comparação em relação ao funcionamento da dinâmica do falseamento da realidade nos indivíduos: “[na] ideologia os homens e as suas relações aparecem invertidos como em uma câmara obscura, é porque isto é o resultado do seu processo de vida histórico, da mesma maneira que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é o resultado do seu processo físico da vida” (MARX; ENGELS, 2010, p. 26).

Em última instância, a falsa consciência surge a partir da divisão social do trabalho. Contudo, os indivíduos (proletariados) não se percebem enquanto classe social e, sim, dentro de uma visão distorcida, como parte de uma sociedade na qual prevalece uma clivagem e organização natural, considerada, inclusive, como necessária. A consciência do indivíduo perde o vínculo com o ser. Portanto, o objetivo maior da ideologia é ocultar a luta de classes. As classes podem ser compreendidas como os produtos das relações econômicas de cada contexto sócio-histórico, que surgem a partir da restrição dos meios de produção a uma pequena parcela da sociedade. A disputa entre as classes⁶⁸ ocorre por interesses políticos, econômicos e ideológicos contraditórios e irreconciliáveis. Segundo Engels (2003, p. 13-14), a solução libertadora para findar a luta de classes seria o próprio fim da sociedade capitalista por meio da revolução.

Por mais que, para Marx e Engels, a ideologia seja um meio de dominação da classe dominante sobre as dominadas, esta não surge e tampouco vigora a partir de qualquer tipo de imposição violenta por parte da classe dominante. Trata-se de um processo de absorção e naturalização gradativa das ideias dominante. Pois, “a ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, [...] necessariamente invertida” (CHAUÍ, 2002, p. 35). No entanto, a ideologia, pelo seu caráter dinâmico, se ressignifica a cada contexto sócio-histórico, ou seja, “se constitui (e reconstitui-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classes” (MÉSZÁROS, 1996, p. 22). Assim, as classes sociais (dominadas) fazem representações para si mesmas do seu modo de existência tal como é vivenciado diretamente por elas, de acordo com as respectivas experiências nas relações de produção.

Desse modo, o cerne da produção de ideias orbita em torno das relações materiais, e, por isso, as ideias que irão prevalecer numa sociedade de um determinado período histórico não

⁶⁸ Marx e Engels (2010) tratam, basicamente, de duas classes: a do proletariado e a da burguesia.

serão todas as existentes, mas tão-somente as da classe dominante. Diferentemente da dinâmica da consciência das classes dominadas, as quais vivenciam um falseamento da realidade, a classe dominante possui a plena consciência do seu controle: “os indivíduos que formam a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e, como consequência disto, dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica” (MARX; ENGELS, 2010, p. 63). Essa consciência se origina no estabelecimento de papéis na divisão social do trabalho, e atua de modo que as ideias particulares da classe dominante se tornem universais, prevalecendo sobre toda a sociedade, sob um aspecto de válidas e verdadeiras. Portanto, a lógica da produção das ideias é invertida, pois, segundo Marx e Engels (2010, p. 26) “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”.

A consciência da classe dominante propicia a instituição do Estado. Sob a concepção de interesse geral (ou comum), cria-se uma estabilidade dentro do seio social, cabendo à estrutura estatal intervir, pacificar e, sobretudo, ofuscar os eventuais conflitos surgidos a partir dos interesses particulares contraditórios entre as classes sociais. No entanto, o Estado não é um poder distinto da sociedade, senão a consolidação dos interesses da classe dominante, de modo que estes sejam absorvidos e aceitos pela sociedade a partir da ideia falseadora de *bem comum* (CHAUÍ, 2002, p. 27; MARX; ENGELS, 2010, p. 65). Nessa perspectiva, a *vontade geral* de Rousseau (2010) nada mais é do que a máxima expressão da ideologia, que, no contexto de uma sociedade dividida em classes sociais, visa manter o domínio da classe dominante.

A superestrutura (o Estado, as leis, o direito, a política, a religião, a cultura, a moral etc.) é consolidada a partir da estrutura econômica da sociedade, logo, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX; ENGELS, 2008, p. 47). Assim, para compreender a superestrutura há que entender previamente a infraestrutura (composta pela sociedade civil), ou seja, deve-se buscar analisar a dinâmica do conjunto das forças e das relações de produção para vislumbrar a ação da ideologia nas classes dominadas. Dessa forma, “há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente” (ENGELS, 1982, p. 199). Portanto, a superestrutura propicia a manutenção das relações sociais existentes na infraestrutura, enquanto que esta última permite a existência da primeira, tendo em vista que os frutos oriundos da infraestrutura – nas relações de produção e troca – é o que permite a manutenção da superestrutura, ou seja, do *status quo* da classe dominante.

Para István Mészáros (1996, p. 28), a dinâmica ideológica teorizada pelos autores alemães no século XIX ainda se encontra vigente nos dias atuais. A manutenção do capitalismo

– enquanto lógica racional hegemônica – exige que as estratégias ideológicas dominantes sejam sustentáveis e que possuam uma aparência de coerência, independente das diversas mudanças conjunturais que ocorrem na sociedade ao longo do tempo. Essa dominação visa ocultar uma reflexão verdadeira do mundo social, encobrendo os conflitos entre classes e a representação objetiva dos principais agentes da sociedade, para que, a partir de uma explicação plausível do contexto social, se consolide e se mantenha uma estabilidade da ordem almejada. A partir dessa perspectiva, o filósofo húngaro conclui que “a ideologia dominante tende a produzir uma estrutura categorial que atenua os conflitos vigentes e *eternaliza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido” (MÉSZÁROS, 1996, p. 28). Assim, o modo pelo qual a classe dominante representa a si mesma, reproduz continuamente, também, a sua relação com os demais homens, com a natureza, com os deuses, com o Estado, com a política, e tornar-se-ão à maneira pela qual todos os membros da respectiva sociedade irão pensar (CHAUÍ, 2002, p. 35).

Esses padrões estruturantes da ideologia dominante são consolidados, segundo Louis Althusser⁶⁹ (1970, p. 21-22), a partir do domínio do Estado e do estabelecimento de aparelhos ideológicos. Desse modo, a classe dominante conta com organizações responsáveis pela reelaboração e difusão das ideologias, como, por exemplo, o sistema escolar, as igrejas e os meios de comunicação, que, mesmo com as contradições e diversidades existentes na sociedade, tem a capacidade de manter uma certa unidade ideológica. Nesse viés, o filósofo argelino conclui que “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1970, p. 49). Essa assertiva complementa o entendimento de Marx e Engels (2020, p. 42) no sentido de que, para que uma classe consiga o domínio, primeiramente, deve conquistar o poder político – o Estado –, para assim representar o seu interesse particular como de interesse geral.

3.2.2 – Significado fraco

A obra *Ideologia e Utopia* (1968 [1929]), do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), inaugura os estudos do significado fraco da ideologia, tendo se tornado, segundo Bosi (2010, p. 71), “o ensaio mais complexo que a sociologia jamais produziu em torno do conceito de ideologia”. Para Mannheim (1968, p. 31-68), ideologia e utopia são conceitos

⁶⁹ Por mais que seja identificado como um autor *marxista*, Althusser não foca na questão do falseamento da realidade, tornando a *ocultação* como algo irrelevante na sua concepção de ideologia, a qual, em suma, é compreendida como a representação pelo modo que o indivíduo vivencia as suas relações com o conjunto da sociedade (EAGLETON, 1997, p. 30-29).

intrinsecamente conectados que se reforçam mutuamente, sendo formas básicas de ação na sociedade. Enquanto a primeira se refere ao conjunto de pensamentos⁷⁰, cujo objetivo é manter a ordem vigente, e, portanto, com um predomínio do sentido de *conservação*. A utopia trata das ideias que fundamentam as ações pela transformação da ordem corrente. Logo, se caracteriza por uma inclinação à *mudança*. Em ambas, o inconsciente coletivo oculta determinados aspectos da realidade. Contudo, mantendo uma conexão direta com a realidade do respectivo grupo (MANNHEIM, 1968, p. 66-67).

Mannheim se afasta das duas tradições de pensamento preponderantes da sua época, o historicismo de tipo culturalista e o marxismo⁷¹. As duas perspectivas têm, como princípio geral, o condicionamento mantido entre toda visão de mundo com as forças materiais e culturais dos respectivos contextos sócio-histórico (BOSI, 2010, p. 72). Enquanto a ideologia em Marx e Engels (2010) se caracteriza pela existência de um elemento ocultador da realidade, que propicia o domínio da classe dominante sobre as demais classes. A sociologia do conhecimento de Mannheim visa descrever e compreender os diferentes tipos de conhecimento que foram produzidos na história das civilizações, sem propor juízos de valores de verdade ou falsidade como foco.

Num intento de se distanciar do cerne do conceito marxista, Mannheim divide a ideologia em duas vertentes: a particular e a total. Enquanto a primeira tem sua base estrutural fundamentada no conceito de ideologia desenvolvido por Marx e Engels (2010), ou seja, como uma visão valorativa dotada de distorções (BOSI, 2010, p. 77). A segunda, que inaugura um novo campo de estudo acadêmico, identificado como *sociologia do conhecimento*, baseia-se num *relacionismo*⁷² das formas simbólicas. Em outras palavras, como um significado de ideologia dinâmica – não valorativo – como visão de mundo (BOSI, 2010, p. 78), de forma a rejeitar todos os sistemas de crenças paralisantes (EAGLETON, 1997, p. 101).

A ideologia particular refere-se a um modo de demonstrar ceticismo a determinada ideia ou representação; uma forma de negar conscientemente uma afirmação (MANNHEIM, 1968, p. 81). Abbagnano (2007, p. 532) define-a como “o conjunto de contrafações mais ou menos deliberadas de uma situação real cujo exato conhecimento contraria os interesses de quem sustenta a ideologia”. A ideologia particular possui um espaço de análise estritamente no

⁷⁰ Mannheim (1968) utiliza, comumente, o termo *enunciados* para referir-se à *pensamentos* ou *ideias*.

⁷¹ Freedon (2013, p. 29) acrescenta que Mannheim extraiu da concepção marxista uma questão chave: “que la ideología es un reflejo de todos los contextos históricos y sociales”.

⁷² Segundo Eagleton (1997, p. 101), “significa a localização das ideias no sistema social que lhes dá origem”. Portanto, rompe com a visão de que as ideias são somente moldadas pelas relações materiais, trazendo a análise para a relação entre o *pensador*, a sua posição social e o conhecimento apresentado. Desse modo, a ideologia ganha contornos mais amplos.

campo psicológico, assim, parte do conhecimento do *opositor* é desqualificado por representar um interesse identificado como dissimulado, disfarçado ou mentiroso (MANNHEIM, 1968, p. 81-82). Portanto, trata-se de um “fenômeno atribuído exclusivamente aos que ‘se equivocam’ [...]” (KONDER, 2002, p. 71).

Em contrapartida, a ideologia total refere-se às formas constituídas e características do pensamento de um determinado grupo ou da estrutura social, portanto, das ideias comuns. Diferentemente da ideologia particular, não leva em consideração somente aspectos do pensamento do *opositor* (cuja análise ocorre no plano psicológico), mas, sim, uma visão total de mundo (cosmovisão), de toda a sua época e contexto histórico. Questiona-se, assim, o conjunto de ideias de todo o *grupo opositor* (MANNHEIM, 1968, p. 82). Logo, considera-se um papel amplo das condições e relações sociais na produção das ideias (KONDER, 2002, p. 71). Dessa forma, essa perspectiva possui um viés epistemológico e teórico cuja análise se dá no plano sociológico (ABBAGNANO, 2007, p. 532).

Ambas vertentes se propõem a justificar a ordem social e contestam a veracidade do pensamento do *opositor*. Contudo, o sociólogo húngaro apresenta três diferenças essenciais entre as duas: 1ª) a particular descreve como ideologia apenas uma fração dos enunciados do *opositor*. Enquanto a total questiona a visão total de mundo do outro, visando compreender os conceitos derivados das relações sociais partilhadas por este; 2ª) a particular concretiza suas análises no nível puramente psicológico. Em contrapartida, a total realiza suas análises, num nível noológico (ou teórico), quanto aos modos de experiência e interpretação amplamente distintos e a sistemas marcadamente divergentes; 3ª) a ideologia particular atua, sobretudo, como uma psicologia de interesses. Por outro lado, a total utiliza uma análise formal, excluindo todo tipo de referências a motivações, restringindo-se a descrever, de forma objetiva, as diferenças estruturais das mentes que operam em contextos sociais distintos (MANNHEIM, 1968, p. 83-84).

Mannheim (1968, p. 30) fundamenta o seu conceito de ideologia a partir da premissa de que “existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais” (MANNHEIM, 1968, p. 30). Consequentemente, todo pensamento se torna socialmente determinado (EAGLETON, 1997, p. 102). O sociólogo húngaro reconhece a existência de um pluralismo de posições e concepções de mundo, ou seja, uma sociedade fragmentada, polarizada e composta por uma diversidade de visões de mundo, além de marcada por aspirações heterogêneas. Essa concepção se vincula à própria instituição da *sociologia do conhecimento*, uma vez que toma como objeto de estudo a ideologia total na sua plenitude (MANNHEIM, 1968, p. 103). Portanto, concerne à *sociologia*

do conhecimento analisar as conexões entre os diferentes tipos de pensamento e a estrutura social.

Nesse viés, a mediação entre o conhecimento (como fruto do pensamento) e a sociedade não é analisada a partir do sujeito enquanto indivíduo, mas, sim, pelo grupo social dentro de um contexto concreto de uma situação histórico-social específica, pois “quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum” (MANNHEIM, 1968, p. 31). Logo, os indivíduos pensam no mundo – em vista do contexto histórico do pensamento – e pensam em grupo – como uma socialização e compartilhamento do processo do pensamento.

Mesmo reconhecendo os méritos de Mannheim em relação ao estabelecimento do campo da *sociologia do conhecimento*, Stoppino (1998, p. 586) critica a generalização da determinação social do pensamento nessa teoria, pois “coloca no mesmo plano todas as crenças, limitando-se a julgar igualmente verdadeiras todas as visões do mundo das diversas sociedades, classes, igrejas, seitas, etc. e, colocando definitivamente de lado o conceito de Ideologia no seu significado originário”. Eagleton (1997, p. 102) também levanta o risco dessa amplitude extinguir totalmente o próprio conceito de ideologia. Contudo, a riqueza dos aportes do autor húngaro reside não na origem do pensamento, mas, sim, na multiplicidade de modos de pensar.

Segundo Mannheim (1968, p. 32-34), os estilos (ou formas) de pensamento produzidos podem se relacionar harmonicamente ou conflituosamente. Isso implica, *a priori*, uma diversidade de posições antagônicas dentro de uma mesma sociedade, as quais pressupõem a possibilidade de conflito e de disputa entre indivíduos e grupos. No entanto, essas interações não ocorrem de uma forma similar, considerando que as relações conflitantes se sobressaem diante das harmoniosas. Mazucato (2015, p. 71-72) ressalta que é a partir das interações de conhecimentos conflituosas que surgem as principais formas de disputas sociais, pois são estas formas de pensamento que direcionam a ação dos grupos sociais em contenda.

Para o autor húngaro, a dissensão somente se converte em problema quando, numa determinada sociedade, esta se torna maior do que a concordância. Porém, essa hipótese é minimizada pela prevalência de uma estabilidade social, consolidada a partir de uma unidade interna de visão de mundo. Pois, “enquanto os mesmos significados das palavras, as mesmas maneiras de se deduzir ideias, são, desde a infância, inculcados em cada membro do grupo, não podem existir nesta sociedade processos de pensamentos divergentes” (MANNHEIM, 1968, p. 34). Consoante a vertente marxista da ideologia, essa unidade interna de visão de mundo,

exposta também como *bem comum, vontade geral, interesse geral* etc., nada mais é do que a própria ação da ideologia, como meio de dominação da classe dominante por meio de um falseamento da realidade.

Todavia, mesmo numa perspectiva diferente, Mannheim reconhece que, numa sociedade estável, há a prevalência do pensamento da classe dominante, a qual mantém o domínio não permitindo que o pensamento (e a difusão das ideias) das classes dominadas afetem o seu *status quo*. Assim, essa estabilidade é produzida a partir do controle de instituições que representam a autoridade na sociedade, e, desse modo, apenas as ações desta classe são dotadas de prestígio social. Por essa razão, as classes dominantes têm poucos motivos para colocar em questão as suas próprias existências e os valores das suas realizações (MANNHEIM, 1968, p. 36). No entanto, Bosi (2010, p. 78) destaca que não se trata de uma relação uniforme e estanque, e, sim, dinâmica, conforme explica o sociólogo húngaro:

Qualquer consideração mais atenta do material histórico nos revela a existência de numerosas correntes de pensamento que percorrem cada época; no melhor dos casos uma dessas correntes será a dominante e as outras ficarão descartadas como secundárias. Mas nunca se produz o descarte definitivo de uma corrente de pensamento, pois cada feixe dinâmico de tendências presente em uma totalidade cultural e cada membro desse feixe sobrevivem como correntes subalternas mesmo durante o predomínio da orientação contrária, para depois, chegado o momento (ainda que de forma modificada), renascer e reconstituir-se em nível mais elevado (MANNHEIM *apud* BOSI, 2010, p. 78).

Embora haja a predominância dos pensamentos (ideologias) das classes dominantes na sociedade, vigora, mesmo que de uma forma restrita, parte das ideias das classes dominadas dentro dos respectivos grupos. O legado de Mannheim para o campo das ideologias reside justamente no reconhecimento da existência de um pluralismo ideológico – percebido como a existência de muitos grupos sociais em torno de diferentes classes –, ou seja, uma multiplicidade de formas de pensar. Essa teoria, além de sustentar o pluralismo de ideologias⁷³, se tornou importante para a compreensão da sociedade e para o próprio desenvolvimento das teorias das ideologias que surgiram após as contribuições do autor húngaro (FREEDEN, 2013, p. 30).

Para Mannheim (1968, p. 38), o que fundamenta a manutenção dos pensamentos de cada grupo é a existência de intelectuais⁷⁴, que atuam dotando a respectiva coletividade de uma interpretação de visão de mundo, bem como em relação à mudança, ajustes, ou reconciliação, das diferenças das visões de mundo dos demais estratos. Entretanto, para o autor, esses

⁷³ Freeden (2013, p. 30) entende que, implicitamente, Mannheim ressuscitou a base da ideologia de Destutt de Tracy, a qual havia sido deixada de lado por Marx e Engels.

⁷⁴ Mannheim (1968, p. 38) denomina o conjunto de intelectuais de cada grupo de *intelligentsia*, cuja capacidade seria distinta de outros pensadores, uma vez que estes possuem um considerável grau “desvinculação social” (quando da análise da situação histórico-social), e, por isto, são capazes de sintetizar o contexto social, colaborando para o avanço da história.

intelectuais são caracterizados por atuarem num campo estritamente escolástico e por não terem uma *práxis* vinculada às ideias que são por estes sustentadas, ou seja, possuem um relativo afastamento dos conflitos da vida cotidiana (MANNHEIM, 1968, p. 39). Bosi (2010, p. 81-82) constata que, a elaboração de uma teoria que vislumbra a existência de uma inteligência flexível e abrangente tem como objetivo fazer frente ao pensamento determinista de que o intelectual seria sempre cooptado pela ideologia dominante, assim, conclui que:

[...] o intelectual vive no interior da sua ideologia (no sentido difuso de visão de mundo de seu tempo), mas pode ter consciência dos limites conjunturais a que está sujeito, o que lhe permite reagir ao particularismo estreito da sua situação cultural e buscar a compreensão de outros pontos de vista, desenhando-se em sua mente o horizonte de uma totalidade virtual (BOSI, 2010, p. 81).

Ao elaborar um conceito de ideologia que engloba o conjunto de ideias, representações, concepções, pensamentos, orientados para a estabilização, legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida, Mannheim, portanto, visa construir uma ferramenta analítica que objetiva a “preservação da democracia e da liberdade ao proporcionar condições para se compreender o processo de construção social do conhecimento (no plano das ideias) e permitir a formulação de controles sociais racionais e a própria planificação racional democrática (no plano da ação)” (MAZUCATO, 2015, p. 54). Eagleton (1997, p. 102) acrescenta que o objetivo do autor húngaro, a partir da função ideológica da sociologia do conhecimento, é trazer uma visão menos aguerrida, menos contenciosa de mundo.

Desse modo, a democracia se torna um meio para que as várias visões de mundo possam conviver de uma forma *harmoniosa*. Segundo Mannheim (1968, p. 36), a democratização da sociedade é um fator que aumenta as probabilidades de estabilidade social, sobretudo, quando existe a possibilidade de mobilidade social, associada à viabilidade de que os estratos inferiores da sociedade possam apresentar as suas ideias no respectivo contexto político-social, dotando-as de relevância pública, validade e prestígio. Logo, somente “quando atingido o estágio de democratização, as técnicas de pensar e as ideias dos estratos inferiores [estarão], pela primeira vez, em condições de se confrontarem com as ideias dos estratos dominantes em um mesmo nível de validade” (MANNHEIM, 1968, p. 36).

Freeden (2013, p. 34), contudo, aponta que Mannheim não percebe a pluralidade de ideias como um rico recurso para a vida social, tendo em vista que, pela sua própria natureza, trata de um fator de possível desestabilização social. Assim, dentro do sistema democrático, busca-se criar e manter uma estabilidade; uma neutralização de dissensões; um controle da crise dos pensamentos, e, para tanto, o sociólogo húngaro “[confia] nas potencialidades políticas, no caso, democratizantes, da ciência posta a serviço do progresso social” (BOSI, 2010, p. 82).

Mesmo não isento de críticas, a perspectiva da ideologia em Mannheim se tornou importante para a teoria política, ao viabilizar que esta adquirisse consciência de seus próprios supostos e categorias de análises. Com isso, o conceito de ideologia se tornou essencial para compreender grande parte da pluralidade do pensamento político, como um produto de circunstâncias sociais e históricas (FREEDEN, 2013, p. 36).

3.3 – Ideologia e Hegemonia: os aportes de Gramsci

Antonio Gramsci (1891-1937) estabeleceu um conceito de ideologia vinculado à categoria-chave de hegemonia. No entanto, o arranjo teórico-metodológico de Gramsci é mais amplo e perpassa pela articulação de diversos outros conceitos que estão interligados, sendo a cultura um dos principais eixos balizadores do pensamento do filósofo e jornalista italiano. A sua concepção em torno da ideologia se aproxima do marxismo (especialmente quanto ao materialismo histórico), bem como, em determinados aspectos, se assemelha à teoria da ideologia de Mannheim⁷⁵ (constituindo-a, *a priori*, num conceito neutro), tornando-a passível de atenção, sistematização e análise (FREEDEN, 2010, p. 37-41).

3.3.1 – O conceito de ideologia em Gramsci

A compreensão da ideologia em Gramsci vincula-se à história. Assim, a ideologia surge como uma construção oriunda de um determinado contexto sócio-político-histórico, associada aos movimentos das forças sociais, e não simplesmente como um agrupamento de ideias abstratas ou mero produto da dinâmica econômica, e tampouco como um falseamento da realidade, instrumento de dominação ou um mero sistema de ideias. Em Gramsci, o conceito de ideologia une uma concepção de mundo a uma norma de conduta correspondente a essa concepção (COUTINHO, 2011⁷⁶, p. 195-196), e, assim, adquire um caráter de função da vida real de organização e ação (EAGLETON, 1997, p. 107), ainda que esta possa estar em contradição⁷⁷ à posição do respectivo indivíduo na sociedade (GRAMSCI, 1984, p. 20).

Desse modo, o autor italiano define a ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as

⁷⁵ Embora Mannheim tenha publicado a sua obra *Ideologia e Utopia* em 1929, Gramsci não teve acesso a ela, uma vez que se encontrava preso desde o ano de 1926 (BOSI, 2010, p. 71).

⁷⁶ Essa obra se refere à trechos integrais de diversas bibliografias de Antonio Gramsci, especialmente dos *Cadernos do Cárcere*, sem qualquer tipo de comentário por parte do organizador.

⁷⁷ Gruppi (1980, p. 69) acrescenta que, nesta hipótese, a ação não pode ser considerada consciente, e, portanto, é incoerente, pois a ação consciente é guiada por uma concepção de mundo, unitária e crítica dos processos sociais.

manifestações da vida intelectual e coletiva” (GRAMSCI, 1984, p. 16). Assim, a ideologia estaria presente em todas as atividades humanas. Desse modo, para o filósofo italiano, a perspectiva de Marx (1982) é um equívoco⁷⁸, pois desqualifica os fenômenos ideológicos a partir da limitação destes em torno das forças produtivas e das relações de produção (estrutura), vinculando, desse modo, a estrutura como único ponto de surgimento e mudança da ideologia (GRAMSCI, 2017, p. 363). Essa desqualificação inviabiliza uma análise em torno das ideias e pensamentos existentes, e, inclusive, impede superar as distorções eventualmente presentes em determinada ideologia.

Gramsci divide a ideologia em dois tipos ideais: as historicamente orgânicas e as arbitrárias. As primeiras são produzidas por meio de um bloco social – ou ponto de vista de uma classe, e, portanto, como expressão de uma vida coletiva –, e possuem uma função de organização de grupos sociais, uma vez que se tornam local de aquisição de consciência por parte destes indivíduos, para que, com o reconhecimento de sua posição, possam agir. Apenas estas ideologias devem ser consideradas, pois apenas elas, por meio de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes, ao contrário das ideologias arbitrárias (ou *desejadas*), que “não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.”, e, por mais que não sejam totalmente inúteis, devem ser desqualificadas criticamente (GRAMSCI, 1984, p. 62-63).

Para o filósofo italiano, mesmo dentro das historicamente orgânicas, não há somente uma única ideologia, mas, sim, diversas, que coexistem, e, até mesmo, em determinados casos, interagem (GRAMSCI, 1984, p. 15). Desse modo, “la ideología dejase de ser sólo vista como una herramienta en manos del estado. La ideología desde su punto de vista operaba y era producida en la sociedad civil, la esfera de la actividad no estatal de los individuos y grupos” (FREEDEN, 2013, p. 37). Ou, nas palavras de Laclau e Mouffe (1987, p. 117), a ideologia gramsciana “es un todo orgánico y relacional, encarnado en aparatos e instituciones que suelda en torno a ciertos principios articulatorios básicos la unidad de un bloque histórico. Se cierra con esto la posibilidad de una lectura ‘superestructuralista’ de lo ideológico”. Portanto, se torna nítida a demonstração de preocupação de Gramsci, para que nenhuma manifestação cultural ou qualquer componente da superestrutura da ideologia sejam originados e desenvolvidos de modo apartado e independente da ideologia.

⁷⁸ Para Marx e Engels, a ideologia, como parte da superestrutura, deveria ser criticamente analisada, tendo em vista que se trata um elemento de erro; a *falsa consciência*. Cabe recordar que a obra *A Ideologia Alemã* (2010), embora tenha sido concluída por volta de 1846, somente foi publicada em 1933. Portanto, Gramsci não teve acesso a essa obra como referência para tratar da ideologia, e sim outros escritos, como a *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1982 [1859]), de Karl Marx.

Desse modo, para Gramsci, as ideologias possuem um valor analítico e de *práxis*, e, portanto, a superestrutura não é tão-somente um mero reflexo mecânico da base econômica (COUTINHO, 2011, p. 186). Assim, “a economia aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas, sim, como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas as suas próprias relações sociais globais” (COUTINHO, 1992, p. 56). A partir desta base, Gramsci formula o conceito de *bloco histórico*: “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1984, p. 52). Logo, a infraestrutura material é ampliada e redefinida como um conjunto das relações sociais de produção, de modo que há uma relação intrínseca e inseparável entre as forças materiais (conteúdo) e as ideologias (forma).

Os intelectuais possuem um papel relevante na teoria ideológica *gramsciana*. A estes incumbe a prerrogativa de estabelecer uma superioridade moral e cultural na respectiva classe social, e, por este entranhamento, devem ser analisados dentro do contexto da respectiva classe. Contudo, para o autor italiano, existem dois tipos principais de intelectuais: os orgânicos, que são originados juntamente com o aparecimento de uma classe social determinante no modo de produção econômico e cujo papel é “emprestar a essa classe alguma autoconsciência homogênea nos campos cultural, político e econômico” (EAGLETON, 1997, p. 110). Por outro lado, o intelectual tradicional é aquele que já foi um intelectual orgânico, mas que, pelo fim (ou enfraquecimento) da classe que representava, se tornou um intelectual relativamente autônomo e independente. Nesse sentido, os intelectuais preparam a hegemonia da respectiva classe, e, assim, são considerados “agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um ‘bloco histórico’ ” (COUTINHO, 1992, p. 108).

Diferentemente da perspectiva de Mannheim (1968) quanto ao ofício imparcial da *intelligentsia*, Gramsci aponta uma função totalmente ativa dos intelectuais⁷⁹, de modo que estes não prescindem da ideologia, ao contrário, atuam para adequá-la às necessidades da sua classe e do seu tempo. Assim, parte desta *adaptação* se reflete no sentido comum das massas, implicitamente evidente em todas as manifestações da vida individual e coletiva (FREEDEN, 2013, p. 41). No entanto, a atuação dos intelectuais de cada classe é diferente, especialmente da burguesia em relação às subalternas, uma vez que a primeira dispõe de organismos da sociedade civil amplos (como a escola, meios de produção etc.) para difundir sua visão de mundo. Por essa razão, Gramsci confere uma grande importância aos partidos e sindicatos, pois seriam os

⁷⁹ Para Gramsci (2017), todos os indivíduos são, por natureza, intelectuais. No entanto, nem todos assumem essa função dentro da classe.

espaços que ocorrem a conscientização das massas, bem como a própria formação de novos intelectuais orgânicos⁸⁰ (GRAMSCI, 1984, p. 14).

Gramsci apresenta o Estado como sendo o equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil. Isto é, Estado e sociedade se encontram interligados organicamente (COUTINHO, 2011, p. 268-269). Desse modo, o filósofo italiano amplia o conceito clássico marxista de Estado, não se restringindo somente à concepção de aparelho repressivo da burguesia (COUTINHO, 1992, p. 76). Por consequência, para que uma ideologia prevaleça perante as demais, não basta apenas o controle da máquina estatal, senão o domínio de toda (ou grande parte) da área cultural (em sentido amplo), pois “o poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra-hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio [...] de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais” (EAGLETON, 1997, p. 106).

Dessa forma, a sociedade civil é “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material de cultura [...] etc.” (COUTINHO, 1992, p. 76-77). Por outro lado, ainda que num segundo nível de importância, Gramsci também atenta para relevância do domínio da sociedade política, pois, para que uma classe estabeleça a sua prevalência perante as demais há a necessidade de, além de constituir a sua ideologia na sociedade civil, se tornar o próprio Estado (COUTINHO, 2011, p. 273).

3.3.2 – A hegemonia sob a ótica gramsciana

Apesar da influência *marxiana*, a principal referência de Gramsci para desenvolver o seu conceito de hegemonia foram os escritos do político e revolucionário russo Lênin⁸¹ (1870-1924). O próprio filósofo italiano reconhece, em algumas passagens, a absorção das bases do pensamento *leninista* para a formulação da sua concepção de hegemonia: “Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de [Lênin] Ilitch à filosofia da

⁸⁰ Gramsci entende que qualquer ser humano é um intelectual, mas, na sua teoria, destaca apenas os que têm a função intelectual numa classe. Assim, este grupo de intelectuais não representa uma categoria específica que ocupa algum posto ou cargo numa estrutura, mas, sim, o que consegue influenciar a sua classe para a ação (ou manutenção) de determinada visão de mundo, ou seja, é o que dá forma e coesão; o que une teoria e prática (COUTINHO, 2011, p. 206-207; EAGLETON, 1997, p. 110).

⁸¹ Lênin é o pseudônimo mais famoso do bolchevique e líder da revolução russa Vladimir Ilitch Ulianov.

práxis" (COUTINHO, 2011, p. 194). Nesse sentido, Gruppi (1978, p. 1) conclui que “a hegemonia é o ponto de confluência entre Gramsci com Lênin”.

Lênin (2006 [1902]), na obra *Que Fazer?*, formula as estratégias para que o proletariado atinja um nível de consciência que possa levar a cabo o processo revolucionário, se apartando da influência burguesa. A solução encontrada pelo líder russo é direcionar operários e camponeses para serem dirigidos pela vanguarda da classe proletária, sobretudo por meio do partido, numa relação dialética entre as partes, de modo que o proletariado não se distancie dos pressupostos da revolução e participe ativamente do movimento. Isto significa que, para Lênin, “o proletariado não conquista consciência de classe apenas operando sobre si mesmo, mas fazendo política no sentido mais amplo da palavra” (GRUPPI, 1978, p. 39).

A partir da temática da ditadura do proletariado – inicialmente desenvolvida por Marx e Engels –, o autor russo desenvolve as suas ideias em torno da hegemonia baseando-se, primeiramente, na imperiosidade de se realizar a tomada do poder estatal. Desse modo, sob a premissa marxista de que um Estado sempre reproduz uma ditadura de determinada classe, Lênin postula o domínio da sociedade política pela classe do proletariado:

As formas dos Estados burgueses são as mais variadas, mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar naturalmente de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado (LÊNIN, 2012, p. 55).

Além da tomada do poder político, a hegemonia *leninista* prevê a utilização do aparato repressor estatal para a eliminação das outras classes opostas, como, por exemplo, a burguesia e a aristocracia. Portanto, a hegemonia, em Lênin, significa a direção política do proletariado em relação outros grupos políticos, se conectando diretamente à *práxis*, de forma a se libertar do domínio de outras classes, com o objetivo final de criar uma consciência e uma espontaneidade na sociedade em geral visando à consolidação de uma sociedade sem classes (a sociedade como totalidade), ou seja, uma nova ordem social, que perpassa esfera econômico-social. Dessa forma, diferentemente da perspectiva *marxista* de falsa consciência, Lênin prevê que a sociedade de classes é formada por diversas ideologias, e estas representariam, em suma, a visão de mundo de cada classe social.

Gramsci não cria algo novo e, sim, aperfeiçoa conceitos e ideias existentes. O filósofo italiano analisou uma variedade de formações da hegemonia burguesa, e as diferenciações das condições que propiciaram a revolução proletária na Rússia e não no Ocidente, com o objetivo de construir um entendimento de hegemonia das classes subalternas (COUTINHO, 1992). Em linhas gerais, Gramsci se aproxima do conceito de Lênin na questão da base de classe, na

organização intelectual, no princípio teoria-ação e na análise da relação de forças na disputa pela hegemonia. Contudo, se afasta dos preceitos do líder russo ao evidenciar a importância de desenvolver uma classe dirigente a partir do consentimento das massas, e não pela força coercitiva, e, especialmente, ao destacar a importância da direção cultural e ideológica para se obter a hegemonia (PORTELLI, 1977, p. 63-65). Isto é, enquanto Lênin objetiva, em primeiro lugar, o domínio da sociedade política, Gramsci vislumbra a conquista da sociedade civil.

Nesse sentido, Eagleton define a hegemonia *gramsciana* como sendo um:

[...] espectro inteiro de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga [isto é,] é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria ‘visão de mundo’ pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997, p. 107-108).

Dessa forma, a hegemonia se torna mais ampla do que a ideologia, pois inclui esta, mas não se reduz a ela (EAGLETON, 1997, p. 105); ou seja, a ideologia é “o *medium* da hegemonia” (COUTINHO, 1992, p. 66). A ideologia dominante atua sob as classes sociais subalternas de modo que estas vivenciem uma concepção de mundo que não corresponde aos seus interesses e função histórica. A disseminação dessa visão de mundo ocorre por diversos canais⁸², por meio dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de amoldar a consciência de toda a coletividade, ou, simplesmente, a própria hegemonia (GRUPPI, 1980, p. 67-68). Sendo assim, a hegemonia pressupõe a coordenação entre diversos interesses e suas expressões ideológicas que alcançam grupos muito extensos ou, até mesmo, a sociedade em seu conjunto (FREEDEN, 2013, p. 37).

Então, para Gramsci, embora coexistam diversas ideologias, pela própria lógica conceitual, apenas pouquíssimas têm a capacidade de se manterem hegemônicas. Logo, estas, agindo no homem⁸³, atuam como uma herança do passado, que é acolhida por ele sem crítica, num estado de passividade, que permite a consolidação do *consenso*⁸⁴. Não obstante, não se trata de uma conexão inconsequente, pois o:

[...] liga a um grupo social determinado, influi sobre a [sua] conduta moral, sobre a [sua] direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (GRAMSCI, 1984, p. 20-21).

⁸² Gramsci cita como *canais* os aparelhos hegemônicos privados, a exemplo da escola, da igreja, do serviço militar obrigatório, dos meios de comunicação em geral, do cinema (GRUPPI, 1980, p. 68).

⁸³ No entanto, a relação de hegemonia se aplica não só aos indivíduos no interior de uma nação, e em relação às diferentes forças que a compõe, “mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos e civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1984, p. 37).

⁸⁴ Em suma, “quando tal grupo [...] toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha” (GRAMSCI, 1984, p. 15).

As classes subalternas devem buscar uma visão unitária e crítica dos processos sociais, pois “enquanto houver contradição entre a ação e a concepção de mundo que a guia, a ação não pode se tornar consciente e não pode se tornar coerente” (GRUPPI, 1980, p. 69). Para Gramsci, essa consciência e coerência somente podem ser obtidas por meio da construção de uma nova concepção, que encontre unidade entre a teoria e a prática; entre a política e a filosofia⁸⁵. Essa coesão social deve ser alcançada, em primeiro lugar, por intermédio de um *senso comum*, de modo que englobe a maior parte das massas, e, posteriormente, após uma revisão crítica e unificadora, com o objetivo de alçá-la a uma visão crítica de mundo homogênea, coerente e sistemática, por meio do *bom senso* (COUTINHO, 2011, p. 149-150; GRUPPI, 1980, p. 69).

Gramsci (1984, p. 16-17), no entanto, aponta acerca da complexidade para que as ideologias se tornem (e mantenham-se) homogêneas e dotadas de coesão social, ou seja, para “conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia”. O autor italiano alerta que uma ideologia (independente se formada por movimento cultural, religião, filosofia etc.) que tenha a pretensão de se manter sólida não deve realizar a separação entre dirigentes e massa. De modo semelhante, aplica-se à questão da *práxis*. Dessa forma, os intelectuais orgânicos necessitam se envolver nos problemas e cotidiano do respectivo grupo social, tornando coerente as questões levantadas pelo grupo a partir da sua atividade prática, de forma a consolidar um bloco social intelectual-moral coeso, que viabilize o progresso intelectual das massas.

Portanto, pode-se compreender a hegemonia como sendo a capacidade de, por meio da ideologia, unificar e propiciar objetivamente a manutenção da união de um bloco social que, organicamente, não é homogêneo, senão caracterizado por grandes contradições de classe. Assim, uma classe se torna hegemônica – isto é, dominante e dirigente – quando consegue manter unidos grupos heterogêneos, por intermédio de ações ideológicas, morais, políticas e culturais, de forma a impossibilitar que tais antagonismos causem uma ruptura ou crise na ideologia dominante, tendo plena consciência teórica e cultural da própria ação (GRUPPI, 1980, p. 11-70), não bastando, desse modo, tão-somente o domínio do poder econômico, embora este também faça parte de um dos aspectos da hegemonia (COUTINHO, 1992, p. 36). Essa *unidade ideológica* pode ser constituída tanto por apenas uma ideologia como pela combinação de algumas dominantes (FREEDEN, 2013, p. 38).

Por essa razão, diferentemente de Lênin, o filósofo italiano vislumbra, em primeiro lugar, a necessidade da conquista da sociedade civil, com a finalidade de se obter um domínio

⁸⁵ Para Gramsci a filosofia, nos seus termos, é a própria ideologia (COUTINHO, 1992, p. 65).

da superestrutura. Esse controle se torna possível a partir da atuação dos intelectuais orgânicos, propiciando uma consciência nas massas, de modo que surja uma nova ideologia e que esta possa alcançar o *status* de uma nova concepção de mundo na coletividade (ou na maior parte dela), e, posteriormente, se converta de uma concepção de classe grupal para uma nacional (COUTINHO, 1992, p. 39-41). A plena consciência dos conflitos que se desenvolvem no nível da estrutura é o que propicia a noção de *bloco histórico*, pois é o que liga, organicamente, a estrutura com a superestrutura (PORTELLI, 1977, p. 47-49), ou seja, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (GRAMSCI, 1984, p. 63).

Desse modo, a consolidação e difusão dessa nova concepção de mundo se viabiliza, inicialmente, por meio dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil que estão acessíveis às classes subalternas, como, por exemplo, os sindicatos, os partidos políticos e as associações, e, posteriormente, utilizando-se outros canais que estão sob o domínio da hegemonia burguesa, como escolas, meios de comunicação etc. Então, apenas quando houver a direção intelectual, cultural e moral das classes subalternas por meio do consenso, de modo a garantir a legitimidade das vontades coletivas, é que se pode conquistar a sociedade política, isto é, o Estado em sentido estrito (COUTINHO, 1992, p. 68), e, assim, consolidar um novo *bloco histórico* homogêneo (PORTELLI, 1977, p. 67). Portanto, em Gramsci, o consenso é fruto de uma formação de consciência coletiva, surgido, difundido e universalizado no âmbito da sociedade civil, para, num segundo momento, ser transposto para a sociedade política.

A hegemonia se consolida de uma forma mais enraizada quando a sociedade civil e a sociedade política estão sob o mesmo domínio ideológico. Contudo, essa correlação não é equilibrada, conforme esclarece Portelli (1977, p. 68), pois há uma primazia da primeira em relação à segunda e, por essa razão, “a sociedade política reduz-se, desse modo, a um papel auxiliar e inclusive tende a integrar-se parcialmente à sociedade civil”. Assim, a ideologia dominante (ou à associação destas) influi diretamente na esfera política, e, por consequência, na opinião pública, conforme explica Gramsci:

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (COUTINHO, 2011, p. 283).

Portanto, em Gramsci, as instituições democráticas (ou a maior parte destas) não estão alheias à hegemonia, e, portanto, não são neutras dentro do regime democrático. Pelo contrário, estão vinculadas à sociedade civil, e, de igual modo, são órgãos da hegemonia política. Assim,

observa-se uma clara inclusão da ideologia na política (GRUPPI, 1980, p. 4) de modo que ambas se tornam organicamente interconectadas (COUTINHO, 1992, p. 65). O próprio filósofo italiano, conceituando a democracia, entende que:

[...] entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressam esse desenvolvimento favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (COUTINHO, 2011, p. 293).

Para Gramsci, devido às dificuldades em se levar a cabo uma revolução no Ocidente, a democracia se torna o meio no qual, a partir da conquista da hegemonia, os dirigidos podem se tornar dirigentes. No entanto, a única democracia é aquela em que há a real possibilidade de que as ideologias dos grupos subalternos possam ascender ao poder, ou seja, que qualquer projeto político-ideológico tenha a viabilidade de competir num processo eleitoral com a verdadeira chance de lograr êxito. O autor italiano não exclui a hegemonia no seu entendimento sobre a democracia, pelo contrário, trata-a como algo inevitável (dentro de uma sociedade de classes). Contudo, se a hegemonia do grupo dominante refletir na economia e na legislação, numa manutenção do seu *status quo*, de modo que os grupos subalternos não consigam atingir a posição de dirigentes, não pode considerar-se que se trata de uma real e concreta democracia. Nesse sentido, Gramsci propõe a superação da concepção instrumental da democracia no seu formato burguês – por meio de uma reforma, e não da sua eliminação –, para que, a partir da dissolução da estrutura autoritária do Estado, não haja a divisão entre governantes e governados, e tampouco a democracia supere as fronteiras nacionais.

3.4 – A ideologia sob a perspectiva política

As ideologias políticas estão presentes em diversos períodos da história. No entanto, os sentidos atuais foram ganhando contorno a partir da era de institucionalização do constitucionalismo moderno, ocorrida durante os séculos XVII e XVIII. Em suma, a positivação e a asseguuração das garantias das liberdades individuais, incluindo a oposição ao pensamento religioso, político e econômico preponderantes, ampliou o surgimento e a difusão de perspectivas sistematizadas de pensamentos distintos em relação ao Estado, à lei, à Igreja, à governança etc. Em outras palavras, no contexto contemporâneo que surgem outras ideologias políticas passíveis de identificação, dada a possibilidade de o contexto estatal permitir, *a priori*, a visibilidade destas, e devido às mudanças na sociedade (ROSAS, 2014, p. 8).

No campo teórico, porém, é a partir dos aportes de Mannheim e Gramsci que se propicia a inauguração de uma vertente teórica que analisa especificamente a cultura e a visão de mundo relacionadas à política. A corrente teórica em torno da ideologia política foi sendo estruturada ao longo dos anos, tendo, contudo, adquirido os contornos atuais com o surgimento dos estudos pós-estruturalistas, que, dentre outros atributos, pressupõe a negação da possibilidade de se estabelecer um parâmetro incontestável ou final para a definição do conhecimento (MACKENZIE, 2011, p. 24-25). Assim, superando o debate nas décadas de 1950 e 60 quanto ao *fim ou declínio das ideologias* (BELL, 1964; LIPSET, 1968, ARON, 2016), essa perspectiva teórica recobrou novos contornos e protagonismo no campo das Ciências Sociais.

O cientista político Michael Freeden é considerado um dos maiores estudiosos do tema (SEBASTIÁN, 2013, p. 09), tendo formulado um marco teórico baseado em vários ramos do conhecimento, com destaque para a filosofia (MACKENZIE, 2011, p. 25). O autor inglês parte da perspectiva de que as ideologias são meios pelos quais os pensamentos políticos ocorrem, constituindo-se em padrões de formas e estruturas de pensar vinculadas aos respectivos arranjos conceituais, manifestados, sobretudo, na linguagem. Desse modo, as ideologias políticas são percebidas como uma estrutura complexa e flexível, integradas por uma teia de elementos racionais e irracionais, estabelecidas em contextos históricos determinados, nas quais os conteúdos linguísticos e semânticos expressam (e constituem) a realidade (FREEDEN, 2013, p. 65-95).

Os cientistas políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, também numa vertente pós-estruturalista, abordam a temática da política, contudo, focalizando a análise numa perspectiva ontológica. Dessa forma, os autores desconsideram e desconstroem a categoria ideologia, substituindo-a pela do discurso, que, segundo eles, se torna o ponto central na formatação das relações sociais. Mesmo mantendo alguns pressupostos marxistas, o autor argentino e a autora belga minimizam o determinismo econômico de Marx e Engels (2010), e outras questões abordadas na teoria da ideologia de outros pensadores marxistas, como, Lukács, Gramsci e Althusser (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 184-185; MACKENZIE, 2011, p. 129).

Quanto à conceituação, o filósofo João Rosas (2014, p. 7-8), partindo do pressuposto de que os seres humanos são produtores de sentido e que vivem num contexto marcado pelos significados que eles próprios elaboram, define a ideologia política como uma representação coletiva utilizada para interpretar o mundo, de modo a dar-lhe um significado, e que seja partilhada por um número representativo de indivíduos, tendo como principal dimensão de atuação a esfera política. Mas, podendo abarcar também outros campos do contexto social, como, por exemplo, a religião, a moral, a estética etc. Desse modo, para o autor português, a

ideologia política serve aos indivíduos para dar sentido, e, em certa medida, para orientar a ação quanto à relação com o Estado.

Para Freedden (2013, p. 50), a compreensão e a análise das ideologias que se organizaram em torno de tradições políticas, devem ser realizadas a partir da identificação do papel desempenhado por elas no contexto político. Assim, para o autor inglês, o estudo das ideologias políticas somente se torna possível ancorado na análise funcional destas. Com base nesta premissa, apresenta critérios em torno de uma definição básica, que caracterizam uma ideologia política como sendo um:

[...] conjunto de ideas, creencias, opiniones y valores que: 1. exhibe un patrón recurrente; 2. es seguida por grupos relevantes; 3. compete por la formulación y el control de planes en materia de políticas públicas; y 4. lo hace con el fin de justificar, oponerse o cambiar las bases y los acuerdos sociales y políticos de una comunidad política (FREEDEN, 2013, p. 50).

A primeira característica se refere às tradições políticas que tenham poder de permanência ao longo do tempo e as que possam manter instituições e práticas que se entrecruzam com a ideologia em questão, excetuando-se aquelas que dizem respeito apenas a efêmeros esquemas idiossincráticos (FREEDEN, 2013, p. 50-51). Dessa forma, retomando a perspectiva de Mannheim (1968), a ideologia é tratada como um produto social. A necessidade de uma ideologia política ser seguida por grupos relevantes diz respeito, em suma, à questão do peso político e da importância social atribuída ao seu produtor – tido não como o indivíduo, mas, sim, aos grupos sociais extensos –, caracterizada pelas diferenças entre respectivo conjunto de valores e os conflitos entre tal ideologia e outra(s) existente(s). No entanto, Freedden (2013, p. 51-52) aponta para a dificuldade de se mensurar essa relevância no cenário político, pois, diferente da perspectiva de Gramsci (1984), o qual prevê que os intelectuais são criadores de ideologias, para o autor inglês, a *intelligentsia* não necessariamente cria novas ideologias, e, sim, na maioria das vezes, parcelas de uma família ideológica mais extensa.

Por mais óbvio que se possa parecer, a disputa pelo controle das pautas de políticas públicas é um dos atributos intrínsecos das ideologias políticas. Desse modo, o foco se direciona para a arena pública, e, geralmente, é marcado pela competição pública de distintos macros programas nos mais diversos campos, como, por exemplo, da política social e econômica e da gestão da administração pública. Freedden (2013, p. 52), no entanto, ressalta que “no todo plan formulado por un grupo constituye una ideología pero puede ser interpretado como parte de un diseño ideológico más grande”. A última característica diz respeito à capacidade da ideologia política influir nos líderes políticos e na opinião pública, seja por meio da persuasão, como pelo convencimento, de modo a conduzir a ação política (FREEDEN, 2013, p. 52-53).

Numa outra perspectiva, Laclau e Mouffe consideram que o cerne da análise discursiva – a ideologia, para diversos outros autores – se encontra nos antagonismos sociais, que, por conseguinte, estruturam efetivamente o mundo político (MACKENZIE, 2011, p. 12). Sob essa premissa, a política se torna uma consequência direta das relações sociais divergentes. Dessa forma, a prática articulatória (estrutura discursiva) é o que constitui as relações sociais fragmentadas em um determinado contexto político. Os autores denominam a articulação como toda prática que conecta e transforma os *elementos* estabelecidos⁸⁶, cujo resultado é a modificação das identidades dos próprios *elementos* podendo converter-se em *momentos*. Logo, o resultado estruturado da prática articulatória é denominado de *discurso* (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 176-177).

Aproximando-se à definição de ideologia de Gramsci (1984), Laclau e Mouffe (1987, p. 185) compreendem que todos os objetos – a exemplo da linguística, das instituições, dos rituais e das práticas de diversas ordens – são significativos para compreender um discurso. Cada sujeito assimila a sua realidade por meio de um sistema de posições diferenciais e relacionais, ou, simplesmente, pelo próprio discurso (LACLAU; MOUFFE 1987, p. 184). A partir dessa dinâmica que são constituídas as identidades. É nesse sentido que surgem diferentes concepções para o mesmo termo. Assim, cada estrutura discursiva em torno da defesa de um significado distinto é uma construção social e política, que cria um sistema de relação entre diferentes objetos e práticas, e, assim, uma pluralidade de posições que o sujeito pode ocupar (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 185). O significado resultante dessa disputa de diferentes significados (ou de posições políticas distintas) definirá o tipo de ação (política) a ser tomada.

Freeden (2013, p. 65-66) observa que as ideologias se manifestam, primeiramente, por meio da linguagem. Por essa razão, num primeiro momento, trata-as como produtos linguísticos e semânticos. O autor inglês não descarta outras formas de manifestação da ideologia, mas, distanciando-se relativamente da perspectiva de Laclau e Mouffe (1987), entende que a principal fonte de significado das ideologias provem das palavras e das combinações destas, uma vez que se referem aos meios mais completos de observação das ideologias. Assim, os vocábulos e as frases se tornam portadores de uma infinidade de significados, que podem indicar, inclusive, algo a mais do que está aparentemente representando ou significando. Contudo, a interpretação e a compreensão da ideologia ocorrem de diversas maneiras ao redor do mundo (FREEDEN, 2013, p. 67). Desse modo, a estreita relação entre ideologia política e a expressão

⁸⁶ Laclau e Mouffe (1987, p. 176-177) descrevem elemento como toda diferença que não se articula discursivamente, isto é, são posições isoladas, *a priori*, não organizadas discursivamente. Por outro lado, o momento engloba as posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso.

linguística permite uma análise mais aprofundada de documentos políticos, como, por exemplo, de planos de governo, permitindo, a partir da devida localização espaço-temporal, uma análise de determinado contexto sócio-político sob a perspectiva ideológica.

Além dos vocábulos (ou combinações destes) que cada ideologia pode evocar de forma velada ou obscura, há termos que mantêm uma conexão explícita com o respectivo segmento ideológico, e, desse modo, explicitam a sua estrutura interna. Isto é, a ideologia política se caracteriza por possuir determinadas palavras, consideradas especiais, que explicitam conceitos políticos. Assim, para o autor inglês, as ideologias são consideradas combinações complexas e agrupamentos de conceitos políticos vinculados a pautas políticas. Dessa forma, os significados transmitidos por uma ideologia retratarão a relação dos conceitos políticos correspondentes. Freedden (2013, p. 72) conclui que “los significados que transmite una ideología no sólo reflejan las tradiciones históricas del discurso político, ni sólo el pluralismo cultural [...], sino que son accesibles a través de las pautas particulares con las que se ordenan sus conceptos políticos constitutivos”. Portanto, as ideologias são entendidas como sistemas de pensamento pelos quais se confere significado específico a cada conceito político no seu âmbito (FREEDDEN, 2013, p. 74).

Contudo, as simbologias e os significados conferidos a palavras, frases, conceitos e expressões, muitas das vezes, podem ser ambíguos e conflituosos. Um dos términos mais utilizados na democracia, a liberdade, pode expressar sentidos diferentes para cada ideologia. Assim, cada segmento ideológico, por meio da ação política, empenhar-se-á para que, por exemplo, a sua perspectiva em relação à liberdade seja exteriorizada como uma verdade. Desse modo, as ideologias políticas conferem significado a cada conceito político na sua esfera, dando-lhe legitimidade, e negando sentido aos demais termos correspondentes. Essa atuação ocorre por meio da vinculação de determinado conceito a outros específicos. Via de regra, as ideologias utilizam-se de conceitos que se apartam de polêmicas, ou, até mesmo, *despolemizam* tais termos, com o objetivo de alcançar o maior número de pessoas, visto que se referem a instrumentos de decisões coletivas (FREEDDEN, 2013, p. 75). Portanto, o autor inglês entende que a ideologia é marcada pela disputa da linguagem política, visto que:

[...] compiten entre sí por el control del lenguaje político así como por los planes relacionados con las políticas públicas; de hecho su competición por los planes para políticas públicas se desenvuelve en primer término a través de la competición que hacen por el lenguaje político (FREEDDEN, 2013, p. 76).

Em sentido próximo, Laclau e Mouffe (1987, p. 193-229) observam a existência de *significantes flutuantes* (elementos) no seio social, tendo a disputa pelo controle das pautas políticas como uma tentativa para dotar esses significantes (ou linguagens) de significados

particulares. Ora, se em linhas gerais, o discurso pode ser compreendido como a tentativa de domínio do campo da discursividade a partir de campos opostos, a busca, por meio de uma *práxis* articulatória, de dar sentido a um significante se torna um dos cerne da disputa ideológica, isto é, da própria hegemonia. Logo, não se trata de uma sistemática fechada, na qual a vinculação entre significante e significado é perpétua, e, sim, dinâmica, reforçando o caráter incompleto de toda formação discursiva.

A defesa e arranjos em torno do controle da linguagem política denota que as ideologias políticas são sempre parciais. Por mais que utilizem de meios e artifícios para que esses significados sejam apresentados, por vezes, com um caráter *neutro*, as ideologias possuem, *a priori*, um caráter positivo. Essa característica é o que dá significado à ação política. No entanto, as ideologias podem albergar um sentido negativo também. Isso ocorre quando, ao invés de atuar num contexto de ação política, estas ocultam significados que são vinculados às suas morfologias, com o objetivo de encobrir os reais interesses dos respectivos agentes políticos, das elites, das classes sociais etc. (ROSAS, 2014, p. 20).

Esta constatação resgata a questão da falsa consciência destacada no conceito de ideologia de Marx e Engels (2010). Zizek (1996, p. 13-14) realiza uma crítica quanto à relegação da falsa consciência nas teorias em torno da ideologia. Para o autor esloveno, o fato de se deslocar o cerne da análise do conteúdo da ideologia para o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação, gera uma construção forçada de mentiras disfarçadas de *verdades*. Ou seja, todas as distorções da realidade se revestem, em princípio, de um caráter de verdade, o que, por consequência, traz uma visão distorcida da própria ideologia. Por mais fundamentada que seja a crítica de Zizek, especialmente quanto aos problemas trazidos por descartar o viés da falsa consciência das ideologias⁸⁷, há que se considerar que trata de uma perspectiva que não é comumente utilizada nos trabalhos acadêmicos do campo político, sobretudo, pela dificuldade metodológica de se observar objetivamente tal fenômeno.

Por outro lado, Freedon (2013, p. 76-77) interpreta parte das dissimulações e as distorções da realidade como uma característica natural das ideologias: as inconsistências lógicas. É quando determinada pauta ou ação política deixa aberta a interpretação de determinado tema ou, até mesmo, atua de forma ambígua à ideologia a qual representa, tanto para obter apoio político, como para minimizar alguma tensão entre duas questões

⁸⁷ Cabe frisar que os autores de formação marxista, de uma maneira em geral, buscam “detectar a presença da falsa consciência não somente no discurso partidário, mas em outras manifestações da cultura, que passariam a ser articuladas pela mesma retórica de persuasão” (BOSI, 2010, p. 74).

contraditórias. Assim, o cientista político inglês, conclui que a falta de consistência e de clareza, muitas das vezes, é necessária e funcional para a arena política. Pois, a política não se refere somente à tomada de decisões, mas também à busca de apoios. Desse modo, busca-se agregar o máximo de apoio criando-se um *consenso*, visando uma estabilidade do processo político. Isto implica que, “la falta de claridad no es simplemente disimulación, engaño o pensamiento débil –aunque puede también ser cualquiera de estas tres cosas– sino control sobre el lenguaje político con objeto de obtener uno de los recursos escasos más valiosos en política: el apoyo político del público” (FREEDEN, 2013, p. 78).

As ideologias políticas possuem uma interligação direta com a cultura⁸⁸, visto que esta atua para sedimentar as ideologias nos contextos espaço-temporais, e também opera para aprimorar as interpretações lógicas que suas estruturas conceituais podem evocar. Assim, a manifestação e a consolidação de uma ideologia são viabilizadas pela cultura, uma vez que esta, na elaboração das suas argumentações, se firma numa diversidade de convenções e símbolos, como sistemas de valores, crenças religiosas, práticas comuns etc. Freedden (2013, p. 81) aponta uma mudança no foco analítico na relação ideologia-cultura, pois antes o contexto cultural era visto como segundo plano para a compreensão da gênese do pensamento ideológico e como reflexo dos interesses sociais de quem o evidencia. Não obstante, “ahora el contexto como constricción cultural se convierte continuo y vivo de la formación de las ideologías, integral a su estructura y por consiguiente a los mensajes que difunde” (FREEDEN, 2013, p. 81-82). No mesmo sentido, Laclau e Mouffe (1987, p. 264) afirmam que a cultura é um meio para transformação das formas sociais existentes.

Segundo Freedden (2013, p. 82-83), a análise das ideologias políticas, no que diz respeito ao viés morfológico, é complementada pela observação de quatro atributos: proximidade, prioridade, permeabilidade e proporcionalidade. A *proximidade* se refere à necessidade de os conceitos políticos serem analisados dentro de um contexto específico composto de outros conceitos circundantes, uma vez que os conceitos políticos dependem de outros para manifestar sentido. O critério da *prioridade* denota a prevalência de conceitos centrais em determinada ideologia política, indicando uma relativa hierarquização destes conceitos dentro da respectiva ideologia. Assim, o significado de cada conceito político depende do nível de relevância dado ao núcleo central de cada ideologia, e os conceitos adjacentes e periféricos utilizados para direcionar e orientar a interpretação daquele.

⁸⁸ Definida como “los bienes simbólicos, y materiales que producen las sociedades”, incluindo os “artefactos, ciencia y tecnología, arte y prácticas sociales” (FREEDEN, 2013, p. 79).

O traço da *permeabilidade* estabelece que as ideologias políticas não são reciprocamente excludentes nas suas ideias, conceitos e concepções. Isso ressalta o caráter dinâmico das ideologias – próximo ao sentido não totalizante de *discurso* de Laclau e Mouffe (1987) –, uma vez que há diversos pontos de interação e intersecção entre as ideologias, ou seja, em determinadas ocasiões estas se sobrepõem, ocupando o mesmo espaço, tornando-se abertas. A *proporcionalidade* diz respeito ao espaço dado dentro de cada ideologia para um tema particular ou para um conjunto de conceitos. Ou seja, como a ideologia escolhe e utiliza, em cada situação, os seus conceitos chaves para expor as suas argumentações, visando ganhar a adesão dos indivíduos. Desse modo, a simplificação ou a excessiva minúcia na apresentação de conceitos políticos é um mecanismo utilizado pelas ideologias para se tornarem ferramentas de mobilização de ação coletiva (FREEDEN, 2013, p. 84-87).

Freeden (2013, p. 102) propõe que as ideologias políticas sejam analisadas a partir de um duplo nível de verificação – a microanálise e a macroanálise –, os quais são complementares entre si. A microanálise proporciona a compreensão da perspectiva morfológica das ideologias, tornando-se observável as composições dos principais elementos e conceitos nucleares identificadores, bem como das suas relações internas e externas. Isto é, é a análise da própria estrutura, formação e mudanças das ideologias. Por outro lado, a macroanálise permite a observação das ideologias como tradições no tempo e no espaço. Nessa esfera, a análise ocorre a partir do exame da ideologia dentro do contexto sócio-político na qual está inserida.

O cientista político inglês realiza uma divisão analítica das ideologias políticas em dois tipos ideais: as macroideologias e as microideologias. As primeiras possuem uma grande adesão e predomínio social e político tanto em nível nacional como global, sendo reconhecidas pelo grande alcance e difusão geográfica. Esses paradigmas ideológicos são caracterizados pela tradição, competição entre eles e pela complexidade das estruturas dos conceitos nucleares e adjacentes, os quais viabilizam a constante adaptação a cada contexto sócio-histórico. As grandes ideologias surgiram no Ocidente e balizaram as experiências e disputas políticas do mundo moderno nas últimas décadas, reverberando nos mais variados campos sociais, como na democracia, na economia, na política, nas relações sociais, na gestão estatal etc. Os principais exemplos das macroideologias⁸⁹ são o Liberalismo, o Conservadorismo e o Socialismo (FREEDEN, 2013, p. 101-102).

⁸⁹ Freeden (2013, p. 114) também menciona que o Fascismo e o Comunismo podem ser considerados macroideologias, tendo em vista que no século XX reuniu os mesmos atributos que caracterizam as grandes ideologias.

No entanto, as macroideologias não ocupam todo o espaço no espectro ideológico. As microideologias compartilham o terreno ideológico atuando em três esferas: a partir de uma formação ideológica já existente, sendo consideradas, portanto, menos desenvolvidas; numa área de confluência de duas ou mais macroideologias existentes; ou, concebida por si só, isto é, sem estar vinculada a outras ideologias. As microideologias são caracterizadas por atuarem numa dimensão mais restrita ou por tratarem de somente assuntos específicos; por possuírem uma grande diversidade entre elas e, muitas das vezes, desaparecerem num curto espaço de tempo; por serem compostas de uma morfologia restringida; por não abarcarem todo o conjunto de questões de uma macroideologia; e, por terem um campo de interesse de atuação espacial limitado (FREEDEN, 2013, p. 117-122). Baseado nessa perspectiva, são exemplos de microideologias: o *fujimorismo* no Peru (MONTE, 2019); a *terceira via* (no formato inglês), que envolve elementos das macroideologias socialista, liberal e conservadora; o *ecologismo*, que possui uma representação considerável em países europeus, sobretudo, sob a consolidação das propostas nos partidos *verdes*.

Todas as ideologias são identificadas pelas respectivas estruturas conceituais, constituídas de núcleos identificadores (centrais), adjacentes e periféricos, pelas suas zonas de intersecções e por não manifestarem, obrigatoriamente, uma polarização entre elas. Ademais, as ideologias políticas são caracterizadas por estarem incluídas dentro de um *ar de família*. Em suma, essa acepção retoma as ideias do filósofo Ludwig Wittgenstein em torno da identificação da linguagem a partir do conhecimento das regras de interrelação gramatical. Desse modo, as ideologias podem ser identificadas pela mesma dinâmica. Isto é, fundamentada nas regras de linguagem cujo significado e relevância comunicativa somente pode ser determinada conhecendo a sua gramática (incluindo as relações entre os seus componentes), a sua utilização no contexto social e o grau de aceitação das respectivas regras. A partir do *ar de família*, as ideologias podem ser identificadas por determinados vocábulos (e pelo conjunto desses)⁹⁰, e não por uma única descrição simplificadora⁹¹, sob o risco de mal interpretar cada identidade ideológica (FREEDEN, 2013, p. 61-63; TAVARES, 2016, p. 48-49).

Na concepção de Freedden (2013), as três macroideologias mais significativas – Liberalismo, Conservadorismo e Socialismo – dominam o cenário sócio-político mundial, apresentando redes abrangentes de ideias e propondo soluções para todas as questões

⁹⁰ As variantes internas das ideologias podem se aproximar ou se afastar em relação aos seus correspondentes. Por exemplo, há diferentes tipos de socialismo. Estes vão compartilhar determinados núcleos entre eles, e também terão alguns traços identificadores que não são compartilhados. No entanto, esse conjunto de núcleo identificadores compartilhados é, em suma, o *ar de família* que dará a identidade da ideologia socialista entre eles.

⁹¹ Por exemplo, liberalismo é a ideologia da liberdade, o conservadorismo busca a preservação do *status quo* etc.

importantes da política da sociedade. Nos subtópicos seguintes serão apresentadas, dentro do conceito de *ar de família*, algumas características das respectivas ideologias políticas. Cabe frisar que todas essas macroideologias devem ser tratadas no plural, pois, conforme dito, se referem a famílias ideológicas, e nem todas as versões reúnem necessariamente as mesmas características.

3.4.1 – *Liberalismo*

O liberalismo se constitui a partir de uma diversidade de conceitos nucleares, dentre os quais a inclinação à liberdade possui o principal destaque. Essa ideologia política se baseia na premissa de que os seres humanos são racionais; na defesa da liberdade do pensamento, e, com determinadas ressalvas, de ação; na convicção da possibilidade de se alcançar o progresso humano e social; na presunção de que o indivíduo é a unidade básica e central da sociedade, e que apenas este é capaz de tomar as decisões; no pressuposto da sociabilidade e da benevolência humana como uma característica natural dos indivíduos; no apelo ao interesse geral, a partir do conjunto dos individuais, em detrimento das vontades particulares; na desconfiança em relação ao poder, mesmo admitindo este com limitações; na extensão da propriedade como um direito natural humano; na liberdade e abertura do mercado; nas ordens espontâneas geradas no seio da sociedade, que conduzem à regras de condutas gerais que não necessitam de coordenação; e, na dispersão da força social entre os indivíduos, e, no caso estatal, dentre os poderes constitucionais (FREEDEN, 2013, p. 104; SAMÕES, 2014, p. 127-153).

Mesmo não sendo um rol fechado, tais conceitos nucleares representam outra característica do liberalismo: a de sustentar um desenvolvimento aberto dos seres humanos em direção a um estado cada vez mais civilizado. Nesse sentido, Freedden (2013, p. 104) observa que: “dicho desarrollo se desenvuelve entorno de la libertad que la gente puede practicar sin trabas, sin verse dominados contra su voluntad, instigados por un creciente reconocimiento y formalización de los derechos humanos”. Isto fundamenta a crescente aceitação, dentro da família dos liberalismos, da proteção e trato legal dos desiguais, no sentido de igualar as oportunidades econômicas e de gênero, assim como o respeito às múltiplas e variadas culturas e credos dentro e entre as nações. Portanto, o bem-estar humano é uma das promessas do liberalismo (FREEDEN, 2013, p. 105).

3.4.2 – *Socialismo*

O socialismo se fundamenta numa gama de conceitos nucleares tendo o princípio da igualdade como um dos seus preceitos basilares. Essa ideologia política concebe o grupo como

a unidade social básica, seja em relação a pequenas proporções (como as associações, os sindicatos etc.), como quanto à sociedade em seu conjunto. Ademais, pressupõe que os seres humanos se constituem a partir da relação com outras pessoas e com a natureza; que a sociedade se divide em classes, e que as subalternas se referem a grupos alienados, afastados dos bens materiais e sociais necessários para o pleno desenvolvimento humano. Mas também a classe pode significar uma estrutural cultural relacionada a uma identidade positiva dos seus componentes. Essa ideologia é caracterizada por possui uma inclinação à igualdade, à eliminação das distinções hierárquicas e à redistribuição de bens a partir das necessidades humanas; por defender o acesso igual e universal de todos os cidadãos aos serviços disponíveis; por priorizar o trabalho como o traço constitutivo básico da natureza humana, e, por consequência, como elemento substancial da estruturação da organização social; por defender o ideal de bem-estar ou o desenvolvimento humano fundamentado, num curto prazo, pela eliminação da pobreza, e, a longo prazo, no livre usufruto de todos os bens materiais e intelectuais da humanidade; por fomentar a expectativa dos seres humanos de, a partir do *processo histórico*, dirigir a sociedade para fins benéficos; por propor uma regulação do Estado, inclusive nas questões econômicas, em favor da coletividade (FREEDEN, 2013, p. 106-107; FERREIRA, 2014, p. 93-125).

Os conceitos nucleares em torno do socialismo indicam que trata de uma ideologia política voltada para o futuro, sendo crítica em relação ao passado e ao presente. Além disso, se refere à uma tradição ideológica que se insere tanto dentro do contexto democrático – isto é, dos que são favoráveis às instituições da democracia liberal –, como se afasta de qualquer tipo de poder político (a exemplo dos anarquistas socialistas). Contudo, prioriza, nas suas ideias e discursos, a base da pirâmide social, sobretudo aos trabalhadores (FREEDEN, 2013, p. 107-108).

3.4.3 – Conservadorismo

O conservadorismo tem, como um dos principais conceitos nucleares, a inquietude em relação à mudança e à busca pela distinção das modificações *naturais* das *antinaturais* – sendo as primeiras tidas como um crescimento orgânico contínuo e inevitável, e as segundas como mudanças incoerentes, planejadas ou mecânicas. Ademais, essa ideologia é caracterizada pela convicção de que a ordem social está ancorada em leis *naturais* que não se encontram submetidas pela vontade humana, e, desse modo, qualquer ação que não respeite essas regras são consideradas prejudiciais; por se basear em paradigmas explicativos sobre a ordem, com destaque para os de origem sobre-humanos, os quais fundamentam uma ordem social

permanente, como a religião, a natureza, a história, a biologia, a economia etc.; pelo apelo à inércia humana; pela manutenção e reconhecimento das posições ocupadas por pessoas nas esferas política, econômica e social; pela resistência em dividir ganhos e bens herdados ou, até mesmo, adquiridos pela força; pela percepção de que o ser humano é, por natureza, uma existência concreta e situada numa família, numa língua, numa história, numa religião, numa visão de mundo, na qual é, em primeiro lugar, um sujeito passivo, mas também ativo de formação (FREEDEN, 2013, p. 110-112; CASTELLO-BRANCO, 2014, p. 155-175).

Outro traço distintivo dessa família ideológica é a utilização de uma técnica reacionária, especialmente, quando confrontada por outros princípios e posições ideológicas contrárias, e do uso de um *contraconjunto* de configurações conceituais dirigidas para fazer frente às *ameaças* contra a ordem social. Essa segunda técnica se caracteriza pela utilização de conceitos e ideias de outras ideologias visando proteger os seus conceitos nucleares, isto é, de modo a proteger a ordem social das mudanças significativas, e, ao mesmo tempo, permitindo mudanças sutis (FREEDEN, 2013, p. 112-113). Diferentemente dos liberais e socialistas, os conservadores, geralmente, não se reúnem em torno de um propósito comum. Ao contrário, as ações dos adversários que os fazem se reunir e reagir (CASTELLO-BRANCO, 2014, p. 156).

Freedden (2013) apresenta uma teoria que abarca diversos aspectos das ideologias políticas, sem, contudo, fazer qualquer objeção ou ressalva a qualquer limitador existente no sistema democrático (liberal) para a uma plena disputa de pautas político-ideológicas. Pelo contrário. Por mais que assuma que a concepção de democracia predominante se origina sob a égide do *liberalismo* (possuindo também, *a priori*, a adesão de uma parte significativa do *socialismo*), não vislumbra que a arena democrática imponha algum tipo de restrição aos conteúdos em disputa. Desse modo, com as devidas limitações e correções conceituais, depreende-se que ao autor inglês se aproxima dos teóricos da concepção procedimental da democracia, como Dahl (2010) e Bobbio (2015), no que diz respeito à percepção de que existe uma competição de propostas político-ideológicas na democracia, sem que o sistema democrático imponha qualquer tipo de limitador (ideológico) à determinados conteúdos. Isto é, em princípio, todas as propostas estariam aptas a participarem da disputa em semelhante igualdade.

Por outro lado, Laclau e Mouffe (1987) observam que a influência do liberalismo no estabelecimento da democracia (liberal) afeta determinadas propostas político-ideológicas identificadas com a ideologia *socialista* (abarcada em grande parte pela esquerda política), impondo limitadores a qualquer ideologia que se afaste dos núcleos do *liberalismo*. Desse modo, propõem uma democracia radical e plural (1987, p. 290-291), fundamentada, não no

rompimento com a democracia-liberal, mas, sim, na busca pela dissolução do potencial subversivo da “articulación entre liberalismo y democracia, reafirmando la centralidad del liberalismo como defensa de la libertad individual contra toda inteferencia del Estado, y en oposición al componente democrático que se apoya en la igualdad de derechos y la soberanía popular” (LACLAU, 1987, p. 289).

Independente da existência ou não de limitadores de conteúdos na democracia liberal, as ideologias em disputa pelo controle do Estado costumeiramente são apresentadas e caracterizadas por meio de signos ideológicos. Estes visam simplificar toda a cadeia conceitual complexa envolvida em cada simbologia identificatória do espectro político-ideológico. Desse modo, a relação entre esses signos e os processos do poder político denotam a própria dinâmica das ideologias. Conforme veremos no próximo capítulo, o *continuum* direita-esquerda alberga uma gama de simplificações simbólicas que balizam a oposição ideológica na democracia liberal.

Portanto, para os fins deste trabalho, há a necessidade de compreender as origens e as principais bases constitutivas da direita, utilizando-se as bases do *ar de família* (FREEDEN, 2013; TAVARES, 2016), a fim de construir categorias de análises que possam viabilizar a análise dos planos de governos brasileiros e chilenos identificados com a direita política.

4 – DIREITA E ESQUERDA DENTRO DE UM AR DE FAMÍLIA⁹²

Mesmo com as constantes ressignificações ao longo de mais de dois séculos de existência, a dicotomia direita-esquerda continua tendo relevância como simbologia identificatória da política de grande parte dos países ocidentais, incluindo os da América Latina⁹³ (ALCÁNTARA, 2004; COLOMER; ESCATEL, 2005; ALTMAN *et al.*, 2009; WIESEHMEIER; BENOIT, 2009; ZECHMEISTER; CORRAL, 2010). Um dos grandes méritos do binômio é a sua capacidade de sintetizar⁹⁴ – ainda que parcialmente – as ideologias políticas⁹⁵, de modo a simplificar o mundo político para uma parte considerável dos cidadãos, configurando a formatação e a clivagem política dentro de um plano unidimensional (DOWNS, 2013). Portanto, essa estruturação traz, para o cotidiano, alguns aspectos das identidades políticas, os quais viabilizam uma orientação em torno de atitudes, de valores e de comportamentos no campo da política (INGLEHART; KLINGEMANN, 1976; CARREIRÃO, 2002; SINGER, 2002; INGLEHART; WELZEL, 2009; AMES; SMITH, 2010; MEDINA, 2015), tendo a capacidade de, até mesmo, explicar o voto (EIJK; SCHMITT; BINDER, 2005).

É certo que direita e esquerda não configuram a única dimensão relevante de análise das crenças, dos valores e das ações no campo político (KITSCHOLT, 1988; 2004; COPPEDGE, 1997; ALTMAN *et al.*, 2009), e na formatação e divisões do sistema político-partidário (ALCÁNTARA, 2001). Todavia, as ideologias políticas têm sua maior expressão e representatividade no *continuum* direita-esquerda. Essa consolidação não ocorre de uma maneira linear e sobreposta. Ou seja, determinada ideologia não é, na maior parte das vezes, vinculada especificamente a um dos polos do binômio. Pelo contrário, por mais que haja a prevalência de uma macroideologia nos respectivos conteúdos programáticos, direita e esquerda agregam fragmentos de mais de uma ideologia nas diversas temáticas (ALTMAN *et al.*, 2009; CAMIA, CARAMANI, 2012). Por outro lado, ambas esferas compartilham de uma

⁹² Este Capítulo foi desenvolvido sob a coorientação da Dr.^a Leticia Maria Ruiz Rodriguez, professora titular da *Universidad Complutense de Madrid*, no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, da CAPES.

⁹³ Luna e Zechmeister (2005, p. 413) observa que a diáde se torna mais perceptível na América Latina em países que possuam um histórico mais longo de competição e institucionalização partidária, e desenvolvimento socioeconômico, como, por exemplo, o Chile.

⁹⁴ Pela complexidade na compreensão da relação entre as ideologias, especialmente por estas atuarem em níveis multidimensionais.

⁹⁵ Entendidas como um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (STOPPINO, 1998, p. 585-586).

mesma característica: a competição pelo controle de pautas de políticas públicas (FREEDEN, 2013).

No entanto, direita e esquerda, como representações de oposição ideológica, não são unanimidades no campo acadêmico. Nas décadas de 1950 e 60, visibilizou-se um debate em relação ao *fim* ou *declínio das ideologias* (BELL, 1964; LIPSET, 1968, ARON, 2016), o qual é constantemente retomado, sob novos argumentos e contextos, como, por exemplo: com a vitória do capitalismo e da democracia burguesa, após o fim da Guerra Fria (FUKUYAMA, 1992); a partir das mudanças significativas ocorridas na sociedade pelo processo de globalização e pela expansão da reflexividade social (GIDDENS, 1996), incluindo a rápida velocidade nessas transformações, que obstaria a absorção desses conteúdos pelas ideologias (RACIONERO, 2006); com a prevalência dos postulados neoliberais tanto na direita como na esquerda política (HERRERO; MIÑÓN, 1999; FREITAS, 2004).

Há que se destacar que as mudanças em torno das ideologias é algo normal (FREEDEN, 2013) e a dinamicidade e a relatividade de valores são duas características originárias de direita e esquerda que vigoram até os dias atuais (BOBBIO, 2011; ROTHBARD, 2016; TAVARES, 2016), especialmente em um contexto social de crescente incorporação de valores pós-materialistas (INGLEHART; WELZEL, 2009). Ademais, não se pode perder de vista também o poder hegemônico do capital – por meio dos seus aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1970) – para difundir a ideia de que a queda da União Soviética e a prevalência da lógica neoliberal, como explicação total da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016), culminou no fim de qualquer esquerda, ou, simplesmente, das ideologias.

Aparte da notoriedade nas discussões teórico-acadêmicas (KNIGHT, 2006) e das diversas mudanças ocorridas na sociedade ocidental nos últimos dois séculos, o fato é que direita e esquerda, apesar de suas várias transformações e ressignificações ao longo do tempo, continuam vigentes (e visíveis) no discurso político em todas suas esferas (GONZÁLEZ; QUEIROLO, 2013); tanto na própria percepção do eleitorado da América Latina (COLOMER; ESCATEL, 2005; ZECHMEISTER; CORRAL, 2010), incluindo o Chile (GONZÁLEZ; QUEIROLO, 2013) e o Brasil (SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2002; AMES; SMITH, 2010); como em outras regiões do planeta (INGLEHART; KLINGEMANN, 1976; INGLEHART; WELZEL, 2009; MEDINA, 2015; LORENTE, 2019).

Portanto, não se pode desconsiderar a relevância da díade direita e esquerda no sistema democrático liberal, no processo político-eleitoral e no meio social (BOBBIO 2011), bem como a sua capacidade de orientar os caminhos do presente e do futuro (TAVARES, 2016); mesmo que os valores em torno dos termos sejam, por vezes, parcialmente compreendidos e

estruturados por uma parcela do eleitorado (SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2007). Ademais, direita e esquerda, como grandes representações ideológicas, possuem um vínculo intrínseco com a dinâmica hegemônica, e, logo, têm a capacidade de evidenciar as transformações dos valores sócio-políticos e econômicos de uma sociedade.

Portanto, esta etapa da pesquisa tem como objetivo principal elaborar categorias analíticas que possam distinguir a direita e a esquerda de Chile e Brasil, a fim de tornar viável a análise dos planos de governos dos principais representantes da direita de cada país, para averiguar as principais características e se houve mudanças substanciais no discurso desse polo da díade, desde os respectivos períodos de redemocratização até os últimos sufrágios. Nesse sentido, Polanco *et al.* (2019, p. 95-96) ressalta que “es posible determinar el posicionamiento espacial de los partidos en cada uno de los *issues* de política y la posición de los partidos en un eje izquierda-derecha desde conjuntos de temáticas considerados de izquierda o derecha”.

Este capítulo se divide em quatro partes. Inicia-se com a apresentação das origens da díade sob duas vertentes demonstrando que o binômio tem confluência com a própria formatação da dialética política contemporânea. Na segunda, expõe-se as principais ressignificações em torno de direita e esquerda, desde o seu surgimento até os dias atuais, em caráter global (ocidental) e regional (latino-americano). Na terceira, é realizada uma discussão teórica ampla em torno da definição e caracterização de direita e esquerda, sob aspectos sociológicos, políticos (*issues*) e cotidianos, utilizando-se, sobretudo, debates ocorridos no contexto pós-nova ordem mundial (fim da URSS). Por fim, com base na discussão teórica da seção anterior, formulam-se categorias analíticas, que serão utilizadas nos capítulos posteriores, para a análise do conteúdo dos programas de governo dos candidatos das direitas de Chile e Brasil mais votados nos correspondentes sufrágios.

4.1 – Origens da díade direita-esquerda

A versão mais aceita do surgimento da díade direita-esquerda remete ao período do início da Revolução Francesa, no fim do século XVIII (BUENO, 2003, p. 35). Em 5 de maio de 1789, o rei Luís XVI convocou os Estados Gerais (reunião entre as três esferas: nobreza, clero e o *povo*), para debater o problema do descontrole da dívida do próprio soberano. No entanto, os representantes do Terceiro Estado queriam debater outros assuntos, e não tinham a possibilidade de se reunirem com a nobreza e o clero. E, apesar de serem mais numerosos, o valor final do voto era por Estado. Desse modo, os representantes do povo não tinham, na prática, poder decisório (TAVARES, 2016, p. 26).

Mas, na ocasião, o Terceiro Estado se recusou a se reunir separado dos outros estados. Com o impasse, alguns representantes do clero se uniram a eles, aumentando o apoio paulatinamente. Então, à revelia do soberano, decidiram criar uma Assembleia Nacional para redigir uma Constituição; tal fato é um dos marcos do início da Revolução Francesa. O rei ordenou o fechamento da sala onde o grupo se encontrava reunido, proibiu a reunião dos três estados juntos e declarou nula as decisões tomadas pelo Terceiro Estado. Todavia, houve a adesão de membros da nobreza ao grupo, fazendo com que o rei Luiz XVI cedesse e declarasse instalada, em 9 de julho, a Assembleia Nacional Constituinte (TAVARES, 2016, p. 26).

Com as discussões sobre a possibilidade de o rei poder vetar algo ou não em relação ao deliberado pela Assembleia, os favoráveis a essa hipótese se juntaram à direita do presidente da sessão; os contrários, à esquerda. Essa configuração perdurou em diversos outros assuntos deliberados. Logo, os partidários, por mudanças importantes que foram designados como revolucionários, se alocavam à esquerda. Já os partidários de conservar a ordem estabelecida, à direita. Isto é, de um lado a reforma e de outro a tradição (FRAGA, 1999, p. 14).

O cientista político israelense, radicado nos Estados Unidos, Yuval Levin (2017, p. 11-16) apresenta outra perspectiva para o surgimento das bases modernas em torno da díade direita-esquerda: o debate e ação política protagonizados entre o irlandês Edmund Burke (1729-1797), defensor dos valores tradicionais, e o inglês Thomas Paine (1737-1809), pensador libertário e reformador, no final do século XVIII, no transcurso da Revolução Francesa e da Revolução Americana.

Burke era um *whig*⁹⁶ incomum, pois suas atitudes não eram de um reformador, senão de um conservador, isto é, agia de forma a sustentar a estabilidade e a unidade de sua sociedade. Assim, defendia o legado da Revolução Gloriosa “por preservar o regime, e não, como alguns *whigs* mais radicais, por introduzir novos princípios de supremacia parlamentarista que apontavam numa direção de um governo republicano” (LEVIN, 2017, p. 42). Por outro lado, Paine defendia ideias de caráter liberais iluministas, como: “a devoção pelos direitos individuais, uma teoria de governo como guardião desses direitos, justa raiva por cada violação deles e inflexível paixão pela justiça para os fracos, sofrendo sob as botas dos fortes” (LEVIN, 2017, p. 35), bem como a defesa da independência das colônias americanas e a rejeição da política inglesa, especialmente quanto à monarquia hereditária (LEVIN, 2017, p. 36).

A proximidade entre Burke e Paine se deu pela inclinação de ambos à independência dos Estados Unidos. No entanto, as motivações eram distintas: enquanto o primeiro se

⁹⁶ Partido político que defendia uma monarquia constitucional, contrariamente ao partido *Tory*, que atuava por uma monarquia absolutista e preservação dos poderes reais (LEVIN, 2017, p. 27).

embasava em motivos técnicos – devido aos problemas e às injustiças apontados na má administração da colônia americana por parte do império inglês – e pela rejeição de qualquer tipo de abuso do Estado perante os cidadãos, incluindo o aumento de impostos (LEVIN, 2017, p. 30-31); o segundo se respaldava em valores libertários e liberais, de modo que os seres humanos fossem livres para se organizarem na maneira que vislumbassem ser a melhor, sem ter que se vincular a estruturas organizacionais pré-definidas (TAVARES, 2016, p. 35).

A breve amizade dos dois ruiu após Paine, no contexto da Revolução Francesa, sugerir a Burke que apresentasse, na Câmara dos Comuns, uma proposta para pensar o Estado-Nação inglês a partir do zero, ou seja, a criação de uma estrutura totalmente nova (LEVIN, 2017, p. 43). Este foi o evento que marcou a desavença entre eles, e, a partir de então, ambos formularam um grande debate na Inglaterra e na França sobre suas convicções políticas opostas em torno do “que torna um governo legítimo, qual o lugar do indivíduo na sociedade e como cada geração deve pensar sobre aqueles que vieram antes e aqueles que virão depois” (LEVIN, 2017, p. 56).

Dessa forma, o pensamento de Burke ficou caracterizado por um profundo comprometimento com a continuidade geracional, ou, em outras palavras, por manifestar um conservadorismo nos seus escritos (e na sua *práxis* política) (GIDDENS, 1996, p. 10), o que naquela época reforçou e fundamentou as concepções político-ideológicas em torno da direita. Em contrapartida, os aportes de Paine (assim como sua vida política), consolidados em torno do “objetivo de liberar o indivíduo das obrigações impostas a ele por seu tempo, seu lugar e suas relações com os outros” (LEVIN, 2017, p. 241), possuíam um caráter liberal e libertador, tendo sido associados à esquerda.

Apesar da relevância em reconhecer os primeiros grandes protagonistas da ação política em torno da *díade*, Levin (2017) não realiza qualquer menção sobre a origem da vinculação entre a direita e o pensamento de Burke e a esquerda com as ideias de Paine. O autor israelense deixa um vazio acerca da real gênese dessa divisão na política, que, conforme vertente majoritária, ocorreu no contexto da Assembleia Nacional Constituinte Francesa (BUENO, 2003; BOBBIO, 2011; TAVARES, 2016). Não se questiona o nascimento da oposição do pensamento político moderno, e sim, a origem da vinculação desse antagonismo aos termos direita e esquerda. Desse modo, entende-se que ambas perspectivas se completam.

Independentemente se o nascimento da *díade* ocorreu por um acontecimento meramente causal, no contexto da Revolução Francesa (BOBBIO, 2011, p. 83), ou pelos debates protagonizados por Burke e Paine, no mesmo período (LEVIN, 2017), há uma unicidade no fato de que direita e esquerda surgiram, sob a égide da ideologia liberal, no contexto político do final do século XVIII – em coincidência com a própria formatação da

dialética política contemporânea – e os seus núcleos constitutivos foram desenvolvidos por meio do exercício político, que reforçaram e, ao longo do tempo, ressignificaram tais sentidos, de acordo com as particularidades de cada contexto político.

4.2 – As principais ressignificações ao longo do tempo

4.2.1 – Uma perspectiva ampla e global

No seu surgimento, o conceito de direita e esquerda restou-se unido à concepção de mudança social e política. A díade representava duas ordens de valores distintos sobre diversos temas, como: a forma de Estado, as bases econômico-sociais, o patrimônio público, a religião, a secularização da riqueza (sobretudo da Igreja), a moral, a família, o apreço (ou não) ao tradicional frente ao novo etc. Tal perspectiva se manteve, inclusive, ao longo do século XIX (FRAGA, 1999, p. 16). Desse modo, a primeira formatação de direita e esquerda estava intrinsicamente ligada à polarização de duas grandes ideologias políticas: o conservadorismo e o liberalismo (ROTHBARD, 2016, p. 23).

Liberais e conservadores se opuseram durante todo o século XIX, e boa parte do século XX, porque os primeiros defendiam a primazia do indivíduo, da sua autonomia da vontade e de sua vinculação contratual, enquanto que os segundos focavam na ordem em concreto como fundamento de outras tantas instituições (HERRERO; MIÑÓN, 1999, p. 5). No entanto, com a expansão dos efeitos da Revolução Industrial, sobretudo no século XIX, e a consequente mudança na configuração social, os significados em torno de direita e esquerda perdem as suas características iniciais. Assim, a consolidação de uma sociedade de classes deu uma nova dimensão à relação entre direita e esquerda, e uma tendência também a levar os termos aos extremos (FRAGA, 1999, p. 14).

Desse modo, o liberalismo – ideologia política até então vinculada à esquerda – foi, desde a consolidação dos Estados-Nações, após as Revoluções de 1848⁹⁷, perdendo paulatinamente o seu fervor radical, e, em consequência, os seus objetivos liberais, e, assim, a luta liberal foi mais se aproximando do conservadorismo (*semi-conservadorismo*), ou seja, um reformismo com métodos conservadores (ROTHBARD, 2016, p. 26). Logo, o abandono do liberalismo por parte dos próprios adeptos, devido à perda do viés progressista extremado,

⁹⁷ Foi uma sequência de revoluções no continente europeu que eclodiram devido à presença de regimes governamentais autocráticos, de falta de representação popular no governo, de crises econômicas e do crescimento de um sentimento nacionalista.

deixou um vazio na luta contra o Estado, os resquícios da velha ordem e os novos problemas sociais urbanos, propiciando o crescimento e a instalação de uma nova ideologia política: o socialismo⁹⁸.

A partir desse período, as ideias de cunho socialista – sobretudo as oriundas dos aportes de Marx e Engels –, foram difundidas em grande parte da Europa, tendo, inclusive, subsidiado a criação da socialdemocracia, no final do século XIX, e a Revolução Russa, em 1917; restando a distinção entre direita e esquerda associada ao conflito de classes que enfrentava o capital e o trabalho. Desse modo, a esquerda se inclinava a encarnar a ideologia, os valores e o programa do movimento obreiro e dos partidos socialistas e comunistas, enquanto a direita, com uns contornos menos definidos, reunia as ideias, os grupos sociais e os partidos que defendiam orientações liberais e/ou conservadoras (MEDINA, 2015, p. 2).

Com a bipolarização do mundo após a 2ª Guerra Mundial – entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, capitaneado pela extinta União Soviética –, no âmbito dos países alinhados ao *capital*, houve, por parte da esfera estatal, o combate e a imposição de restrições contra os partidos políticos, movimentos e organizações que tivessem como orientação política o comunismo ou socialismo⁹⁹. Assim, a pauta da esquerda (representada no jogo democrático) ficou, basicamente, restringida à defesa do estado de bem-estar social (*welfare state*) – surgido, inclusive, sob as bases da macroideologia socialista (FREEDEN, 2013, p. 109).

A partir dos anos sessenta do século XX, as transformações econômico-sociais e políticas ocorridas nos países ocidentais avançados mitigaram o conflito de classe, e a divisão ideológica acolheu, especialmente, a partir da década de 1980, novos conteúdos, como os valores pós-materialistas (INGLEHART; WELZEL, 2009). A maleabilidade da dimensão direita-esquerda viabilizou uma mudança em tais conceitos e respectivos conteúdos, de modo que aos velhos significados se acrescentaram outros novos derivados de novas prioridades sociais e políticas.

No entanto, as crises econômicas mundiais vivenciadas na década de 1970, sobretudo por conta da alta do petróleo, e o declínio iminente do bloco soviético, possibilitaram o surgimento da *nova direita*, consolidando uma nova ressignificação no espectro político-

⁹⁸ Giddens (1996, p. 67) afirma que o socialismo tem as mesmas origens intelectual do liberalismo originário, qual seja, o iluminismo.

⁹⁹ Antes mesmo do contexto da Guerra Fria (e da repressão ao socialismo), em alguns países europeus, a exemplo da Alemanha e da Inglaterra, a esquerda já estava se reformulando para uma perspectiva mais enquadrada no contexto democrático, baseando suas pautas nas ideias de social-democracia. O alemão Eduard Bernestein (1850-1932) foi um dos grandes teóricos da época que contribuíram para a reformulação da esquerda nesse sentido.

ideológico. A consequência imediata dessas crises foi o enfraquecimento do modelo de social-democracia (*welfare state*), predominante na Europa e que estava ganhando força nos Estados Unidos e outros países do bloco capitalista. Além disso, o visível enfraquecimento do bloco socialista nos últimos anos da década de 1970 deu condições para que fosse instalado um Estado menos social, uma vez que as disputas ideológicas dentro da ordem bipolar já davam sinais de um fim. Os governos de Margareth Thatcher, em 1979, na Grã-Bretanha; de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos; e de Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha (ANDERSON, 1995, p. 13) foram os principais expoentes dessa nova mudança na direita política.

A *nova direita* ficou caracterizada por duas tendências principais: o liberalismo, marcado pela restauração dos valores tradicionais do individualismo, a instituição de um governo limitado e o estabelecimento de um livre mercado; e, em diferentes gradações, associada ao conservadorismo, na demanda de um governo capaz de estabelecer uma ordem e uma autoridade na sociedade com base em valores religiosos e morais tradicionais (RODRÍGUEZ ARAUJO, 2013, p. 44). Em outras palavras, a *nova direita*, a partir de bases até então contraditórias (GIDDENS, 1996, p. 17), foi a responsável por apresentar e introduzir o neoliberalismo.

O liberalismo parte do pressuposto de que os seres humanos são racionais; na afirmação da liberdade do pensamento e, com algumas restrições, de ação; uma crença no progresso humano e social; na sustentação de que o indivíduo é a unidade social central e único sujeito capaz de decidir; na confiança da sociabilidade e da benevolência humana como o normal dos homens; na liberdade de todas as esferas sociais, incluindo-se o mercado; uma apelação ao interesse geral, partindo do individual, em detrimento dos interesses particulares; nas restrições de poder, marcadas pela limitação e responsabilização por meio de regras pré-estabelecidas (FREEDEN, 2013, p. 104-105). Isso implica que o indivíduo se desenvolve em torno da sua liberdade em todas as vertentes, como, por exemplo, em questão de gênero, à cultura, aos credos, à formatação de família.

Em outra perspectiva, o conservadorismo se caracteriza por uma inquietude diante da mudança e de uma necessidade de distinguir a *mudança natural* da *antinatural* (a primeira entendida como um crescimento orgânico contínuo, e a segunda como algo incoerente, planejada ou mecânica); pela convicção que a ordem social está fundada em leis que não se encontram submetidas ao controle humano, ou seja, qualquer alteração nesse sentido é considerada danosa; sustenta-se por diversos paradigmas explicativos sobre a ordem, considerando, inclusive, os de origem *extra-humanos* que embasam uma ordem social

permanente, como a religião, a natureza, a história, a biologia e a economia (FREEDEN, 2013, p. 110-111).

Nas origens do conservadorismo e do liberalismo, tanto no contexto da revolução francesa, como no debate de Burke e Paine, observa-se uma relação dialética entre essas ideologias que perdura durante muito tempo na história. No entanto, essa ligação que, até então, era materializada por um antagonismo; uma oposição entre ambas; se firma sobre novas bases.

No âmbito do neoliberalismo, as bases liberais ficam focalizadas, sobretudo, à questão econômica, e as conservadoras ficam limitadas às regras sociais. A liberdade máxima do indivíduo – tão predominante no liberalismo – se restringe à liberdade econômica, à liberdade de empreender e ao direito de propriedade. Nesse sentido, a formatação do Estado segue as diretrizes do percussor do neoliberalismo, o austríaco (naturalizado britânico) Friedrich Hayek, no qual este deve se isentar de qualquer ação que possa causar algum entrave no jogo da concorrência entre interesses privado, sendo configurado basicamente para manter o sistema de concorrência, a defesa da propriedade privada e a realizações de ações mínimas que não possam ser executadas pelos privados (HAYEK, 2010).

Sob esses princípios, coube a *nova direita* o protagonismo na instituição e manutenção do Estado mínimo, com ações políticas em torno de privatizações e de desregulamentação do setor produtivo, visando um livre mercado (BRESSER-PEREIRA, 1992, p. 230-238), de modo que a atividade estatal se restringisse à garantir a estrutura macroeconômica e as instituições *básicas* para o funcionamento do Estado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das leis e da ordem, a proteção interna e externa e o fomento de sentimentos nacionalistas integradores (GIDDENS, 1996, p. 47).

Por outro lado, já em meados dos anos oitenta, e sobretudo no início da década de 1990, após a queda do muro de Berlim e o fim do bloco soviético, se fortalece uma (nova) esquerda convertida ao jogo democrático (FORCHERI, 2004), que, paulatinamente, se caracteriza por abarcar, ainda que de uma forma mitigada, os postulados neoliberais na economia. No entanto, a aceitação global da economia de mercado não configurou uma erosão na dimensão direita-esquerda (MEDINA, 2015, p. 2), embora a perspectiva econômica, que era uma das principais caracterizadoras da oposição dos polos políticos, foi ressignificada.

Outro ponto marcante dessa ressignificação é o crescimento da extrema direita. Em muitas sociedades ocidentais, observa-se uma alteração do espectro político-ideológico nesse sentido. Segundo Inglehart e Norris (2016, p. 2), dentre os principais motivos para a ampliação da extrema direita estão justamente duas das consequências imediatas do neoliberalismo: o aumento da desigualdade econômica e a privação social (sobretudo, pela precarização das

relações de trabalho – o que implica a perda da identidade de classe e de mobilização – e da redução das redes de segurança de bem-estar social). Outro fator, de natureza sociocultural, atribui o avanço extremista à direita como uma reação conservadora às mudanças culturais progressistas, cosmopolitas e multiculturais – isto é, à determinadas demandas pós-materialistas que começaram a se destacar a partir da década de 1980 (INGLEHART; WELZEL, 2009), de modo a consolidar um processo forçado de homogeneização cultural (LÖWY, 2015, p. 656) voltado aos valores tradicionais.

No contexto atual, a extrema direita possui características diversas de acordo com determinado contexto e localidade, como, por exemplo: nacionalismo, oposição à globalização, xenofobia, racismo, anticomunismo, homofobia, misoginia, secularismo, *anti-establishment*, apoio ao neoliberalismo etc. Isto é, “las nuevas derechas radicales son un fenómeno heterogéneo, muy mesclado” (TRAVERSO, 2018, p. 18). No entanto, um dos traços em comum da maioria das organizações políticas vinculadas à extrema-direita é a inclinação a medidas autoritárias – visando a manutenção da ordem –, uso da repressão das forças policiais e propostas de aumento das penas de prisão e de endurecimento das progressões de penas (LÖWY, 2015, p. 653-654). Traverso (2018, p. 44) acrescenta que a homofobia e o antifeminismo também são traços em comuns das extremas direitas.

Pelo viés antissistêmico, a extrema direita também possui uma característica de crítica e/ou contrariedade à democracia liberal. Nesse sentido, Severo e Campos (2020, p. 6) observam a existência de dois grupos distintos: os radicais, que, a partir de um viés reformista da democracia liberal, visam potencializar a soberania popular e o governo da maioria, e, em consequência, minimizar os direitos das minorias, garantias do Estado de Direito e a separação e independência dos poderes; e os fascistas, que rejeitam a própria essência da democracia e fomentam (e utilizam) de métodos de violência direta para impor o seu projeto político.

4.2.2 – *As transformações da díade na América Latina*

Apesar das influências recebidas pela América Latina, desde os acontecimentos da Revolução Francesa e Americana, a instituição e as posteriores ressignificações da díade, na região, ocorreram de um modo diverso e em períodos diferentes; especialmente pela condição de colônia – e a consequente formação socioeconômica existente –, que, obviamente, era um entrave para que as nações latino-americanas realizarem uma nova organização político-democrática, que pudesse abarcar os antagonismos em torno de direita e esquerda.

Desse modo, o processo de independência das nações latino-americanas e a consolidação dos respectivos Estados teve grande influência das ideias liberais difundidas na

Europa e nos Estados Unidos¹⁰⁰, e dos acontecimentos ocorridos nessas regiões (CARDOSO; BRIGNOLI, 1984, p. 160-161). Todavia, de uma maneira em geral¹⁰¹, as mudanças, sob a égide do ideário liberal, ficaram restritas a poucos aspectos, como, na ruptura do pacto colonial, na *liberdade* político-administrativa estatal e na criação de direitos civis (como os políticos) para as novas elites – os crioulos –, não abrangendo mudanças sociais e econômicas significativas, especialmente na área rural, lugar de maior concentração populacional (ECHAVERRÍA, 1964, p. 39-40). As antigas estruturas coloniais foram mantidas, assim como a dependência econômica (que migrou para a coroa inglesa). Logo, para os indígenas, negros e mestiços manteve-se a mesma dinâmica econômico-social de exploração, sendo-lhes negada qualquer participação nas decisões sobre a organização social e política (QUIJANO, 2000, p. 134).

Portanto, as elites crioulas mantiveram as mesmas estruturas coloniais, abandonando os fundamentos liberais que subsidiaram os processos de independência, numa clara assunção de uma postura conservadora – similar ao que ocorreu com Burke no Reino Unido. Assim, o conservadorismo manteve sua tradição de se firmar pela própria prática do poder (CUEVA, 1989, p. 69). De toda forma, por mais que houvesse manifestações de ação política sob a influência do liberalismo e do conservadorismo, somente após a segunda metade do século XIX que o liberalismo começou a ter um sentido mais homogêneo na América Latina (SEBASTIÁN, 2009, p. 709), pois, até então, era difícil ter uma definição concreta do que era um conservador, um liberal, um centralista, um federalista, um monarquista ou um republicano¹⁰² (BARRÓN, 2001, p. 6).

Logo, as primeiras oposições políticas concretas se firmaram, especialmente, em torno do liberalismo e do conservadorismo, sem, no entanto, estarem associadas necessariamente às terminologias esquerda e direita. Nesse sentido, Sebastián (2009, p. 726) explica que: “hacia mediados de siglo en numerosos países de la región el par de contrarios ‘progresista’/‘conservador’ [...] estaba arraigado en el imaginario colectivo como uno de los ejes referenciales más importantes de la vida política”. Somente no início do século XX que tais antagonismos tiveram a correspondente identificação com a díade.

¹⁰⁰ Pode se acrescentar também as fontes de influência: a independência do Haiti, em 1804, e a crescente influência inglesa no continente americano, especialmente após a invasão de Napoleão Bonaparte à Espanha e à Portugal (BETHELL, 1991, p. 40).

¹⁰¹ Não se pode afirmar que houve um movimento liberal similar acontecendo em todos os novos Estados da América Latina, nem que medidas idênticas foram adotadas em todas as partes do continente. Inclusive, o caso brasileiro se diferencia da maior parte dos países latino-americanos, por ter um processo de conquista diferente dos países de influência espanhola. Nesse sentido, cabe ressaltar que, no Brasil, não havia elites crioulas.

¹⁰² Alcántara (2001, p. 8), inclusive, aponta que os primeiros partidos latino-americanos foram constituídos sob esses signos e antagonismos, os quais, na sua grande maioria, desapareceram na primeira metade do século XX.

Sem desconsiderar que houve, na América Latina, um desenvolvimento desigual na política interna de cada país, sobretudo no que diz respeito à participação popular e na própria competição político-partidária nos processos eleitorais (MIDDLEBROOK, 2000), observa-se que, no período de maior abertura para o surgimento de partidos de caráter revolucionário, compreendido entre 1925 e 1950 (ALCÁNTARA, 2001, p. 25), e semelhante ao ocorrido nos países ocidentais capitalistas, houve uma reconfiguração gradativa da direita latino-americana devido à presença e à difusão das ideias de cunho socialista.

Logo, a existência e o poder mobilizatório dos partidos criados sob a influência da ideologia socialista variaram consideravelmente de país para país e em cada período, tendo estes, com algumas ressalvas¹⁰³, tido pouca adesão eleitoral (LÖWY, 1999). Não obstante, tais ideias tiveram a capacidade de influir nas políticas estatais – inclusive, com ações reacionárias –, nos partidos políticos e na defesa e reformulação de outras ideologias, como o liberalismo e o conservadorismo, afetando, portanto, a configuração direita-esquerda.

O auge dessa influência foi a instauração de regimes ditatoriais em diversos países da América Latina, sob a gestão e supervisão do governo estadunidense, com a justificativa de fazer frente à crescente *ameaça* socialista, sobretudo após o sucesso da Revolução Cubana (AYERBE, 2002; LÖWY, 1999), no contexto da Guerra Fria. Esse período iniciou-se com o golpe militar sucedido na Guatemala, em 1954, e perdurou até o final da década de 1980¹⁰⁴ (CALLONI, 2001; ROSENMAN, 2013). Esse interregno temporal ficou marcado pela prevalência de partidos conservadores no poder (MIDDLEBROOK, 2000), e, por lapsos de democratização (AYERBE, 2002, p. 192); embora relativos, dada à baixa participação popular e à limitação na competição.

Tais observações se tornam úteis para identificar o posicionamento da direita e da esquerda durante o período de ruptura democrática (e dos lapsos de relativa democratização). Assim, se por um lado a maior parte da esquerda foi retirada do jogo democrático, por abarcar uma ideologia socialista (ou anticapitalista), tendo, dessa forma, se tornado alvo das políticas internas de cada país (LÖWY, 1999). Por outro, a direita, em muitos casos, apoiou os regimes militares na tomada do poder, ou participou efetivamente da composição de tais governos, ou compôs governos civil de natureza autoritária (AYERBE, 2002; CERVO, 2001, p. 135).

¹⁰³ Como na eleição, pelo Partido Socialista Chileno, de Salvador Allende, em 1970. No entanto, cabe destacar que o próprio Allende se candidatou em 1952, a partir de uma aliança entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, e recebeu apenas cerca de 6% dos votos válidos (LÖWY, 1999, p. 30).

¹⁰⁴ Considerando as eleições presidenciais ocorridas em 1989 no Chile, e a destituição do ditador paraguaio Alfredo Stroessner, com a posterior convocação de eleições gerais no mesmo ano (AYERBE, 2002, p. 210).

Com o enfraquecimento (e o posterior fim) do bloco soviético, além do agravamento das crises financeira, social e política que assolou a América Latina durante toda a década de 1980, iniciou-se uma nova etapa na região: a dos governos neoliberais¹⁰⁵. Desse modo, a terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1993), na América Latina, foi caracterizada pela implantação das políticas de cunho neoliberal a cargo da *nova direita* dos respectivos países. Portanto, enquanto a esquerda se reformulou ao *jogo democrático*, rejeitando a nacionalização e a planificação econômica (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 145), a direita buscou se afastar da imagem autoritária dos governos militares para adentrar no novo contexto respeitando as conquistas das novas democracias.

No entanto, os efeitos negativos do neoliberalismo, especialmente na esfera social, possibilitaram a vitória eleitoral de governos identificados com a esquerda na América Latina (ARNOLD; SAMUELS, 2011) – na chamada *onda rosa* –, evidenciando uma nova e inédita dinâmica de reconfiguração do espectro político ideológico da região (CHAVES; RODRÍGUEZ; BARRET, 2008). Apesar de avanços em diversas políticas sociais, as esquerdas que ascenderam ao poder não conseguiram romper com as políticas neoliberais implantadas por seus antecessores. Pelo contrário, na maior parte dos casos, assumiram – embora com uma certa atenuação em relação à direita – os postulados neoliberais para a área econômica (NEGRI, 2014).

No transcorrer da segunda década do século XXI, contudo, as vitórias de candidatos de direita apontam para uma nova configuração do espectro ideológico, a partir da retomada de programas de governo mais comprometidos com a agenda neoliberal, isto é, menos Estado e mais mercado. Bem como, no campo da moral e costumes, vinculada a uma ideologia predominantemente conservadora. Esse giro à direita culminou na instituição de governos de direita em diversos países latino-americanos, como, por exemplo, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai, e no crescimento da representação da direita em outros países da região. No entanto, um olhar mais atento demonstra que se refere a um conjunto bem heterogêneo, o qual inclui partidos e representações tradicionais e novas agremiações e grupos políticos (MONESTIER, 2021).

De modo semelhante, o fenômeno do crescimento da extrema direita também tem repercutido (embora em gradações diferentes) na América Latina. Diferentemente da maior parte dos casos da Europa, a extrema direita latino-americana é um fenômeno novo. Não tendo

¹⁰⁵ Todavia, cabe frisar que o Chile, por exemplo, já na década de 1970, foi o primeiro *laboratório* para a implementação de políticas neoliberais, tendo, inclusive, precedido, os países ocidentais (anteriormente citados) nesse sentido (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

ligação com matrizes políticas antigas e já consolidadas (LÖWY, 2015). Contudo, semelhante aos pares europeus, são marcadas por *incoerências* ideológicas (TRAVERSO, 2018, p. 51). Especificamente em relação ao caso brasileiro, personificado no presidente da República Jair Bolsonaro, observa-se que se constitui a partir de elementos como o populismo, o autoritarismo *anti-establishment* e um tipo peculiar de nacionalismo, semelhantes à extrema direita europeia e à estadunidense (NEGRI, 2021, p. 389), bem como de constante rejeição da esquerda, críticas às instituições democráticas, restrições aos grupos sociais e identitários minoritários (negros, mulheres, LGBTQ+ etc.) e um discurso com apelo aos valores morais (IGREJA; NEGRI, 2020, p. 64).

4.3 – Direita e esquerda numa perspectiva teórica

Embora haja o reconhecimento acerca da vigência e da relevância da díade por boa parte dos estudiosos, os entendimentos conceituais em torno de uma definição de direita e de esquerda variam bastante. Essa falta de unicidade conceitual é compreensível, uma vez que os termos surgiram, *a priori*, vazios de conteúdo, tornando-se, desde a origem, caracterizados por serem flexíveis, além de capazes de se adaptarem a diferentes disputas e controvérsias (TAVARES, 2016, p. 35). Portanto, direita e esquerda não são conceitos estáticos, e, sim, relativos e dinâmicos, pois englobam valores que variam segundo determinada tradição política, contexto e período sócio histórico aos quais estão inseridos (BOBBIO, 2011; BUENO, 2003; DI TELLA, 2004; FERNÁNDEZ DE LA MORA, 1999; MEDINA, 2015; RODRÍGUEZ ARAUJO, 2004; ROTHBARD, 2016; TAVARES, 2016).

Por esta razão, serão apresentados e colocados em discussão alguns aportes de autores que se debruçaram em definir conceitualmente as distinções em torno da díade, a fim de buscar as principais diferenciações de direita e esquerda que sejam compatíveis com a política brasileira e chilena, do período pós-redemocratização até os últimos pleitos eleitorais. Isto é, as características do antagonismo da díade que restavam evidentes há cerca de trinta anos e, nos dias atuais, continuam delineando essa distinção. Portanto, não serão levados em consideração possíveis questões que caracterizaram, de modo pontual, a oposição entre direita e esquerda em determinado contexto eleitoral (dos países em questão), mas que não demonstraram a capacidade de perdurar no tempo como traço distintivo do binômio.

4.3.1 – Uma discussão conceitual contemporânea em favor da *díade*

Um dos conceitos mais citados e discutidos no meio acadêmico é o de Norberto Bobbio. O cientista político italiano elabora o seu critério universal e geral, para distinguir a dupla direita-esquerda, a partir da atitude diante da igualdade. Dessa forma, entende que a direita percebe que os homens são mais iguais do que desiguais, e que a maior parte das desigualdades são naturais, isto é, fazem parte da gênese dos seres humanos, e, portanto, não são elimináveis. A esquerda, por outro lado, compreende que os homens são mais desiguais do que iguais, e que grande parte das clivagens são de origem social, e, por isto, são susceptíveis a correções (BOBBIO, 2011, p. 121).

No entanto, Bobbio (2011, p. 54) reconhece que, devido à relatividade conceitual em torno de direita-esquerda, não há somente dois polos estáticos, mas, sim, uma linha que segue de uma extremidade a outra (*continuum*) sem excluir as posições intermediárias. Assim, de uma maneira simplificada e genérica, propõe que a análise conceitual em torno da igualdade seja submetida (ao menos) a três variáveis: “a) os sujeitos entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual fazer a repartição” (BOBBIO, 2011, p. 112), que possibilita uma infinidade de resultados.

Desse modo, há o reconhecimento do *centro*, ou *terceiro incluído*, que visa criar um espaço entre os dois opostos, não se situando nem na direita, tampouco na esquerda, logo, entre ambos, sem, no entanto, buscar excluí-los (BOBBIO, 2011, p. 54). Por fim, Bobbio (2011, p. 134) configura as extremidades do *continuum* a partir da análise quanto à postura diante da liberdade. Dessa forma, os moderados são distinguidos dos extremistas pela proximidade ou afastamento do autoritarismo. A partir desse critério que surgem, por exemplo, a extrema-direita e a extrema-esquerda, as quais convergem, especialmente, pela aversão à democracia, como valor e método.

Além das tradicionais disposições no *continuum* direita-esquerda, Bobbio (2011, p. 56-59) identifica o *terceiro transversal*: caracterizado pela transversalidade dos dois opostos. Portanto, a depender de cada situação, pode se situar tanto na direita, como na esquerda, ou até mesmo em nenhuma das duas, como, por exemplo, os partidos verdes; e o *terceiro inclusivo*: identificado pela fusão de características da direita e da esquerda, com o objetivo englobá-las numa síntese superior, de modo que não esteja no centro, e tampouco na direita e na esquerda, a exemplo da *terceira via*.

A relação entre Estado e economia é o critério objetivo mais usual para realizar a distinção entre direita e esquerda. Tal perspectiva, dentro da democracia liberal, tem origens desde o *keynesianismo*, e foi teorizada, sobretudo, por Anthony Downs, na década de 1950,

tendo ficado conhecida como a *Teoría Democrática Económica*. O economista estadunidense entende que os partidos buscam o centro do espectro político-ideológico, para ganhar votos. Portanto, os conteúdos programáticos movem-se ao longo do *continuum* para alcançar esse objetivo. Desse modo, os polos da díade seriam definidos pelo nível de intervenção estatal na economia. Num extremo, a direita caracterizada pelo livre mercado, e, no outro, a esquerda identificada pelo controle governamental pleno (DOWNS, 2013).

Mesmo que Downs (2013) tenha elaborado a sua teoria num contexto geopolítico e social distintos do atual – antes, inclusive, do surgimento das demandas pós-materialistas (INGLEHART; WELZEL, 2009) –, a questão econômica, como diferenciador entre direita e esquerda, ainda que de uma maneira ressignificada, continua prevalecendo como um dos principais identificadores do antagonismo da díade, mesmo após as reformulações conceituais de esquerda e direita após o fim do bloco soviético. Nessa lógica, o sociólogo francês Alain Touraine (1999) rechaça a ideia de *pensamento único*, que foi veiculada, sobretudo, a partir da assunção da economia de mercado por parte dos representantes da (centro) esquerda, a partir da década de 1990, e traz uma diferenciação entre o binômio político-ideológico:

Ésta es la línea divisoria entre las dos vías. Por un lado se privilegia la adaptación del Estado al mercado, produciéndose por tanto el desmantelamiento de la economía dirigida, tarea que se completa con la asimilación de las políticas de educación y de sanidad a meros proyectos económicos; por el otro, la alianza entre Estado y las demandas sociales sigue resistiendo la enorme presión de una economía mundializada. ¿Habría mejor definición de la oposición entre el centro derecha y el centro izquierda? Para ser francos, ambas soluciones están siempre bajo la amenaza de graves enfermedades: la aceptación de las desigualdades y de las exclusiones sociales en el caso de la derecha; la sobreprotección de las categorías sociales ligadas al Estado en el de la izquierda (TOURAINÉ, 1999, p. 98-99).

Num sentido mais amplo, Fernández de la Mora (1999, p. 60) traça a sua a sua distinção não somente utilizando-se da relação *Estado-economia*, mas, sim, o Estado com todos os seus vieses. O Estado, de acordo com o político e crítico espanhol, por ser o mais complexo artefato já produzido pelo homem, e pela capacidade de alcançar todas as outras esferas, é o foco da disputa entre direita e esquerda. Logo, a oposição principal se situa na dualidade: *mais* ou *menos* Estado. A partir dessa questão central, outras derivadas definem os conteúdos programáticos dos polos:

¿Qué funciones y en qué medida pueden privatizarse? [...] ¿ahorro público o privado?, ¿qué tipo y proporción de empresas estatales?, ¿qué áreas de orden público pueden ser asumidas por entidades particulares?, ¿qué pleitos se sustanciarán en tribunales o despachos de arbitraje?, ¿seguridad social de capitalización personal o de reparto colectivo?, ¿enseñanza estatal o particular? En suma, ¿qué proporción de la renta nacional será administrada por funcionarios públicos? (FERNÁNDEZ DE LA MORA, 1999, p. 60).

Assim, de acordo com essa perspectiva¹⁰⁶, a direita propõe menos Estado e a esquerda o oposto. No entanto, Fernández de la Mora (1999, p. 61) observa um problema no estatismo: a diminuição das margens individuais de autodeterminação. Logo, as ações a favor de *mais Estado*, por parte da esquerda, diminuiriam as liberdades de uma sociedade; enquanto a redução estatal, em contrapartida, valorizaria a primazia absoluta da liberdade, influenciando, inclusive, em benefícios econômicos para toda a coletividade. Apesar trazer um critério distintivo entre direita e esquerda, que, *a priori*, possui uma carga valorativa neutra, o autor deixa claro o seu rechaço à intervenção estatal, demonstrando sua inclinação às teses originadas em Smith (1996b), posteriormente resgatadas no neoliberalismo de Hayek (2010) e Friedman (2019).

Baseado numa matriz marxista, o cientista político mexicano Rodríguez Araujo (2004, p. 22-23) elabora seu marco definatório em relação à díade a partir da questão do *interesse de classe* e da *dominação*, cuja relação presume uma desigualdade entre dominante-dominados. Portanto, a direita representaria os interesses da classe dominante, enquanto a esquerda, das dominadas; embora ressalte que o apoio do eleitorado não siga a mesma lógica. Logo, ao se basear num critério de desigualdade entre classes, o autor se aproxima da definição de Bobbio (2011), indicando que a esquerda tende a buscar a igualdade num marco de não dominação, isto é, sob as bases ideológicas do socialismo. E a direita, fundamentada no capitalismo – que é, segundo o autor, um sistema de dominação e gerador de desigualdades por natureza –, em se abster em diminuir tais clivagens, visto que são imprescindíveis para a própria existência do capitalismo.

Diferentemente da conceituação ora apresentada, que carece de objetividade para os fins deste trabalho, Rodríguez Araujo (2004, p. 36-198) formula, a partir de temáticas explícitas, duas diferenciações entre os polos. Dessa forma, no que diz respeito ao sistema democrático, a direita (democrática) se caracteriza por prezar pela manutenção da democracia liberal (formal), uma vez que esta tem a capacidade de manter a preponderância dos grupos (e ideias) dominantes. Em contrapartida, a esquerda por defender outras formas de democracia, como a participativa, de modo a disseminar o poder a partir das classes dominada. A outra distinção proposta é em relação a *ações afirmativas* (raça, gênero etc.). Assim, quanto mais à direita, menor é a aceitação de políticas de ações afirmativas. Por outro lado, a esquerda se identifica pela proposição de tais medidas, com a finalidade de diminuir as diferenças sociais.

Numa outra perspectiva, o economista brasileiro Bresser-Pereira (1997, p. 55) concebe que o critério chave para distinguir direita e esquerda situa-se em torno do binômio ordem-

¹⁰⁶ E sem desconsiderar o relativismo contextual e as gradações possíveis com a aplicação do critério, devidamente ressaltadas pelo autor.

justiça social. Portanto, a direita se caracteriza por priorizar a ordem¹⁰⁷ em relação à justiça social. E a esquerda por arriscar a ordem em nome da justiça (e da proteção ambiental). Em outra oportunidade, Bresser-Pereira (2006, p. 27), de uma forma mais concreta – e se aproximando da concepção de Bobbio e de Touraine –, reconhece na relação entre Estado e economia uma distinção entre a díade: enquanto a direita defende um Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, e agindo em favor da soberania absoluta do mercado na coordenação da vida social; a esquerda atribui ao Estado a função ativa na redução das injustiças e desigualdades sociais.

Di Tella (2004, p. 10) entende que a distinção entre o binômio político-ideológico pode ser realizada sob duas esferas: ideológica e das classes sociais de apoio. A primeira, em suma, compreende a direita como a responsável pela disseminação da forma de pensar e sentir dos responsáveis por dirigir os meios de produção, e a esquerda por ocupar os pontos de vista dos trabalhadores, preocupando-se com justiça social. Essa perspectiva tem fundamentação no conceito de ideologia de Marx e Engels (2010), na qual as classes dominadas percebem o mundo a partir de uma inversão da realidade; a falsa consciência.

A segunda tem como base os principais grupos de apoio a cada lado do espectro, e, por consequência, as respectivas pautas. Então, à direita se situam a maioria dos grandes empresários, das classes altas e médias, e uma minoria dos setores populares. E, à esquerda os líderes dos grupos sindicais e de outras representações populares, a maioria da classe trabalhadores e da intelectualidade, além de uma parte da classe média progressista. O sociólogo argentino observa – a partir de outros estudos quantitativos – que todas as classes tem permeabilidade nos dois lados da díade, e, por isso, destaca, para diferenciar as bases de apoio, os grupos mais fieis (em relação ao apoio e voto) de cada polo: na direita, os grandes empresários e as suas associações representativas; na esquerda, os líderes e ativistas sindicais, e as respectivas instituições (DI TELLA, 2004, p. 11-12).

Assim, como na perspectiva principal de Rodríguez Araujo, o primeiro enfoque de Di Tella, de cunho marxista, apesar de rico e possuir uma longa tradição acadêmica, não viabiliza, com objetividade, uma análise de documentos políticos. Por outro lado, o segundo viés, que num primeiro momento parece se aproximar à distinção de Lipset (1967) – que, em suma, os mais pobres se inclinariam às propostas dos partidos de esquerda, enquanto os mais ricos o oposto –, direciona o foco somente nos principais atores de cada lado do espectro, trazendo,

¹⁰⁷ Ranquetat Jr. (2019, p. 80), interpretando a *ordem* nas esferas sociológica, jurídica, filosófica e metafísica, conclui que “o conceito de ordem é absolutamente central para o pensamento de direita”.

portanto, a distinção para as demandas políticas dos empresários, de um lado, e dos trabalhadores, de outro. Assim, possibilita, com as devidas correções e construção de arranjos teóricos-metodológico, a elaboração de categorias analíticas que abordem temas correlatos.

Os cientistas políticos estadunidenses Inglehart e Norris (2016, p. 17), dentro do ramo da cultura política, utilizam-se da tradicional divisão entre direita e esquerda, na qual a gestão da economia é o que discerne cada um dos polos. Sendo a primeira caracterizada por políticas que favorecem a desregulamentação, o livre mercado, a oposição a políticas redistributivas e os cortes de impostos. Em contrapartida, a segunda é marcada pela ação política em torno da manutenção da regulamentação dos mercados, da gestão estatal na economia, da distribuição de renda e de gastos públicos. Tal categorização se amplia ao entendimento de Bresser-Pereira (2006) quanto à diferenciação do binômio político na relação do Estado com a economia.

No entanto, Inglehart e Norris (2016, p. 17-18) não se limitam a essa divisão e agregam uma nova díade de caráter cultural: populista¹⁰⁸-cosmopolita. A partir dessa divisão, associada à econômica direita-esquerda, os autores analisam o direcionamento político-ideológico de vários partidos políticos europeus. Nessa perspectiva, populista, em síntese, agrega as políticas que: favorecem os valores tradicionais, opostos aos estilos de vida liberal e multicultural; promovem o nacionalismo; favorecem a lei e a ordem, sendo, inclusive, contra a imigração; opõem-se aos direitos das minorias étnicas; defendem os interesses rurais; e, fundamentam-se politicamente em princípios religiosos. Por outro lado, os liberais cosmopolitas adotam uma posição e ação política contrárias aos populistas. Isto é, defendem o livre fluxo de pessoas, ideias, capital e cultura através das fronteiras nacionais, e formas pluralistas de governança baseadas para a proteção dos direitos das minorias, do meio ambiente e na consolidação de instrumentos de democratização na tomada de decisões.

Portanto, diferentemente dos dois critérios elaborados (igualdade-autoridade) por Bobbio (2011) para verificar determinada posição política no *continuum*, os quais são interdependentes, Inglehart e Norris (2016) se baseiam em duas análises dimensionais autônomas. Desse modo, considerando todas as graduações possíveis, inclusive com a proximidade do centro, os resultados poderão estar situados em quatro partes distintas: direita-cosmopolita, direita-populista, esquerda-cosmopolita e esquerda-populista.

Utilizando-se de uma matriz metodológica distinta, o *Manifesto Project Database* (MPD) realiza a análise do posicionamento da escala direita-esquerda de 1086 partidos

¹⁰⁸ Os autores entendem o populismo como uma ideologia política que enfatiza a fé na *decência* contrária ao *establishment* político e corporativo, e evoca valores mais tradicionais do que progressistas, consolidando um pensamento *monocultural* (INGLEHART; NORIS, 2016).

políticos, em 56 países, a partir de 26 categorias analíticas pré-estabelecidas. As variáveis dizem respeito à assuntos dispostos em sete eixos temáticos¹⁰⁹, conforme categorias abaixo relacionadas. A posição de uma agremiação política é obtida, basicamente, pela subtração da proporção do conteúdo relativo às categorias relacionadas com a direita com o referente às da esquerda; sendo +100 o resultado máximo possível à direita, e -100 o do polo oposto (VOLKENS *et al.*, 2017):

Quadro 1 – Categorias analíticas utilizadas pelo MPG (MARPOR) para a distinção de direita e esquerda

DIREITA	ESQUERDA
104. Forças Armadas: positivo	103. Anti-imperialismo
201. Liberdade e Direitos Humanos: positivo	105. Forças Armadas: negativo
203. Constitucionalismo: positivo	106. Paz: positivo
305. Autoridade política: positivo	107. Internacionalismo: positivo
401. Livre Mercado	202. Democracia: positivo
402. Incentivos: positivo	403. Regulação do Mercado
407. Protecionismo: negativo	404. Planejamento Econômico
414. Ortodoxia econômica	406. Protecionismo: positivo
505. Limitação do Estado do Bem-Estar Social	412. Economia controlada
601. Nacionalismo: positivo	413. Nacionalização
603. Moralidade tradicional: positivo	504. Expansão do Estado do Bem-Estar Social
605. Lei e Ordem: positivo	506. Expansão da educação
606. Harmonia Social: positivo	701. Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Volkens *et al.* (2017).

Elaboração: do autor.

Por mais que seja uma metodologia bem estruturada e complexa, que alberga um número considerável de variáveis, há de se considerar que a matriz do MPD foi desenvolvida, especificamente, para o contexto europeu. Ademais, trata-se de um modelo rígido de disposição de categorias de análise, que, por mais que tenha pontos positivos – como, por exemplo, a possibilidade de visualização das oscilações nas propostas políticas de uma determinada agremiação política desde 1945 até os dias atuais –, não contempla, até mesmo pela sua pretensão de envolver tantos países em um largo lapso temporal, as especificidades de cada Estado, região e continente.

Considerando as características nucleares da díade: dinamismo e relatividade com o tempo, lugar e contexto sócio histórico, é importante verificar, antes de se utilizar as categorias propostas pelo MPD para distinguir direita e esquerda na América Latina, quais são as variáveis compatíveis com a realidade latino-americana, e, sobretudo, do Brasil e Chile. Nesse sentido, Tarouco e Madeira (2013), aplicando a metodologia do MPD nos partidos brasileiros, constataram que:

¹⁰⁹ Relações Exteriores, Liberdade e Democracia, Sistema Político, Economia, Estado do Bem-Estar Social e Qualidade de Vida, Estrutura da Sociedade e Grupos Sociais (VOLKENS *et al.*, 2017).

A escala definida pelo Manifestos Research Group [...] inclui, entre os elementos constitutivos da posição política de esquerda, a defesa do internacionalismo e a busca da paz entre países, e, entre elementos constitutivos da posição política de direita, entre outras coisas, a defesa do constitucionalismo e de liberdades e direitos humanos. Tais critérios fazem pouco sentido na política de países ex-colônias, que não passaram pelos mesmos processos históricos revolucionários que moldaram as visões da política nos países europeus. Ao mesmo tempo, as referências à democracia são muito extensas e numerosas nos manifestos de todos os partidos brasileiros (inclusive aqueles geralmente classificados como de direita) devido ao contexto da transição de regime em que a maioria dos partidos analisados foi criada (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 157-158).

De um modo semelhante, Benoit e Laver (2006) desenvolveram uma matriz para análise da política de partidos de 47 países europeus e desenvolvidos de outras partes do mundo, envolvendo 40 dimensões de análise¹¹⁰, destinada à opinião (*surveys*) de especialistas¹¹¹. Os autores concluíram que as questões vinculadas à esfera econômica eram as que mais coincidiam com a posição direita-esquerda, e quando aquelas eram associadas à dimensão social aumentava consideravelmente o número de partidos que coincidiam nessas questões e a respectiva posição no *continuum*. Duas outras temáticas que se aproximavam da díade são o meio ambiente e a imigração; esta última, por óbvio, relaciona-se a um assunto que tem grande relevância na Europa, mas não tem muita importância na maior parte da América Latina.

Wiesehomeier e Benoit (2009) reformularam a matriz elaborada por Benoit e Laver (2006), de modo a adaptá-la à realidade latino-americana. Desse modo, elencaram 11 categorias de análise (que fossem coerentes com o contexto latino-americano), e aplicaram o formulário de questões (*surveys*) a especialistas, com o objetivo de observar a posição dos partidos de 18 países da região. Por fim, concluíram que 8 temáticas são suficientes para se utilizar como parâmetro para situar a maior parte das agremiações políticas da América Latina dentro da dimensão direita-esquerda:

Quadro 2 – Dimensões utilizadas por Wiesehomeier e Benoit para a distinção de direita e esquerda

DIMENSÕES
Desregulação/Privatização
Globalização
Meio Ambiente
Social
Religião
Impostos x Gastos Públicos
Descentralização
Cooperação econômica

Fonte: Wiesehomeier e Benoit (2009).

Elaboração: do autor.

¹¹⁰ Nem todas as dimensões se aplicam a todos os países. Algumas delas só são utilizadas para o contexto europeu, e outras especificamente para um determinado país.

¹¹¹ De acordo com o método, os especialistas responderam os questionários atribuindo uma pontuação de 1 a 20 para cada dimensão relacionada, incluindo uma específica de posicionamento na escala direita-esquerda.

Uma das três categorias excluídas por Wiesehomeier e Benoit (2009) foi a relacionada a populações indígenas e a minorias. Especificamente para os casos brasileiros e chilenos, esta é uma dimensão que tem relevância como demanda política. Tanto as pautas em torno das minorias (por motivos religiosos, de gênero, étnico, de sexualidade, linguístico, físico e culturais) como quanto aos povos indígenas fazem sentido na realidade sócio-política dos dois países. Portanto, mesmo que, em determinados momentos, não estejam no primeiro plano da disputa político-ideológica, tais variáveis podem auxiliar também na diferenciação entre direita e esquerda.

Utilizando-se de uma perspectiva mais complexa e ampla, Rui Tavares (2016) defende a existência e a análise da política sob a perspectiva da díade. Não obstante, apesar de descrever algumas características de cada polo do espectro político-ideológico, ressalta o risco de reduzir a identificação de cada um deles, ou seja, de descrever a direita e a esquerda, com apenas um único fator/critério (TAVARES, 2016, p. 47). Desse modo, afasta-se um pouco de Bobbio (2011), e da maior parte dos autores incluídos no debate, no que diz respeito à distinção dos dois lados do *continuum*, apesar de considerar que a característica – a atitude diante da igualdade – adotada pelo filósofo italiano positiva, já que permite ampliar o feixe de análise.

Para Tavares (2016), a descrição de direita e esquerda é uma tarefa muito difícil, uma vez que há uma grande possibilidade de incorrer em equívocos. Por este motivo, o historiador português propõe que a análise seja feita a partir da busca do *ar de família*¹¹² de cada conceito, visto que “existem categorias de coisas que não se definem por uma característica, mas por várias, sendo que todas essas características não se encontram em todos os elementos da categoria” (TAVARES, 2016, p. 48). Portanto, o exercício a ser realizado é a busca de categorias que definam direita e esquerda, e mesmo que, em determinada análise, não haja todos os critérios, estas ainda possa ser caracterizada como direita e esquerda.

Nesse viés, Tavares (2016, p. 49) propõe algumas categorias, a título de exemplo, que poderiam identificar a posição de direita e esquerda: Estado, progresso, família, meio ambiente, gênero, tradição etc. Deixando claro que se trata de um exercício qualitativo por aproximação, e não algo de caráter estático e definitivo. Logo, o importante não seria identificar a característica de define a díade, e, sim, uma parcela destas, reunidas no *ar de família*. Apesar de ser um critério que carece de objetividade, e, por si só, não seria suficiente para realizar uma distinção entre direita e esquerda, o aporte do autor português traz a possibilidade da formulação de categorias analíticas, a partir, inclusive, de outras fontes. Desse modo, se torna viável o

¹¹² Rui Tavares (2016, p. 48) se vale do termo criado pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.

agrupamento dessas variáveis em cada lado do binômio (*ar de família*), para realizar uma caracterização mais objetiva.

4.3.2 – Argumentos contrários ao protagonismo do binômio

Por outro lado, há autores que rejeitam a vigência da díade (ou a continuidade do seu protagonismo) nos dias atuais. Nesse viés, o sociólogo inglês Anthony Giddens (1996, p. 284), apesar de entender que “a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder [, e que] esse contraste é real e continua sendo muito importante”, ressalta que não se pode desenvolver um princípio dominante a partir dessa tese, tendo em vista que as distinções entre direita e esquerda sempre foram, em certa medida, confusas e ambíguas (GIDDENS, 1996, p. 61).

O autor entende que as diversas mudanças conceituais históricas – associadas, sobretudo, às transformações sociais modernas – ocasionaram o esgotamento dos termos. (GIDDENS, 1996, p. 61). Assim, embora reconheça a temática de direita e esquerda dentro do espectro político-ideológico, não se resume a estes, uma vez que vislumbra que tal divisão não oferece respostas satisfatórias para os dias atuais. Como alternativa à díade, propõe a elaboração de uma política radical reconstituída, que supere o binômio, recorrendo das bases do conservadorismo filosófico, bem como preservando alguns dos valores centrais típicos do pensamento socialista (GIDDENS, 1996). Desse modo, Giddens, na sua proposta, se aproxima ao que Bobbio (2011, p. 59) categorizou como *terceiro inclusivo*. Isto é, a síntese dos opostos, popularmente conhecida como a *terceira via*.

Baseado num critério economicista, o espanhol Luis Racionero (2006, p. 16-57) assevera que não há mais distinções aparentes entre direita e esquerda, e, portanto, não há mais ideologias em disputa, senão uma *confluência ideológica*. O economista se filia às teses do fim da ideologia dos anos de 1950 e 60 (BELL, 1964; LIPSET, 1968), indicando que, desde a metade do século passado, as antigas diferenças foram se diluindo, de tal modo que já não existem mais critérios principais que possam distinguir direita de esquerda (e vice-versa). Ademais, o autor justifica seu pensamento a partir da assertiva de que as mudanças atuais são cada vez mais aceleradas, e, logo, não seria possível se consolidarem em sistemas e tampouco em ideologias (RACIONERO, 2006, p. 18).

No mesmo sentido, Herrero e Miñón (1999, p. 3-5) descartam a díade como principal viés de análise político-ideológico. Os autores justificam que o mercado se transformou em paradigma social, e, por isso, as fronteiras entre direita e esquerda, como existiam até o final da década de 1980, sucumbiram. Portanto, o antagonismo entre sistemas econômicos, que seria o

definidor entre os lados do *continuum*, deu lugar a um pensamento econômico único, isto é, centrado no mercado. Os autores se aproximam, nesse ponto, a tese do fim das ideologias, a partir da vitória do capitalismo sob o socialismo (FUKUYAMA, 1992). No entanto, Herrero e Miñón (1999, p. 5) reconhecem que, embora não tenham poder de alterar o modelo de sociedade, há uma diferenciação, na política, sob um viés de eminente retórico, entre direita e esquerda, que envolve temáticas *secundárias* – típicas das sociedades pós-modernas.

Michel Freedden (2013) também rechaça a divisão política em torno do *continuum* direita-esquerda, mas sob a justificativa de que o binômio “sirve al propósito de conferir un aura de moderación o, respectivamente, de radicalismo e incluso de peligro en relación con una ideología; viene a sugerir que moverse entre ideologías puede ser un proceso gradual, y señala que las ideologías son mutuamente excluyentes” (FREEDEN, 2013, p. 102). Em contrapartida, defende que a competição pelo controle das pautas de políticas públicas – tanto nacional como internacional – ocorre no âmbito das ideologias políticas. Nessa perspectiva, os partidos políticos, via de regra, não teriam a faculdade de formular essas ideologias, senão apenas apresentá-las de uma maneira apta para o consumo direto e divulgá-las com eficiência (FREEDEN, 2013, p. 101).

O cientista político inglês propõe uma divisão de tipo ideal entre macroideologias¹¹³ e microideologias¹¹⁴. Cada ideologia é identificada por sua estrutura conceitual, a qual é formada a partir de núcleos identificadores, adjacentes e periféricos, bem como pelas suas fronteiras permeáveis. Além disso, são caracterizadas por não manifestarem, obrigatoriamente, uma polarização entre elas, assim como por se enquadrarem dentro de um *ar de família*¹¹⁵. Dessa forma, as macroideologias não podem ser simplificadas por uma única descrição (por exemplo, liberalismo é a ideologia da liberdade, o conservadorismo busca a preservação do *status quo*, o socialismo visa o bem comum etc.), sob o risco de mal interpretar cada identidade ideológica (FREEDEN, 2013, p. 104).

¹¹³ As macroideologias são aquelas que possuem um grande alcance e uma ampla difusão geográfica; ou seja, que tem um caráter (ou potencial) global. Assim, predominam no cenário social e político tanto em nível nacional como internacional. São ideologias marcadas pela tradição, a exemplo do: liberalismo, conservadorismo, socialismo, fascismo, comunismo etc., que competem entre si (FREEDEN, 2013, p. 101). Outro traço marcante que aglutina as macroideologias é a origem: todas surgiram no Ocidente (especialmente na Europa) e influíram, em maior ou menor proporção, o mundo, delineando temas nas mais diversas esferas possíveis.

¹¹⁴ As microideologias atuam numa área de alcance menor, ou tratam apenas de assuntos específicos (a exemplo de pautas ambientais). Assim, elas podem aparecer em áreas de confluência entre duas ou mais macroideologias existentes, bem como podem surgir por si só. Além disto, possuem uma maior diversidade entre elas, e muitas vezes desaparecem num curto espaço de tempo (FREEDEN, 2013, p. 117).

¹¹⁵ Mesmo método utilizado por Tavares (2016) para a identificação da distinção entre direita e esquerda dentro do espectro político-ideológico.

Por mais que as ideologias políticas estejam no cerne da disputa hegemônica, e que seja uma dimensão de análise que não pode ser desconsiderada, a competição política – na América Latina e, sobretudo, no Chile e Brasil – ocorre, em maior ou menor medida, sob os signos identificadores em torno de direita e esquerda. Como já explicitado, a díade tem a capacidade de agregar e apresentar fragmentos das ideologias políticas, tanto de uma maneira pura – o que é mais incomum –, como de uma forma permeável, isto é, agrupando aspectos de mais de uma ideologia. Por esta razão, torna-se dificultoso analisar propostas de governo sob a égide das ideologias políticas¹¹⁶, pois, mesmo que determinada ideologia fosse prevalecer em determinado texto, o resultado, possivelmente, iria demonstrar a coexistência de ideologias políticas no mesmo plano de governo. Ademais, por óbvio, a análise não respeitaria as terminologias utilizadas no cotidiano político: direita e esquerda.

Nesse debate, foram desconsiderados autores que se empenharam em definir apenas um lado específico dos polos, como Fraga (1999), Peces-Barba (1999) e Ranquetat Jr. (2019). Por mais que estes reconheçam a existência do lado oposto – condição *sine qua non*, segundo Bobbio (2011, p. 61), para a vigência da díade –, a discussão perde um pouco de sua essência e o critério metodológico, visto que se trata de termos antitéticos e vinculados, cujo âmago se pauta numa relação de interação e dependência. Logo, torna-se imprescindível, no que tange a esta temática, cunhar claramente ambos significados. Nesse sentido, Eagleton (1997, p. 20-21) frisa a importância elaborar nitidamente um conceito e sugere, como método, buscar identificar o que seria o outro do termo a ser utilizado, a fim de averiguar a real dimensão desta definição.

4.4 – Categorias analíticas em torno da Direita e Esquerda de Chile e Brasil

Não desconsiderando a riqueza e as limitações das diversas possibilidades de análise em torno da distinção entre direita e esquerda (LAVÉR; GARRY, 2000; BENOIT; LAVÉR, 2006) – como, por exemplo, a partir da perspectiva do eleitorado (SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2002; AMES; SMITH, 2010; GONZÁLEZ; QUEIROLO, 2013) e dos especialistas (COPPEDGE, 1997; COLOMER; ESCATEL, 2005; WIESEHOMER; BENOIT, 2009), das elites parlamentárias (RUIZ RODRÍGUEZ, 2005; ALCÁNTARA; RIVAS, 2007), do comportamento parlamentar (POWER; ZUCCO, 2011) e das diretrizes partidárias (BABIRESKI, 2014) –, este trabalho optou por utilizar os planos de governos¹¹⁷ dos

¹¹⁶ De acordo com a perspectiva de Freedon (2013).

¹¹⁷ Segundo Laver e Garry (2000, p. 620) são “strategic documents written by politically sophisticated party elites with many different objectives in mind”, ou seja, “los programas de gobierno se convierten en la base para la

principais representantes das direitas de Chile e Brasil, sobretudo, pela capacidade destes evocarem as ideologias políticas. Nesse viés, Freedon (2013, p. 49-50) ressalta que “las ideologías como tales acumularon una influencia colosal por medio del desarrollo de la política programática, esto es, de la aparición de manifiestos en los partidos políticos desde finales del siglo XIX”.

Ademais, a opção pela análise dos programas de governo se beneficia da periodicidade e dinamicidade na elaboração desses documentos, bem como da diversidade de temas abordados. Ou seja, tratam-se de materiais produzidos especificamente para os correspondentes cenários eleitorais, e divulgados, via de regra, no início das campanhas eleitorais. Nesse sentido, Laver e Garry (2000, p. 620) apontam que os “manifestos thus provide historical evidence of the movement of party policy positions over time. Regardless of the merits of different methods of estimating contemporary party policy, manifestos offer an unparalleled way to retrieve data on party policy in the past”.

Por fim, os planos de governo possuem a capacidade de explicitar os temas julgados mais relevantes ou prioritários para os correspondentes candidatos/partidos políticos. Esses temas salientes variam de acordo com o tempo, o espaço e o atores políticos envolvidos. No entanto, determinadas temáticas não são necessariamente identificadas exclusivamente com a direita ou com a esquerda. Logo, a posição em relação a determinado assunto é o que diferencia também os dois lados da díade. Portanto, os programas de governo evidenciam tanto os conteúdos julgados mais relevantes como a posição em cada assunto (POLANCO *et al.*, 2019). Este posicionamento antagônico inclui, por óbvio, o confronto ideológico direto entre propostas de direita e esquerda (DOLEZAL *et al.*, 2014).

Todavia, a questão da centralidade da ideologia nas propostas de governo não é unanimidade. A perspectiva *racional* de Downs (2013) e de seus sucessores entende que os partidos oscilam no *continuum* direita-esquerda em busca do voto do eleitorado (médio), e, para isso, constroem e ofertam as suas propostas sob signos ideológicos a fim de sintetizar as preferências do eleitorado. Ou seja, as ideologias se tornam meios para reduzir os custos de informações ao eleitor visando aumentar a adesão a determinada proposta política por meio do voto. Essa visão minimiza (e até mesmo exclui) a influência das ideologias na formatação dos textos políticos.

campaña electoral, pues establecen las prioridades y posiciones en política pública” (POLANCO *et al.*, 2019, p. 95).

Se a teoria *downsiana* fosse absoluta, esperar-se-ia que as propostas políticas com maior adesão de direita e esquerda se aproximassem, de modo que não haveria praticamente uma distinção do posicionamento político-ideológico de determinado partido para outro. Tal premissa não parece ser verdadeira. Pois, por mais que haja o reconhecimento das *questões de valência*¹¹⁸ (STOKES, 1963) e dos posicionamentos hegemônicos permeados em ambos polos da díade, sobretudo no campo econômico¹¹⁹ (NEGRI, 2009), observa-se no contexto político brasileiro e chileno, das últimas décadas, uma considerável influência das ideologias – sintetizadas na díade direita-esquerda – nas competições eleitorais para o cargo de presidente da República, e, logo, uma distinção considerável dessas propostas (TAROUCO; MADEIRA, 2013; RUIZ RODRÍGUEZ; MIRANDA OLIVARES, 2017).

Essa influência da díade, na América Latina, resta identificada tanto na perspectiva do eleitorado como das elites partidárias, e na relação entre tais atores. Nesse sentido, Colomer e Escatel (2005, p. 130), analisando a perspectiva da *demand*, concluem que “los electores latinoamericanos son bastante ideológicos y se ubican con bastante consistencia en la dimensión izquierda-derecha”. No que diz respeito à *oferta*, os autores observam essa mesma distinção, sem ignorar a possibilidade das oscilações ideológicas nas propostas dos partidos, que, segundo eles, seriam mais intensas a curto prazo, tendendo a ser menos acentuadas a longo prazo (COLOMER; ESCATEL, 2015, p. 123).

Portanto, a cada ciclo eleitoral, os discursos constantes nos programas de governo manifestam a capacidade de explicitar as possíveis variações ideológicas nos seus conteúdos. Desse modo, torna-se possível observar, com mais clareza, as eventuais mudanças ideológicas em torno da direita ao longo do tempo (e em quais direções essas possíveis mudanças apontam), bem como se há limitações de contestação e competição dentro do sistema democrático liberal para as pautas típicas desse lado do *continuum*.

A partir dos aportes e discussões ora apresentadas se tornou possível a escolha e a construção de 14 (quatorze) categorias analíticas que viabilizassem a distinção entre direita e esquerda, de Chile e Brasil, em diversas temáticas. Essas categorias estão configuradas em caráter bipolar, conforme Quadro 3. Isto é, para cada categoria de direita há uma oposta de esquerda. Essa formatação supre uma debilidade em relação ao modelo do *Manifesto Research Group* (MRG) para análise do parâmetro RILE (direita e esquerda), apurada por Laver e Garry

¹¹⁸ Conforme demonstrado por Curini (2014), as questões de valência têm pouquíssima influência nos programas de governo polarizados, isto é, de direita e esquerda; prevalecendo nos planos de governo de centro ou de partidos que disputam no mesmo polo do *continuum*.

¹¹⁹ Isto é, um deslocamento ideológico da esquerda latino-americana, na esfera econômico, em direção à direita.

(2000), uma vez que o MPD não utiliza categorias correspondentes para essa análise, e, sim, conforme apresentado, um conjunto de categorias analíticas que não são necessariamente contrapostas.

Sem dúvidas, a centralidade das propostas de direita e esquerda envolve o controle das pautas públicas (FREEDEN, 2013) em diversas temáticas (POLANCO *et al.*, 2019), e expõe a própria visão sobre o papel do Estado (FERNÁNDEZ DE LA MORA, 1999). Portanto, todas as questões distintivas dos polos do binômio possuem uma relação com o Estado. Nesse sentido, a primeira categoria de análise foi formulada especificamente em relação à amplitude das funções do Estado (em sentido amplo), ou seja, a posição em torno de *mais* ou *menos* Estado.

Quadro 3 – Categorias analíticas para a distinção de direita e esquerda

DIREITA	ESQUERDA
Privatização de empresas e bens	Gestão estatal de empresas e bens
Livre mercado (desregulação)	Controle estatal da economia
Diminuição de impostos	Manutenção/aumento de impostos
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	Expansão do Estado do Bem-Estar Social
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	Desenvolvimento a partir de políticas estatais
Diminuição da máquina estatal	Manutenção/aumento da máquina estatal
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários
Políticas de incentivos a empresas	Políticas de distribuição de renda
Competição como a lógica da sociedade	Solidariedade como racionalidade social
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	Políticas favoráveis aos indígenas
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)
Lei e ordem pública	Liberdades civis e direitos humanos
Moralidade tradicional	Diversidade cultural
Democracia liberal (formal)	Democracia participativa

Elaboração: do autor.

Um grupo de categorias de análise foi baseado na questão econômica. Essa perspectiva de análise contemporânea possui uma longa tradição. A difusão dos aportes de Marx e Engels, o surgimento da socialdemocracia (no final do século XIX), a Revolução Russa de 1917 e a Guerra Fria, marcada pela vigência de dois modelos econômicos opostos, destacam a relevância dessa esfera para distinguir os dois polos da díade (DOWNS, 2013). Mesmo após a ruptura do bloco soviético, no início da década de 1990, com a consequente vitória do capitalismo, a perspectiva econômica continuou sendo um dos critérios mais utilizados para diferenciar direita e esquerda (TOURAINÉ, 1999), inclusive na América Latina (WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2009). Assim, as questões relacionadas ao papel do Estado no mercado e na gestão de empresas e bens públicos, ao valor a ser cobrado em impostos, ao modelo de desenvolvimento econômico

predominante, à vigência ou não de políticas públicas que envolvam desembolso financeiro, compõem essa esfera.

Um outro eixo temático alberga as questões que se destacam pelo caráter social. Assim, engloba temas relacionadas à posição de direita e esquerda quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários, o direcionamento do dinheiro público para empresas ou populações pobres, a abrangência ou não de políticas públicas para as minorias (mulheres, negros, LGBTQIA+ etc.), incluindo as populações indígenas, a perspectiva de visão de valores para a sociedade¹²⁰, bem como a questão da prevalência da lei e da ordem ou das liberdades civis e os direitos humanos no tema da segurança pública.

Por fim, outra temática escolhida para realizar a distinção entre direita e esquerda se refere ao modelo de democracia priorizado. Desse modo, essa categoria diz respeito à opção quanto à defesa dos moldes atuais de democracia liberal formal ou da implantação de outras perspectivas a partir da descentralização da tomada de decisões e ampliação dos poderes dos cidadãos, num viés de democracia participativa. Para os fins desse trabalho, essa temática também será agregada ao conjunto das temáticas marcadamente sociais.

Quadro 4 – Significados das categorias analíticas para a distinção de direita e esquerda

DIREITA	ESQUERDA
Privatização de empresas e bens: propõe a venda/concessão de ativos estatais relacionados à atividade econômica.	Gestão estatal de empresas e bens: propõe a criação (e a manutenção) de ativos, relacionados à atividade econômica, a serem controlados pelo Estado.
Livre mercado (desregulação): propõe a desregulamentação do mercado.	Controle estatal da economia: propõe a regulação estatal e o controle do mercado.
Diminuição de impostos: propõe a redução de impostos com o consequente corte de serviços públicos.	Manutenção/aumento de impostos: propõe a manutenção/aumento de impostos para subsidiar a criação/manutenção de serviços públicos.
Limitação do Estado do Bem-Estar Social: propõe extinguir ou diminuir a abrangência de qualquer serviço social público (exceto previdenciário).	Expansão do Estado do Bem-Estar Social: propõe criar, manter ou expandir qualquer serviço social público (exceto previdenciário).
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada: propõe que o desenvolvimento da nação ocorra a partir da iniciativa das empresas privadas.	Desenvolvimento a partir de políticas estatais: propõe que o desenvolvimento da nação ocorra a partir de políticas estatais.
Diminuição da máquina estatal: propõe que órgãos e serviços públicos sejam suprimidos/diminuídos (exceto no caso de venda/concessão de órgãos que atuem na atividade econômica, nos serviços sociais vinculado ao “Estado do Bem-Estar Social” e na segurança pública).	Manutenção/aumento da máquina estatal: propõe que órgãos e serviços públicos sejam mantidos/ampliados (exceto os relacionados a atividade econômica, nos serviços sociais vinculado ao “Estado do Bem-Estar Social” e na segurança pública).

(Continua)

¹²⁰ Ranquetat Jr. (2019, p. 75) entende que “a direita apresenta alguns traços essenciais, estruturais e constitutivos, como: [...] a defesa dos princípios da autoridade e da hierarquia, a preservação dos corpos sociais intermediários e das instituições tradicionais – como a família e a religião –, o senso comunitário e patriótico e a crença no valor e na importância da tradição”.

(Conclusão)

Diminuição de direitos trabalhistas/previdenciários: propõe reformas na legislação trabalhistas e previdenciária de modo a suprimir/diminuir direitos.	Manutenção/aumento direitos trabalhistas/previdenciários: propõe manter ou ampliar direitos trabalhistas/previdenciários.
Políticas de incentivos a empresas: propõe a criação/manutenção de políticas econômicas orientadas para as empresas privadas.	Políticas de distribuição de renda: propõe a criação/manutenção de políticas redistributivas de renda direcionadas às populações mais pobres.
Competição (e individualismo) como a lógica da sociedade: propõe a competição em todas as esferas sociais, incluindo o empreendedorismo, como a lógica predominante da sociedade, bem como o individualismo social.	Solidariedade como racionalidade social: propõe a solidariedade como a lógica predominante na sociedade em todas as esferas sociais.
Contra as políticas favoráveis aos indígenas: propõe a extinção/limitação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.	Políticas favoráveis aos indígenas: propõe a criação/manutenção de políticas públicas favoráveis aos povos indígenas.
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas): propõe a extinção/supressão de políticas públicas favoráveis das minorias (religiosas, de gênero, de sexualidade, étnica, física, linguística, física e cultural), bem como a igualdade <i>natural</i> entre as pessoas.	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas): propõe a criação, ampliação e manutenção de políticas públicas favoráveis das minorias (religiosas, de gênero, de sexualidade, étnica, física, linguísticas, física e cultural), incluindo as ações afirmativas.
Lei e ordem pública: propõe medidas duras para combater o crime e promover a lei e a ordem, mesmo quando isso significa restringir as liberdades civis e os direitos humanos.	Liberdades civis e direitos humanos: propõe a proteção das liberdades civis e dos direitos humanos, mesmo quando isso dificulta os esforços para combater o crime e promover a lei e a ordem.
Moralidade tradicional: propõe valores considerados tradicionais e/ou religiosos, como a manutenção da família tradicional como um valor, o apoio das instituições religiosas no Estado e na sociedade, a proibição/censura de abordagem de determinados temas.	Diversidade cultural: propõe valores contrários aos tradicionais, como a possibilidade de divórcio, aborto, outras formas de composição familiar, incluindo o casamento de pessoas do mesmo sexo, e reforça a separação entre a igreja e o Estado.
Democracia liberal (formal): propõe/reforça a vigência do atual modelo de democracia liberal, no qual o poder decisório do cidadão é viabilizado em cada ciclo eleitoral.	Democracia participativa: propõe a descentralização de arenas de tomada de decisão, incluindo um maior número de participantes.

Elaboração: do autor.

5 – ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DA DIREITA CHILENA

Os indivíduos, por meio da ação política, produzem a todo momento discursos (em sentido amplo) dotados de conteúdos ideológicos. A grande maioria desses conteúdos se tornam de difícil análise e sistematização, tanto pelas múltiplas fontes e formas que são produzidos, como pelo vultoso volume de dados. Contudo, os partidos políticos e os seus representantes, por mais que também produzam uma relevante quantidade de conteúdo, exteriorizam documentos escritos de modo sistematizado, a exemplo dos manifestos, dos planos de governo, das cartas, dos estatutos, dos projetos de lei etc., que viabilizam uma análise pormenorizada sob a perspectiva ideológica. Desse modo, os documentos políticos se constituem como uma das principais formas de se observar as características político-ideológicas das composições partidárias no tempo e no espaço.

Nesse sentido, os programas de governo, além de fornecerem informações para que os eleitores façam as suas escolhas, evocam a visão do mundo de determinado partido e candidato, a partir da apresentação de propostas nas mais diversas temáticas para o desenvolvimento da sociedade, exprimindo, portanto, o seu posicionamento político-ideológico em cada tema, e, até mesmo, em relação ao todo (VOLKENS, 2013). Assim, os planos de governo se apresentam como um importante *locus* da ação política (DINIZ; OLIVEIRA, 2020) e se tornam, no campo da ciência política, uma importante fonte de obtenção de material empírico passível de análise, desde que sejam observados, a bem da relevância e da validade, métodos rigorosos, testáveis, transparentes e replicáveis (TAROUCO; VIEIRA; MADEIRA, 2015, p. 137).

O presente capítulo tem como objetivo principal analisar os planos de governo dos candidatos identificados com a direita mais votados em cada eleição presidencial do Chile, desde a redemocratização até 2017, utilizando-se, como referência, as categorias analíticas distintas de direita e esquerda, com a finalidade de observar o posicionamento ideológico da direita chilena a cada pleito, comparando os resultados.

O capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira apresenta as características do material objeto da análise empírica, bem como a técnica metodológica (análise do conteúdo) utilizada na análise dos planos de governo. A segunda realiza um breve contexto do país durante a ruptura democrática após o golpe militar ocorrido em 1973 e o retorno à democracia em 1990. A terceira parte desenvolve a análise de conteúdo dos planos de governo dos principais candidatos da direita chilena, no período de 1989 até 2017, apresentando, em cada contexto

eleitoral, a conjuntura interna e externa do país, o cenário da disputa eleitoral, o resumo dos dados eleitorais, a análise acerca do respectivo plano de governo, o resultado quantitativo da análise do programa de governo e as principais observações sobre o correspondente documento. O último tópico realiza uma comparação dos resultados de todos os planos de governo analisados, apresentando os principais pontos de proximidade, regularidade e afastamento dentre os documentos examinados.

5.1 – Corpus da pesquisa e procedimentos metodológicos

5.1.1 – Corpus da pesquisa

Os planos de governo foram escolhidos, para a análise empírica, por se coadunarem com o objetivo de observar e compreender o posicionamento ideológico das direitas chilena e brasileira, bem como as eventuais ressignificações e deslocamentos ideológicos ao longo do tempo¹²¹. Assim, realizou-se a seleção do material a partir de dois recortes distintos. O primeiro diz respeito ao marco temporal. Considerando a ruptura democrática ocorrida no Brasil e Chile nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, e o retorno à democracia (com eleições diretas, no caso brasileiro), em ambos os casos, no ano de 1989, optou-se por analisar somente os planos de governo de cada eleição lançados após a redemocratização desses países. O segundo recorte se refere ao material utilizado de cada campanha eleitoral. Nesse sentido, decidiu-se escolher o plano de trabalho do candidato da direita que mais obteve votos no respectivo pleito, independentemente do peso da respectiva coligação ou partido, considerando a representatividade e adesão do eleitorado obtida no correspondente sufrágio.

Há de se ressaltar que, apesar do sucesso na obtenção dos documentos necessários, os quais foram coletados em diversas bases de dados, o candidato da direita brasileira mais votado na eleição presidencial de 1989, Fernando Collor de Melo, não apresentou um plano de governo formal. A fim de suprir essa lacuna, foi utilizado, para a análise, o discurso proferido por Collor na sua oficialização da candidatura pelo Partido da Reconstrução Nacional, no dia 12/07/1989. Esse documento é o discurso mais completo de Collor no período eleitoral¹²² e aborda as diversas temáticas esperadas em um programa de governo. Dentro dos recortes

¹²¹ O fato de a maior parte dos eleitores não terem contato direto com os planos de governo não inviabiliza ou limita os objetivos propostos nessa análise.

¹²² Toda vez que, neste trabalho, houver a menção genérica de plano de governo, programa de governo, programática de governo etc. considerar-se-á incluído esse discurso de Collor no conjunto.

utilizados, trata-se do único caso de não publicação de uma programática de governo por um candidato da direita brasileira ou da chilena.

Quadro 5 – Planos de governo da direita chilena (1989-2017) mais votado em cada pleito eleitoral

ANO	CANDIDATO	PARTIDO	SITUAÇÃO	DOCUMENTO	PÁGINAS
1989	BÜCHI	IND.	2º Lugar	Plano de Governo	33
1993	ALESSANDRI	IND.	2º Lugar	Plano de Governo	58
1999	LAVÍN	UDI	2º Lugar	Plano de Governo	38
2005	PIÑERA	RN	2º Lugar	Plano de Governo	97
2009	PIÑERA	RN	Eleito	Plano de Governo	176
2013	EVELYN	UDI	2º Lugar	Plano de Governo	146
2017	PIÑERA	IND.	Eleito	Plano de Governo	194

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 6 – Planos de governo da direita brasileira (1989-2018) mais votado em cada pleito eleitoral

ANO	CANDIDATO	PARTIDO	SITUAÇÃO	DOCUMENTO	PÁGINAS
1989	COLLOR	PRN	Eleito	Discurso de homologação da candidatura	41
1994	FHC	PSDB	Eleito	Plano de Governo	300
1998	FHC	PSDB	Eleito	Plano de Governo	332
2002	SERRA	PSDB	2º Lugar	Plano de Governo	80
2006	ALCKMIN	PSDB	2º Lugar	Plano de Governo	217
2010	SERRA	PSDB	2º Lugar	Plano de Governo	280
2014	AÉCIO	PSDB	2º Lugar	Plano de Governo	76
2018	BOLSONARO	PSL	Eleito	Plano de Governo	81

Fonte: elaborado pelo autor.

Os documentos sistematizados e analisados, conforme especificados nos quadros acima, totalizam, de uma forma absoluta – isto é, sem considerar as variações de tamanhos e tipos de fonte de escrita, margens, espaçamentos e a existência ou não de disposições de imagens, elementos gráficos etc. –, 2.149 (duas mil, cento e quarenta e nove) páginas, sendo 742 (setecentos e quarenta e duas) referentes ao Chile, e 1.407 (mil, quatrocentos e sete) relativas ao Brasil.

5.1.2 – Procedimentos metodológicos

A análise empírica dos planos de trabalho das direitas de Chile e Brasil foi realizada utilizando-se da técnica metodológica de análise de conteúdo, sob a perspectiva da francesa Laurence Bardin (2016). Essa técnica é descrita e desenvolvida por diversos outros autores, contudo, a base de Bardin é referência para esse tipo de pesquisa no Brasil, sendo, inclusive, a mais utilizada em pesquisas do tipo (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Desse modo, para a autora, a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Bardin (2016, p. 123) prevê três etapas obrigatórias para a realização da análise do conteúdo: a *pré-análise*, a *exploração do material*, e o *tratamento dos resultados*, a *inferência* e a *interpretação*. A validade dos resultados da investigação se vincula à observância e à coesão procedimental e sistemática dessas etapas, sendo essa disciplina imprescindível para que sejam evitadas ambiguidades e imprecisões nos achados da pesquisa.

As etapas da *pré-análise* foram definidas no capítulo anterior e no tópico 5.1.1 – *Corpus da pesquisa*. Trata-se, basicamente, da escolha dos documentos que serão submetidos à análise, os quais devem ser exaustivos, representativos, homogêneos e pertinentes aos objetivos da pesquisa; da formulação das hipóteses e objetivos; da referenciação dos índices e da elaboração de indicadores, que, na presente pesquisa, se referem à porcentagem do conteúdo relativo a cada categoria previamente estabelecida, os quais serão explicitados com mais clareza na sequência; e, da preparação do material em si.

A *exploração do material* consiste no aprofundamento do estudo do *corpus*, a fim de estabelecer as unidades de registro e as unidades de contexto. “Esta fase longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificações, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 127).

A *unidade de registro* e a *unidade de contexto* devem corresponder às características do material e aos objetivos da análise. A primeira se refere a menor parte do conteúdo que comporta as informações necessárias para análise, de acordo com as categorias pré-estabelecidas (no caso da presente pesquisa), como, por exemplo, a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento, o documento etc. Trata da unidade de significação que se liberta, de uma forma natural, dos documentos analisados de acordo com os critérios relativos à teoria norteadora utilizada. Nesse sentido, optou-se por escolher o tema por ser “geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc.” (BARDIN, 2016, p. 131), e, logo, por estar em consonância com os objetivos almejados para a análise de conteúdo.

A *unidade de contexto* é considerada mais ampla do que a de registro, e se situa num nível superior. Tem como objetivo servir de referência à unidade de registro, de modo a fixar limites contextuais para interpretá-la. Considerando que o trabalho de separar as unidades de registro de modo independentes pode causar uma perda de significados, a unidade de registro

atua resgatando o contexto das respectivas unidades de registro. Cada unidade de contexto pode abarcar diversas unidades de registro (BARDIN, 2016, p. 133).

Decidiu-se por realizar as regras de enumeração baseadas na *frequência* e na *ausência de menções*. Esta última se refere à identificação da não abordagem de determinado assunto nos planos de governo analisados, os quais são devidamente assinalados na análise de conteúdo. Por outro lado, a *frequência* foi aferida a partir da porcentagem de texto dedicada a cada conteúdo categorizado, em relação ao respectivo documento. Todas categorias pré-estabelecidas possuem o mesmo peso. Desse modo, o resultado é obtido a partir da soma da frequência de cada unidade correlacionada a apenas uma categoria nos documentos analisados, explicitando o espaço de conteúdo reservado na proposta de governo para cada assunto.

Ressalte-se que as 28 categorias analíticas (eixos temáticos) foram previamente estabelecidas, conforme exposto no capítulo anterior, utilizando-se, como referência, as diversas bibliografias mencionadas sobre o tema, bem como alguns dos parâmetros adotados em bancos de dados que visam analisar planos de governo no mundo – a fim de não perder as possibilidades de comparação dos resultados da pesquisa com outras de natureza semelhante, de modo a manter o critério da confiabilidade (MARTINEZ MIGUÉLEZ, 2006; CRESWELL, 2007). Essas categorias analíticas, que agregam as unidades de registro, contemplam as dimensões política, econômica, social e cultural, sendo norteadas pelo eixo molde das ideologias políticas em torno da díade direita-esquerda e cumprem os requisitos de validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade, objetividade e produtividade (BARDIN, 2016; MORAES, 1999).

Considerando o grande volume de documentos escolhido como *corpus* da pesquisa, optou-se por utilizar o *software* NVivo 11, desenvolvido pela *QSR Internacional*. Esse programa viabiliza a importação e a organização de documentos em diversos formatos, e auxilia a trabalhar com material não-estruturado, visando, dentre outras aplicações, compilar, categorizar, indexar e calcular a frequência de repetições (ou seleções) nos documentos (AMES, 2013). Contudo, faz-se importante ressaltar que “o NVivo, por si só, não analisa os dados, mas apenas auxilia esse processo [...] de criação e exploração de ideias e categorias” (AMES, 2013, p. 233). Desse modo, todo o processo de codificação foi realizado de forma manual, isto é, o conjunto do material foi minuciosamente lido, separado em unidades e categorizado pelo autor, de modo semelhante como se fosse efetuado em formato escrito.

A terceira fase da análise de conteúdo se refere ao *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*. Trata da etapa na qual os resultados são condensados e destacados

com o objetivo de se obter a significação destes achados. Nesse sentido, a autora francesa frisa que:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos ('falantes') e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põe em relevo as informações fornecidas pela análise. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 2016, p. 131).

Inicialmente, os dados categorizados e coletados dentro de cada plano de trabalho foram processados dentro do *software* NVivo 11. O programa realizou automaticamente contagem das frequências de cada unidade dentro da respectiva categoria analítica – a partir de todo o trabalho realizado previamente –, emitindo os resultados das porcentagens incluídas em cada eixo temático, bem como indicando as ausências de menções sobre determinados temas. Aleatoriamente, atribuiu-se aos resultados referentes aos conteúdos proporcionais relativos à direita o valor matemático positivo (+), e aos de esquerda, o negativo (-). Após, os resultados foram dispostos numa tabela, que contrapõem as categorias analíticas, identificadas com a direita com as correspondentes de esquerda, realizando um cálculo de diferença entre os valores percentuais apurados, de modo a indicar o posicionamento ideológico que se sobressai em cada tema. Ou seja, a diferença cujo produto seja positivo (maior do que 0) está mais próxima da direita, enquanto o resultado negativo (menor do que 0) indica uma inclinação à esquerda. Além disso, na mesma tabela, utilizando-se dos 14 resultados apurados, calculou-se o resultado final do posicionamento ideológico de cada plano de governo.

Posteriormente, realizaram-se as inferências e as interpretações pertinentes aos resultados obtidos em cada plano de governo, de modo a explicitar as significações das mensagens emitidas em cada proposta de governo, sobretudo no que diz respeito ao aspecto ideológico. A fim de subsidiar essa etapa, em cada estudo de plano de governo, apresentou-se: os fatos mais relevantes do respectivo país (ocorridos nacional e internacionalmente) no ano do respectivo pleito e nos anteriores; o cenário da competição eleitoral, incluindo as forças em disputa e o correspondente contexto; a tabela com o eleitorado da votação que elegeu o presidente da República na ocasião; a apresentação das principais características do plano de governo; e o quadro contendo os resultados quantitativos da análise de conteúdo. Por fim, realizou-se uma comparação dos resultados apurados em cada programa de governo no respectivo país, com as devidas análises e interpretações.

5.2 – A ruptura democrática no Chile

Quando Augusto Pinochet chegou à Presidência da República Chilena, em 1970, o país era governado por Salvador Allende. Allende era membro do Partido Socialista do Chile desde a década de 1930, e, antes de ser nomeado ao cargo máximo do Executivo Federal, foi eleito Deputado e Senador (por quatro ocasiões), além de ter disputado (e perdido) as eleições presidenciais por três vezes consecutivas (1952, 1958 e 1964). Salvador Allende venceu o sufrágio presidencial de 1970, representando uma coligação que reunia a maior parte dos partidos de esquerda, a *Unidad Popular* (UP) (CRUZ-COKE, 2003).

Allende tinha como proposta fazer um governo de transição ao socialismo, sem que houvesse uma ruptura na tradição democrática no Chile (CRUZ-COKE, 2003), e de modo a evitar um embate com as Forças Armadas. Na esfera econômica, realizou diversas estatizações de empresa consideradas chaves para a economia do país, especialmente indústrias e bancos. Além disso, nacionalizou a exploração do cobre (que tinham como maiores proprietários os estadunidenses). Tal fato ensejou num boicote financeiro dos Estados Unidos. Destaca-se, também, no seu governo, a reforma agrária promovida em grandes extensões a partir de expropriações, o aumento do salário dos trabalhadores e o congelamento de preços (VILLALOBOS, 1990, p. 183).

Com as ações contrárias dos Estados Unidos ao governo Allende; a fuga de capital estrangeiro; a resistência interna dos opositores; a queda do preço do cobre no mercado internacional; e algumas ações precipitadas da gestão econômica do governo (como a emissão exagerada de papel moeda e o congelamento de preços), ocasionou uma grave crise econômica no país em 1972, que se agravou em 1973 (CRUZ-COKE, 2003), materializando-se numa alta taxa de inflação, retração na economia, moratória do pagamento da dívida externa, *déficit* na balança econômica externa, além de diversas greves no país. Todo esse contexto interno e externo motivou muitas ações violentas por parte de diversos setores da sociedade chilena (VILLALOBOS, 1990, p. 178).

O governo de Allende foi interrompido após sofrer um golpe militar de Estado em 11/09/1973, tendo assumido o poder uma Junta Militar de Governo, cujo presidente era o comandante do Exército, general Augusto Pinochet. Logo, em seguida ao golpe, começou a repressão contra os líderes e apoiadores do governo deposto, bem como aos que se opunham ao regime ditatorial, utilizando-se da violência, tortura, perseguições, execuções e dos encarceramentos ilegais – alguns desses lugares iam além de prisões, tendo a formatação semelhante aos campos de concentração da Alemanha nazista. Além disso, instalou-se uma

censura à imprensa e à liberdade de expressão e opinião no país, bem como a liberação de parte das terras indígenas ao domínio privado (DE RAMÓN, 2012).

Pinochet, já no ano seguinte ao golpe, começou a implantar as medidas neoliberais no Chile. As bases do neoliberalismo implementado no país foram as da *Escola de Chicago*. Considerada uma das fontes¹²³ do pensamento neoliberal, recebeu, desde o ano de 1955, a partir de um acordo internacional, vários estudantes chilenos. Estes discentes da Universidade de Chicago difundiram as doutrinas ligadas ao neoliberalismo no seu país de origem, tendo ficado conhecidos, posteriormente, como os *Chicago boys*. No período da ditadura militar, estes alunos, formados nos EUA, ocuparam altos cargos em diversos órgãos da administração pública chilena nas décadas de 1970 e 80 e foram essenciais para a implantação dessa doutrina no país.

No que diz respeito ao viés econômico, Pinochet iniciou a sua gestão adotando medidas de forma a controlar os desequilíbrios macroeconômicos, especialmente a inflação (que antes do golpe estava em torno de 600%). Ademais, defendeu o discurso de que o sistema econômico chileno era ineficiente. Nesse sentido, Pinochet adotou, segundo o economista chileno Ffrench-Davis (2003), como principais medidas de cunho neoliberal:

[...] [la] eliminación de los controles de precios; apertura indiscriminada de las importaciones; liberalización del mercado financiero, tanto en términos del acceso de nuevas instituciones como de las tasas de interés y de la asignación del crédito, seguida a fines de la década de una amplia liberalización de los flujos internacionales de capitales; reducción del tamaño del sector público y restricciones del accionar de empresas del sector; devolución a sus antiguos propietarios de empresas y tierras expropiadas; privatización de empresas públicas tradicionales; supresión de la mayoría de los derechos sindicales existentes al inicio del régimen; y una reforma tributaria que junto con eliminar algunas distorsiones (p. ej., los efectos en cascada del impuesto a las ventas, al reemplazarlo por el impuesto al valor agregado), redujo fuertemente la participación de los tributos directos y de mayor progresividad. El papel tradicional del Estado como empresario, promotor de la inversión y la industrialización, debía reducirse en el más breve plazo posible para que estos procesos resultaran exclusivamente de las decisiones tomadas por los agentes privados en mercados liberados y abiertos al exterior (FFRENCH-DAVIS, 2003, p. 71).

Na última metade da década de 1970, com as políticas neoliberais vigendo na economia, o Chile teve um crescimento econômico considerável¹²⁴ (ANDERSON, 1995, p. 17), marcando o *milagro de Chile*, que chamou a atenção de países do norte global, como os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Anderson (1995, p. 16) destaca que o Chile foi o primeiro país a implantar o ciclo neoliberal na história contemporânea.

No entanto, ainda na década de 1970, mas sobretudo na metade do decênio seguinte, agravaram-se diversos problemas econômico-sociais, como desemprego, perda de poder

¹²³ Milton Friedman, considerado um dos mentores do neoliberalismo, era o chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Friedman realizou uma visita ao Chile no ano de 1975.

¹²⁴ O PIB (nominal) cresceu 130,8% durante a década em relação ao PIB de 1970.

aquisitivo, fechamento de pequenas e médias empresas, aumento da taxa de pobreza e desigualdade social. Devido ao contexto social, o governo de Pinochet começou a mudar, em alguns pontos, os rumos da economia para implantar ações capitaneadas pelo Estado, aproximando-se de uma perspectiva *keynesiana*¹²⁵ da economia. No entanto, com a recessão mundial na década de 1980, e a crise econômica chilena de 1982, o governo Pinochet rapidamente retornou aos postulados neoliberais, a partir da nomeação de Hernán Büchi como Ministro da Fazenda. Assim, retomaram-se as políticas de privatização (com destaque para os segmentos de energia elétrica, telecomunicações e aviação); de redução dos gastos públicos; de liberação do câmbio; e diminuição de impostos. As medidas surtiram efeitos em relação ao crescimento do PIB, fazendo que, em 1984, o Chile saísse da recessão e voltasse a atingir uma grande taxa de crescimento da economia. Contudo, nos últimos anos da década de 1980, a dívida externa chilena cresceu exponencialmente, e a taxa de inflação começou a ficar fora de controle. Além da permanência dos altos índices de desemprego e o agravamento de problemas sociais, como a desigualdade social (FFRENCH-DAVIS, 2003).

Exatamente, após dez anos do golpe militar, em 11/09/1980, houve um referendo para os chilenos aprovarem ou não a nova constituição proposta pelo governo militar. Se por um lado o texto reafirmava os direitos e garantias fundamentais, anteriormente previstos na Constituição 1925 e suprimidos pela ditadura militar. Por outro, ratificava uma série de princípios neoliberais instituídos na primeira década de gestão de Pinochet. Além disso, alterava a gestão do país, eliminando a junta militar presidida por Pinochet, conduzindo-o ao cargo de presidente da República. Sob suspeita de fraudes¹²⁶, a nova constituição foi aprovada por 68,95% dos votos válidos, entrando em vigor em 11/03/1981 (DE RAMÓN, 2012).

Depois de pressões internas e externas – incluindo do próprio governo estadunidense, que apoiou o golpe militar contra Allende e o governo Pinochet –, Augusto Pinochet, em 1988, realizou um plebiscito¹²⁷ para que os cidadãos manifestassem se queriam a continuidade do ditador à frente do país (ou outro candidato proposto pelos militares), ou que fosse instituído o retorno do processo eleitoral para a escolha do presidente da República. A segunda opção foi a vencedora e em 1989 houve o retorno à democracia no Chile, com as eleições presidenciais.

Antes das eleições, a Constituição chilena de 1980 foi reformada, num acordo com os militares e os partidos políticos, para que fossem diminuídos os poderes concedidos ao

¹²⁵ O economista John Maynard Keynes preconizava, em suma, que o Estado deveria atuar na economia nos momentos de recessão ou crise, por meio de uma política fiscal, a partir de gastos orçamentários.

¹²⁶ Além de vários relatos de fraude, os registros eleitorais não foram divulgados.

¹²⁷ Essa votação já estava prevista na Constituição do Chile de 1980.

presidente da República, além dos entraves autoritários constantes no texto. Em relação a esse ponto, a oposição ao governo Pinochet não conseguiu modificar a previsão dos *senadores biônicos*. Desse modo, 26 senadores seriam eleitos pelo voto popular, enquanto nove por indicação (dois pelo presidente da República, três pela *Corte Suprema*, e quatro ex-chefes militares, um de cada força, indicado pelo Conselho de Segurança Nacional). Os parlamentares indicados teriam o mesmo tempo de mandato do que os eleitos: oito anos. Esse mecanismo, associado ao sistema eleitoral binomial, foi planejado para que a esquerda não conseguisse a maioria absoluta no Senado, e, portanto, inviabilizasse alterações constitucionais sem o aval da direita. Pinochet realizou a indicação dos nove senadores, para que o presidente eleito não o fizesse (BOREL, 2017, p. 114-115).

5.3 – Os planos de governo do Chile

5.3.1 – Eleições de 1989 – Hernán Büchi

A última eleição presidencial do Chile havia ocorrido no ano de 1970. Desse modo, as eleições de 1989 representariam, além do retorno à democracia, a primeira oportunidade de escolha do presidente da República para grande parte dos chilenos.

No ano de 1989, o Chile passava por um contexto de grave crise social e, embora a economia demonstrasse recuperação, a inflação estava sendo um grande problema para o país. Mais de 40% da população chilena estava em situação de pobreza, e a inflação estava com tendência de alta, oscilando em torno de 20%. A possibilidade da mudança dos rumos econômicos, sobretudo com a assunção de um candidato identificado com a esquerda, também gerou uma desconfiança por parte do mercado financeiro, refletindo numa economia já fragilizada, especialmente pela alta da dívida externa. Além da repressão pela ditadura militar, não havia poder mobilizatório por parte dos trabalhadores chilenos, tendo em vista a extinção e proibição dos sindicatos pelo governo militar (DE RAMÓN, 2012).

O panorama internacional, durante o ano das eleições, foi marcado pelo baixo desempenho econômico dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina. Vinculado a esse fato, a consolidação do Fundo Monetário Internacional – FMI no estabelecimento de diretrizes na gestão da economia dos países com alto grau de endividamento, e a crescente difusão dos postulados neoliberais nesses Estados. A queda do muro de Berlim, a cisão da Tchecoslováquia, da Bulgária e da Romênia em relação à URSS, e os diversos movimentos de independência que ocorreram em países sob a influência do bloco

soviético, marcaram o fim da guerra fria e a vitória do capitalismo, estabelecendo uma nova ordem mundial (GUILHERME, 2019, p. 60-91).

Ainda sob o regime ditatorial, foram promulgadas as legislações que permitiam a criação de partidos políticos e os respectivos registros eleitorais. A maior parte dos partidos políticos contrários à permanência do regime militar no poder se organizou em torno da *Concertación de Partidos por el No*, em referência ao plebiscito que iria definir se os militares continuariam indicando o presidente da República ou não (isto é, a partir do voto da população). Esse grupo era composto por agremiações políticas situadas à esquerda e ao centro-esquerda do espectro político-ideológico chileno. Mesmo após a vitória no plebiscito, a coalização de partidos continuou unida, alterando a nomenclatura para *Concertación de Partidos por la Democracia*, com o objetivo de lançar um candidato único para a disputa presidencial. Patricio Aylwin, do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), foi o escolhido para representar a *Concertación*. Aylwin perdeu o mandato de senador quando houve o golpe militar em 1973, e foi o porta-voz da *Concertación* durante a campanha do plebiscito. Portanto, era uma personalidade política conhecida no país (DE RAMÓN, 2012).

Os partidos da direita se organizaram em torno da aliança *Democracia y Progreso*. A coalizão era formada pelos partidos *Unión Demócrata Independiente* (UDI) e *Renovación Nacional* (RN)¹²⁸. Muitos dos representantes dessa coalizão, sobretudo da UDI, eram partidários da ditadura militar e de Augusto Pinochet. A aliança lançou o nome do ex-ministro da Fazenda chilena, Hernán Büchi, que ficou famoso após avançar nas medidas neoliberais na economia do país após a crise de 1982, fazendo o país sair da recessão e recuperar o crescimento econômico.

A campanha eleitoral de 1989 teve três candidatos na disputa. Contudo, ficou polarizada entre o representante da esquerda, Aylwin, e da direita, Büchi. O terceiro candidato, Francisco Errázuriz, representante de uma coalização de partidos pequenos de centro-direita, aproveitando-se da polarização eleitoral, se apresentava como o representante do centro. Durante a campanha eleitoral, Büchi defendia, principalmente, os méritos econômicos obtidos durante a sua gestão no Ministério da Fazenda, sobretudo para gerar empregos. Havia um temor por parte da população em relação à gestão do representante da *Democracia y Progreso* pela sua grande vinculação com Pinochet, e o consequente poder de influência que este poderia continuar exercendo. Além disso, a questão da repressão e violação dos direitos humanos foi evocada contra Büchi. Em certo momento da campanha, Büchi, para se afastar da identificação

¹²⁸ Além dos partidos coligados oficialmente, a aliança contou com o apoio do *Partido Democracia Radical*.

da direita com a ditadura, manifestou-se que não era nem de direita e nem de esquerda (TALAVERA; BEYER; PAÚL, 1990).

Por outro lado, a principal bandeira de Patricio Aylwin, na campanha eleitoral, era a unidade e união dos chilenos para o retorno à democracia. Mas também direcionava suas propostas para a população mais pobre, geração de emprego e educação. O candidato da *Concertación* evitava tecer críticas mais duras em relação às Forças Armadas, pois já havia um receio de que a sua vitória pudesse causar um conflito com os órgãos de segurança. Além disso, o aumento da inflação e um possível aumento do poder de influência do Partido Comunista na coalizção eram outros temores pela vitória de Aylwin; sobretudo pela gestão de Salvador Allende (TALAVERA; BEYER; PAÚL, 1990).

A votação da eleição para a presidência da República ocorreu no dia 14/12/1989, marcando o retorno à democracia, e confirmando o favoritismo, evidente desde as primeiras pesquisas de intenção de voto, de Patricio Aylwin¹²⁹, tendo Hernán Büchi logrado a segunda posição, e Francisco Errázuriz a terceira posição, com 15,43% dos votos válidos.

Tabela 1 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1989

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	AYLWIN (PDC)	%	BÜCHI (IND.)	%
7.557.537	398.810	5,28	178.868	2,50	6.979.859	3.850.571	55,17	2.052.116	29,40

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo apresentado por Hernán Büchi é conciso e objetivo. Trata das diversas temáticas que envolvem uma programática de governo. Considerando o contexto chileno pós-ditadura, demanda um grande espaço para tratar da democracia. O documento é bem esquematizado, e está dividido, além da introdução, em quatro grandes temas: *Más Democracia, Progreso para Todos, Educación para la Libertad y Cultura de la Libertad, e La Proyección Internacional*. As propostas se desenvolvem em 33 páginas.

Um dos pontos centrais da proposta de Büchi é o retorno à democracia. Tanto que reserva um capítulo inteiro para tratar do tema. A programática de governo apresenta diversas propostas em torno do assunto. Cerca de um terço das medidas propostas se relacionam à democracia procedimental, e o restante à participativa. Por mais que o quantitativo desta última categoria seja baixo em relação à primeira, destaca-se por apresentar propostas de criação de instâncias de participação popular, mesmo considerando o contexto de redemocratização. O

¹²⁹ O General Pinochet saiu da presidência da República e se tornou o Comandante do Exército chileno. Desse modo, mantinha uma função política indireta, como garantidor da manutenção da institucionalidade criada pelo seu regime, inclusive das concessões pactuadas com a oposição na transição democrática (GODOY, 1994, p. 308).

plano propugna a criação e ampliação de direitos às mulheres, e traz menções à defesa das liberdades civis e respeito aos direitos humanos. Contudo, prevalece a manutenção da lei e da ordem a partir de medidas reativas por parte dos órgãos de segurança estatal. O programa de governo não traz nenhuma menção favorável ou contrária a políticas destinadas aos indígenas.

O plano reserva uma parte considerável para tratar de questões relativas à moralidade tradicional. Evoca valores e a cultura cristã ocidental, a formação de família cristã, o papel da mulher na gestão da casa e do cuidado dos filhos, valores morais e tradicionais: “En la tarea de construir una sociedad más humana deben desempeñar una labor de primer orden las instituciones religiosas, que dan al hombre una dimensión trascendente, y el mundo de la cultura, con el conjunto de valores que aporta” (BÜCHI, 1989, p. 22). Por outro lado, o plano não apresenta nenhuma menção favorável à diversidade cultural.

O programa de governo apresenta uma perspectiva marcante em relação ao individualismo, à competição, ao empreendedorismo e à meritocracia como lógica social. O histórico neoliberal do Chile, bem como o perfil de Büchi quando foi ministro da fazenda do país, reafirmam o neoliberalismo na sua plenitude em seu plano de governo. “El desarrollo económico y social se logra con el esfuerzo y la creatividad de las personas, en una sociedad en la que efectivamente lo que cuenta para surgir es el mérito personal” (BÜCHI, 1990, p. 10). Em outra oportunidade, cita que “Procuraremos fomentar en la educación el espíritu empresarial entre los jóvenes” (BÜCHI, 1989, p. 19-20).

No mesmo viés, o plano propõe que o modelo de ensino privado seja expandido. Tanto para as instituições cujo ensino é pago, como para aquelas que recebem subvenções públicas. Além da continuidade do pagamento para o acesso ao ensino superior público. Propõe que as políticas de assistência social sejam executadas a partir da iniciativa privada, por meio de compensação tributária, e que os aumentos salariais dependam do aumento da produtividade do empregado. Propugna ainda que a manutenção do sistema de saúde no qual os empregados aderem, por meio de pagamento mensal, o acesso ao sistema de saúde privado. A proposta traz muitas limitações ao Estado do bem-estar social, superando as relativas à expansão. Em relação a esta última categoria, destacam-se propostas destinadas à população em extrema pobreza e de política habitacional.

A manutenção e o aumento da máquina estatal se sobressaem na programática de governo. Contudo, o plano não perde a essência de priorizar o Estado mínimo. A ampliação da máquina estatal se refere à recriação do Poder Judiciário. No contexto da ditadura militar, a Justiça foi incorporada e reformulada pelas Forças Armadas, e, portanto, grande parte da estrutura judiciária foi suprimida. Chama a atenção a inexistência de nenhuma proposta de

privatização de bens e de empresas públicas. À frente do Ministério da Fazenda, Büchi realizou a segunda etapa de venda de ativos estatais. Como foi um fato que não contou com o apoio massivo da população, é possível que seja um dos motivos que a temática foi ignorada na sua proposta. Em contrapartida, há uma menção relativa à gestão estatal de empresas e bens.

O plano evoca os pressupostos neoliberais na economia ao propor o livre mercado e a diminuição de impostos, bem como ao imputar o protagonismo da iniciativa privada no desenvolvimento nacional. Nesse sentido, destacam-se, ainda, as políticas de incentivo às empresas em detrimento das políticas de distribuição de renda. Por outro lado, as propostas de manutenção e aumento de direitos trabalhistas e previdenciários se sobressaem em relação às de supressão. A programática de governo defende o sistema de previdência privada por contas individuais: “La reforma previsional aprobada en 1980 creó una seguridad social moderna y eficiente, que ya entrega pensiones sustancialmente mejores que las del sistema anterior” (BÜCHI, 1989, p. 13).

O documento ataca o regime das antigas repúblicas socialistas soviéticas, bem como o governo de Salvador Allende, defendendo que as medidas tomadas pelos militares foram necessárias. Por fim, defende a Lei de Anistia promulgada em 1978: “Esta no debe ser derogada, pues no procede hacer renacer responsabilidades penales ya extinguidas ni revivir procesos terminados. Aquí se juega no sólo el principio de la irretroactividad de la ley penal sino la estabilidad política misma del país” (BÜCHI, 1989, p. 6).

Tabela 2 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Büchi (IND.) – 1989

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0	Gestão estatal de empresas e bens	0,05	-0,05
Livre mercado (desregulação)	3,56	Controle estatal da economia	0,37	3,19
Diminuição de impostos	0,46	Manutenção/aumento de impostos	0	0,46
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	2,85	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	2,42	0,43
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	3,33	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,15	3,18
Diminuição da máquina estatal	0,44	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,78	-0,34
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,28	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,7	-0,42
Políticas de incentivos a empresas	0,41	Políticas de distribuição de renda	0,14	0,27
Competição como a lógica da sociedade	1,47	Solidariedade como racionalidade social	0,31	1,16
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0	0
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0,11	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,88	-0,77
Lei e ordem pública	0,65	Liberdades civis e direitos humanos	0,22	0,43
Moralidade tradicional	1,49	Diversidade cultural	0	1,49
Democracia liberal (formal)	1,93	Democracia participativa	0,47	1,46
TOTAL	17,04	TOTAL	7,46	10,49

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Hernán Büchi (1989).

O plano de governo de Büchi se situa preponderantemente à direita do espectro político-ideológico. Observa-se que os postulados neoliberais estão permeados em toda a sua proposta. A parte econômica (exceto na questão da privatização de bens e empresas) é balizada por essas diretrizes. Além disso, o reforço do individualismo, da competição, da meritocracia e do empreendedorismo denotam um nível mais avançado de enraizamento do neoliberalismo. O moralismo tradicional é algo latente e expressivo no documento. Por outro lado, o conjunto das propostas de manutenção e aumento de direitos previdenciários e trabalhistas, de políticas favoráveis às minorias, e de manutenção e aumento da máquina estatal se aproximam da esquerda. Em relação a essa última categoria, ressalva-se que a maior parte das propostas se referem à recriação do Poder Judiciário, extinto no período da ditadura militar.

O governo de Patricio Aylwin (1990-1994) foi marcado pela manutenção das políticas neoliberais implantadas na ditadura militar, pelo restabelecimento de instituições democráticas e pela criação de políticas de cunho social. Com ajustes nas bases econômicas, a gestão de Aylwin conseguiu trazer um novo *milagre econômico* para o Chile. O PIB teve uma média de crescimento anual em torno de 7%, a inflação caiu pela metade e a taxa de desemprego ficou em torno de 6% (DRAKE, 2003, p. 153). As políticas sociais foram voltadas para a população em estado de pobreza e aos indígenas; associadas ao crescimento econômico, mais de 1 milhão de chilenos saíram da pobreza (DE RAMÓN, 2012, p. 291-292). Na sua gestão, foram criadas leis de política indígena, bem como, criou-se um órgão público específico para cuidar dessa área. Ademais, foi instituída a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*¹³⁰, a fim de apurar as violações aos direitos humanos durante a ditadura militar; embora, pela Lei de Anistia aprovada anos antes, os crimes cometidos durante o período de 1973 a 1978 estivessem “perdoados”. No entanto, Drake ressalta que:

Dentro del modelo neoliberal, el gobierno no pudo hacer mucho para mejorar la distribución desigual del ingreso, salvo la promoción de la educación. Al mismo tiempo, muchos trabajadores sufrieron de puestos precarios, malas condiciones de trabajo, sindicatos impotentes, y servicios sociales inadecuados. Algunos trabajadores se encontraron con cambios difíciles en su lugar de trabajo, como la flexibilización, la fragmentación, la inseguridad del empleo, el trabajo temporal, las subcontrataciones, las horas largas, y la mecanización. Ahora el problema máximo no fue el empleo, sino la calidad de éste (DRAKE, 2003, p. 153).

5.3.2 – Eleições de 1993 – Arturo Alessandri

No ano de 1992, ocorreram as primeiras eleições municipais chilenas desde a redemocratização. A gestão de Aylwin (PDC) refletiu no sucesso da *Concertación*, que elegeu

¹³⁰ A Comissão investigou 2.279 vítimas do período da ditadura militar, indicando reparações moral e material para os familiares das vítimas, bem como ações para impedir e prevenir novas violações de direitos humanos. Contudo, houve dificuldade em lidar com o Exército para aprofundar os trabalhos (DE RAMÓN, 2012, p. 286).

mais da metade dos prefeitos. Contudo, com a estabilização de algumas questões, como o desemprego e a pobreza, ficaram evidentes os graves problemas no sistema de saúde do país. Dada a gravidade do assunto, Aylwin fez uma transmissão para as rádios e televisões, com o objetivo de tranquilizar a população e apresentar as medidas que estavam sendo tomadas. As ações nesse sentido foram paliativas, e a problemática continuou. Em 1993, o Chile formalizou o interesse em se associar ao Mercosul. No contexto externo, destaca-se o grande avanço dos Estados Unidos na consolidação da sua hegemonia em nível mundial, aumentando sua área de influência. Enquanto a Rússia, além de administrar os conflitos internos, perdia, cada vez mais, espaço no cenário geopolítico, sobretudo após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Nesse período eclodiu a guerra civil da Iugoslávia, que perdurou por dez anos.

O principal bloco da centro-esquerda, consolidado na *Concertación*, realizou eleições primárias para escolher o candidato à sucessão de Aylwin. Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC) foi o escolhido para ser o representante da *Concertación*. A *La Unión*, principal aliança da centro-direita, após conflitos internos nas disputas dos pré-candidatos¹³¹, que culminou na perda da preferência de indicação do então maior partido da coalização, o *Renovación Nacional* (RN), realizou primárias, tendo o senador Arturo Alessandri Bessa, que concorreu como independente – isto é, sem vinculação oficial a um partido político –, sido o mais votado. Houve a organização de outras candidaturas de esquerda por partidos menores e, também, de um candidato independente de direita, o ex-ministro de *Trabajo y Previsión Social y Minería* do governo Pinochet, José Piñera Echenique, que encabeçou a alteração do sistema de previdência social no Chile, vinculando-o ao setor privado (GODOY, 1994).

Por mais que a eleição de 1993 marcasse a continuidade de uma oposição política entre o grupo da direita com o da esquerda, a campanha eleitoral ocorreu sem ataques, conflitos e nem grandes polarizações. “Las dos coaliciones mayoritarias plantearon la mantención y proyección de líneas de continuidad, tanto en las políticas como en el estilo de concordia establecido durante la transición” (GODOY, 1994, p. 311). Contudo, a imagem dos principais concorrentes ficou entre os representantes do novo regime contra os defensores do antigo regime. Desse modo, enquanto Eduardo Frei buscava ampliar a aceitação e o consenso, fortalecer a unidade obtida na *Concertación* e a continuidade do governo de Aylwin,

¹³¹ Houve uma divulgação de uma gravação telefônica clandestina na qual o pré-candidato do RN, Sebastián Piñera, planejava atrapalhar a campanha de outra pré-candidata do seu partido, Evelyn Matthei, a partir do direcionamento de perguntas dos moderadores no debate presidencial. Esse caso ficou conhecido como o *Piñeragate*. Essa exposição atrapalhou a pré-candidatura de ambos (GODOY, 1994, p. 311).

Alessandri, por mais que tentasse se desvincular dessa imagem, era tido como o representante do patrimônio herdado pelo governo Pinochet. Por outro lado, mantinha uma defesa explícita da constituição de 1980 e dos méritos econômicos obtidos durante a ditadura militar (GODOY, 1994, p. 304-308).

Diferentemente das eleições de 1989, na qual a UDI e a RN evocavam o *fantasma* do socialismo, caso houvesse a vitória da esquerda, a campanha de 1993 marcou uma crise interna da direita, a partir da perda de direcionamento intelectual e da falta de argumentação opositora. Logo, “la solución a los problemas detectados como prioritarios por las encuestas (seguridad, salud, educación, pobreza, vivienda, etc.) constituyó el núcleo de las ofertas electorales de los candidatos presidenciales y parlamentarios” (GODOY, 1994, p. 311). As pesquisas de intenção de voto indicavam uma larga vantagem de Frei na corrida presidencial. Desse modo, a sua campanha evitou qualquer tipo de debate sobre questões que pudessem prejudicar o seu desempenho eleitoral. Em contrapartida, Alessandri focava no seu histórico de vida pública e no da sua família (seu avô e seu tio já foram presidentes da República) e na sua condição de independente, a qual lhe daria uma maior liberdade para governar sem pressões políticas (GODOY, 1994, p. 314-320).

A votação do primeiro turno ocorreu no dia 11/12/1993, tendo confirmado os resultados das pesquisas de intenção de voto, com a eleição de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, seguido por Arturo Alessandri Bessa, e José Piñera Echenique (IND.), o qual obteve 6,18% dos votos válidos.

Tabela 3 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1993

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	FREI (PDC)	%	ALESSANDRI (IND.)	%
8.085.493	708.802	8,76	407.741	5,52	6.968.950	4.040.497	57,98	1.701.324	24,41

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Alessandri é objetivo e conciso. Contudo, aborda a maior parte dos temas esperados numa proposta de programa de governo. O documento se desenvolve ao longo de 58 páginas e está dividido em três partes: apresentação, propostas centrais e propostas setoriais. Sendo o maior quantitativo de texto destinado para tratar de propostas vinculadas à economia.

A programática de governo menciona que trata de uma coalisão de partidos de centro e centro-direita, e que Alessandri é um candidato independente. Além disso, reafirma que não fará nenhuma alteração à Constituição de 1980, promulgada sob a gestão de Pinochet. E se demonstra contrário às políticas de memória e verdade iniciadas no governo Aylwin. O plano

evoca ainda o combate à corrupção na política e na Administração Pública. Diferente do plano de Büchi, o de Alessandri não realiza comentários diretos em relação ao comunismo e ao socialismo. Contudo, expressa críticas quanto às relações exteriores com Cuba, Coreia do Norte e de países do antigo bloco soviético.

O plano de governo apresenta diversas propostas em relação à manutenção da ordem e da lei. Nesse sentido, propõe o endurecimento da legislação penal e penitenciária. Manifesta contrariedade à concessão de indultos aos presos, bem como à progressão penal. Em contrapartida, expressa somente uma medida vinculada à liberdade civil e direitos humanos, que trata da reabilitação dos presos dentro das penitenciárias.

A proposta reserva uma parte considerável para tratar da família tradicional. Aborda claramente a contrariedade em relação ao aborto. Evoca também valores tradicionais para a juventude, e vislumbra a “*libertinaje sexual*” (isto é, a liberdade sexual) como um problema para a consolidação da família e para o crescimento profissional. Por outro lado, o plano não apresenta nenhuma menção que verse sobre a diversidade cultural. Com a estabilidade democrática vivenciada no governo Aylwin, a programática trata pouco do tema. No entanto, as propostas relativas à democracia procedimental se sobressaem em relação à participativa.

Todas as propostas incluídas na categoria políticas favoráveis às minorias dizem respeito a medidas destinadas às mulheres, mormente à questão da igualdade de gênero. Não constam menções contrárias às minorias. Sem embargo, o plano não apresenta nenhuma proposta favorável ou contrária aos indígenas. No mesmo sentido, não há menções quanto à solidariedade enquanto racionalidade social, somente referências quanto à competição e à meritocracia como lógica social. O programa de governo apresenta uma proposta de distribuição de renda. Trata-se de uma assistência financeira, em caráter assistencial, à população mais pobre.

Contudo, no plano se sobressaem as diversas proposições de políticas de incentivos ao setor privado. A programática de governo de Alessandri reserva uma grande parte do texto para apresentar propostas de privatização de bens e empresas públicas. O plano é explícito quanto à intenção de privatizar empresas que atuam na atividade econômica, sobretudo as relacionadas a mineração, a petróleo, a energia, a bancos, a portos, a mídia, a ferrovia, a correios, a obras sanitárias, a casa da moeda. O documento relaciona, inclusive, o nome de cada uma das que devem ser privatizadas. Paralelamente a essa perspectiva, indica uma diminuição da máquina estatal. Nesse sentido, propõe que: “El Estado debe ejercer sólo un papel regulador en el sector de los servicios, dejando las inversiones y operaciones en manos privadas” (ALESSANDRI, 1993, p. 23).

Seguindo a perspectiva neoliberal, o plano apresenta medidas favoráveis à diminuição de impostos e à abertura do mercado, sem fazer nenhuma menção das respectivas categorias contrárias. No mesmo viés, atribui à iniciativa privada o protagonismo no desenvolvimento nacional. A proposta de Alessandri apresenta diversas medidas que visem a supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. Propugna que os trabalhadores possam definir as relações de trabalhos diretamente com as empresas, com a mínima regulação estatal. Utiliza as palavras modernização e flexibilidade para tratar de alterar leis trabalhistas e para a venda de empresas públicas. Propõe a continuidade e avanço no sistema de previdência privado individual por cotas. As menções relativas à manutenção e aumento de direitos previdenciários e trabalhistas são consideravelmente menores do que as que visam suprimi-los.

O plano possui uma série de menções relativas à limitação do Estado do bem-estar social, que se sobressaem em relação às de expansão e manutenção do Estado do bem-estar social. O programa de governo preconiza a transferência de recursos públicos de educação, de saúde e de programas sociais a instituições privadas sem fins lucrativos para operar tais finalidades. Propõe que as escolas do Estado sejam geridas pela iniciativa privada ou por associações de pais e professores. Ressalta que o sistema de saúde público só deve ser franqueado para as pessoas que não podem financiar esse custo. Isto é, via de regra, a saúde deve ser privada.

Tabela 4 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Alessandri (IND.) – 1993

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	2,46	Gestão estatal de empresas e bens	0	2,46
Livre mercado (desregulação)	2,86	Controle estatal da economia	0	2,86
Diminuição de impostos	0,22	Manutenção/aumento de impostos	0	0,22
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	2,47	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	1,62	0,85
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	1,07	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,35	0,72
Diminuição da máquina estatal	0,63	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,23	0,4
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	1,48	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,32	1,16
Políticas de incentivos a empresas	0,47	Políticas de distribuição de renda	0,06	0,41
Competição como a lógica da sociedade	0,12	Solidariedade como racionalidade social	0	0,12
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0	0
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,59	-0,59
Lei e ordem pública	1,55	Liberdades civis e direitos humanos	0,22	1,33
Moralidade tradicional	1,56	Diversidade cultural	0	1,56
Democracia liberal (formal)	0,22	Democracia participativa	0,16	0,06
TOTAL	15,11	TOTAL	3,55	11,56

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Alessandri (1993).

O plano de governo de Alessandri se aproxima mais à direita do que o de Büchi, tendo todas as categorias, exceto à relativa a políticas às minorias, inclinadas àquele polo do espectro político-ideológico. Os pontos de maior conteúdo proporcional empregado à direita são os referentes à privatização de bens e empresas públicas e a desregulação da economia visando um livre mercado. Associada com as outras categorias predominantemente econômicas, como diminuição de impostos, desenvolvimento a partir da iniciativa privada, políticas de incentivos a empresas e diminuição da máquina estatal, observa-se uma forte influência dos postulados neoliberais. Associado a isso, observa-se um forte apelo à diminuição de direitos trabalhistas e previdenciários e a limitação do Estado do bem-estar social. Mesmo o Chile sendo um dos países pioneiros na instituição do neoliberalismo, pressupõe que o avanço dessas diretrizes não tenha um limite definido.

O governo de Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) manteve a mesma base econômica do seu antecessor, tendo, como destaque, o aprimoramento do comércio externo do Chile, especialmente a partir de tratados de livre comércio¹³². Além de ter colocado o país como membro-associado no Mercosul no ano de 1996. No que diz respeito aos aspectos macroeconômicos, a sua gestão manteve um alto crescimento do PIB nos quatro primeiros anos de mandato e inflação controlada. No entanto, com a crise asiática ocorrida em 1997 – e pelo modelo econômico baseado na exportação –, a economia começou a desacelerar, tendo retraído 0,76% no ano de 1999. A maior consequência disso foi o aumento exponencial do desemprego, cuja taxa ultrapassou 10% no último ano de mandato. Sua gestão também foi marcada pelas concessões de obras de infraestrutura à iniciativa privada, como rodovias, portos e aeroportos, além de privatizações (MORICONI, 2009).

No que tange às políticas de cunho social, destaca-se a continuidade de programas de luta contra a pobreza, tendo, como resultado quantitativo, o aumento de 10% da capacidade de consumo dos 20% mais pobres da população chilena (MORICONI, 2009). Ademais, sua gestão ficou marcada pelo massivo investimento na educação, o que incluiu, inclusive, políticas de capacitação dos docentes, aumento da remuneração e das horas de estudos dos alunos (DE RAMÓN, 2012, p. 293).

¹³² Como, por exemplo, com os Estados Unidos, China e União Europeia, além da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). Apesar da tentativa frustrada do Chile em ingressar no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) (DE RAMÓN, 2012, p. 292).

5.3.3 – Eleições de 1999/2000 – Joaquín Lavín

Em dezembro do ano de 1997, houve as eleições parlamentares. A votação refletiu a queda na aprovação do governo de Eduardo Frei, sobretudo pelas demonstrações da perda do vigor do crescimento e da estabilidade da economia. A *Concertación* manteve a maioria no parlamento, mas perdeu cadeiras na Câmara e no Senado. Além disso, houve um número alto de votos anulados, o que foi interpretado como uma forma de protesto. A *crise asiática* iniciada em 1997 afetou a economia mundial e, devido à proximidade da economia chilena com os países do Pacífico, o Chile sofreu duramente os efeitos da crise. No ano de 1998, ocorreu a *moratória russa*, abalando ainda mais a estabilidade econômica chilena, a qual estava vinculada à exportação de matérias primas (DE RAMÓN, 2012, p. 292). O ano de 1998 também ficou marcado pela saída de Augusto Pinochet do cargo de Comandante do Exército e pela assunção do cargo de Senador vitalício. A Constituição de 1980 previa que os ex-presidentes da República que ocupassem o cargo por seis anos consecutivos teriam direito a ocupar uma vaga no Senado em caráter vitalício. Meses depois, Pinochet foi preso em Londres, quando estava fazendo um tratamento médico. Tais fatos trouxeram a questão do passado ditatorial à tona, evocando opositores e partidários, incluindo a cobrança de parte da população chilena para que o governo chileno interviesse no retorno do general ao país.

Entre os anos de 1998 e 1999, ocorreu uma grave crise energética no Chile, agravada, sobretudo, pela grande seca ocorrida no país nesse período. Houve racionamento no fornecimento de energia elétrica em todo o país. Em 1999, estava instalada uma crise econômica no Chile, com retração na economia, aumento contínuo das taxas de desemprego e pressão popular. Outra questão latente no período era a permanência da desigualdade social, que, com o crescimento econômico ocorrido no país, se tornava mais evidente. Nesse ano, o Chile era o segundo país com o pior índice de desigualdade de distribuição de recursos na América Latina, atrás apenas do Brasil (DE RAMÓN, 2012, p. 294).

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1999 começou a ganhar contornos a partir do lançamento dos candidatos pelas principais coligações. A *Concertación* realizou eleições prévias, e apresentou o ex-ministro dos governos de Alywin e Frei, Ricardo Froilán Lagos Escobar, do *Partido por la Democracia* (PPD), como o principal representante da centro-esquerda. A *Alianza por Chile*, coligação que reunia os principais partidos de direita (UDI e RN), com a desistência do postulante do RN, Sebastián Piñera, lançou o ex-prefeito de *Las Condes*, Joaquín José Lavín Infante, da *Unión Demócrata Independiente* (UDI). Houve o lançamento de candidatura de quatro outros concorrentes. Dois independentes, um pelo *Partido*

Comunista de Chile (PCCh) e o outro pela *Alianza Humanista Verde* (GUZMÁN; FLORES; MORA, 2000).

Três temas balizaram os debates entre os principais concorrentes: recuperação econômica, geração de empregos e segurança pública. Enquanto Ricardo Lagos defendia o atual governo, e vinculava a crise econômica ao contexto internacional, Lavín imputava que a situação econômica vivenciada era de responsabilidade do governo da *Concertación*, além de evocar a sua gestão à frente da prefeitura de *Las Condes*. O desemprego também estava no centro das discussões. Lavín trazia uma série de propostas de cunho social para auxiliar a população que estava sofrendo pela crise econômica, além de medidas em torno da melhoria dos sistemas de saúde pública e educação. A manutenção da prisão de Pinochet em Londres deu possibilidades para que Lavín se afastasse da gestão do general, desvinculando, pela primeira vez, a direita do ex-ditador, e atuasse em outras vertentes, incluindo uma aproximação à esquerda (GUZMÁN; FLORES; MORA, 2000, p. 1-4).

As pesquisas eleitorais apontavam, inicialmente, para uma vitória de Lagos. Contudo, ao se aproximar do sufrágio, houve uma indicação de empate técnico entre o representante da *Concertación* e o da *Alianza*. A votação ocorreu no dia 12/12/1999, tendo Lagos recebido 47,96% dos votos válidos e Lavín obtido 47,51%. Gladys Marín (PCCh) ficou em terceiro lugar, com 3,19%. A disputa do segundo turno não teve alterações consideráveis nos temas em debate, e nas perspectivas apresentadas pelos candidatos no primeiro turno. Considerando a margem mínima de diferença na votação entre Lagos e Lavín, o diferencial se deu a partir do apoio do restante dos candidatos à presidência da República. O PCCh, a *Alianza Humanista Verde* e a candidata independente Sara Larraín apoiaram Lagos no segundo turno. Esses três obtiveram 4,14% dos votos válidos no primeiro turno. Enquanto o outro candidato independente, Arturo Frei, que recebeu 0,38% dos votos, apoiou Lavín (GUZMÁN; FLORES; MORA, 2000).

A votação do segundo turno ocorreu no dia 16/01/2000, indicando a vitória de Lagos por uma margem de apenas 2,62% dos votos válidos. Por outro lado, a eleição presidencial de 1999-2000 representou a mais alta votação recebida por um candidato de direita desde a redemocratização chilena (GUZMÁN; FLORES; MORA, 2000, p. 05).

Tabela 5 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 1999-2000

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	LAGOS (PPD)	%	LAVÍN (UDI)	%
8.084.476	757.723	9,37	148.026	2,02	7.178.727	4.040.497	51,31	3.495.569	48,69

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo apresentado por Lavín é conciso e objetivo, e aborda a maior parte das temáticas esperadas de um programa de governo. Contudo, o documento não possui uma organização lógica. Não possui tópicos organizados em grandes temas, o que dificulta a busca por determinado assunto. O texto se desenvolve em 38 páginas. E possui, como tema principal, a geração de empregos.

A proposta mantém os pressupostos neoliberais em relação à economia. Mesmo que com menor conteúdo proporcional do que os planos da direita de 1989 e 1993, as medidas em torno da privatização de bens e empresas, da desregulação do mercado de modo a avançar no livre mercado, da diminuição de impostos, do desenvolvimento nacional a partir do setor privado e da criação de políticas de incentivos às empresas, destacam-se no texto, sobressaindo-se em relação às categorias correspondentes identificadas com a esquerda. Desse modo, as principais medidas apresentadas por Lavín, para propiciar a geração de emprego, são “la austeridad fiscal, la libertad cambiaria, las bajas tasas de interés y el incremento del ahorro privado” (LAVÍN, 1999, p. 2).

O plano apresenta uma inclinação ao aumento da máquina estatal. As principais medidas nesse sentido se situam na criação de órgãos públicos para o combate à pobreza. A programática de governo traz bastantes propostas destinadas à população mais pobre. Nesse sentido, propõe a criação de políticas de distribuição de renda a esse segmento da sociedade. Contudo, em menor proporção do que o reservado para tratar de incentivos às empresas. O programa apresenta propostas de supressão de direitos trabalhistas e previdenciários em quantitativo superior proporcional aos dos de manutenção e aumento. Há uma manifestação de continuidade e defesa do sistema previdenciário por cotas privadas, e uma crítica do sistema anterior de previdência social. Além disso, utiliza-se do discurso do *aperfeiçoamento* da legislação trabalhista, para que seja propiciada a criação de novos postos de trabalho.

A programática apresenta propostas quanto à competição e à meritocracia, inclusive na educação, superando as menções relativas à solidariedade como lógica racional. No entanto, o maior conteúdo empregado no documento se refere à expansão do Estado do bem-estar social. Há diversas propostas nas áreas de saúde e educação. Observa-se, inclusive, uma mudança de postura a partir da proposição de medidas em torno da expansão da educação a partir da gestão pública, e não do setor privado (como observado nos planos anteriores). Além de medidas que visem criar igualdade de oportunidade para um ensino igual e democrático. Outro aspecto de relevância apresentado nessa categoria se refere a políticas de moradia popular. Em relação à limitação do Estado do bem-estar, o assunto que mais demanda espaço no plano se refere à manutenção dos planos de saúde privados e obrigatórios para trabalhadores assalariados.

Diferentemente dos planos da direita de 1989 e 1993, a programática de governo de Lavín propõe políticas destinadas aos indígenas. Trata-se de medidas relacionadas ao combate à pobreza, à saúde rural, à melhora na educação nas comunidades indígenas e ao aumento da produtividade da terra que eles cultivam. Além disso, propõe que o povo Mapuche seja incorporado ao desenvolvimento e à proteção florestal do país. O programa de governo, também, apresenta proposições para incentivar a manutenção e a divulgação da cultura indígena do país. As propostas relacionadas às minorias orbitam em duas vertentes: políticas destinadas às mulheres e aos deficientes físicos. Por outro lado, o plano não apresenta nenhuma proposta contrária aos indígenas e minorias.

O plano de governo apresenta uma visão bastante sexista em relação às mulheres, sendo a questão que eleva o conteúdo proporcional enquadrado como valores morais. Propõe que haja um desincentivo ao divórcio pelas mulheres e que elas possam compatibilizar diversas atividades, desde que não prejudiquem as respectivas famílias. A proposta não traz medidas referentes à diversidade cultural.

A segunda categoria com maior conteúdo proporcional é a relativa à manutenção e à lei e à ordem pública. O plano foca bastante na questão da criminalidade. As medidas propostas se referem a uma postura reativa do Estado, a partir do aumento do número de policiais; aumento do número de prisões efetuadas; endurecimento da lei penal; construção de penitenciárias de regime especial (para os delitos mais graves); e restrição aos indultos. O programa de governo faz uma crítica aos dois governos da *Concertación*: “Lo que pasa hoy día no es casualidad. Se debe a que los gobiernos de los últimos 10 años han actuado con mano blanda. ¡No han sido capaces de ponerse firmes con la delincuencia!” (LAVÍN, 1999, p. 4).

O plano de governo de Lavín se destaca pela prevalência das menções relativas à democracia participativa em detrimento da democracia procedimental. Além disso, trata do primeiro plano de governo da direita (até então analisado) que se compromete a criar condições e instituições que permitam conhecer a verdade e o destino dos desaparecidos políticos, no período da ditadura militar. Apresenta uma perspectiva de se obter a pacificação nacional e se compromete a solucionar os problemas pendentes de direitos humanos, baseado na verdade e na justiça.

Tabela 6 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Lavín (UDI) – 1999-2000

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,63	Gestão estatal de empresas e bens	0,01	0,62
Livre mercado (desregulação)	1,21	Controle estatal da economia	0	1,21
Diminuição de impostos	0,17	Manutenção/aumento de impostos	0	0,17
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,95	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	5,84	-4,89
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,46	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,18	0,28
Diminuição da máquina estatal	0,08	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,6	-0,52
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,61	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,53	0,08
Políticas de incentivos a empresas	0,63	Políticas de distribuição de renda	0,37	0,26
Competição como a lógica da sociedade	0,34	Solidariedade como racionalidade social	0,14	0,2
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,48	-0,48
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,47	-0,47
Lei e ordem pública	1,99	Liberdades civis e direitos humanos	1,04	0,95
Moralidade tradicional	0,73	Diversidade cultural	0	0,73
Democracia liberal (formal)	0,2	Democracia participativa	0,7	-0,5
TOTAL	8	TOTAL	10,36	-2,36

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Lavín (1999).

O plano de governo de Lavín se inclina à esquerda, sobretudo pelo considerável quantitativo de conteúdo proporcional apresentado na categoria de expansão do Estado do bem-estar social. As propostas relativas a esse tema são determinantes para situar o programa de governo à esquerda. Dado o contexto do Chile no ano da proposta (aumento da pobreza, desemprego e piora nos índices socioeconômicos), a programática de Lavín se diferencia das de 1989 e 1993 ao propor muitas políticas em relação à saúde e à educação públicas. A questão do aumento da máquina estatal está justamente vinculada a essa postura. Há, também, o ineditismo na proposição de políticas destinadas aos indígenas. Por outro lado, o plano não “abre mão” das políticas neoliberais na economia, mantendo a postura de propor a privatização de bens e empresas, o livre mercado, diminuição de impostos, políticas de incentivos às empresas e o desenvolvimento nacional a cargo da iniciativa privada. Contudo, a categoria que mais se inclina à direita se refere à manutenção da lei e da ordem. As medidas reativas prevalecem nesse tópico.

Lagos (2000-2006) assumiu o país num cenário de recessão econômica e de descontentamento social. Não obstante, teve êxito na condução macroeconômica do país: “el gobierno mostró un correcto desempeño en materia económica, cuestión que se vio reflejada en indicadores de desempleo, crecimiento e inflación” (QUIROGA, 2008, p. 18). No entanto, a desigualdade socioeconômica pouco diminuiu. A sua gestão, também, promoveu concessões à iniciativa privada e realizou uma política fiscal excessivamente conservadora. Em políticas sociais, destacou-se por elaborar um conjunto de leis em favor da classe trabalhadora: “mejoró

la seguridad del trabajo, las condiciones laborales, las horas de trabajo, los beneficios para el desempleo, los derechos de trabajadores temporales y la capacidad para sindicatos de organizarse y de participar en negociaciones colectivas” (DRAKE, 2003, p. 155), além de políticas redistributivas (MADARIAGA, 2019). Por outro lado, o governo Lagos ficou marcado pela radicalização no conflito com os *mapuches*, a partir da repressão estatal, e pela edição de legislação ambiental favorável à exploração por parte de empresas multinacionais.

O governo de Lagos teve a oportunidade de indicar dois senadores, além da assunção do ex-presidente Frei como senador vitalício¹³³. Isso deu, pela primeira vez desde a redemocratização, uma maioria temporal da *Concertación* em ambas as câmaras, permitindo alterações na Constituição em dispositivos considerados autoritários, como a própria designação de senadores sem eleição e das prerrogativas do *Consejo de Seguridad Nacional*. Contudo, não houve alterações substanciais no modelo econômico herdado pela ditadura militar (MADARIAGA, 2019, p. 97).

Ricardo Lagos terminou o seu mandato com uma aprovação de mais de 70% (HUNEEUS, 2006, p. 75).

5.3.4 – Eleições de 2005/2006 – Sebastián Piñera

No ano de 2003, foi instituída a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (a qual vigeria pelos próximos oito anos), para identificar as identidades das pessoas que sofreram privação de liberdade e tortura por razões políticas, por agentes do Estado ou ao seu serviço. Os anos de 2003 e 2004 foram marcados pelos diversos acordos de livre comércio do Chile com países asiáticos, União Europeia e Estados Unidos. Em 2004, instalou-se uma grande tensão internacional com alguns vizinhos sul-americanos, a partir do retorno do pleito da Bolívia para ter acesso ao mar. A situação envolveu a Argentina, que estava passando por uma crise energética e dependia do gás natural boliviano, e a Venezuela, que apoiava a pretensão boliviana. No mesmo ano, a situação foi apaziguada. No ano de 2005, retomou-se uma crise com o Peru, a partir da aprovação de uma lei peruana que estipulava a delimitação marítima entre os dois países, a qual favorecia a nação vizinha.

Em 2004, ocorreram as eleições municipais. A *Concertación* elegeu o maior número de cargos eletivos no país, frustrando a expectativa da *Alianza* de que teria um número

¹³³ Depois de 503 dias detido em prisão domiciliar em Londres, Pinochet foi libertado para regressar ao Chile por motivos de saúde. Uma junta médica declarou que Pinochet não possuía capacidade mental para ser julgado (por possuir demência vascular), tendo extraditado o ex-ditador ao Chile em março de 2000. No ano de 2002, após muita pressão, Pinochet renunciou ao cargo de Senador vitalício.

equilibrado de cargos, em virtude da porcentagem de votos obtidos no sufrágio presidencial de 1999/2000. Os diversos escândalos de corrupção ocorridos no governo Lagos trouxeram a temática à tona. A questão da violência urbana era um dos principais problemas do país, bem como o desemprego, mesmo a taxa apresentando queda contínua. Além disso, o conflito com os *mapuches* ganhou visibilidade internacional.

Diferentemente das campanhas anteriores, a eleição de 2005 não teve uma unicidade entre a principal coligação da direita. A *Alianza por Chile* não entrou em consenso sobre o representante da coligação. Enquanto a *Unión Demócrata Independiente* defendia a realização de prévias, com a indicação de Joaquín Lavín (UDI) – que havia perdido as últimas eleições por uma margem de cerca de 2,62% –, a *Renovación Nacional* apoiava o lançamento de um candidato próprio, para que ambos disputassem o primeiro turno das eleições de modo independente (suprindo, desse modo, as prévias). Assim, o postulante mais votado apoiaria o outro candidato da *Alianza* no segundo turno. O RN se impôs e lançou o empresário e ex-senador Sebastián Piñera para a disputa. Por outro lado, a *Concertación* lançou como candidata a representante do *Partido Socialista* (PS) Michelle Bachelet Jeria¹³⁴. A última candidatura foi da coalização *Juntos Podemos Más*, a qual reuniu partidos alinhados à esquerda, tendo Tomás Hirsch Goldschmidt sido indicado como candidato.

Desde as primeiras pesquisas de opinião até a véspera da votação do primeiro turno, Michele Bachelet figurou na liderança das intenções de voto. A segunda posição oscilou entre Lavín e Piñera. Bachelet manteve um discurso de continuidade das políticas adotadas pela *Concertación* e de mudanças em determinadas áreas, sem se vincular ao então presidente da República Ricardo Lagos (por mais que tenha sido ministra na respectiva gestão). Lavín e Piñera não criticaram a política econômica do Governo, pois Lagos possuía uma grande aprovação popular. Desse modo, optaram por centrar os ataques em relação à incapacidade do governo de combater a delinquência crescente no país. Além disso, não utilizaram questões programáticas para confrontar Bachelet, e sim “optaron por criticar abiertamente aspectos personales, negándole que tuviera capacidad para ser presidenta y aludiendo a que era agnóstica y madre separada con tres hijos” (HUNEEUS, 2006, p. 83), e reforçaram a necessidade de alternância de governo. Os representantes da direita divergiram quanto aos direitos humanos. Enquanto o candidato da UDI carregava a perspectiva do seu partido de que as violações dos

¹³⁴ “Hija de un general de la Fuerza Aérea, Bachelet es militante socialista desde la juventud, fue detenida y torturada al comienzo del autoritarismo y, enviada al exilio, se radicó en la entonces República Democrática Alemana (RDA)” (HUNEEUS, 2006, p. 82). Bachelet foi ministra da Saúde e da Defesa no governo Lagos.

direitos humanos na época da ditadura militar foram justificadas pelo contexto de violência dos opositores, o postulante pela RN criticava essa postura (HUNEEUS, 2006, p. 71-77).

A votação do primeiro turno ocorreu no dia 11/12/2005. Michele Bachelet ficou em primeiro lugar, com 45,96% dos votos válidos, seguida por Sebastián Piñera (25,41%), Joaquín Lavín (23,23%) e Tomás Hirsch (5,40%). Logo após a divulgação dos resultados, Lavín (UDI) manifestou o seu apoio a Piñera (RN) no segundo turno. Enquanto Bachelet (PS) recebeu o apoio de dois partidos da coligação *Juntos Podemos Más* (PCCh e *Izquierda Cristiana*). Os fatos mais marcantes da campanha do segundo turno foi a mudança de postura de Bachelet em relação a declarar uma continuidade da gestão de Lagos, tendo recebido publicamente o apoio do então presidente da República – fato que até então não havia acontecido com os presidentes em exercício eleitos pela *Concertación* –, o que gerou acusações pelo adversário de intervencionismo eleitoral. Piñera, por outro lado, tentou buscar os eleitores do centro, sobretudo os de fé cristã, a partir de uma campanha de “humanismo Cristiano”, a qual instava os eleitores (especialmente os do PDC) a não votar numa candidata socialista e agnóstica. Isso fez com que Bachelet fizesse ressalva em determinados temas identificados com a esquerda, a fim de mobilizar o maior número de grupos sociais e evitar que os votos fossem direcionados ao adversário (HUNEEUS, 2006, p. 84-87). A votação do segundo turno ocorreu no dia 15/01/2006, marcando a vitória da candidata da *Concertación*.

Tabela 7 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2005-2006

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	BACHELET (PS)	%	PIÑERA (RN)	%
8.220.897	1.058.552	12,88	202.932	2,83	6.959.413	3.723.019	53,50	3.236.394	46,50

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Piñera é denso e bem estruturado e aborda a maior parte dos temas esperados num programa de gestão governamental. As propostas constantes no documento estão organizadas e distribuídas em sete eixos temáticos, os quais estão dispostos em 97 páginas.

A programática de governo apresenta uma visão restrita de que a pobreza surge apenas como uma falta de oportunidade do indivíduo para crescer, isto é, de estudar em bom nível e de se especializar para o mercado de trabalho. A partir desse pressuposto, o plano apresenta diversas propostas para a educação, aumentando consideravelmente o conteúdo na categoria expansão e manutenção do Estado do bem-estar social, as quais se sobressaem em relação às de supressão. Trata, inclusive, da justiça social na educação, ao criticar as instituições que recebem subsídio do Estado, mas cobram mensalidade: “[...] estudantes adinerados utilizan

salas de clases, profesores y libros que fueron financiados por contribuyentes de escasos recursos que ni siquiera tienen la oportunidad de acceder a la educación superior” (PIÑERA, 2005, p. 8). Contudo, em relação à saúde, o plano apresenta uma perspectiva dual. Ora propõe medidas estatais de saúde pública, ora propugna que: “toda persona tenga que contratar un plan básico que incluirá las prestaciones determinadas por el Régimen de Garantías en Salud, con sus debidas garantías explícitas y copagos. La contratación podrá realizarse con cualquier institución, ya sea pública o privada [...]” (PIÑERA, 2005, p. 12).

Apesar de o plano demonstrar uma inclinação à igualdade de gênero, não apresenta propostas efetivas. A menção ao assunto trata de “[...] fomento de la participación activa de la mujer en nuestra sociedad” (PIÑERA, 2005, p. 22). O restante do conteúdo empregado dentro da categoria de políticas para as minorias se refere a medidas destinadas às pessoas com deficiência. Por outro lado, o programa de governo indica diversas propostas para os indígenas. As propostas englobam o reconhecimento dos *mapuches* enquanto povos originários; preservação das tradições, costumes e línguas; inclusão no sistema democrático; apoio para a educação *mapuche*; apoio para a agricultura (incluindo o desembolso de recursos); infraestrutura; e fortalecimento da saúde para os indígenas. Ambas categorias se inclinam à esquerda.

A proposta de Piñera apresenta uma forte aproximação com a perspectiva participativa da democracia. O conteúdo empregado nessa categoria totaliza um pouco mais que o dobro para o referente à democracia procedimental. De outra parte, o plano apresenta propostas relativas à moralidade tradicional, vinculadas à formação de família (homem-mulher) e de orientação sexual, não mencionando nenhuma proposição favorável à diversidade cultural.

A categoria que possui a maior quantidade de conteúdo proporcional na programática é a relativa à manutenção da lei e da ordem pública. Tendo a questão da segurança pública um dos temas de maior repercussão e anseio da população chilena no período, o plano de governo apresenta uma perspectiva predominantemente reativa. As propostas oscilam em investimento nos órgãos de segurança, acréscimo do efetivo policial, aumento de penas, restrições à liberdade provisória. Por outro lado, o documento apresenta poucas medidas preventivas cidadãs. Diferentemente dos outros planos de direita analisados até então, o de Piñera aborda as violações dos direitos humanos na época da ditadura. Nesse sentido, propõe celeridade nos processos em andamento e indenizações econômicas, sem renúncia da ação penal. E propugna ainda uma cultura de valores e respeito aos direitos humanos.

O plano de governo mantém a base econômica neoliberal na íntegra, mas sem o mesmo ímpeto que os programas de governo anteriores da *Alianza*. A privatização (ou a *modernización*,

segundo o documento) de bens e empresas públicas é apresentada como uma justificativa para custear ações destinadas à população mais pobre:

Se propone establecer un Fondo de Inversión Social con los recursos recaudados por la venta de empresas públicas, cuyo monto se estima superior a los treinta mil millones de dólares, administrado por un ente autónomo, cuyo objeto será cubrir las necesidades de la población más pobre en materias de alimentación, salud, educación, vivienda e infraestructura y seguridad (PIÑERA, 2005, p. 34).

No mesmo sentido, a programática de governo apresenta uma preponderância de diminuição da máquina estatal, em relação à manutenção ou ao aumento da estrutura do Estado.

O plano traz uma delimitação da atuação das funções estatais:

Muchas de las deficiencias del Estado se explican porque el Estado tradicional hace lo que no debe, ya que sigue inmiscuido en áreas productivas donde su presencia es innecesaria y en muchos casos negativa. Por otra parte es evidente que el Estado no hace lo que debe, manteniendo desatendidas áreas tales como la seguridad ciudadana, el medio ambiente y la administración de justicia donde su acción es no sólo indispensable sino además insustituible (PIÑERA, 2005, p. 31).

Além disso, o plano apresenta bastante conteúdo relacionado à abertura do mercado, e uma menção favorável à diminuição de impostos, sem realizar nenhuma indicação de política favorável ao controle estatal da economia ou da manutenção/aumento de impostos. No entanto, chama a atenção a ausência de menção direta em relação ao responsável pelo protagonismo do desenvolvimento nacional. O resultado do conjunto das outras categorias aponta que compete à iniciativa privada. A programática de governo apresenta uma proposta relativa à criação de política de incentivo às empresas e não explicita nenhuma referente à distribuição de renda. Também há uma prevalência de conteúdo relativo ao individualismo, à competição e à meritocracia como a racionalidade social, em detrimento da solidariedade como lógica da sociedade.

A terceira categoria com maior conteúdo empregado se refere à supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. O plano propõe alterações na legislação trabalhista e utiliza as expressões “*movilidad laboral*” e “*flexibilidad*” para apresentar as mudanças. Propõe, em formato semelhante ao Banco Central do Chile, que exista um Conselho nacional do trabalho, independente do governo, para supervisionar a aplicação das normas do trabalho. Além disso, propugna a existência de um sistema trabalhista paralelo com o vigente, para que o trabalhador opte por qual deseja ser empregado; alteração no sistema de indenização por anos de serviço (seguro desemprego); alteração na jornada de trabalho; mudanças nas regras de auxílio doença, para colocar uma limitação temporal de pagamento; liberação de contratação por curtos

períodos e com uma jornada de trabalho menor. O documento também reafirma e elogia o sistema previdenciários de capitalização individual.

O plano de Piñera demanda uma parte considerável para tratar de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. E, nas relações internacionais, se demonstra favorável a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Tabela 8 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (RN) – 2005-2006

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,19	Gestão estatal de empresas e bens	0,02	0,17
Livre mercado (desregulação)	1,27	Controle estatal da economia	0	1,27
Diminuição de impostos	0,07	Manutenção/aumento de impostos	0	0,07
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,61	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	2,33	-0,72
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0	0
Diminuição da máquina estatal	0,48	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,31	0,17
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	1,83	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,06	1,77
Políticas de incentivos a empresas	0,05	Políticas de distribuição de renda	0	0,05
Competição como a lógica da sociedade	0,45	Solidariedade como racionalidade social	0,06	0,39
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,39	-0,39
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,47	-0,47
Lei e ordem pública	3,67	Liberdades civis e direitos humanos	0,71	2,96
Moralidade tradicional	0,11	Diversidade cultural	0	0,11
Democracia liberal (formal)	0,27	Democracia participativa	0,57	-0,3
TOTAL	10	TOTAL	4,92	5,08

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Piñera (2005).

O plano de governo se destaca pela grande quantidade de conteúdo proporcional reservado para tratar da manutenção da lei e da ordem pública. Reforça uma perspectiva reativa do Estado, em detrimento da prevenção e da implantação de políticas cidadãs. Por mais que a programática perca um ímpeto em determinadas medidas neoliberais – como em relação à privatização e diminuição de impostos –, avança na questão da supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, ao propor o terceiro maior quantitativo proporcional do texto. Contudo, o livre mercado e a competição, meritocracia e individualismo como lógica social são mencionados com destaque na programática de governo. Por outro lado, a expansão do Estado do bem-estar social é o ponto que mais aproxima o plano à esquerda. As propostas de educação se sobressaem nessa categoria. Além disso, as políticas favoráveis aos indígenas se tornam evidente ao inovar em relação aos outros planos da *Alianza* até então analisados, e pela quantidade de conteúdo empregado. O viés participativo da democracia e as políticas favoráveis às minorias (no caso são os deficientes, e uma menção às mulheres) somam o conteúdo identificado com a esquerda do programa de governo de Piñera.

O mandato de Bachelet (2006-2010) foi marcado pela construção de políticas sociais visando diminuir (ou amenizar) as desigualdades. Foi criada “una red de protección social, que comienza en la infancia, continua en la educación y el trabajo y se extiende hasta la jubilación” (HUNEEUS, 2008, p. 78). Isso incluiu reformas nos sistemas de saúde e de previdência, de forma a abarcar a população mais pobre e vulnerável (como crianças, gestantes e idosos). Não obstante, teve resistência para aprofundar as reformas, já que teve a forte oposição dos partidos de direita (HUNEEUS, 2008, p. 76). Desse modo, manteve-se a maior parte da política econômica dos seus antecessores.

Cabe mencionar que, na sua gestão, houve grandes protestos e greves estudantis. E o governo de Bachelet foi marcado pela variação dos índices de aprovação, “especialmente debido a los errores de puesta en marcha del plan de reforma del transporte capitalino denominado Transantiago” (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 24). Todavia, Bachelet terminou o seu mandato com o maior nível de aprovação¹³⁵ de um presidente na história chilena.

5.3.5 – Eleições de 2009/2010 – Sebastián Piñera

Em 2008, pela primeira vez desde a redemocratização, a *Concertación* participou das eleições municipais apresentando duas listas distintas. A estratégia não melhorou o desempenho da coligação, que, além de expor os conflitos internos, elegeu apenas três prefeitos a mais do que a *Alianza* (147 vs. 144). Por mais que os governos da *Concertación* tivessem realizado alterações pontuais no sistema educacional, ainda era grande a insatisfação. Naquele ano, houve diversos movimentos que expunham essa crise institucional. Além disso, o descontentamento dos *mapuches* quanto à política estatal de financeirização dos respectivos territórios crescia, evocando diversos conflitos com as forças policiais (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 20).

O ano de 2008 foi marcado, também, pela crise financeira (ou *crise do subprime*), iniciada nos Estados Unidos. Essa crise foi gerada pela bolha do mercado imobiliário daquele país, agravada pelos altos níveis de inadimplência do pagamento das hipotecas imobiliárias. A quebra de bancos e instituições financeiras nos Estados Unidos afetou a economia global. As consequências da crise perduraram nos anos seguintes. Bachelet teve a aprovação de grande parte da população chilena quanto à condução da economia durante a crise econômica mundial (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 24).

No ano de 2009, houve uma série de protestos no Chile. Os de maiores repercussão foram os relativos à grande alta dos preços nos medicamentos, e o dos professores, que

¹³⁵ De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas ADIMARK, Bachelet estava com 84% de aprovação em 08 de março de 2010. Ou seja, três dias antes do término do seu mandato.

evocaram uma greve geral da educação no país, com quase um mês de duração. Nesse ano ocorreu uma pequena reforma na previdência, de modo a beneficiar no cálculo previdenciário as mulheres que eram mães. E, no fim do ano, houve o esperado anúncio do ingresso do Chile na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE¹³⁶.

Após a realização de prévias, a *Concertación*, congregando o menor número de partidos desde a sua criação¹³⁷, lançou o ex-presidente da República Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC) como candidato à sucessão presidencial. Demonstrando contrariedade às regras das prévias, alguns membros da *Concertación* saíram do bloco e compuseram outras forças políticas. A mais expressiva foi em torno da coligação *Nueva Mayoría para Chile*, que oficializou a candidatura do ex-integrante do PS, Marco Enríquez-Ominami, como independente. Também, a partir da cisão, houve o lançamento da candidatura de Jorge Arrate (PCCh), ex-integrante do PS, pelo *Junto Podemos Más*. A direita, antes conformada na *Alianza*, agregou o partido de centro-direita *ChilePrimero*, e formou a *Coalición por el Cambio*, apresentando, por unanimidade, Sebastián Piñera como candidato à presidência (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014).

Logo após as divulgações dos candidatos pelas coligações, as primeiras pesquisas de intenção de voto indicaram a preferência por Piñera. Esse cenário se manteve durante toda a campanha do primeiro turno. O candidato da *Coalición por el Cambio* baseou sua campanha, especialmente, no crescimento econômico e na melhoria da segurança pública. A *Coalición* tratou de apresentar uma imagem pública de renovação em relação à herança da ditadura. Assim, Piñera adotou uma posição mais moderada, pragmática, próxima ao eleitorado e distante de Pinochet. Além disso, houve um forte apelo pelo não intervencionismo eleitoral por parte do governo. Tal postura ocorreu desde o segundo turno das eleições de 2006, após as ações de Lagos em favor de Bachelet. Por outro lado, a campanha de Frei se baseou num continuísmo das quatro gestões da *Concertación*, a partir da evocação dos avanços obtidos durante esse período. A renovação na política foi um tema discutido fortemente durante a campanha eleitoral. Nesse viés, Enríquez-Ominami conseguiu apresentar a ideia de renovação, proximidade e juventude (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 23-26).

Dois temas afastavam os principais candidatos da direita e da esquerda. Piñera manifestou uma perspectiva reativa de segurança pública, a partir do aumento do efetivo policial, do aumento de pena e mudança nas leis de progressão penal. Em contrapartida, Frei

¹³⁶ Trata-se de uma organização econômica intergovernamental composta por países de economia e IDH altos, sobretudo os desenvolvidos, cujo objetivo é estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

¹³⁷ *Democracia Cristiana, Partido por la Democracia, Partido Socialista e Partido Radical Socialdemócrata.*

defendeu um sistema judicial eficiente e transparente, além da reabilitação dos condenados por crimes. O sistema de previdência opôs os candidatos. O representante da *Coalición* propôs o aperfeiçoamento do sistema de previdência privado, e o da *Concertación* a criação de um sistema estatal.

No dia 13/12/2009, ocorreu a votação do primeiro turno da eleição presidencial. Piñera foi o candidato mais votado, com 44,06% dos votos válidos, seguido por Frei (29,60%), Enríquez-Ominami (20,14%) e Jorge Arrate (6,21%). Para o segundo turno, Frei teve o apoio (embora tardio) do candidato independente Enríquez-Ominami e da coligação *Juntos Podemos Más*, conformada por partidos de esquerda, além de agremiações menores que não disputaram as eleições presidenciais (somente as parlamentárias). A grande vantagem obtida por Piñera no primeiro turno o deixou numa situação confortável de manter a mesma linha da campanha do primeiro turno (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 30). Enquanto Frei tentou capitanear os votos dos outros dois candidatos e reverter os nulos em seu favor. A votação ocorrida no dia 17/01/2010 ratificou o favoritismo de Piñera, com a sua eleição no segundo turno para o cargo de presidente da República e marcou uma interrupção de vinte anos de governos da centro-esquerda (*Concertación*).

Tabela 9 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2009-2010

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	PIÑERA (RN)	%	FREI (PDC)	%
8.285.186	1.081.815	13,06	244.399	3,39	6.958.972	3.591.182	51,61	3.367.790	48,39

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Piñera é extenso e denso, porém, bem organizado e estruturado. O texto está dividido em uma introdução e quatro capítulos, que abordam os diversos temas esperados numa proposta de governo. No entanto, o grande quantitativo de conteúdo (disposto em 176 páginas) pode dificultar a compreensão de grande parte das propostas por uma parcela do eleitorado. Há a menção de que o documento foi produzido a partir do estudo de mais de 1.200 profissionais e técnicos, sob a supervisão de Piñera.

A programática assume claramente o compromisso de cumprir determinadas propostas não cumpridas de dois ex-presidentes da *Concertación* (Frei e Lagos). Diferentemente dos outros planos da direita chilena até então apresentados, o de Piñera (para a eleição de 2009) não apresenta nenhuma proposta de diminuição da máquina estatal. Pelo contrário, apresenta proposições em torno da criação de diversos órgãos públicos, a exemplo do *Ministerio del Desarrollo Social*, *Ministerio del Interior y Seguridad Pública*, e *Oficina Nacional de Innovación y el Emprendimiento*. Em relação ao tema, expõe que: “No somos partidarios de

reducir el tamaño del Estado. Sí somos partidarios de un «mejor Estado», que esté en condiciones de utilizar en forma más eficiente los cuantiosos recursos que los chilenos le delegamos para su manejo, y que superan un tercio de PIB” (PIÑERA, 2009, p. 16).

A privatização de empresas e bens aparece sob outros contornos. Prioriza-se a modalidade de concessão pública, e a “*modernización*” das empresas públicas a partir da conversão dessas instituições em sociedades anônimas, mantendo a propriedade majoritária estatal, mas o controle centralizado numa *holding* autônoma. No entanto, o plano foca nas concessões: “se extenderá la industria de las concesiones a otros sectores, como la construcción y operación de hospitales y establecimientos educacionales, además del transporte público, parques, plazas, centros de turismo, de deportes, de cultura y recreación, entre otros” (PIÑERA, 2009, p. 40). Por outro lado, é o primeiro plano da direita que afirma que as empresas de mineração (CODELCO e ENAMI) continuarão sob a propriedade estatal.

Outro diferencial da proposta de Piñera em relação às anteriores é a ausência de menção relativa à diminuição de impostos. Prevalece a manutenção de tributos no documento, tendo duas referências a esse respeito. De outro modo, prevalece a inclinação à liberdade de mercado em detrimento do controle estatal da economia e a indicação do desenvolvimento estatal a partir da iniciativa privada, embora o plano apresente políticas estatais nesse sentido. Outro ponto de inclinação do plano à direita se refere à preponderância de propostas referentes à criação de políticas em favor das empresas. Mas, diferentemente do plano de Piñera de 2005, constam propostas de políticas de distribuição de renda, inclusive, como já mencionado, com a criação do *Ministerio del Desarrollo Social* – nomenclatura e objetivos idênticos ao criado no Brasil anos antes no governo Lula, em 2004. Além disso, apesar de criticar a gestão econômica, elogia a política social levada a cabo no governo anterior: “Chile destaca favorablemente entre los países latinoamericanos en materia de protección social. La Presidenta Bachelet ha hecho un esfuerzo importante en esta materia, lo que reconocemos y valoramos. Sin embargo, creemos que todavía falta mucho por avanzar en la protección social” (PIÑERA, 2009, p. 62).

O plano apresenta um quantitativo maior de propostas de manutenção/aumento de direitos trabalhistas e previdenciários do que as de supressão. Diferente da programática de governo apresentada por Piñera para as eleições de 2005, esta expõe as mudanças na legislação trabalhista com muita sutileza, sempre tendo o cuidado de apresentar a vantagem para o trabalhador e para o país. Além disso, o programa de governo não apresenta nenhuma menção ao sistema de previdência por cotas individuais. A única questão apresentada sobre a previdência se refere à criação de benefícios para os militares. O maior ponto de inclinação do plano à esquerda origina-se no quantitativo proporcional de menções favoráveis à expansão do

Estado do bem-estar social. A grande parte dessas propostas se referem ao aperfeiçoamento e à ampliação da educação pública. O conteúdo mais significativo de limitação do Estado do bem-estar social se relaciona com as proposições de manutenção da saúde privada no país.

A programática apresenta um forte apelo ao empreendedorismo, ao individualismo, à meritocracia e à competição. Esse viés é transplantado, inclusive, para a educação de crianças e jovens: “En primer lugar, introduciremos en la educación de los niños y jóvenes chilenos el valor del espíritu innovador y emprendedor. Para ello se perfeccionarán los currículos, se capacitará a los profesores que dicten estos contenidos y se mejorarán los textos de estudio” (PIÑERA, 2009, p. 26). Em contrapartida, traz apenas uma menção quanto à solidariedade como lógica social.

A categoria que possui o maior conteúdo à direita engloba as menções relativas à manutenção da lei e da ordem pública. Nesse quesito, prevalece uma perspectiva reativa da segurança pública, semelhante aos planos de governo anteriores da direita. No entanto, chama a atenção ao grande quantitativo reservado – embora menor do que o correspondente à direita – para conteúdos identificados como liberdade civis e direitos humanos. O plano possui um grande foco na prevenção de crimes e reabilitação de presos (sobretudo os menores de idade) e de dependentes químicos (de forma voluntária). Bem como, traz medidas de cidadania visando a prevenção de delitos nos locais de alta incidência de violência e tráfico de drogas, como a construção de quadras esportivas, praças, bibliotecas, espaços públicos e a organização de atividades esportivas e culturais. Além disso, apresenta um capítulo somente para tratar de direitos humanos, sendo favorável ao avanço das comissões de verdade e reconciliação e de reparação das violações ocorridas durante a ditadura militar.

O plano propõe medidas em favor das *minorias* (exceto os indígenas) direcionada às mulheres, aos idosos e, especialmente, aos deficientes. Possui uma parte extensa de propostas para esse grupo. Seguindo a mesma linha do programa de governo publicado em 2005, a programática de Piñera traz uma quantidade considerável de conteúdo proporcional para formular propostas para a população indígena. Além da crítica direcionada à *Concertación* em relação ao trato com as populações originárias, apresenta medidas de cuidado e promoção a cultura e identidade indígena, assim como medidas para que essa população tenha acesso aos serviços e às assistências públicas franqueados ao restante da população. Propõe a criação de um órgão específico para os assuntos relacionados aos indígenas. Não constam menções contrárias às políticas favoráveis aos indígenas ou minorias.

A programática de governo apresenta uma perspectiva preponderante de inclinação favorável à democracia participativa, formulando proposta de criação de novas arenas de

participação popular. Esse predomínio aproxima o plano à esquerda. Por outro lado, o programa de governo é marcado por um viés conservador ao apresentar uma quantidade considerável de menções relativas a valores morais tradicionais, sem apresentar nenhuma referência que favoreça a diversidade cultural. O plano de Piñera é enfático ao reforçar a composição familiar apenas a partir da união entre homem e mulher: “Nuestro objetivo será fortalecer la familia y el matrimonio, que por esencia es la unión entre un hombre y una mujer que se complementan para formar un hogar. Esto constituye uno de los pilares de este programa [...]” (PIÑERA, 2009, p. 142).

Tabela 10 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (RN) – 2009-2010

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,53	Gestão estatal de empresas e bens	0,18	0,35
Livre mercado (desregulação)	0,46	Controle estatal da economia	0,02	0,44
Diminuição de impostos	0	Manutenção/aumento de impostos	0,04	-0,04
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,88	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	2,65	-1,77
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,2	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,19	0,01
Diminuição da máquina estatal	0	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,54	-0,54
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,15	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,21	-0,06
Políticas de incentivos a empresas	0,54	Políticas de distribuição de renda	0,24	0,3
Competição como a lógica da sociedade	0,36	Solidariedade como racionalidade social	0,01	0,35
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,78	-0,78
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,96	-0,96
Lei e ordem pública	0,93	Liberdades civis e direitos humanos	0,71	0,22
Moralidade tradicional	0,67	Diversidade cultural	0	0,67
Democracia liberal (formal)	0,35	Democracia participativa	0,63	-0,28
TOTAL	5,07	TOTAL	7,16	-2,09

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Piñera (2009).

O plano de governo de Piñera se torna a primeira proposta da direita chilena que se inclina à esquerda. Além do equilíbrio em diversas categorias, a expansão do Estado do bem-estar social se torna preponderante para situar o programa de governo nesse polo do espectro político-ideológico. Outras questões, também, possuem um peso nesse sentido, como as propostas favoráveis aos indígenas e às minorias e à democracia participativa. Assim como as medidas vinculadas ao aumento da máquina pública, que totalizam o maior conteúdo reservado para esse tema em todos os planos da direita. À exceção da diminuição de impostos, o plano mantém a mesma predominância dos conteúdos econômicos à direita, como na privatização de empresas e bens públicos, na desregulação da economia para a implantação (e avanço) do livre mercado, nas políticas de incentivo às empresas e no reconhecimento do setor privado como o

protagonista pelo desenvolvimento do país. Porém, o maior conteúdo apresentado à direita se refere à manutenção da lei e da ordem pública.

O governo de Piñera (2010-2014) ficou marcado pela retomada do crescimento econômico e pelas insatisfações sociais. Na sua gestão, a economia do Chile cresceu, em média, 5,3% por ano e, ao final do mandato, a taxa de desemprego estava em 6,9% e a inflação em 2,4%. Piñera também realizou ações para incentivar o empreendedorismo e a competitividade comercial, além de ter reduzido o valor de contribuição do *Sistema de Pensiones Solidarias* aos mais pobres para o acesso à saúde. Por outro lado, durante o seu mandato, houve um grande conflito com os (índios) *mapuches*, que desgastou a sua imagem nos primeiros anos de presidência. Além disso, ocorreram mobilizações de diversos setores sociais (com pautas bem variadas, incluindo a aprovação de uma nova constituição para o Chile) – organizadas fora do sistema político –, e as greves estudantis retornaram tendo, como a principal pauta, a mudança no sistema educacional chileno, cujas bases foram construídas no período da ditadura militar (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 36-37).

Além disso, o governo de Piñera não alterou a situação da desigualdade socioeconômica do Chile, que perdurou, no período, dentre as 25 nações mais desiguais do mundo. Outro fator relevante foi a alteração de algumas regras do sistema político, incluindo o fim do voto obrigatório, a inscrição eleitoral automática, a eleição direta para conselheiros regionais e a promulgação de uma lei que normatiza as primárias eleitorais. Por fim, no âmbito internacional, houve o aprofundamento de relações com países da América¹³⁸, Ásia e Europa, bem como sucederam disputas territoriais com Bolívia e Peru no Tribunal Internacional de Justiça (Haya) da ONU. Piñera terminou o seu mandato com uma aprovação de cerca de 50% da população (FERNÁNDEZ; RUBILAR, 2014, p. 36-37).

5.3.6 – Eleições de 2013 – Evelyn Matthei

Em 2011, houve uma paralisação geral da educação do país, além de vários protestos liderados pelos estudantes. Foi considerada uma das maiores mobilizações ocorrida no Chile desde a redemocratização. A principal reivindicação era a alteração do formato do sistema de educação chileno, cujas bases são oriundas da ditadura militar e prevê que a maior parte do custeio educacional é financiado pelos alunos/familiares. Além disso, ocorreram manifestações em diversas partes do país, sob reivindicações de pautas variadas. No mesmo ano, houve uma greve geral dos trabalhadores chilenos. O protagonismo e atuação dos estudantes se repetiu no

¹³⁸ Sobretudo, com a formalização do bloco comercial Aliança do Pacífico, constituído por Chile, Colômbia, México e Peru.

ano de 2012, assim como a ocorrência de protestos por outros setores da sociedade (CASTIGLIONI, 2014, p. 80).

No ano de 2012, ocorreram as eleições municipais. Os governistas, reunidos na Coalición (formada pelo RN, UDI e Independentes), tiveram um revés e perderam mais de 15% dos cargos de prefeitos que tinham a gestão. Enquanto a oposição, dividida na *Concertación Democrática* e na aliança *Por un Chile justo*, aumentou o número de prefeitos eleitos, e, também, assumiu a gestão de cidades populosas, consideradas estratégicas para o contexto eleitoral. A principal justificativa para o revés governista foi a baixa popularidade de Piñera nos dois primeiros anos de mandato. Um fato que chamou a atenção dessa eleição foi a alta abstenção nas urnas. Um pouco mais de 50% dos chilenos não compareceram para votar, no primeiro pleito eleitoral sob a vigência do voto facultativo. Em 2013, o assunto relacionado à elaboração de uma nova constituição ganha mais notoriedade, a partir da mobilização de sociedade em torno da construção de uma organização para representar essa demanda (CASTIGLIONI, 2014, p. 82-83).

A eleição presidencial de 2013 marcou o fim da *Concertación* enquanto coalisão político-partidária. No entanto, a maior parte do grupo que integrava esse bloco se uniu com outros partidos e movimentos de esquerda e centro-esquerda, consolidando a *Nueva Mayoría*, que lançou a ex-presidente Michele Bachelet (PS) como candidata à disputa presidencial, a partir da realização de prévias – organizada, pela primeira vez, pelo *Servicio Electoral de Chile*. A direita continuou organizada na *Alianza*, e, a fim de suceder Piñera, elegeu como representante Pablo Longueira (UDI). No entanto, menos de dois meses após ser escolhido, Longueira abandonou a campanha por motivos de saúde. Assim, Evelyn Matthei Fonet (UDI) foi nomeada para substituí-lo e ser a representante da *Alianza*. A coligação *Si tú quieres, Chile cambia*, de partidos de centro-esquerda (PRO e PL), lançou o ex-membro do PS e terceiro colocado nas eleições presidenciais de 2009-2010, Marco Enríquez-Ominami (PRO). Houve o lançamento de outras seis candidaturas, totalizando nove candidatos na disputa à presidência da República – maior número desde a redemocratização (CASTIGLIONI, 2014, p. 90-93).

Um dos principais temas da campanha eleitoral foi a educação. Os diversos protestos e paralisações ocorridos durante o governo Piñera fez com que a maior parte dos candidatos absorvessem, ao menos, parte das demandas apresentadas pelos estudantes, como fortalecimento da educação pública, restrições ao lucro das instituições privadas e gratuidade no sistema educacional (incluindo as universidades). Enquanto Bachelet se inclinou favoravelmente por essa última demanda, Evelyn Matthei foi contrária e propôs o aumento do número de bolsas para alunos mais pobres. O sistema de saúde também foi objeto de propostas

e debates pelos candidatos. Diferentemente de alguns outros candidatos, que previam a sua eliminação, Bachelet e Matthei somente propuseram alterações no sistema de saúde chileno, baseado na contribuição dos cidadãos (CASTIGLIONI, 2014).

No entanto, outros assuntos foram objeto de oposição entre as principais candidatas. Bachelet se demonstrou favorável à instalação de uma assembleia constituinte, para elaborar uma nova constituição. Já Matthei defendeu apenas uma reforma constitucional, que abarcasse, sobretudo, o sistema político. Em relação à pauta de costumes, a candidata da *Nueva Mayoría* manifestou a defesa da instituição de aborto em certas circunstâncias (risco de vida para a mãe, gravidez oriunda de violência sexual ou inviabilidade do desenvolvimento do feto), bem como quanto ao casamento de pessoas do mesmo sexo. A candidata da *Alianza* se demonstrou contrária a viabilização de qualquer tipo de aborto e contrária ao casamento que não seja heteronormativo. Matthei focou sua campanha na questão econômica e na segurança pública (CASTIGLIONI, 2014).

As pesquisas de intenção de voto apontaram a liderança de Bachelet desde o início da campanha eleitoral. No dia 17/11/2013, houve a votação do primeiro turno, ratificando o favoritismo da candidata da *Nueva Mayoría*, que obteve 46,7% dos votos válidos. A representante da *Alianza*, Evelyn Matthei, ficou em segundo lugar, com 25,03% dos votos válidos, seguida por Enríquez-Ominami (10,98%) e pelo independente identificado com a direita Franco Parisi (10,11%). A grande vantagem de Bachelet no primeiro turno, proporcionou que o segundo turno ocorresse sem fatos de grande relevância. De um modo em geral, as outras coligações e partidos decidiram não apoiar nenhuma das duas candidatas, liberando os militantes para decidir o voto. O segundo turno ocorreu no dia 15/12/2013, consolidando a vitória de Michele Bachelet para o segundo mandato como presidente da República. Por outro lado, a primeira eleição presidencial sem o voto obrigatório marcou uma abstenção recorde.

Tabela 11 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2013

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	BACHELET (PS)	%	MATTHEI (UDI)	%
13.573.143	7.875.619	58,02	115.639	2,02	5.581.885	3.470.055	62,17	2.111.830	37,83

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Evelyn é extenso, com boa apresentação visual, bem estruturado e de linguagem acessível. O documento está disposto em uma introdução (*Carta aberta a Chile y a los chilenos*) e oito capítulos (Saúde, Educação, Regionalização, Delinquência e Narcotráfico, Crescimento, Consumidores e Chile moderno), que englobam

uma diversidade de temas compatíveis com uma proposta de governo. O texto possui 146 páginas, incluindo algumas fotografias.

A categoria que demanda maior conteúdo no programa de governo é a relativa à expansão/manutenção do Estado do bem-estar social. Nessa parte, há uma grande quantidade de propostas em relação à saúde. Tanto quanto à expansão do sistema, como na melhoria da prestação dos serviços oferecidos. Outro tema que reserva bastante espaço na categoria é a educação. O plano trata da expansão do sistema de ensino público, aumento do valor despendido pelo poder público para as escolas subvencionadas e ensino superior público (de modo a diminuir o valor das mensalidades), aumento do número de bolsas e a melhoria da qualidade do ensino da educação básica até o ensino médio. Aborda, também, melhorias na educação superior, mas ressalta que o Estado: “[...] no puede ni debe asumir una responsabilidad sobre la cual no podrá responder, como es el aseguramiento de la calidad de la educación superior. Sin embargo, sí puede generar información e institucionalidad que permita el aseguramiento de ciertos estándares básicos” (MATTHEI, 2013, p. 47).

O plano apresenta um quantitativo considerável de políticas favoráveis às minorias. A maior parte das propostas se destinam às mulheres (especialmente, políticas de equidade de gênero), deficientes e idosos. A programática de Matthei avança em relação aos planos anteriores da *Alianza* ao abordar, ainda que de uma forma genérica, o respeito à diversidade e às minorias. No entanto, não discorre objetivamente sobre esses conceitos. Não adentra no que seriam essas diversidades e quais gêneros seriam objeto das políticas estatais. O programa de governo também traz diversas propostas em favor dos indígenas. As proposições orbitam no reconhecimento constitucional dos povos originários, no investimento na educação indígena, na declaração da região de Araucanía como multicultural, inclusive com a reconhecimento do *mapudungun* como idioma oficial dessa região e no reconhecimento da diversidade cultural. Não há menções contrárias às políticas em favor dos indígenas e minorias.

O plano de Matthei é o primeiro da *Alianza* que demanda conteúdo enquadrado como diversidade cultural. Trata-se de uma menção favorável à aprovação da lei que legaliza a união civil de casais não heteronormativos: “Fortalecer el proyecto de Acuerdo de Vida en Pareja. Consideramos importante que este proyecto se apruebe lo antes posible. Estimamos que el AVP no es meramente una comunidad de bienes, sino una expresión de familia.” (MATTHEI, 2013, p. 126). No entanto, as menções identificadas como moralidade tradicional se sobressaem no texto. Estas se referem ao papel da mulher, à questão de filho fora do casamento e à composição familiar.

Quebrando uma tendência observada desde o plano de Lavín (1999), no sentido de

manter uma inclinação à democracia participativa, na programática de governo de Matthei predominam as menções favoráveis à democracia procedimental. Ressalte-se que o plano se demonstra contrário à instituição de uma assembleia constituinte e tece elogios à constituição de 1980, sobretudo pelas reformas que ocorreram ao longo de duas décadas. Assim, propõe apenas alterações na carta magna vigente.

A manutenção da lei e da ordem é a segunda categoria que possui mais conteúdo proporcional empregado. O plano demanda um grande espaço para tratar da delinquência. Apresenta que os motivos para o aumento dos índices de criminalidade estão nas falhas no sistema judicial e no Ministério Público, nas leis penais benéficas, nas facilidades das leis de execução penal para a liberdade dos presos e pela falta de reabilitação. A perspectiva do programa de governo é reativa. Não traz muitas medidas de prevenção, de cidadania e de direitos humanos. Grande parte do conteúdo da categoria liberdades civis e direitos humanos se refere às menções que repudiam as violações cometidas durante a ditadura militar e a inclinação favorável à justiça, à verdade e à reparação em favor das vítimas (e familiares).

O plano evidencia a visão de que o desenvolvimento do país somente ocorre a partir do trabalho da iniciativa privada e que cabe ao Estado promover a desregulação e desburocratização de determinados setores para viabilizar o crescimento. A proposta traz uma parte específica para tratar da livre concorrência. Mantendo a perspectiva neoliberal, o plano prevê a privatização de bens e empresas públicas, tanto por meio de venda como pelas concessões. Bem como, apresenta uma parte considerável de propostas relativas ao incentivo às empresas, as quais se sobressaem, proporcionalmente, às políticas de distribuição de renda. A programática de governo não apresenta proposta favorável à diminuição de impostos. Pelo contrário, menciona a criação de um novo tributo para retirar 1% dos grandes projetos de investimento para aplicar em obras de desenvolvimento local. Além disso, as propostas de diminuição da máquina estatal superam, proporcionalmente, as relativas ao aumento da estrutura do Estado.

A programática de governo evoca diversas menções que denotam o empreendedorismo, o individualismo e a competição como racionalidade social. Por outro lado, não há nenhuma menção quanto à solidariedade como lógica da sociedade. O plano apresenta diversas propostas referentes à supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, as quais se sobressaem, proporcionalmente, em relação às de manutenção ou aumento. O programa de governo de Matthei aborda a questão dos sindicatos. Propõe que os dirigentes passem por uma capacitação. Chama a atenção que os valores citados para essa formação são mais vinculados à perspectiva empresarial do que a das instituições de representação dos trabalhadores. Propugna,

ainda, que haja a possibilidade de o salário do trabalhador ser variável de acordo com o desempenho financeiro da empresa. Defende o sistema de previdência social por cotas. Mas traz alguns dispositivos de aumento de direito, como o aumento da contribuição por parte do empregador de 10% para 14%, a fim de melhorar o valor das aposentadorias e a participação estatal no pagamento previdenciário dos aposentados que recebem um valor muito baixo.

O plano de governo apresenta muitas referências de práticas adotadas em países do Norte global, como os da Europa, do Japão e, sobretudo, dos Estados Unidos.

Tabela 12 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Matthei (UDI) – 2013

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,68	Gestão estatal de empresas e bens	0,03	0,65
Livre mercado (desregulação)	0,58	Controle estatal da economia	0	0,58
Diminuição de impostos	0	Manutenção/aumento de impostos	0,05	-0,05
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,63	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	4,44	-2,81
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,29	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0	0,29
Diminuição da máquina estatal	0,33	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,2	0,13
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	1,04	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,47	0,57
Políticas de incentivos a empresas	0,75	Políticas de distribuição de renda	0,16	0,59
Competição como a lógica da sociedade	0,29	Solidariedade como racionalidade social	0	0,29
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,64	-0,64
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,99	-0,99
Lei e ordem pública	2,59	Liberdades civis e direitos humanos	1,35	1,24
Moralidade tradicional	0,25	Diversidade cultural	0,04	0,21
Democracia liberal (formal)	0,78	Democracia participativa	0,23	0,55
TOTAL	9,21	TOTAL	8,6	0,61

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Matthei (2013).

O plano de governo de Matthei se situa à direita do espectro político-ideológico, em relação ao conteúdo analisado. A categoria relativa à manutenção da lei e da ordem pública é a que mais inclina o documento para a direita. O teor das propostas dessa temática é basicamente reativo. Três categorias econômicas também possuem um grande peso para o posicionamento ideológico do plano: a privatização de empresas e bens públicos, a desregulação do mercado e a proposição de políticas de incentivos às empresas. Chama a atenção o grande quantitativo proporcional de conteúdo reservado à democracia formal (procedimental), em detrimento da participativa. Por outro lado, a categoria que reserva o maior conteúdo proporcional se situa à esquerda. O plano apresenta muitas propostas de expansão do Estado do bem-estar social, com destaque para a educação e saúde. Além disso, o documento se inclina à esquerda na proposição de políticas favoráveis aos indígenas e às minorias. Por fim, assim como o plano de Piñera

(2010) não há proposta de diminuição de impostos e, sim, uma proposição relativa à criação de um novo tributo.

O segundo mandato de Michelle Bachelet (2014-2018) foi marcado pela tentativa de equacionar os efeitos das políticas neoliberais vigentes no país. Desse modo, ampliou os programas sociais de transferências de renda e assistenciais aos mais pobres. Realizou uma reforma tributária ampla, na qual houve um aumento gradual de impostos das empresas e a diminuição do imposto de renda da classe média, além de mecanismos visando ao combate da evasão fiscal. Um dos objetivos dessa reforma foi aumentar o financiamento da educação e melhorar a distribuição da renda. Bachelet também realizou uma ampla reforma do sistema educacional, tendo como principal ponto o fim do lucro para os colégios privados que queiram continuar recebendo subvenções estatais¹³⁹. Também instalou um processo prévio para a realização de uma constituinte – com a participação popular –, cujo resultado (*Bases ciudadanas para la nueva Constitución*¹⁴⁰) foi entregue ao *Congreso Nacional* no final de seu mandato. Bem como, realizou uma reforma do sistema eleitoral, que trouxe o fim do sistema eleitoral binomial (ÁLVAREZ, 2020, p. 78-79).

Por outro lado, em relação ao governo anterior, a gestão da socialista teve um baixo crescimento econômico (média de cerca de 1,8% ao ano), queda no volume de investimentos estrangeiros e o desemprego e a inflação apresentando leve alta. Michele Bachelet terminou o mandato com um baixo nível de aprovação¹⁴¹ e, apesar de algumas medidas adotadas quanto ao modelo vigente, não conseguiu cumprir a promessa de reformular com profundidade uma parte considerável dos nichos neoliberais (ÁLVAREZ, 2020, p. 24-68).

5.3.7 – Eleições de 2017 – Sebastián Piñera

Casos de corrupção em envolvendo o governo Bachelet pautaram os noticiários nos anos de 2015 e 2016. No ano de 2015, houve a aprovação da reforma do sistema educacional. No entanto, por mais que fosse considerado um grande avanço, houve diversas manifestações estudantis, com uma forte repressão policial. Além disso, ocorreu uma greve geral dos professores. As mobilizações estudantis se repetiram no ano seguinte. Em 2016, houve uma greve nacional pelo descontentamento em relação ao texto aprovado para a reforma trabalhista,

¹³⁹ Assim, as escolas que quisessem continuar a receber benefícios do Estado, deveriam ser convertidas em instituições sem fins lucrativos.

¹⁴⁰ A qual propunha a inclusão de direitos e valores fundamentais, como, a dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade e o respeito dos direitos fundamentais de todos os seres humanos. Além disso, o esboço reconheceu os povos indígenas chilenos, dando-lhes, inclusive, o direito a contar com representação parlamentar no Congresso Nacional.

¹⁴¹ Com apenas 39%, segundo o instituto ADIMARK.

que, *a priori*, foi pautada pelo governo para beneficiar os trabalhadores. Ocorreram também várias manifestações contrárias ao sistema de previdência privada, sobretudo pelo baixo valor recebido nas aposentadorias (ÁLVAREZ, 2020).

No ano de 2016, sucederam as eleições municipais de 2016. As eleições tiveram, como maior vencedor, a coligação de centro-direita *Chile Vamos* (UDI, RN, *Evolución Política* e *Partido Regionalista Independiente*), que elegeu 145 prefeitos. Enquanto a *Nueva Mayoría*, principal coligação da centro-esquerda, obteve 141 prefeituras. Contudo, esse sufrágio foi marcado pelo número recorde de abstenção. Apenas cerca de 35% dos eleitores foram às urnas. Durante esse período e o ano de 2017 restou evidente o desejo de grande parte dos chilenos em construir uma nova constituição (ÁLVAREZ, 2020).

Após a realização de primárias organizadas pelo SERVEL, a *Nueva Mayoría* (sob o nome alterado para a *La Fuerza de la Mayoría*) elegeu o senador independente Alejandro Guillier como o representante da coalizão. O PDC que já estava em dissonância com o governo Bachelet, depois do resultado das primárias, resolveu lançar uma candidata própria, a senadora Carolina Goic (PDC) – fato inédito desde a redemocratização chilena em 1990. A coligação *Chile Vamos*, após as primárias, lançou Sebastián Piñera para a disputa. O ex-presidente da República se apresentou desvinculado de um partido político para as eleições. A *Frente Amplio*, conformada por partidos e movimentos políticos identificados com a esquerda¹⁴² (incluindo dissidentes da *Nueva Mayoría*), apresentou a candidata independente Beatriz Sánchez para a eleição presidencial. Além desses quatro candidatos, houve a participação de outros três concorrentes identificados com a esquerda e um com a (extrema) direita (José Antonio Kast).

As primeiras pesquisas de intenção de voto realizadas em 2017 indicavam que as eleições continuariam polarizadas entre as duas principais coligações (*Chile Vamos* e *La Fuerza de la Mayoría*), tendo Sebastián Piñera a maior preferência de votos. No entanto, Beatriz Sánchez demonstrou uma rápida ascensão nas intenções de voto, oscilando a segunda posição com Guillier. A campanha eleitoral ocorreu num clima de desgaste político e sinais de recessão econômica. Mesmo com a baixa aprovação de Bachelet, Guillier se apresentava como um continuador das reformas iniciadas no governo da *socialista*. Nesse sentido, propunha novas medidas para a educação chilena, como aumentar a parcela de educação gratuita, a instalação de uma constituinte e um avanço na descentralização em favor das regiões e municípios. Além disso, focou a campanha na geração de empregos, a partir de investimentos públicos e uma

¹⁴² *Izquierda Autónoma, Poder Ciudadano, Izquierda Libertaria, Movimiento Autonomista, Nueva Democracia, Movimiento Democrático Progresista, Partido Igualdad, Partido Humanista, Partido Pirata e Partido Liberal.*

reforma do sistema previdenciário, de modo que o Estado atuasse junto com o setor privado (CRUZ, VARETTO, 2019, p. 240-242).

Por outro lado, a campanha de Piñera se baseou no retorno do crescimento econômico do país. O candidato do *Chile Vamos* imputou o mal desempenho econômico às reformas adotadas no governo Bachelet. Piñera propôs alteração na legislação educacional, de modo a aumentar o acesso às universidades, por meio de bolsas, de financiamento estatal e, também, em alguns casos, pela gratuidade, bem como no sistema previdenciário (aumento gradual das aposentadorias e acréscimo de recursos estatais para essa finalidade) (CRUZ, VARETTO, 2019, p. 243).

A votação do primeiro turno¹⁴³ ocorreu no dia 19/11/2017, tendo Piñera recebido 36,64% dos votos válidos. Guillier ficou em segundo lugar, com 22,70% dos votos válidos, seguido por Sánchez (20,27%), Kast (7,73%), Goic (5,88%) e Enríquez-Ominami (5,71%). Para o segundo turno, Piñera recebeu o apoio oficial apenas de Kast, que se candidatou de forma independente. Enquanto Guillier, oficialmente, teve o apoio do PDC de Goic e da coligação *Por Todo Chile* (de Enríquez-Ominami e Alejandro Navarro). A *Frente Amplio* decidiu não apoiar nenhum candidato. No entanto, Sánchez declarou publicamente o seu voto para Guillier. O sufrágio do segundo turno ocorreu no dia 17/12/2017. Confirmando as pesquisas de intenção de voto, Piñera foi eleito, pela segunda vez, presidente da República do Chile.

Tabela 13 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2017

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	PIÑERA (IND.)	%	GUILLIER (IND.)	%
14.347.288	7.314.765	50,98	76.042	1,08	6.956.481	3.796.579	54,58	3.159.903	45,42

Fonte: SERVEL (2022).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo apresentado por Piñera é extenso, bem organizado e possui uma boa apresentação visual. O programa principal está disposto em 194 páginas. No entanto, Piñera apresentou outro documento de 24 páginas, contendo o resumo das principais propostas, visando ampliar a difusão das suas propostas ao eleitorado. A plano completo – objeto de análise neste trabalho – está dividido em uma introdução, que possui três subdivisões (uma carta de Piñera para os chilenos, uma parte destinada às famílias e as principais bases do programa de governo) e outra seção relativa às propostas, disposta em quatro grandes temas e uma carta de Cecilia Morel, esposa de Piñera. Há uma menção de que o plano de governo foi elaborado por mais de 1000 especialistas em todas as áreas, além de absorver milhares de sugestões que foram encaminhadas pelos cidadãos.

¹⁴³ Pela primeira vez, os cidadãos chilenos que estavam fora do país puderam votar para presidente da República.

O programa de governo de Piñera (2017) é o único plano da direita chilena que apresenta muitas referências quanto à solidariedade como racionalidade social. Por mais que o plano não abandone muitas questões em torno do individualismo, da competição, da meritocracia e do empreendedorismo (preconiza o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no país), demanda mais conteúdo proporcional para tratar da solidariedade do que dessas outras temáticas. Contudo, em determinadas menções, a solidariedade é vista como um meio de apoio a outras pessoas visando à aquisição de certas capacidades, para que estas, por si sós, avancem nos projetos de vida.

O plano se destaca pelo grande quantitativo de propostas destinadas às minorias. A maior parte das menções se referem a políticas destinadas às mulheres (igualdade na sociedade e de proteção) e às pessoas com deficiência. Em contrapartida, manifesta repúdio à postura da *Nueva Mayoría* ao escutar as vozes da “*minoría ruidosa y radicalizada*” e implementar medidas que não têm o apoio da maioria da população. Além disso, reserva uma parte extensa para tratar da questão indígena. Aborda a necessidade de reparações históricas aos povos originários. E assume que o Estado ocupou as terras indígenas (em Araucanía) desde a segunda metade do século XIX e isso causou um problema que segue até os dias atuais. Por outro lado, é o primeiro programa de governo da direita que apresenta referências contrárias às políticas em favor dos indígenas. Propõe que os *mapuches* possam vender ou negociar as suas terras e que possa haver parcerias entre o poder privado e as comunidades indígenas para desenvolver projetos econômicos. Nesse sentido, propugna a retirada da proteção estatal, a fim de liberar o poderio financeiro para atuar diretamente nas áreas indígenas.

A categoria que mais demanda conteúdo e a que mais inclina o plano de governo à esquerda é a relativa à expansão do Estado do bem-estar social. A parte reservada ao sistema de saúde possui um grande destaque e espaço de conteúdo. O plano apresenta diversas propostas de melhorias para a saúde. No entanto, não trata de mudança na dinâmica do sistema em si. Isto é, continua a base do sistema fundamentado na contribuição dos usuários ao seguro saúde e aos hospitais (ISAPRES, AUGE, FONASA etc.), exceto para os casos de pobreza. Outro tema de peso no documento é a educação. Há diversas propostas da ampliação dos casos de gratuidade da educação, de bolsas e da subvenção por parte do Estado. Contudo, não há proposições relativas à mudança do formato dos sistema de educação chileno, instituído no período da ditadura militar.

O quarto ponto em que predomina uma inclinação à esquerda se refere à manutenção ou aumento da máquina estatal. Seguindo uma postura parecida ao plano de governo de Piñera vitorioso (2009-2010), o programa de governo apresentado em 2017 propõe a criação de novos

órgãos públicos. Em relação à diminuição da máquina estatal, aborda a questão com sutileza. Propugna que, em determinadas áreas, a atuação do Estado seja menor, com a correspondente assunção das responsabilidades pela sociedade civil.

Em relação à privatização de bens e empresas públicas, o direcionamento do plano é outro. Prevalece a postura de venda e concessões de ativos e serviços. Chama a atenção que, em muitos momentos, a programática trata das obras de infraestrutura, mas, diferentemente dos outros planos da direita, não menciona se serão custeadas a partir das finanças públicas ou por meio de concessão à iniciativa privada. Prevalece no plano as políticas de livre mercado em detrimento das relativas ao controle estatal da economia. Desse modo, há a menção de que cabe ao Estado agir para propiciar a livre concorrência. A proposta defende as políticas macroeconômicas de cunho neoliberal, difundidas pelo FMI, quanto ao estrito cumprimento da responsabilidade fiscal, da geração de *superavit* primário e da diminuição da dívida pública. Por outro lado, há uma menção de controle da economia, na proposição de “Regular los mercados de economía colaborativa para facilitar la adecuada operación de sus plataformas” (PIÑERA, 2017, p. 42).

O plano preconiza que o desenvolvimento nacional surge a partir da geração de riquezas produzidas pelo setor privado. A partir disso, surge a possibilidade de se gerar recursos para as políticas públicas que fomentem a solidariedade social, a inclusão e a igualdade de oportunidades. Prevalece ainda as propostas de diminuição de impostos em relação às de manutenção ou aumento de tributos, bem como as políticas de incentivos às empresas em detrimento às de distribuição de renda. Sobre essa categoria, o programa de governo apresenta proposta de criação de novo programa de transferência de renda, visando retirar as famílias da situação de pobreza financeira. Além da pobreza, o plano apresenta o objetivo de diminuir a desigualdade social.

O documento traz uma prevalência, proporcional, de medidas favoráveis à supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. Os principais pontos são relativos ao tema do trabalho. Nesse sentido, trata como “modernização” as alterações na legislação trabalhista. Propõe a negociação individual do trabalhador com o empregador; contrato diferenciado para teletrabalho; alteração do pagamento do empregado para “hora” ao invés de “mês”; alteração na lei de greves, para que quem não queira participar possa trabalhar. Quanto à previdência, apresenta uma demanda crítica da população em relação às *Administradoras de Fondos de Pensiones* – AFPs. No entanto, não propõe nenhuma mudança na gestão privada da aposentadoria, tampouco aborda o tema. Apenas traz propostas quanto à benefícios paliativos dentro do atual sistema de AFPs.

O plano menciona que a questão de segurança cidadã prioridade no governo. Apresenta propostas de prevenção e reabilitação de presos. Mas sobressaem as medidas reativas, como o combate ao crime organizado, tráfico de drogas e roubos, fortalecimento da polícia, ampliação da abrangência da lei antiterrorista, alteração no Código Penal e no Código de Processo Penal. Propõe, ainda, regular e criminalizar práticas ocorridas na *internet*. Mesmo 27 anos após a redemocratização, o contexto da ditadura militar, ainda, pauta a política chilena. O documento menciona a perda da liberdade e as violações ocorridas na gestão Pinochet como algo negativo.

A programática de governo de Piñera possui diversas menções relativas à moralidade tradicional e nenhuma identificada como diversidade cultural. Os valores morais são expressos, principalmente, nas diversas menções de família, que presumem a configuração tradicional judaico-cristã. Nesse sentido, o plano apresenta menções ao cristianismo, bem como proposta no sentido de incluir as instituições religiosas nos conselhos públicos: “Incorporar a las organizaciones religiosas en los Consejos de la Sociedad Civil de las instituciones relacionadas con materias de su interés, tales como la Secretaría General de la Presidencia, SENAMA, SENDA, Gendarmería, INJUV, entre otros” (PIÑERA, 2017, p. 172). O documento apresenta um conteúdo de menções referentes à democracia procedimental em quantitativo proporcional maior do que a participativa. Ratificando essa mudança de postura observada no plano de Matthei (2013).

O plano se manifesta contra uma nova constituição, somente a favor de ajustes na constituição de 1980, promulgada durante a ditadura militar:

Es por eso que el camino para seguir la senda de perfeccionamiento de nuestro texto constitucional no es el de la ruptura, sino el de la reforma progresiva que reconoce las bases fundamentales de un texto perfectible sobre el cual se ha construido un camino que ha generado desarrollo social para nuestro país. Esta visión contrasta con la que ha elegido el actual Gobierno, cuyo planteamiento constitucional ha sido poco respetuoso de la institucionalidad, errático y carente de consensos (PIÑERA, 2017, p. 145).

Tabela 14 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Piñera (Ind.) – 2017

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,19	Gestão estatal de empresas e bens	0	0,19
Livre mercado (desregulação)	0,36	Controle estatal da economia	0,02	0,34
Diminuição de impostos	0,09	Manutenção/aumento de impostos	0,03	0,06
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,46	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	2,09	-1,63
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,22	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,06	0,16
Diminuição da máquina estatal	0,13	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,37	-0,24
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,77	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,33	0,44
Políticas de incentivos a empresas	0,29	Políticas de distribuição de renda	0,12	0,17
Competição como a lógica da sociedade	0,19	Solidariedade como racionalidade social	0,3	-0,11
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0,07	Políticas favoráveis aos indígenas	0,51	-0,44
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0,14	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	1,58	-1,44
Lei e ordem pública	1,58	Liberdades civis e direitos humanos	1,09	0,49
Moralidade tradicional	0,79	Diversidade cultural	0	0,79
Democracia liberal (formal)	0,3	Democracia participativa	0,14	0,16
TOTAL	5,58	TOTAL	6,64	-1,06

Fonte: Elaboração do autor a partir do plano de governo de Piñera (2017).

Observa-se uma inclinação do plano de governo de Piñera à esquerda. As temáticas que mais pesaram nesse posicionamento foram a expansão do Estado do bem-estar social, as políticas favoráveis às minorias e aos indígenas, o aumento/manutenção da máquina estatal e a inédita prevalência da solidariedade como lógica racional em detrimento da competição e do individualismo. Por outro lado, mantém as diretrizes econômicas próximas aos postulados neoliberais ao priorizar a venda e a concessão de ativos/serviços estatais, a redução de impostos, a desregulação do mercado, o desenvolvimento nacional a partir da iniciativa privada e as políticas de incentivos ao capital privado. O plano traz, ainda, uma prevalência de propostas de supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. As medidas em relação à manutenção da lei e da ordem pública se sobressaem. Mas ressalta-se o considerável espaço de conteúdo reservado para tratar das liberdades civis e direitos humanos. A programática de Piñera é a que mais demandou espaço proporcional para tratar da moralidade tradicional, desde o plano de Arturo Bessa (1994). Além disso, reafirma uma mudança de postura ocorrida no plano de Matthei (2014) ao prevalecer a democracia procedimental em detrimento da participativa.

5.4 – Comparação dos planos de governo chileno

A análise dos planos de governos dos principais candidatos da direita chilena permitiu observar determinadas regularidades, proximidades e afastamentos quanto aos conteúdos categorizados.

A maior parte das categorias predominantemente econômicas possuem um conteúdo marcadamente à direita. De uma maneira em geral, a desregulação da economia, visando propiciar um livre mercado em detrimento do controle estatal da economia, é a relação de categorias (econômicas) que mais possui mais espaço nos planos de governo analisados. Contudo, observa-se que, desde 1989 até 2017, o assunto vai perdendo espaço eleição após eleição. Outras temáticas, dessa esfera, que possuem uma coesão em todas as propostas são as políticas de incentivos às empresas em relação às políticas de distribuição de renda e o posicionamento quanto ao protagonismo do desenvolvimento nacional a cargo da iniciativa privada em desfavor do poder público.

Quanto à primeira relação das categorias, não se observa uma regularidade na disposição do conteúdo ao longo do tempo. Alessandri/93, Matthei/13 e Büchi/89 são, respectivamente, os três que mais dedicam espaço para tratar do assunto. Chama a atenção de que os três planos de governo apresentado por Piñera são os que menos versam sobre a matéria (nessa ordem: 2005, 2009 e 2017). Em relação ao segundo resultado das categorias, verifica-se um forte indicativo da relevância das empresas no desenvolvimento do país nos três primeiros planos de governo (1989, 1993 e 1999) e uma retomada considerável da questão no plano de governo de Matthei (2013). Mais uma vez, as programáticas de governo de Piñera são as que menos tratam do tema (nessa ordem: 2005¹⁴⁴, 2009 e 2017). Mesmo assim, essa é a segunda relação de categorias (econômicas) que mais demanda conteúdo nos planos de governo da direita chilena.

A priorização da privatização de bens e empresas públicas em detrimento da gestão estatal de ativos é a segunda relação de categorias (econômicas) que mais demanda espaço nos planos da direita chilena. Somente a proposta de Büchi/89 possui um conteúdo proporcional que predomina o controle estatal de bens e empresas. Todos os outros planos posteriores evidenciam o oposto, sendo, respectivamente, o de Alessandri/93, de Matthei/13 e de Lavín /99 os que mais reservam espaço para a questão. A diminuição de impostos em relação ao aumento de tributos é prevalente em cinco propostas de governo, com exceção nas de Piñera/09 e Matthei/13.

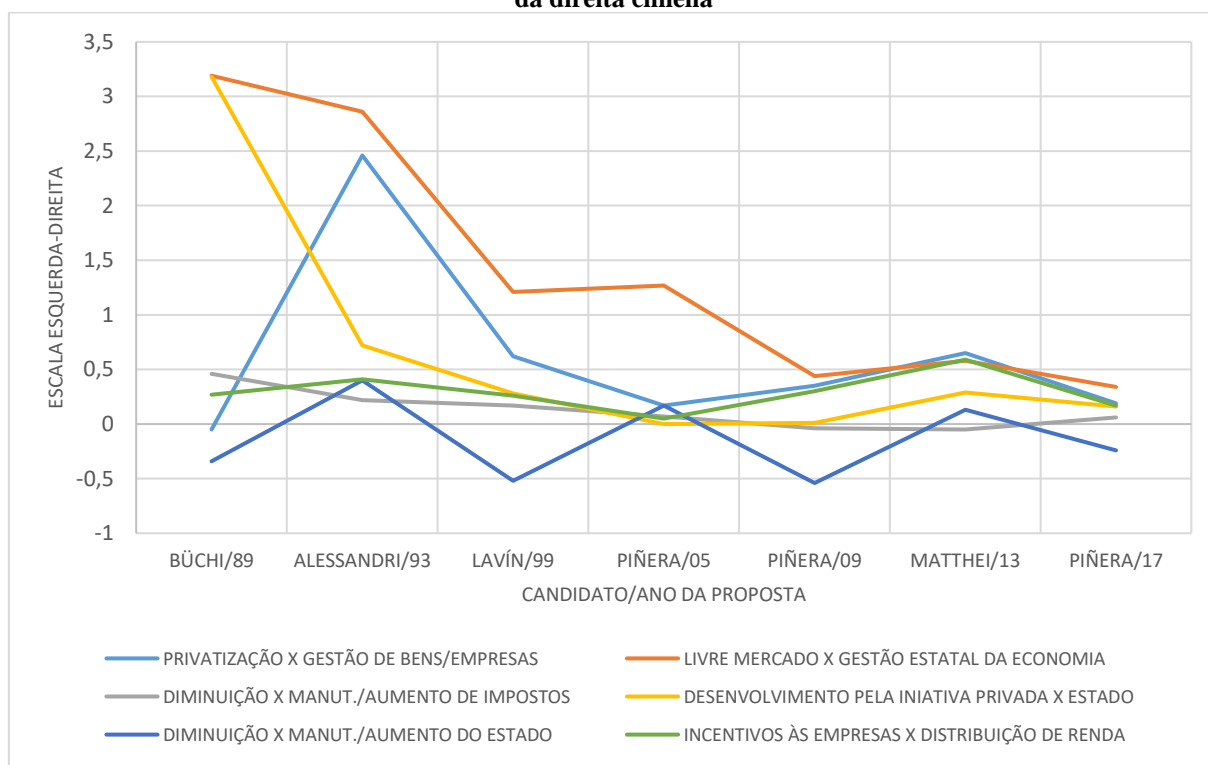
A única relação de categorias que possui uma diferença de postura dos candidatos da direita é quanto ao aumento/manutenção ou diminuição da máquina estatal. Quatro propostas apresentam uma inclinação ao aumento/manutenção (Büchi/89, Lavín/99, Piñera/09 e Piñera/17), e três em favor da diminuição (Alessandri/93, Piñera/05 e Matthei/13). No caso de

¹⁴⁴ No plano de governo de 2005, Piñera não fez nenhuma menção em relação ao protagonismo do desenvolvimento nacional (nem para iniciativa privada e nem para o poder público).

Büchi/89 há a predominância de criação de novos órgãos públicos, maioritariamente, pela necessidade de se instituir novamente um poder judiciário no país no contexto pós-ditadura. Desse modo, as menções nesse documento tratam, basicamente, dessa necessidade. Em relação aos dois planos de Piñera (2009 e 2017) – que são, inclusive, os que o levaram à situação de eleito – há uma prevalência da criação de diversos órgãos públicos, com destaque para órgãos voltados à questão social, à segurança pública e aos indígenas. Assim, como o de Lavín/99, que visa dotar o Estado de capacidade reativa num contexto de crise socioeconômica (agravada pela crise asiática de 1997 e russa de 1998).

De uma forma geral, os planos de governo apresentados pela direita chilena possuem uma predominância dos postulados neoliberais. Por mais que o Chile seja considerado o berço do neoliberalismo prático, determinadas questões parecem não estar ainda findadas, como a abertura completa do mercado e a venda/concessão de ativos e serviços estatais. Além disso, resta evidente o protagonismo da iniciativa privada e o papel secundário do Estado na economia e no desenvolvimento nacional. Contudo, são os dois programas de governo eleitos (Piñera/09 e Piñera/17) que mais se aproximam do centro em todas as questões econômicas, o que pode evidenciar um rechaço da população no que diz respeito ao avanço das políticas neoliberais.

Gráfico 1 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas dos planos de governo da direita chilena



Fonte: Elaboração do autor.

Na relação das categorias predominantemente de cunho social, observa-se um mesmo posicionamento em três temas. A prevalência da manutenção da lei e da ordem em detrimento das liberdades civis e dos direitos humanos é a relação que mais aproxima os planos analisados à direita. De uma maneira em geral, evoca-se um papel reativo do Estado e se torna comum as proposições de endurecimento das leis penal e de execução de penas. Os planos que reservam o maior conteúdo proporcional para tratar do assunto são, respectivamente, o de Piñera/09, Alessandri/93 e Matthei/13. Uma segunda predominância já abordada no bloco de categorias econômicas, é em relação às políticas de incentivos às empresas em relação às de distribuição de renda. Todos os programas de governo analisados possuem essa postura, sendo, respectivamente, a propostas de Matthei/13, Alessandri/93 e Piñera/09 as que mais reservaram conteúdo para versar sobre a matéria.

O terceiro posicionamento prevalente nos planos de governo analisados é a predominância de conteúdo relativo à moralidade tradicional em desfavor da diversidade cultural. Apenas a proposta de Matthei/13 apresenta (uma única) menção referente à diversidade cultural. Todos as outras propostas não trazem nenhuma menção que se encaixe nessa categoria. Os valores morais tiveram o seu ápice nos planos de Alessandri/93 e Büchi/89, respectivamente. Contudo, mesmo perdendo proporcionalidade nas propostas ao longo do tempo, continua presente e relevante nos programas de governo. Nesse sentido, ressalte-se que a programática vitoriosa de Piñera/17 é a terceira que mais aborda o assunto. Ademais, é a segunda relação de categorias que mais posiciona os planos analisados à direita.

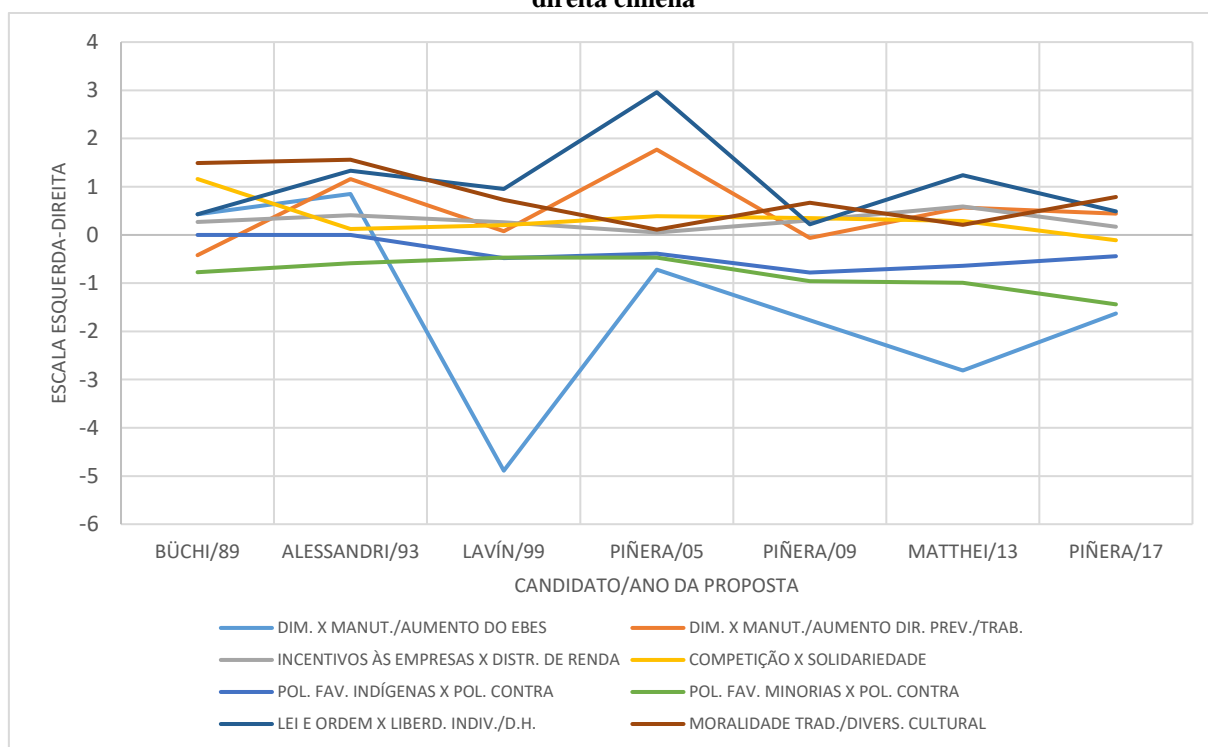
A categoria que envolve as ideias em torno da competição, do individualismo, da meritocracia e do empreendedorismo, também, possui um predomínio nos planos da direita. Somente a proposta de Piñera/17 prioriza as menções quanto à solidariedade como lógica social em relação a aquelas. Essas quatro perspectivas se conectam bastante com a racionalidade neoliberal. Por essa razão, estão tão presentes nos planos de governo da direita chilena. Também atrelado ao neoliberalismo, observa-se uma prevalência da supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. Apenas os planos de Büchi/89 e Piñera/09 possuem mais propostas de aumento e manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários do que o contrário. Nos outros cinco prevalece a diminuição de direitos, sendo, respectivamente, o de Piñera/05, Alessandri/93 e Matthei/13 os que mais avançam à direita.

Observa-se uma mudança de postura da direita chilena quanto ao Estado do bem-estar social – EBES. Os planos de Büchi/89 e Alessandri/93 são marcados pela predominância da diminuição do EBES. Contudo, a partir da proposta de Lavín/99, há uma guinada para a prevalência do aumento e manutenção do EBES. Inclusive, o programa de governo de Lavín/99

é o que mais reserva conteúdo para tratar do tema. Cabe ressaltar que a sua proposta foi elaborada num contexto de grave crise socioeconômica, sobretudo por fatores externos: a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998. Além disso, não se pode minimizar o efeito das políticas sociais implantadas durante as gestões da *Concertación/Nueva Mayoría*, que incluíram parte do EBES para a sociedade chilena, sobretudo para fazer frente aos efeitos perversos do neoliberalismo. A relação entre as categorias do EBES, mesmo não sendo unânime dentre as propostas, é o maior ponto de inclinação dos programas de governo analisados à esquerda.

A proposição de políticas em favor das minorias e dos indígenas são duas categorias que possuem uma total inclinação à esquerda (ou à neutralidade). Todos os planos analisados predominam as propostas favoráveis às minorias. Observa-se um aumento proporcional de conteúdo reservado para o tema ao longo do tempo. Os planos que mais demandam espaço para a matéria são Piñera/09, Matthei/13 e Piñera/17. Por outro lado, a amplitude abordada em minorias pelos programas de governo da direita chilena é limitada. Trata-se, basicamente, de proposições destinadas às mulheres, aos deficientes e aos idosos. A segunda relação de categorias se refere às políticas direcionadas aos indígenas. Exceto os programas de governo de Büchi/89 e Alessandri/93, que não abordam o assunto, os outros cinco versam sobre a matéria, sendo, respectivamente, o de Piñera/09, Matthei/13 e Lavín/99 os que mais reservam espaço para essas propostas.

Gráfico 2 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais dos planos de governo da direita chilena

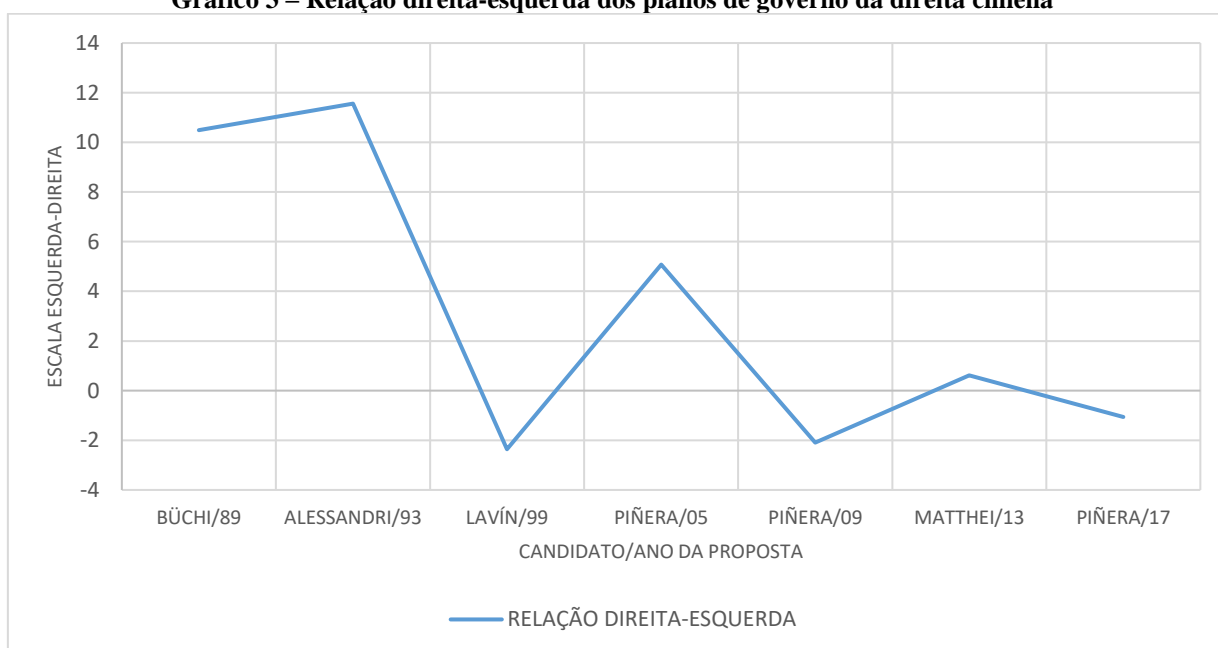


Fonte: Elaboração do autor.

A partir dos resultados das análises dos sete planos de governo objeto do presente estudo, observa-se que quatro deles empregaram mais conteúdo identificado com a direita, situando-os nessa posição do *continuum*. Dentre os que se enquadram nessa situação, chama a atenção para as propostas de Büchi/89 e Alessandri/93, lançadas nos dois pleitos após a redemocratização, que se posicionam consideravelmente mais à direita do as outras duas (Piñera/05 e Matthei/13). Além da identificação da coligação de ambos com o ditador Pinochet (inclusive Büchi foi seu ministro), há que se ressaltar que os dois programas de governo perderam no primeiro turno. A situação das programáticas de Piñera/05 e de Matthei/13 não foi tão diferente. Ambas alcançaram a disputa para o segundo turno, mas a opositora da esquerda teve, nas duas ocasiões, mais de 45% dos votos válidos no primeiro turno. O livre mercado, seguido pela manutenção da lei e da ordem pública, são as categorias que mais atribuem conteúdo dos sete planos analisados à direita.

Dos três planos de governo que se situaram mais à esquerda, dois foram eleitos no segundo turno (Piñera/09 e Piñera/17). O terceiro (Lavín/99), que trata da proposta dentre as analisadas que mais se inclina à esquerda, ficou em segundo lugar no primeiro turno da eleição de 1999-2000, por uma diferença de apenas 0,44% dos votos válidos, e perdeu para o representante da esquerda, na eleição mais disputada da história pós-redemocratização chilena, por apenas 2,62% dos votos válidos. Em todos os casos, a categoria que trouxe um maior peso para os planos de governo se posicionarem à esquerda foi o aumento e manutenção do Estado do bem-estar social.

Gráfico 3 – Relação direita-esquerda dos planos de governo da direita chilena



Fonte: Elaboração do autor.

6 – ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO DAS DIREITAS BRASILEIRA

Em quase trinta anos, desde a redemocratização, o Brasil teve oito eleições presidenciais diretas. Cada contexto eleitoral foi caracterizado por suas particularidades, tanto em relação aos candidatos e aos partidos na disputa, como pelo contexto socioeconômico do país. A eleição de 1989 marca o estabelecimento da apresentação de planos de governo pelos postulantes à presidência da República. Nessa eleição, a maior parte dos principais candidatos na competição eleitoral oficializaram suas propostas por meio de programas de governo, exceto o ganhador da disputa, Fernando Collor de Melo. Contudo, tal fato não se repetiu nas eleições seguintes, tornando os planos de governo um elemento indispensável para uma candidatura presidencial.

Esse capítulo tem como objetivo principal analisar os planos de governo dos candidatos identificados com a direita e que foram mais votados em cada eleição presidencial do Brasil, desde a redemocratização até 2018, utilizando-se, como referência, as categorias analíticas distintivas de direita e esquerda, com a finalidade de observar o posicionamento ideológico da direita brasileira a cada pleito, comparando os resultados.

O capítulo se divide em três partes. A primeira apresenta um breve contexto do país durante a ruptura democrática, após o golpe militar ocorrido em 1964 e o retorno à democracia em 1985. A segunda parte desenvolve a análise de conteúdo dos planos de governo dos principais candidatos da direita brasileira, no período de 1989 até 2018, apresentando, em cada contexto eleitoral, a conjuntura interna e externa do país, o cenário da disputa eleitoral, o resumo dos dados eleitorais, a análise acerca do respectivo plano de governo, o resultado quantitativo da análise do programa de governo e as principais observações sobre o correspondente documento. O último tópico realiza uma comparação do resultado de todos os planos de governo analisados, apresentando os principais pontos de proximidade, de regularidade e de afastamento dentre os documentos examinados.

6.1 – A ditadura militar

A tomada de poder por parte das Forças Armadas foi precedida de alguns fatores que contribuíram para a ação. Primeiramente, cabe lembrar que, no contexto da guerra fria, os Estados Unidos intervinha, articulava e patrocinava ações para combater as ideias alinhadas

com o bloco soviético, de modo a manter os países sob a sua influência dentro do bloco capitalista. No cenário nacional, Jânio Quadros renunciou à presidência da República em 1961, assumindo o então vice-presidente João Goulart. Ocorre que, nas eleições de 1960, a escolha para o cargo de presidente era distinta para o de vice. Desse modo, João Goulart possuía um plano de governo oposto ao de Jânio, sendo marcado pela prevalência de reformas de bases, incluindo a agrária, o que acirrou os ânimos de muitos latifundiários, empresários e parlamentares. Além disso, mesmo com a ingerência desse grupo, juntamente com a dos militares, para que não assumisse a presidência da República, Jango saiu vitorioso após a vitória do plebiscito para o retorno do presidencialismo. Há que se considerar, também, a vitória expressiva do bloco de esquerda nas eleições regionais de 1962 (TEIXEIRA DA SILVA, 2020a, p. 360-361).

No dia 1º/04/1964, o golpe de Estado foi sacramentado com a deposição do presidente João Goulart, contando com o pleno apoio do Congresso Nacional e da imprensa de grande alcance, além de outros setores de expressão da sociedade. Posteriormente, boa parte das instâncias que apoiaram os militares no golpe, também, sofreram censura e repressão, inclusive o Congresso Nacional, que foi dissolvido durante determinado tempo após a vigência do Ato Institucional n.º 5. Esse período, que durou quase 21 anos, pode ser dividido em quatro fases: a primeira, de constituição do regime político ditatorial-militar (1964 a 1968); a segunda, de consolidação do regime (1969-1974); a terceira, de transformação do regime ditatorial (1974-1979); e a última, de desagregação do regime ditatorial-militar (1979-1985), com a consequente transição para o regime democrático (CODATO, 2005, p. 83).

O período da ditadura militar foi marcado pela supressão de diversos direitos dos cidadãos, como de greve, manifestação e políticos; censura para qualquer forma de expressão que criticasse o governo militar; cassação dos direitos políticos; instituição da pena de morte para pessoas que atentassem contra o regime militar; realização de tribunais de exceção; consecução de perseguições, violência, prisões ilegais, torturas e mortes aos opositores do regime; restrição do número de partidos políticos; limitação dos outros poderes constitucionais (legislativo e judiciário); cassação de mandatos de prefeitos e governadores; promulgação da lei de anistia, a qual isentou torturadores e torturados de qualquer delito; dentre outras arbitrariedades e ilegalidades comedidas durante esses mais de 20 anos a partir do salvo conduto de fazer frente à *ameaça comunista* (TEIXEIRA DA SILVA, 2020a, p. 362-370).

O período de maior repressão do regime é, também, o que propiciou a sua sustentação por mais tempo. Durante o governo Médici (1969-1974), houve, no Brasil, o chamado *milagre econômico*. A partir de medidas adotadas pelos militares na economia, que viabilizaram a

entrada de capital estrangeiro, e, também, na legislação trabalhista, incluindo a supressão de direitos e o congelamento salarial, o país obteve as maiores taxas de crescimento econômico da história¹⁴⁵. No entanto, num curto período, o milagre econômico começou a demonstrar fraqueza. O arrocho salarial e o endividamento externo chegaram ao limite. Além disso, a crise do petróleo de 1973 acelerou os problemas econômicos, com destaque para o aumento contínuo da inflação. O *milagre* não diminuiu as injustiças sociais, pelo contrário, propiciou um aumento na concentração de renda dentre os mais ricos e da dívida externa, com o consequente aumento das taxas de desemprego, o que causou um grande descontentamento popular (TEIXEIRA DA SILVA, 2020a, p. 366-368).

O processo de transição democrática foi baseado numa abertura gradual controlada pela própria elite política autoritária, isto é, os próprios militares. Num contexto de muita pressão interna, manifestada basicamente por três forças: a crise econômica, que gerou uma crise no próprio reconhecimento da legitimidade do regime; a eleição dos governadores oposicionistas em 1982; e as campanhas pelas *Diretas*¹⁴⁶, que foram a maior manifestação de massas, até então, da história do Brasil (TSE, 2014, p. 59; TEIXEIRA DA SILVA, 2020, p. 382-383). Codato (2005, p. 83) percebe essas forças da sociedade civil como agentes secundários, que influíram menos no curso (da redemocratização) e mais no ritmo dos acontecimentos. Ou seja, segundo a perspectiva do autor, o processo de transição política foi iniciado pelos militares e não por pressão da sociedade civil.

A emenda constitucional que viabilizaria eleições diretas para o cargo de presidente da República foi rejeitada no Congresso Nacional em 1984. Assim, as eleições de 1985 continuaram sendo de forma indireta. Contudo, os dois candidatos na disputa eram civis. A chapa do PMDB, composta por Tancredo Neves e José Sarney, foi eleita por 72,40% dos votos válidos do colégio eleitoral. O PMDB reuniu o apoio dos descontentes com o regime militar. Com a morte de Tancredo antes da posse, assumiu o então vice-presidente José Sarney ao cargo de chefe do poder executivo. O governo Sarney (1985-1990) foi marcado pelo aumento da inflação herdada pelo seu antecessor militar; pelo congelamento geral de preços e salários; pela crise de abastecimento; pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e a aprovação da Constituição Federal em 1988; pelo retorno da liberdade de imprensa, de

¹⁴⁵ A conquista do tricampeonato da Copa do Mundo de futebol, na década de 1970, também reverberou positivamente na permanência do governo militar, inclusive, a partir da produção de propagandas de cunho nacionalista-ufanista, como, por exemplo, o *slogan*: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

¹⁴⁶ “Foi um movimento em favor da eleição direta para o cargo de presidente. Foram feitas manifestações públicas (comícios e passeatas) em várias cidades brasileiras ao longo do ano de 1983 e 1984, que mobilizaram mais de 5 milhões de pessoas” (TSE, 2014, p. 59).

expressão e de manifestação; pela liberdade dos sindicatos; pela plena liberdade político-partidária; pelo recorde na concessões públicas de emissoras de rádio e televisão; pelas diversas greves e manifestações no país; pela exposição de escândalos de corrupção; pelo início da transição do modelo estatizante para o liberal, de *estado mínimo* (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 385-394).

6.2 – Os planos de governo do Brasil

6.2.1 – Eleições de 1989 – Fernando Collor

A última eleição presidencial direta do Brasil havia ocorrido no ano de 1960, quando apenas 20% da população estava apta a votar. Desse modo, as eleições de 1989 representaria, além do retorno à democracia, a primeira oportunidade de escolha do presidente da República para a maior parte dos brasileiros.

Em 1989, o Brasil estava passando por um contexto de crise econômica, política e social. A hiperinflação causava uma instabilidade na economia e corroía o poder aquisitivo da população, sobretudo dos mais pobres. Os diversos planos econômicos lançados no governo Sarney geraram um descrédito maior do Brasil no cenário externo, bem como uma perda de credibilidade do presidente da República junto à classe política, tendo em vista que nenhum desses planos foi capaz de trazer uma estabilidade na taxa de inflação e tampouco retomar o crescimento econômico do país em nível suficiente para sair do *déficit* orçamentário. Além disso, a dívida externa começou a se tornar impagável, ocasionando, ainda que por um curto período, a moratória do pagamento dos juros dos financiamentos externos (GUILHERME, 2019, p. 33).

O contexto econômico contribuiu para a realização de milhares de greves dos trabalhadores no país, que ocorreram contra o arrocho salarial e a perda do poder de compra, bem como para diversas reivindicações no campo pela distribuição de terra e melhores condições de trabalho. Muitas dessas reivindicações foram reprimidas por meio da força estatal. A desigualdade social e a pobreza (baseada na renda *per capita*) aumentaram significativamente nessa gestão. Ademais, o governo acumulava diversas acusações de esquemas de corrupção. Sarney terminou o mandato com uma grande desaprovação: sem apoio dos políticos, do poder financeiro, dos industriais, dos fazendeiros, dos militares, dos trabalhadores e dos camponeses, isto é, da maior parte da população brasileira. O governo que

se iniciou mais alinhado ao centro do espectro político-ideológico, se encerrou posicionado à direita (GUILHERME, 2019; TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 393).

Em relação ao contexto internacional no período eleitoral, destaca-se: o retorno da democracia em alguns países da América do Sul, após o fim de governos ditatoriais; o baixo desempenho econômico dos países subdesenvolvidos; a consolidação da hegemonia do Fundo Monetário Internacional – FMI na condução da economia dos países endividados; a crescente difusão da agenda neoliberal para os países subdesenvolvidos; o colapso iminente do bloco soviético, com a ruptura da Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e da Alemanha Oriental, e pelos movimentos de independência em outros países do leste europeu controlados pela URSS; a queda do muro de Berlim, marcando o fim da guerra fria, e a vitória do capitalismo (GUILHERME, 2019, p. 60-91).

A primeira campanha eleitoral da *Nova República* foi atípica em relação às anteriores e a todas posteriores. Houve a participação de 22 concorrentes, sendo metade sem expressão política, e a outra, de políticos experientes. Foi um pleito exclusivamente para eleger presidente e vice-presidente. Por essa razão, os grandes partidos não tiveram a vantagem de utilizar os candidatos locais para conquistar votos. Nessa eleição, a televisão e o horário eleitoral gratuito marcaram um grande peso para a escolha do candidato. Outra questão que influenciou a campanha eleitoral foram as diversas pesquisas eleitorais, divulgadas quase que diariamente (GUILHERME, 2019, p. 95-96).

Os partidos da direita que apoiaram o golpe de 1964 e sustentaram a ditadura militar (e o governo Sarney) não entraram em consenso para fechar em uma candidatura única. A imagem de Sarney estava tão negativa, que ele não apresentou nenhum sucessor oficialmente para as eleições de 1989. Os principais candidatos à direita eram Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PSD), Guilherme Afif (PL) e Enéas Carneiro (PRONA). Mais alinhados ao centro estavam Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Afonso Camargo (PTB). À esquerda se destacaram Leonel Brizola (PDT), Lula (PT) e Roberto Freire (PCB). Fernando Collor de Melo (PRN), durante a campanha, tentou circular pela direita e centro e sempre negou qualquer posicionamento ideológico. No entanto, as suas principais propostas se alinhavam à direita (CLARET, 1989, p. 74; GUILHERME, 2019, p. 97-102).

Collor assumiu a liderança das intenções de voto desde a pré-campanha. Brizola em segundo, e Lula e Covas alternavam a terceira posição. Contudo, Collor explorou bem o tempo de televisão, utilizando-se, inclusive, do espaço reservado aos partidos menores, tendo uma

super exposição midiática¹⁴⁷. Na medida em que a campanha eleitoral avançava, e as pesquisas demonstravam que a maior parte dos candidatos identificados com a direita e centro não subiam, aumentou os ataques destes aos dois candidatos melhores posicionados da esquerda. Como estava numa situação confortável nas pesquisas eleitorais, Collor não participou de nenhum debate no primeiro turno. Os militares não ficaram inertes. Os comandantes das Forças Armadas declaram publicamente a adoção de possíveis retaliações caso algum candidato de esquerda fosse eleito. A partir da subida de Lula, Brizola resolveu atacá-lo, desfazendo a boa política entre as esquerdas. A estratégia deu errado. Collor recebeu 30,47% dos votos válidos no primeiro turno, Lula obteve 17,18% e Brizola teve 16,51%, seguido por Mário Covas (11,51%) e Paulo Maluf (8,85%). A votação ocorreu no dia 15/11/1989 (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 398).

Pela primeira vez na história brasileira ocorreu um segundo turno. Os partidos e candidatos identificados com a direita apoiaram Collor, assim como alguns posicionados ao centro. Com muita dificuldade, Lula conseguiu reunir o apoio da esquerda (sobretudo o de Brizola) e da outra parte do centro, inclusive de Mário Covas. No entanto, o segundo turno foi marcado por diversas acusações infundadas em relação a Lula¹⁴⁸ e ao PT, bem como por notícias falsas. Na prática, “a direita utilizou todos os recursos, legais ou imorais, para evitar a vitória do petista” (GUILHERME, 2019, p. 96). Além disso, os setores conservadores, os militares, o empresariado, incluindo a imprensa, apoiaram Collor, visando impedir a vitória de um candidato de esquerda. A manipulação foi tamanha que o resumo do último debate eleitoral foi editado pela Rede Globo, para veicular uma versão favorável ao candidato pelo PRN. A votação do segundo turno ocorreu no dia 17/12/1989, apurando a vitória de Fernando Collor (PRN) (GUILHERME, 2019, p. 112-115), conforme números a seguir:

Tabela 15 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 1989

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	COLLOR (PRN)	%	LULA (PT)	%
82.074.718	11.814.017	14,39	4.094.339	5,82	66.166.362	35.089.998	53,03	31.076.364	46,97

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

Diferentemente dos seus principais adversários, Fernando Collor não apresentou um plano de governo. Esse fato não se repetiu em relação aos principais candidatos nas eleições

¹⁴⁷ Collor inaugurou uma nova forma de fazer campanha baseada num ciclo de padrão midiático-publicitário na política eleitoral brasileira (TELLES *et al.*, 2018, p. 241).

¹⁴⁸ Collor “levou para a TV uma ex-namorada de Lula, que denunciou o petista de tê-la pressionado para fazer um aborto” (TELLES *et al.*, 2018, p. 243).

presidenciais posteriores. Contudo, Collor, durante todo o período de pré-campanha e campanha eleitoral, mantendo o seu perfil midiático, deu muitas entrevistas e realizou alguns discursos para os seus correligionários e simpatizantes. Algumas bases de dados, como a do MRG¹⁴⁹, consideram o discurso de 1h40 minutos proferido durante a convenção do Partido da Reconstrução Nacional, em Brasília, no dia 12/07/1989, na homologação da sua candidatura por sua agremiação política. A transcrição do referido discurso foi extraída do livro *O fenômeno Collor*, publicado, em 1989, como uma forma de apresentar as principais propostas do então candidato. Essa parte totaliza 41 páginas da publicação, excluindo as oito folhas que contém apenas fotografias.

A proposta de governo de Fernando Collor se centra nas políticas de cunho neoliberal e num discurso anti-*establishment*. O plano demanda uma parte considerável para abordar proposições em relação à desregulação da economia, visando à implementação de um livre mercado. Nesse viés, observa-se a opção clara pelas medidas que deem protagonismo à iniciativa privada como dínamo do desenvolvimento do país, em detrimento de políticas estatais: “É por este caminho, pela recuperação do crescimento econômico baseado no horizonte privado, que se pode recuperar o horizonte do Estado brasileiro, a possibilidade de o Estado concentrar sua atenção nos gravíssimos problemas sociais que nos afligem” (CLARET, 1989, p. 146). Por mais que proponha crescimento econômico a partir da utilização da cartilha neoliberal, se aproxima dos presidentes militares quanto a *esperar o bolo crescer para tão-somente reparti-lo*. Atrelada a essa questão, propõe diversas políticas de incentivos às empresas. Assim, trata-se uma proposta de economia de livre mercado, mas com *auxílios* estatais em favor do capital privado.

Vinculada a essa temática, propõe a privatização de empresa e bens. Desde o início do seu discurso, aborda essa temática abertamente. Contudo, justifica que a venda de empresas e bens públicos tem o objetivo de dar mais eficiência ao negócio e, sobretudo, de democratizá-los: “O que pretendemos é verdadeiramente democratizar o capital das empresas públicas para que elas deixem de pertencer apenas ao Governo e a alguns privilegiados e passem efetivamente a ser patrimônio do povo brasileiro” (CLARET, 1989, p. 105).

Além disso, a proposta aborda, por diversas vezes, o combate à corrupção. De uma maneira em geral, esse tema é apresentado sem aprofundamento algum. Somente mencionando a questão, mas sem trazer a proposição de medidas concretas. A única proposta objetiva para fazer frente à corrupção se relaciona ao enxugamento da estrutura estatal. Não só com a venda

¹⁴⁹ Trata-se de uma base de dados de análise de planos de governos de mais de 50 países diferentes, financiado pela Fundação Alemã de Ciência (DFG).

de empresas públicas, mas também com a própria diminuição de órgãos estatais que não atuem na questão econômica. Desse modo, o conjunto da proposta defende mais um pressuposto neoliberal: a instituição de um Estado mínimo.

Num contexto de proposta pós-ditadura militar, Collor apresenta diversas defesas às liberdades civis e aos direitos humanos. Possui uma visão de segurança pública que entende que a criminalidade envolve muitos fatores e que a exclusão dos benefícios econômicos e sociais contribui para a marginalização, sendo estes, portanto, fatores poderosos para o aumento da criminalidade. Bem como, concebe que as prisões se tornam um depósito de presos em condições sub-humanas, e que, por consequência, não recuperam os apenados. Por outro lado, não abre mão da lei e da ordem. As propostas de aplicação do rigor da lei, e do endurecimento da lei penal prevalecem no texto. Assim, se aproxima da díade neoliberal quanto a um Estado mínimo (de livre mercado), mas firme na manutenção da ordem pública.

A proposta foi construída num contexto de menos de um ano de promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, reconhece os direitos dos indígenas, e, inclusive, assume os débitos que o Estado brasileiro possui com os povos originários. Ademais, aborda a questão do preconceito com a população negra e da diferença salarial entre homens e mulheres, manifestando a necessidade de vencer todas as formas de discriminação. Por outro lado, não propõe nenhuma questão relacionada à diversidade cultural. Ao contrário, prevalece o discurso em torno de questões morais e tradicionais.

O discurso de Collor manifesta uma posição favorável à existência dos sindicatos, e que as negociações entre empregados e empregadores seja mediada pelo governo. Contudo, essa prática não deve ser perene. A evolução do modelo, para Collor, seria alcançar um nível de livre negociação entre as partes, com vistas à utilização de formato utilizado nos países fortes economicamente. Nesse viés, propõe que a previdência social seja administrada por trabalhadores e empresários. Apesar dessa questão ser mencionada por mais de uma vez no texto, não aprofunda como seria esse formato. Entretanto, aduz-se que, dado o caráter neoliberal das propostas, poderia ser algo próximo da previdência chilena instituída no regime do ditador Augusto Pinochet, na qual, em suma, cada trabalhador possui uma conta individual de previdência, administrada por empresas privadas, ao invés de participar de um fundo coletivo público. No entanto, na proposta prevalece a manutenção ou o aumento de direitos trabalhistas e previdenciários em relação à supressão ou à diminuição desses direitos.

A modernidade cidadã trazida no bojo da Constituição de 1988 em relação à instância de participação da sociedade na gestão da coisa pública reflete nas propostas. De uma maneira em geral, reafirma-se o caráter formal (e procedimental) da democracia, mas o texto demanda

um espaço considerável para a instituição da participação democrática pela população em outras instâncias além do voto regular nas eleições. Na proposta prevalece a individualidade e a competição como a lógica da sociedade em detrimento da solidariedade como a racionalidade social, embora com uma baixa diferença entre as perspectivas.

Por mais que a proposta de Collor tenha, como ponto central, os postulados neoliberais, há uma prevalência considerável de proposições em relação à manutenção ou à expansão do estado de bem-estar social. O contexto socioeconômico brasileiro da época – agravado, sobretudo, após os governos militares e de Sarney –, no qual os índices de desemprego, de pobreza, de desigualdade social, de educacionais e de saúde, dentre outros, demonstravam um cenário de deterioramento justifica a necessidade estatal de fazer frente a essas problemáticas estruturais. Logo, a defesa do Estado de bem-estar, embora se aproxime de uma questão típica das esquerdas, se torna imprescindível para a política brasileira, especialmente no contexto histórico-temporal da proposta. No entanto, Collor propõe, por exemplo, a implantação da perspectiva neoliberal nas universidades públicas. A proposta indica que as universidades devem buscar fontes alternativas de recursos, e que “a empresa privada será convidada a participar do progresso e modernização da universidade através de formas diretas e indiretas de colaboração, cooperação e integração” (CLARET, 1989, p. 146).

A proposta de Collor faz uma única menção às Forças Armadas, numa proposta de incluir um serviço alternativo ao alistamento militar. Desse modo, não ousa em tecer quaisquer críticas ou restrições ao passado das gestões militares.

Utilizando-se das categorias de análise elaboradas no capítulo anterior, conforme metodologia apresentada, apurou-se os seguintes resultados¹⁵⁰:

¹⁵⁰ Essa sistemática seguirá durante toda essa parte do Capítulo. Isto é, após a análise e comentários acerca do respectivo plano de governo apresentar-se-á uma tabela contendo o quantitativo percentual de conteúdo categorizado reservado para cada tema.

Tabela 16 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Collor (PRN) – 1989

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,87	Gestão estatal de empresas e bens	0,07	0,8
Livre mercado (desregulação)	2,31	Controle estatal da economia	0,04	2,27
Diminuição de impostos	0,06	Manutenção/aumento de impostos	0	0,06
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,21	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	4,04	-2,83
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,66	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,16	0,5
Diminuição da máquina estatal	0,43	Manutenção/aumento da máquina estatal	0	0,43
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,25	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,87	-0,62
Políticas de incentivos a empresas	0,43	Políticas de distribuição de renda	0	0,43
Competição como a lógica da sociedade	0,27	Solidariedade como racionalidade social	0,22	0,05
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,45	-0,45
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,79	-0,79
Lei e ordem pública	1,65	Liberdades civis e direitos humanos	1,14	0,51
Moralidade tradicional	0,36	Diversidade cultural	0	0,36
Democracia liberal (formal)	0,98	Democracia participativa	0,85	0,13
TOTAL	9,48	TOTAL	8,63	0,85

Fonte: Elaboração do autor a partir do discurso da homologação da candidatura presidencial do PRN (CLARET, 1989, p. 99-149).

Observa-se que as propostas de Collor orbitam predominantemente à direita do espectro político-ideológico, com o destaque absoluto para as medidas que viabilizem uma desregulação visando à implantação do livre mercado; ou, simplesmente, ao neoliberalismo no Brasil. O bloco das categorias mais próximas à questão econômica denota uma prevalência de propostas mais identificadas com a direita. Nessas temáticas não há concessões em favor do outro polo da díade. Por outro lado, constata-se um grande espaço reservado para propor políticas relativas ao Estado do bem-estar social, identificadas com a esquerda, justificada, inclusive, pelo contexto de agravamento das questões sociais na última década.

Collor foi eleito por um partido que não tinha uma relevante representatividade política no Congresso Nacional (cerca de 5% das cadeiras da Câmara Federal e apenas dois Senadores), o que trouxe dificuldades na governabilidade. Ademais, seu mandato foi marcado por uma série de escândalos e por medidas que geraram um grande descontentamento por parte dos vários setores da sociedade. Esses fatores culminaram numa campanha em favor do seu *impeachment*. Com o processo de impedimento em andamento, Collor renunciou ao mandato após dois anos e meio da sua posse, em 29/12/1992. Assim, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que concluiu o mandato (TSE, 2014, p. 65).

Embora as primeiras medidas e políticas de cunho neoliberal tenham sido implementadas, ainda que timidamente, nos dois governos anteriores (NEGRÃO, 1996, p. 109), “a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental

em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992)” (MACIEL, 2011, p. 98). Collor iniciou o mandato implementando medidas neoliberais consideradas extremadas, uma vez que parte delas gerou o descontentamento, inclusive, da maior parte dos seus apoiadores. Uma parte das medidas tinha o “consenso” dos seus apoiadores e parlamentares. Estas baseavam-se em torno do corte dos gastos públicos, incluindo os direitos sociais; da redução do funcionalismo e da máquina pública; do controle do *déficit* públicos; e, da revisão dos direitos sociais e trabalhistas, anos antes consolidados na Constituição Federal (MACIEL, 2011, p. 101).

Por outro lado, outras medidas, como a abertura comercial e bancária, e a privatização de determinadas estatais, não tiveram o apoio da maior parte do Congresso e, tampouco, de setores importantes do grande capital nacional (bancário e industrial) e de segmentos da burguesia que tinham vínculos com as empresas estatais. Nesse sentido, o governo Collor realizou uma reforma monetária (substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro); o reajuste de várias tarifas públicas; proibiu o reajuste de preços e salários, além do índice inflacionário; o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); a estipulação da taxa de câmbio pelos critérios de mercado; a liberação das importações; e a estipulação de um programa de privatização das empresas estatais. Embora certas medidas tinham um viés heterodoxo, como a reforma monetária e o controle de preços, o conteúdo econômico era predominantemente ortodoxo e neoliberal, isto é, nada mais do que um processo de “[...] redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas” (MACIEL, 2011, p. 101-102).

As medidas adotadas por Collor agravaram ainda mais a situação macroeconômica do país – com uma retração numérica do PIB –, além do aumento da taxa de desemprego (FILGUEIRAS, 2006, p. 187). Negrão (1996, p. 109) observa que, no período Collor, o neoliberalismo, de fato, se tornou a ideologia dominante entre várias vertentes da sociedade brasileira, como: em vários setores do grande capital; partidos políticos conservadores e de centro; a grande imprensa; e, até mesmo, em alguns setores do pequeno e médio empresariado, além da parcela do movimento dos trabalhadores identificada com a Força Sindical.

O governo Itamar Franco (1992-1994) – marcado pela exacerbação da instabilidade político-econômica – manteve as políticas neoliberais realizadas pelo seu antecessor (SALLUM JR., 1999, p. 29), sem avançar¹⁵¹, contudo, em outras medidas relacionadas a esse viés que

¹⁵¹ Sallum Jr. (1999, p. 29) destaca que o ex-presidente da República era reticente em relação à muitas medidas neoliberais adotadas por Collor de Melo: abertura comercial e privatizações. Na verdade, Itamar Franco mostrava certa propensão à intervenção na economia para proteger a economia popular (ABRANCHES, 2018, p. 152).

tivessem um caráter relevante. Exceto, no último ano do seu mandato, com o lançamento do Plano Real, que, sob a gestão do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB), já previa no seu arranjo político-econômico-ideológico um avanço do neoliberalismo enquanto política estatal não só nas esferas econômica-financeira-monetária, mas também em toda a gestão da máquina pública.

6.2.2 – *Eleições de 1994 – Fernando Henrique Cardoso*

Em 1994, foi divulgado o relatório final da CPI dos Anões do Orçamento, indicando a cassação do mandato de 18 parlamentares. Esse escândalo escancarou novamente a corrupção enraizada na estrutura governamental. No entanto, a inflação continuava a ser um dos maiores problemas do país, seguido do desemprego. Desde que Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em 19/05/1993, a ação do governo foi em torno da estabilização da inflação. A relevância em torno da temática era tanta, que houve manifestações nas ruas, consenso político para a solução da questão e grande pressão internacional por parte do FMI, credores internacionais e países interessados na economia brasileira. Seguindo a cartilha internacional do neoliberalismo, o ano de 1994 foi marcado por cortes no orçamento, sob a justificativa de realizar os ajustes fiscais necessários para a estabilização da inflação. Somado a isso, a revisão constitucional, prevista originalmente na Constituição Federal de 1988 para ocorrer após cinco anos da sua promulgação, ocorreu no primeiro semestre de 1994, tendo basicamente sido acionada para aprovar as medidas necessárias para a implantação do Plano Real. Dentre as medidas aprovadas, estava o Fundo Social de Emergência¹⁵² (FSE), que autorizava o governo a desvincular livremente 20% das despesas federais para aplicar em qualquer outra área, inclusive para o pagamento da dívida (ABRANCHES, 2018, p. 153-159).

Esses fatores acarretaram um grande prejuízo nas esferas sociais, causando um agravamento no desemprego e nos diversos índices sociais, como a pobreza, desigualdade social, serviços de saúde e educação, além do aumento do *déficit* da previdência social. No entanto, é inegável que, diferentemente dos planos econômicos anteriores, o Plano Real trouxe num curto prazo a estabilização dos preços, com uma queda vertiginosa da taxa de inflação, e o aumento do poder de compra de grande parte da população. O Real começou a circular como moeda oficial em 1º/07/1994, quatro meses depois da desincompatibilização de FHC para se candidatar à presidência da República (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 401-410). Cabe ressaltar que as primeiras cédulas do Real foram impressas com a assinatura de FHC, como o

¹⁵² No ano de 2000, foi alterado o nome para Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Ministro da Fazenda, mesmo após um tempo considerável da sua saída do cargo, tornando-se um poderoso *panfleto político*.

Poucos fatos, no contexto internacional no ano de 1994, tiveram impacto nas eleições brasileiras. De uma maneira em geral, os Estados Unidos reafirmavam sua hegemonia mundial, ampliando sua área de influência, enquanto a Rússia administrava conflitos internos, bem como perdia, cada vez mais, países na sua órbita de influência. Por mais que houvesse conflitos separatistas na África, a guerra da Iugoslávia expunha o passado soviético para o mundo, trazendo à tona receios quanto ao passado comunista.

Desde o processo de *impeachment* de Collor, o pré-candidato à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, liderava todas as pesquisas de opinião. No entanto, um mês após o início da circulação do Real, FHC empatou tecnicamente com Lula. Com o rápido impacto do Real na inflação e no poder de compra, as pesquisas de opinião demonstraram que, a partir de meados de agosto, o candidato do PSDB tomou a dianteira da apuração de intenção de voto, mantendo uma média de 45% até o sufrágio. Ademais, Lula e o PT se opuseram fortemente contra o Plano Real.

Desse modo, as eleições presidenciais de 1994 – apesar de ter tido oito candidatos habilitados – ficou polarizada entre FHC e Lula. Os projetos dos candidatos eram distintos: o sociólogo tinha propostas de continuidade da implantação do projeto neoliberal no país, além do reconhecimento de grande parte da população pelos efeitos do Plano Real e, por isso, conseguiu um amplo apoio de partidos de direita, como o PFL e o PTB, e de diversos setores da sociedade, especialmente os mais conservadores. Por outro lado, o ex-líder sindical propunha a ampliação do mercado interno brasileiro, a partir da inclusão do consumo a enorme massa de excluídos do país, bem como a ampliação da presença do Estado (democraticamente controlado) nos setores fundamentais e estratégicos (NEGRÃO, 1996, p. 109).

Nesse contexto, diversos líderes políticos, intelectuais, empresários, personalidades etc., divergiram quanto ao remédio para solucionar a pobreza e a desigualdade: o livre mercado ou a forte atuação estatal. Enquanto Lula baseia sua campanha na dicotomia direita-esquerda, FHC não utiliza qualquer simbologia ideológica – e foge, inclusive, desse debate –, e apresenta uma perspectiva de modernidade, progresso e bem-estar apartada de posição política, sempre fundamentada no sucesso do Plano Real. O candidato tucano “distanciava-se do principal adversário pelo discurso baseado no consenso; a cor azul utilizada como pano de fundo de todas as propagandas; o obscurecimento do vice; a ausência da evocação do partido” (TELLES, 2018, p. 247-248). Diferentemente das eleições de 1989, na qual o PSDB buscou apoiar a esquerda no 2º turno, desde o lançamento da campanha de FHC para a presidência da República, celebrou

alianças com partidos de direita, incluindo líderes políticos que apoiaram os governos militares e representantes do agronegócio (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 412-413), marcando uma guinada do PSDB à direita.

A votação ocorreu no dia 03/10/1994. FHC (PSDB) venceu a disputa no primeiro turno, Lula (PT) ficou em segundo lugar, seguido pelo candidato Enéas Carneiro¹⁵³ (PRONA), conforme números a seguir.

Tabela 17 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1994

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	FHC (PSDB)	%	LULA (PT)	%
94.732.410	16.833.946	17,77	14.636.133	18,79	63.262.331	34.314.961	54,24	17.122.127	27,07

Fonte: MIRHAN (2019).
Elaborado: pelo autor.

O plano de governo apresentado por FHC é consolidado no livro *Mãos à obra Brasil: proposta de governo* (CARDOSO, 1994), sendo uma consolidação de propostas bastante extensa, e, por vezes, prolixa, se considerar o perfil da maior parte dos eleitores. O plano de governo se desenvolve em 300 páginas, cujas proposições são agregadas em cinco capítulos e dois anexos.

Sob o título *Um novo projeto de desenvolvimento*, a primeira parte evoca como ponto central a questão econômica e a estabilização trazida pelo Plano Real. Todo o sucesso das demais medidas na proposta está vinculada ao equilíbrio macroeconômico. Nesse capítulo se afirma os postulados neoliberais, ao alçar a competição como a lógica da sociedade e ao atribuir o protagonismo do capital privado para desenvolvimento nacional. O desenvolvimento do país é vinculado à ampliação e melhoria das condições de ensino. Nesse viés, o plano almeja uma parceria entre as universidades públicas e as empresas privadas. Por mais que todos esses temas sejam tratados nos capítulos específicos, a privatização e as concessões são alçadas no primeiro tópico como meios para o desenvolvimento nacional: “A crescente parceria com o setor privado na propriedade e gestão da infra-estrutura nacional exigirá a redefinição do papel do Estado como instância reguladora, com poder de evitar monopólios e abusos que tendem a ocorrer em situações de concentração do poder econômico” (CARDOSO, 1994, p. 17-18).

O segundo capítulo (*A construção de um novo país*) aborda as formas de financiar os projetos; os projetos de infraestrutura e de investimentos; comércio exterior; ciência e

¹⁵³ As eleições de 1994 marca a expansão da extrema-direita no Brasil, a partir dos 4.671.457 votos recebidos por Enéas Carneiro, representando 7,38% dos votos válidos. O PRONA possuía o apoio de diversos militares, que, inclusive, foram candidatos pelo partido. Enéas defendia um nacionalismo baseado num Estado forte, intervencionista e técnico. Tinha um discurso radical, antipolítico e antissistema (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 413-414).

tecnologia; e, política externa. O plano de governo deixa claro que os empréstimos internacionais e as concessões de bens e serviços públicos para a iniciativa privada comporão as fontes de financiamento dos projetos do governo. Nessa parte, as privatizações/concessões são abordadas claramente. Contudo, o plano não delinea quais áreas e empresas públicas deverão ser privatizadas/concedidas. Sempre que trata do assunto, traz a questão da necessidade de o Estado continuar regulando as respectivas atividades/serviços. A proposta praticamente não prevê a gestão estatal de bens e empresas. Pelo contrário, reafirma o livre mercado sem a participação do Estado na economia.

As cinco metas prioritárias e setores complementares aborda as propostas em relação à agricultura, à educação, ao emprego, à saúde e à segurança (além de habitação, saneamento e turismo). O plano justifica o investimento na agricultura por ser um setor que tem um grande potencial na geração de emprego. A proposta não avança na questão da agricultura familiar, por exemplo. Somente trata do agronegócio. Em relação à reforma agrária, o plano propõe que sejam assentadas 100 mil famílias até o último ano de governo. E que esse processo deve ocorrer de acordo com a lei e de forma pacífica. Na educação, propõe que a responsabilidade de educação e capacitação rural seja transferida para o “Sistema S” (Senai, Senac, Sebrae e pelo sistema de extensão rural), e que essas entidades paraestatais ampliem a participação na educação nas áreas urbanas. O plano critica o grande gasto utilizado no ensino superior. Propõe reformas no setor, a fim de que as instituições apresentem índices de desempenho. Propugna a diminuição da gestão Federal na educação básica para que Estados e Municípios assumam a função.

A fim de impulsionar a geração de empregos, propõe a modificação das leis trabalhistas, incluindo a livre negociação de empregado e empregador, e a criação de diversos incentivos às empresas. A perspectiva de segurança pública apresentada possui um viés bastante reacionário, focando no aumento de penas e no endurecimento da lei de progressão da pena. Vislumbra que somente parte da origem da criminalidade está na miséria e injustiças sociais, pois a outra parte da culpa advém da ineficiência do poder público para aplicar a lei. Na parte dedicada à saúde, há diversas propostas de expansão do bem-estar social. Mesmo assim, sem delinear o tipo de mudança, prevê que “serão necessárias reformas de estruturas e processos nos âmbitos federal e estadual. Essas mudanças devem tornar as instituições mais ágeis e menores e, ao mesmo tempo, mais fortes e eficazes, constituindo um Estado forte na regulação e ágil na atuação” (CARDOSO, 1994, p. 152).

O quarto capítulo (*A reforma do Estado*) aborda o papel do Estado na sociedade, sob os aspectos das reformas administrativa, fiscal, e da previdência e das privatizações. O Estado

é entendido, antes de tudo, como um investidor, e, na sequência, um promotor do desenvolvimento, da justiça e do bem-estar. Por mais que essa parte aborde a questão de mudanças na estrutura estatal, traz as medidas de diminuição do Estado de uma forma sutil, e discorrendo pouco sobre o assunto. Nesse viés, o plano frisa que o Estado deve atuar somente em áreas que a iniciativa privada não quiser atuar. Sob essa questão prevê que “É preciso, além disso, redefinir áreas de atuação do Estado, para melhor alocação de recursos orçamentários e maior aproveitamento da capacidade de investimento” (CARDOSO, 1994, p. 185-186). Desse modo, o Estado deve atuar para propiciar investimentos em infraestrutura para atrair o capital privado.

O plano propõe uma reforma da previdência para aumentar o tempo de idade para obter o benefício, assim como o tempo de contribuição. Além disso, incentiva a criação de planos previdenciários privados. A proposta possui um tópico dedicado exclusivamente a privatização. Cita que o papel do Estado como produtor de bens e serviços somente será mantido nas áreas estratégicas, onde deverá ter a capacidade de produzir com eficiência, qualidade e preços competitivos, e que a iniciativa privada não tenha interesse. Vislumbra também a realização de parcerias com o setor privado, incluindo que determinados serviços sejam geridos completamente por esse ramo.

O último capítulo (*A parceria Estado-Sociedade*) versa sobre as novas bases da relação entre Estado e sociedade. Essa proposta tem como objetivo diminuir a atuação estatal para que outros entes possam assumir determinados espaços até então ocupados pelo poder público. O novo ator protagonista nessa relação seriam as entidades paraestatais (o terceiro setor). Portanto, visa-se descentralizar e desconcentrar as atividades estatais. Desse modo, traz a proposta de transferir a responsabilidade da prestação de serviços públicos diversos às ONGs, às universidades, às empresas privadas, às associações, aos sindicatos etc., sob a justificativa de democratizar as ações, aumentar a eficiência do gasto público e dar transparências às ações públicas.

Dentro do tópico *Pobreza e Fome* apresenta o Programa Comunidade Solidaria, o qual propõe atuar nas esferas da habitação, saneamento básico, infraestrutura social, emprego e capacitação, agricultura, educação, saúde e nutrição da população mais pobre. Nesse contexto, apresenta propostas de redistribuição de renda. O plano possui uma parte que abrange a temática das mulheres em diversas perspectivas, mantendo uma posição isonômica em relação aos homens. Dedicar um tópico específico para discorrer sobre os negros. Apesar de várias medidas em relação a esta população, não propõe nenhuma ação afirmativa. Na parte das pessoas com deficiência, a proposta foca na prevenção de que novas pessoas sejam deficientes, deixando,

para segundo plano, medidas mais efetivas as pessoas que já possuem algum tipo de deficiência, tanto na questão de saúde, como ações de inclusão.

O plano não aborda nenhuma questão vinculada à moralidade tradicional e, tampouco à diversidade cultural. Do mesmo modo, a proposta de FHC não tece nenhuma crítica ou restrição às Forças Armadas. Somente menciona, num único parágrafo (no Anexo I), a necessidade de modernização das Forças Armadas, para fazer frente ao contexto moderno.

Tabela 18 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – FHC (PSDB) – 1994

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	1,02	Gestão estatal de empresas e bens	0,05	0,97
Livre mercado (desregulação)	1,38	Controle estatal da economia	0,51	0,87
Diminuição de impostos	0,79	Manutenção/aumento de impostos	0,01	0,78
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,38	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	3,85	-2,47
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,56	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,13	0,43
Diminuição da máquina estatal	0,16	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,04	0,12
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,51	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,18	0,33
Políticas de incentivos a empresas	0,61	Políticas de distribuição de renda	0,09	0,52
Competição como a lógica da sociedade	0,15	Solidariedade como racionalidade social	0,02	0,13
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0,01	Políticas favoráveis aos indígenas	0,37	-0,36
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,98	-0,98
Lei e ordem pública	1,36	Liberdades civis e direitos humanos	0,09	1,27
Moralidade tradicional	0	Diversidade cultural	0	0
Democracia liberal (formal)	0,24	Democracia participativa	0,23	0,01
TOTAL	8,17	TOTAL	6,55	1,62

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de FHC (CARDOSO, 1994).

As propostas de FHC se situam preponderantemente nas temáticas identificadas com a direita. Chama a atenção as categorias vinculadas à questão econômica, que possuem uma inclinação considerável para a direita política. As proposições em torno da privatização, da desregulação, visando um livre mercado e da diminuição de impostos dão um grande peso no plano para situá-lo nessa posição do *continuum*. Contudo, a temática que mais se inclina à direita versa sobre a manutenção da lei e da ordem pública. No contexto de um ano em que os índices sociais, como a pobreza, a desigualdade social, os relacionados à saúde e à educação etc., apontam para uma situação crítica, o plano realiza muitas propostas em torno da manutenção e expansão do Estado bem-estar social. Mesmo que haja uma quantidade maior de proposições nesse sentido, não se pode ignorar a quantidade de espaço dedicado pelo plano de governo de FHC para limitar o Estado do bem-estar social.

FHC teve êxito durante a sua gestão para implantar grande parte das suas propostas relativas à questão econômica. Se o governo Collor ficou marcado pelas primeiras ações neoliberais de grandes dimensões, foi no mandato de FHC que houve uma ampliação e a consolidação dessa nova ordem econômico-social neoliberal (FILGUEIRAS, 2006, p. 186), representando a concretização de um novo sistema de poder hegemônico, a partir da quebra de algumas bases legais do Estado nacional-desenvolvimentista, reduzindo a participação estatal na economia e dando protagonismo ao capital privado. “O governo Cardoso conseguiu isso através da aprovação quase integral de projetos de reforma constitucional e infra-constitucional que submeteu ao Congresso Nacional” (SALLUM JR., 1999, p. 31-33).

6.2.3 – Eleições de 1998 – Fernando Henrique Cardoso

A partir da implantação do Plano Real e com a adoção das outras medidas neoliberais ora mencionadas, a taxa de inflação – que era o problema mais latente no país na última década – baixou e se manteve controlada durante os quatro anos do governo FHC (1994-1998). No entanto, esse plano neoliberal trouxe efeitos contrários em outras áreas. As mais perceptíveis de imediato para a população de uma maneira em geral foram o aumento do desemprego e da desigualdade social (NEGRÃO, 1996, p. 108; SALLUM JR., 1999, p. 37), e as diversas crises nos setores da educação e da saúde (FILGUEIRAS, 2006, p. 195).

A Constituição Federal de 1988 não previu a possibilidade de reeleição para os cargos de prefeitos, de governadores e de presidente. No contexto da revisão constitucional de 1994, a proposta de viabilizar a reeleição foi levada à pauta, porém, rechaçada pelo Congresso Nacional. No entanto, já no início de 1995, recomeçou um movimento governista para viabilizar essa possibilidade. Aproveitando a alta popularidade do governo FHC, em 04/06/1997, o Congresso Nacional promulgou uma emenda constitucional possibilitando a reeleição para os cargos eletivos do executivo, abrindo a possibilidade de um novo mandato para FHC¹⁵⁴ (ABRANCHES, 2018, p. 195-196).

Uma marcha do MST de mais de 40 mil pessoas em Brasília, ocorrida em 1997, evidenciava que a questão da reforma agrária não estava avançando no país. Nesse mesmo ano, ocorreram greves e manifestações no país, especialmente contra as reformas da previdência e a administrativa. As taxas de desemprego que demonstraram uma certa estabilização no mandato de FHC voltaram a crescer nesse período. No contexto externo, a *crise asiática* iniciada em

¹⁵⁴ Diversas matérias jornalísticas da época apontaram que houve a compra de votos para a aprovação da referida Emenda Constitucional. O assunto retornou à tona após as delações dos donos e dirigentes de empreiteiras investigadas no âmbito da operação Lava Jato (VIZEU, 2019, p. 260; TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 454).

1997 e a *moratória russa* em 1998 abalaram a estabilidade monetária brasileira. O governo FHC aumentou a taxa de juros (SELIC) e impostos sobre os combustíveis, e utilizou boa parte das reservas internacionais para manter artificialmente a estabilidade do câmbio brasileiro em relação ao dólar. Além disso, liderado pelos EUA e com o apoio de FHC, estava em andamento as negociações para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que viabilizaria um amplo mercado comum entre os países da América (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 448).

A corrida presidencial de 1998 contou com 12 (doze) candidatos. Porém, semelhante às eleições de 1994, a disputa ficou polarizada entre o então presidente da República e candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o principal representante da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva (PT). FHC realizou uma grande aliança com partidos de centro e, especialmente, de direita (PFL, PPB, PTB e PSD), além de ter o apoio não oficial do PMDB, que decidiu não lançar candidato próprio nessas eleições, para apoiá-lo e, ao mesmo tempo, manter a liberdade de alianças em nível estadual. A coligação de Lula foi ampliada, contando com a participação de PDT (tendo Leonel Brizola como candidato à vice), PSB, PCdoB e PCB (VIZEU, 2019, p. 261).

Durante o período eleitoral, a economia brasileira demonstrava, a todo instante, fragilidade. Enquanto o Banco Central utilizava das reservas cambiais para manter o Real em nível próximo ao valor do dólar, FHC prometia para a população que o câmbio continuaria estável. Por outro lado, com inegável sucesso no controle da inflação brasileira, Lula continuou pagando o preço pela ferrenha oposição ao Plano Real (ABRANCHES, 2018, p. 193). “A campanha de FHC rememorou a eleição de 1994, mobilizando a ideia de que o grande homem, que vencera a inflação, iria vencer também o desemprego” (TELLES, 2018, p. 248). Desse modo, o candidato do PSDB defendia a continuidade do governo para que o sucesso trazido para a economia fosse difundido para as outras áreas, como emprego, educação, saúde, segurança e reforma agrária. Baseando-se na liderança absoluta nas pesquisas de intenção de voto, FHC optou por não participar de nenhum debate com os outros candidatos.

O primeiro turno das eleições de 1998 ocorreu no dia 04/10/1998. FHC venceu a disputa no primeiro turno, tendo Lula obtido o segundo lugar, conforme dados abaixo. O candidato Ciro Gomes (PPS) ficou em terceiro lugar, com 10,97% dos votos válidos. Tendo o restante dos candidatos obtido um número inexpressivo de votos.

Tabela 19 – Dados eleitorais do 1º turno das eleições presidenciais de 1998

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	FHC (PSDB)	%	LULA (PT)	%
106.101.067	22.773.983	21,49	15.575.298	18,70	67.722.565	35.936.540	53,06	21.475.218	31,71

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo apresentado por FHC é formatado dentro do livro *Avança, Brasil: proposta de governo* (CARDOSO, 1998). Assim como o de 1994, trata-se de uma programática de governo extensa, e que, considerando o perfil de grande parte dos brasileiros, em determinadas partes, se torna sem objetividade e clareza. Contudo, a primeira parte do plano faz um resumo das principais propostas. O plano totaliza 332 páginas, tendo, como tópicos principais, quatro grandes objetivos, que reúnem propostas de diversas naturezas.

O objetivo nº 1 (*Consolidar a estabilidade econômica*) possui um foco predominantemente econômico, manifestando a defesa, em primeiro lugar, do Plano Real. Menciona que se torna necessário avançar nas reformas para que a estabilidade econômica continue e o país volte a crescer economicamente. A partir desse crescimento, problemas sociais como a pobreza e a miséria poderão ser solucionados. Nessa parte evoca bastante a questão da competição como lógica social, e reforça o protagonismo das empresas para o desenvolvimento do país. Propõe a diminuição de gastos públicos, a redução de impostos para o setor produtivo, incentivos às empresas e o avanço nas outras etapas da reforma da previdência. Dando andamento aos pressupostos neoliberais de livre mercado, defende a instituição da ALCA, assim como o avanço do Mercosul.

Sob o título de *Promover o crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda*, o objetivo nº 2 evoca a importância da iniciativa privada para o desenvolvimento nacional, e, sobretudo, para solucionar um dos maiores problemas do país na época: o desemprego. O plano defende o modelo de privatizações e concessões em andamento, e realiza proposta para que esse processo continue sendo implementado. A proposta traz um elemento típico do neoliberalismo vinculado ao individualismo, o empreendedorismo. Apresenta medidas para que jovens possam começar a empreender desde cedo. Propõe que o estágio abranja também alunos do ensino fundamental, de forma a prepará-los ao mercado de trabalho.

O plano trata a alteração na legislação trabalhista como modernização. Justifica que a legislação atual traz muitos conflitos, que acarretam na intervenção estatal. Propõe que não haja a interferência estatal na relação entre empregados e empregadores. Propõe o pluralismo sindical, a eliminação da contribuição compulsória, e um sistema que permita mais negociação

e menos poder estatutário. Também propõe a saída da justiça do trabalho nas negociações trabalhista, para que fique restrita somente aos conflitos de direito. Propõe que haja vários sindicatos para a mesma categoria, para haver uma competição. Visa acabar com a unicidade sindical. Propugna a estipulação de idade mínima para aposentar, não bastando, tão-somente, o tempo de contribuição. O plano possui propostas que, predominantemente, visam diminuir os direitos trabalhistas/previdenciários.

Diferentemente do plano de 1994, FHC deixa de apresentar críticas ao ensino público superior. As propostas orbitam em torno de melhorias. Por outro lado, o plano apresenta muitas propostas relativas ao ensino médio e profissionalizante. “Sem descuidar dos demais níveis de ensino, essas duas modalidades terão de receber atenção especial, quer pela necessidade gritante de aumentar a oferta de vagas - até mesmo para acompanhar os resultados positivos alcançados no ensino fundamental - quer pelas exigências de um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e seletivo” (CARDOSO, 1998, p. 148). Observa-se que o foco da educação se direciona ao mercado de trabalho. Contudo, a maior parte das propostas de educação se enquadram na expansão do Estado de bem-estar social.

O objetivo nº 3 (Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda) apresenta diversas propostas direcionadas aos estratos mais baixos da sociedade brasileira. O plano apresenta de uma forma concisa diversas medidas de transferência de renda (direta e indireta) à população mais pobre, com destaque para o bolsa-escola. Trata dos sem terras. Propõe a continuação da reforma agrária. Menciona que realizou o maior programa de reforma agrária do mundo. O texto possui uma parte muito grande em atenção à saúde. Expansão do SUS. Aumento do número de atendimentos. Erradicação de doenças. Atenção primária básica. Saneamento básico. As propostas relativas à saúde ampliam bastante o quantitativo demandado pelo plano à expansão do Estado do bem-estar social.

O último objetivo (*Consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos*) trata da ampliação da participação popular na democracia e na construção de políticas de direitos humanos, incluindo políticas em favor das minorias. Mesmo que o plano ainda apresente diversos pontos fundamentados na democracia procedimental, se destaca pela quantidade de propostas relativas à ampliação das arenas e formas de participação democrática (democracia participativa). Esse viés, por vezes, se apresenta vinculado à nova formatação de estado mínimo proposta, isto é, com a prestação de diversos serviços públicos pelo Terceiro Setor. “O que se propõe é nada menos do que radicalizar a democracia. [...] Em lugar da ilusão do Estado como único provedor do bem-estar, a radicalização da democracia abre as portas à participação coletiva na construção da sociedade do bem-estar.” (CARDOSO, 1998, p. 270).

A proposta prevê a diminuição da máquina estatal, com a expansão da atuação do Terceiro Setor, e também propõe claramente a terceirização no serviço público.

A questão da segurança pública possui um viés reativo, na qual prevalece a manutenção da lei e da ordem em detrimento da segurança cidadã, prevenção e respeito aos direitos humanos. O plano apresenta uma diversidade de propostas para as minorias. Um tópico bem extenso para tratar de equidade de gênero e políticas para as mulheres. Outro específico para a população negra, incluindo, para as comunidades quilombolas. A base da parte de propostas destinadas aos indígenas se centra na questão da terra (da demarcação e da regularização). Nesse plano de governo, FHC trata mais das Forças Armadas. Propõe o reaparelhamento, modernização tecnológica, emprego na Amazonia e defesa do país. No entanto, marca uma limitação ao defender a criação do Ministério da Defesa.

Tabela 20 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – FHC (PSDB) – 1998

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,46	Gestão estatal de empresas e bens	0,26	0,2
Livre mercado (desregulação)	1,01	Controle estatal da economia	0,1	0,91
Diminuição de impostos	0,15	Manutenção/aumento de impostos	0	0,15
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,16	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	5,55	-4,39
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,25	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,05	0,2
Diminuição da máquina estatal	0,06	Manutenção/aumento da máquina estatal	0	0,06
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,56	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,22	0,34
Políticas de incentivos a empresas	0,99	Políticas de distribuição de renda	0,33	0,66
Competição como a lógica da sociedade	0,24	Solidariedade como racionalidade social	0,12	0,12
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,24	-0,24
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	1,33	-1,33
Lei e ordem pública	0,74	Liberdades civis e direitos humanos	0,22	0,52
Moralidade tradicional	0	Diversidade cultural	0	0
Democracia liberal (formal)	0,44	Democracia participativa	0,58	-0,14
TOTAL	6,06	TOTAL	9	-2,94

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de FHC (CARDOSO, 1998).

O plano de governo de FHC se destaca pela grande parte dedicada para propostas relativas à expansão do Estado do bem-estar social, as quais deslocam a programática de governo à esquerda. O Plano Real conseguiu superar a hiperinflação. Contudo, agravou problemas sociais – muitos evidentes desde a última etapa da ditadura militar –, trazendo que os anseios dos brasileiros se voltassem à questão do emprego e da resolução de questões sociais, como saúde, educação, assistência social, eliminação da fome e pobreza, diminuição das desigualdades sociais etc. Nota-se também um aumento de políticas destinadas às minorias no

texto (somadas às destinadas aos indígenas), e uma guinada da predominância de um viés procedimental para uma perspectiva participativa da democracia. Todos são pontos identificados com a esquerda. Por outro lado, a proposta mantém evidente os pressupostos neoliberais, ao preconizar o livre mercado, a privatização, a diminuição de impostos, a competição e o individualismo, o estado mínimo, o protagonismo da iniciativa privada para o desenvolvimento nacional e a manutenção da lei e da ordem. Semelhante ao plano de 1994, FHC não faz nenhuma menção à moralidade tradicional, bem como à diversidade cultural.

Logo após a reeleição, em novembro de 1998, o governo FHC fechou um acordo de empréstimo de 41,5 bilhões de dólares com o FMI – tendo refeito a operação no ano de 2001 e 2002 –, aumentou impostos, realizou corte de gastos e mudanças nas regras da previdência (ABRANCHES, 2018, p. 203), e no ano seguinte mudou o regime de câmbio fixo para flutuante; descumprindo a promessa de que o câmbio continuaria sendo paritário. O segundo governo de FHC foi marcado por uma crise cambial, queda na taxa de crescimento econômico, aumento da dívida pública, desemprego recorde e agravamento de diversos problemas sociais. Além disso, a gestão de FHC não avançou nos mecanismos de democracia participativa, e alçou o Terceiro Setor como interlocutor político da sociedade civil organizada e responsável pela gestão de políticas educacionais, sociais e assistenciais (MORONI, 2005, p. 296). Contudo, o governo FHC promoveu aumento no gasto com políticas sociais, tendo melhorado alguns índices, como o de crianças na escola e diminuído a taxa de pobreza, sobretudo por meio dos Programas Bolsa Escola e Comunidade Solidária (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 453), embora a questão social tenha pesado na baixíssima aprovação no término do seu mandato.

6.2.4 – Eleições de 2002 – José Serra

O ano de 2001 foi marcado pela crise energética no país. O *apagão* foi ocasionado, basicamente, por três fatores: aumento da demanda de consumo, falta de investimentos no setor e falta de chuvas. Nesse ano, também ficou evidente o agravamento do problema da segurança pública no país, a partir da demonstração, força e articulação do crime organizado nas maiores cidades brasileiras. O ataque terrorista às torres gêmeas do *World Trade Center* e ao Pentágono, no dia 11/09/2001, e as consequências advindas desse fato, causou uma forte crise econômica mundial, afetando também o Brasil, além de ter sido um marco para uma reconfiguração da ordem mundial. No ano de 2002, o dólar ultrapassou, pela primeira vez, o patamar de três reais em relação à moeda nacional. E a crise argentina, agravada no ano anterior, reverberou no Brasil (até então o maior parceiro econômico da Argentina) e nos outros países do cone sul.

Desde as primeiras pesquisas de intenção de voto, Lula apareceu em primeiro lugar. No início de 2002, a pré-candidata do PFL, Roseane Sarney, demonstrava um crescimento nas enquetes, tendo alcançado o segundo lugar, e, nas simulações, venceria Lula no segundo turno. Porém, depois da divulgação de uma investigação de corrupção na SUDAM em desfavor do marido de Roseane, o PFL decidiu por retirar a pré-candidatura. A partir de então, José Serra (PSDB) se tornou o principal candidato da direita na disputa. Serra começou sua campanha defendendo a gestão FHC. Mas, após a agravamento da crise, acusações de corrupção e queda de popularidade do presidente da República, optou por fazer uma campanha apartada de FHC. Assim, não aprovava, mas tampouco negava o governo liderado por seu correligionário. A campanha de Serra se baseou na defesa da sua gestão à frente do Ministério da Saúde, na proposição de políticas sociais, e, sobretudo, no ataque aos adversários. Primeiramente, as investidas foram para fragilizar a candidatura de Lula, apontando que se o petista fosse eleito haveria fuga de investimentos e a volta da inflação. Com a subida de Ciro Gomes (PPS) nas pesquisas, ameaçando o segundo lugar de Serra, os ataques se voltaram a este. Serra tinha o apoio do PMDB e (informalmente) do PFL¹⁵⁵, além de, nos Estados, a participação de siglas identificadas com a direita e com o centro¹⁵⁶ (ABRANCHES, 2018, p. 222-228).

Diferentemente das outras disputas eleitorais de Lula, a campanha para o sufrágio de 2002 foi marcada pelo tom menos radical do candidato petista, especialmente no que diz respeito às políticas econômicas implantadas nos governos Collor e FHC, se aproximando da centro-direita do espectro político nessa temática. Tal postura ficou bem retratada na *Carta ao Povo Brasileiro*, em que Lula firmou um compromisso em relação ao respeito aos contratos celebrados com os organismos de crédito internacionais nos governos passados e quanto à manutenção da política econômico-fiscal (LULA, 2002), bem como na coligação¹⁵⁷ com um partido de direita, o PL, indicando José Alencar, um empresário do ramo têxtil, para a vice-presidência (TELLES, 2018, p. 250-251).

O primeiro turno ocorreu no dia 06/10/2002, com seis candidatos na disputa. Lula ficou em primeiro lugar, com 46,44% dos votos válidos, Serra em segundo, com 23,19%,

¹⁵⁵ O *clã Sarney* imputou a realização da Operação Lunus pela Polícia Federal, que ocasionou na desistência da candidatura de Roseane à presidência da República, à José Serra. Por essa razão, o PFL não coligou oficialmente à candidatura de Serra (PSDB). No entanto, a grande parte do PFL apoiou a candidatura de Serra (ABRANCHES, 2018, p. 224).

¹⁵⁶ Para as eleições de 2002, o TSE editou uma norma que as coligações realizadas para a candidatura de presidente da República deveriam, obrigatoriamente, ser replicadas em nível estadual. Por outro lado, o partido que não lançasse candidato à presidência poderia se coligar livremente em cada Estado. Desse modo, muitos partidos menores optaram por não se coligarem em nível nacional, mantendo apenas um apoio informal (ABRANCHES, 2018, p. 225).

¹⁵⁷ A coligação Lula Presidente era composta por PT, PL, PCdoB, PMN e PCB.

seguido por Anthony Garotinho (PSB), 17,86%, e Ciro Gomes (PPS), 11,97%. No segundo turno, Lula recebeu o apoio dos candidatos do PSB e do PPS, tendo vencido a disputa no sufrágio ocorrido no dia 27/10/2002.

Tabela 21 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2002

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	LULA (PT)	%	SERRA (PSDB)	%
115.254.113	23.589.188	20,47	5.499.898	6,0	86.164.103	52.793.364	61,27	33.370.739	38,73

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de José Serra, diferentemente dos dois de FHC, é objetivo e conciso. Contextualiza de uma forma direta as propostas, abarcando as diversas temáticas que envolvem uma programática de governo. Trata-se de um documento composto de 80 páginas, dividido em introdução e dez grandes temas.

Marcando um viés de continuidade na questão econômica, o plano elenca os pontos positivos do governo FHC nessa área, e propõe continuidade e aperfeiçoamento para outras esferas: “O que o Plano Real fez pela economia, nosso Plano Social vai fazer pelas pessoas” (SERRA, 2002, p. 6). A proposta não abre mão do livre mercado, mas possui proposições relativas ao controle estatal da economia. Com menos ímpeto do que os planos anteriores, a programática continua a perspectiva de privatizações e concessões de empresa, bens e serviços públicos, ressaltando para o Estado apenas as atividades nas quais o setor privado não tenha interesse: “Dar continuidade ao programa de concessões de rodovias, sem que isso implique uma desoneração da responsabilidade do setor público pelo investimento nas áreas de baixa atratividade ao capital privado” (SERRA, 2002, p. 18).

O plano reúne propostas relativas à geração de empregos. Nessa questão, fica evidente o protagonismo das empresas para o desenvolvimento nacional. O papel do Estado se torna restrito à concessão de incentivos às empresas e à capacitação dos trabalhadores. A programática se destaca pelas propostas de redução de impostos para incentivar a atividade produtiva. Além disso, propõe que haja a *modernização* das leis trabalhistas, incluindo a negociação, sem intermediários, entre empregados e empregadores. Por mais que o texto reserve uma parte considerável para tratar de supressões de direitos trabalhistas e previdenciários, as propostas que visam a manutenção ou o aumento desses direitos se sobressaem. O plano versa também sobre a questão do empreendedorismo, tendo como alvo da política a população jovem. O texto possui menções à competição e ao individualismo como a lógica da sociedade, sobressaindo o dedicado à solidariedade como lógica social.

“A política de emprego, ao lado da segurança, é a primeira e mais importante política social” (SERRA, 2002, p. 37). O plano de governo de Serra possui uma parte considerável para tratar da questão da segurança pública. As propostas dessa temática se destacam por possuírem um caráter reativo, se baseando no endurecimento da legislação penal e processual penal, isto é, no aumento de penas e na limitação da progressão da pena, bem como na atuação e investimento nas forças de segurança para atuarem reativamente contra a criminalidade. Prevê a construção de novos presídios. O texto apresenta um pequeno subtópico que trata de medidas de cidadania, especialmente em áreas pobres, como as favelas, para conter a criminalidade. Melhoria de infraestrutura e prestação de serviços essenciais. Oportunidade de trabalho aos jovens, lazer, cultura e esporte, e prevenção do uso de drogas e recuperação dos dependentes químicos. Ademais, a programática de governo visa reduzir a oferta e a demanda de armas e munições para a população em geral.

A maior parte do plano de Serra se destina a propostas relativas à manutenção ou expansão do Estado bem-estar social, tendo a saúde como maior destaque. As proposições dessa temática orbitam, basicamente, na prevenção, ampliação da cobertura do SUS e humanização na prestação do serviço. A educação também possui relevância na programática de governo. Por mais que possuam alguns pontos de limitação do Estado do bem-estar social, como a proposição de parceria entre as universidades públicas e as empresas, a manutenção/criação de políticas sociais se sobressaem.

O plano trata da criação de políticas destinadas às minorias e aos indígenas. Propõe diversas políticas para as mulheres, abordando a igualdade de gênero em diversas áreas. Trata de políticas para os idosos e deficientes. Discorre sobre medidas para os indígenas, como a continuidade da demarcação de terras e a aprovação do estatuto do indígena. Apresenta propostas para a população negra, prevendo a perspectiva das ações afirmativas. Nesse sentido, afirma que:

[...] expandirá as iniciativas de ação afirmativa implantadas, recentemente, no âmbito de vários ministérios, onde já se estabeleceram cotas de vagas para afro-descendentes nos concursos públicos. Critérios semelhantes serão exigidos das empresas fornecedoras do governo federal que participem de licitação pública. Incentivará, também, a adoção desse caminho pelos governos estaduais, prefeituras e iniciativa privada (SERRA, 2002, p. 59).

A programática de governo de Serra se diferencia dos últimos planos (FHC e Collor) por prevê uma maior atuação estatal, não preconizando tanto a questão do estado mínimo. Assim, propõe: “Aumentar a presença do Estado como prestador de serviços e garantidor dos direitos dos cidadãos, sobretudo entre as comunidades mais pobres e menos assistidas, tanto no

interior quanto nas grandes cidades.” (SERRA, 2002, p. 62). Diferente de FHC, Serra demonstra uma posição reticente quanto a ALCA.

Tabela 22 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Serra (PSDB) – 2002

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,28	Gestão estatal de empresas e bens	0,19	0,09
Livre mercado (desregulação)	0,55	Controle estatal da economia	0,22	0,33
Diminuição de impostos	0,28	Manutenção/aumento de impostos	0,03	0,25
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,42	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	4,96	-4,54
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,76	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,11	0,65
Diminuição da máquina estatal	0	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,3	-0,3
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,29	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,65	-0,36
Políticas de incentivos a empresas	1,2	Políticas de distribuição de renda	0,53	0,67
Competição como a lógica da sociedade	0,14	Solidariedade como racionalidade social	0,13	0,01
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,47	-0,47
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,82	-0,82
Lei e ordem pública	1,84	Liberdades civis e direitos humanos	0,47	1,37
Moralidade tradicional	0,02	Diversidade cultural	0	0,02
Democracia liberal (formal)	0,17	Democracia participativa	0,27	-0,1
TOTAL	5,95	TOTAL	9,15	-3,2

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de Serra (2002).

A manutenção da lei e da ordem pública se destaca, no plano de governo de Serra, como a categoria que mais se direciona à direita. Todas as categorias analíticas vinculadas à questão econômica também se posicionam à direita. Por outro lado, se evidenciam as propostas relacionadas à manutenção e expansão do Estado de bem-estar social, que, por si só, situam o conjunto das categorias analisadas mais à esquerda. Nesse sentido, observa-se, igualmente, o volume de texto empregado para as propostas de políticas favoráveis às minorias e indígenas, bem como para a manutenção e aumento dos direitos trabalhistas e previdenciários.

O governo Lula (2003-2006) foi marcado pela manutenção (e avanço) das políticas neoliberais implantadas pelos seus antecessores (BOITO, 2003), bem como pela instituição e ampliação de diversas políticas sociais¹⁵⁸. O primeiro governo teve como foco, no campo das políticas públicas, a atenção¹⁵⁹ – especialmente por meio de transferência de renda – à população mais pobre (ALMEIDA, 2004, p. 15), bem como a geração de empregos. No campo

¹⁵⁸ Druk e Filgueiras (2007, p. 8) criticam as políticas sociais implantadas no governo Lula, sob o argumento de que elas têm como função somente minimizar as tensões sociais dentro do projeto neoliberal, e mitigar a luta de classes, não dando uma solução perene, pois não desarmam os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza.

¹⁵⁹ Almeida (2014, p. 16-17) destaca que outras políticas universalizantes e habilitadores, como saúde e educação, também tiveram um incremento, mas entraram dentro do programa social direcionado aos mais pobres, o Bolsa Família.

econômico, destaca-se o pagamento antecipado dos empréstimos obtidos junto ao FMI, a estabilização do índice de inflação, a manutenção do câmbio flutuante e da política fiscal relacionada à obtenção do *superávit* primário, para pagamento dos juros da dívida pública interna. Outro destaque foi a adoção de outra medida de cunho neoliberal, a reforma da previdência. “Lula deu continuidade às privatizações do governo FHC (rodovias, ferrovias e hidrelétricas) e ao capital estrangeiro, compondo um bloco de interesses econômicos formados pelo agronegócio mais empreiteiras mais bancos, o que permitiu crescimento econômico contínuo” (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 455).

6.2.5 – Eleições de 2006 – Geraldo Alckmin

Na metade do ano de 2005 ocorreu um fato que trouxe a maior crise política para o governo Lula, o *escândalo do mensalão*. Foi um esquema de corrupção de pagamento de quantias a deputados federais, para a compra de votos. Esse assunto mudou as estruturas políticas e a configuração do governo, trazendo à tona, novamente, o assunto da corrupção em nível nacional, e pautando o cenário político do ano seguinte (TELLES, 2018, p. 253). Após esse fato, houve manifestações contra a corrupção no país. No mesmo ano, foi realizado o referendo do estatuto do desarmamento, tendo 63,94% da população optado pela não proibição do comércio de armas de fogo no Brasil.

O primeiro semestre do ano de 2006 marca a consolidação da *onda rosa*¹⁶⁰ na América do Sul, com a posse de Evo Morales na Bolívia e de Michele Bachelet no Chile. De uma maneira em geral, aparte do *escândalo do mensalão* e da exposição do problema da violência causada pelo crime organizado, o Brasil estava estável, com a inflação controlada, taxa de desemprego em queda ano após ano, crescimento econômico ascendente e, finalmente, com as políticas sociais alcançando uma parcela significativa da população. Sob esse reflexo, os institutos de pesquisa de opinião indicavam um alto nível de aprovação da gestão do presidente Lula (VIZEU, 2019, p. 274).

Desde o início da campanha eleitoral, as pesquisas eleitorais demonstraram que, mais uma vez, a disputa presidencial seria polarizada entre dois candidatos. Lula, candidato do PT à reeleição, que liderava as pesquisas de intenção de voto, e o candidato do PSDB, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Oficialmente, a coligação de Lula albergou o apoio oficial do PRB e do PCdoB, e informalmente do PL, PSB, PTB e de grande parte do PMDB.

¹⁶⁰ Hugo Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; e, Nestor Kirchner, na Argentina; eram os representantes da esquerda eleitos e no exercício do mandato na ocasião. Rafael Correa, no Equador, seria eleito no final do ano de 2006, reforçando essa tendência na América do Sul.

Enquanto a de Alckmin teve o apoio do PFL, e informalmente do PPS. Como o Brasil estava passando por um período ímpar da história, a questão da corrupção pautou as discussões na campanha. Lula tentava se desvencilhar os escândalos de corrupção surgidos nos últimos dois anos do seu mandato, enquanto Alckmin, com a popularidade alta no Estado de São Paulo, atacava o candidato petista pelos casos de corrupção e evocava os méritos do seu mandato no governo paulista. Sustentado na liderança em todas as pesquisas de intenção de voto, Lula não compareceu a nenhum debate televisivo no primeiro turno (ABRANCHES, 2018, p. 253-254).

Com sete candidatos na disputa, o primeiro turno das eleições ocorreu no dia 1º/10/2006. Lula obteve a maior votação, com 48,61% dos votos válidos; Alckmin recebeu 41,64%; Heloisa Helena (PSOL) ficou em terceiro lugar com 6,85% dos votos válidos; seguido por Cristovam Buarque (PDT), com 2,64%. A campanha de segundo turno não teve uma pauta diferente da ocorrida no primeiro turno. A diferença foi a participação de Lula em todos os debates televisivos. A votação do segundo turno ocorreu no dia 29/10/2006, marcando a reeleição de Lula para a presidência da República.

Tabela 23 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2006

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	LULA (PT)	%	ALCKMIN (PSDB)	%
125.912.935	23.914.714	18,99	6.160.001	6,04	95.383.220	58.295.042	60,83	37.543.178	39,17

Fonte: MIRHAN (2019).
Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Geraldo Alckmin possui 217 páginas. Trata-se de um documento relativamente extenso, considerando o perfil da maior parte do eleitorado brasileiro. O documento, por vezes, apresenta propostas com detalhes excessivos, que, em determinadas situações, se sobrepõem, e, em outras, discorre de maneira vaga e genérica. A programática de governo se estrutura em 32 tópicos objetivos, que facilitam uma consulta direcionada ao documento.

A programática de governo mantém a mesma lógica dos candidatos do PSDB nas eleições passadas: prioriza o crescimento econômico, para a partir de então distribuir a renda e garantir a prestação e a ampliação de direitos sociais. O plano possui diversas menções à questão do empreendedorismo, da competição e do individualismo como lógica social. Nesse sentido, assevera o empreendedorismo é a chave para o desenvolvimento do Brasil. É o primeiro plano que traz explicitamente o empreendedorismo para as bases de formação da sociedade (ensino): “Criar a Política Nacional de Educação Empreendedora nas universidades federais e

escolas técnicas federais e incluir o tema empreendedorismo nas discussões nacionais de diretrizes pedagógicas do ensino fundamental e médio.” (ALCKMIN, 2006, p. 75).

A proposta denota o papel da iniciativa privada em promover o desenvolvimento país. Nesse viés, dedica uma parte considerável para apresentar propostas de incentivos às empresas. Ademais, propõe medidas que viabilizem (e ampliem) a liberdade de mercado, em detrimento do políticas de intervenção na economia. Outro destaque se refere às propostas de diminuição de impostos. A base dessas proposições se vincula ao estímulo do setor produtivo. O plano declara o agronegócio como o “negócio do Brasil”. Trata como a principal e mais rentável atividade. Propõe que: “Garantir paz e segurança institucional e jurídica para o campo poder trabalhar. No governo de Geraldo Alckmin não haverá invasões. Se invadir, vai ter de ‘desinvadir’ de imediato.” (ALCKMIN, 2006, p. 100). Por outro lado, a programática de governo expressa propostas relativas à reforma agrária.

O plano de governo apresenta propostas relativas a privatizações e a concessões em preponderância em relação à gestão de bens e empresas públicas. Por outro lado, a programática de governo de Alckmin apresenta mais propostas de manutenção e aumento da máquina estatal, relativamente à criação de novos órgãos na administração pública federal, em relação aos seus correligionários nas eleições passadas, que preconizavam a diminuição da máquina estatal. Apesar de que mantém a mesma perspectiva de valorizar o Terceiro Setor em diversas áreas, em desfavor a atuação direta do Estado.

O plano possui um número maior de propostas de manutenção e aumento de direitos trabalhistas e previdenciários do que de supressão. No entanto, a programática de governo é genérica em muitos temas considerados impopulares, com a reforma trabalhista e da previdência. Menciona que levará a cabo uma reforma da previdência, mas não discorre praticamente nada a respeito. Somente vincula duas medidas: a aplicação da reforma apenas para os novos trabalhadores e adoção da previdência complementar aos servidores públicos. No mais, deixa uma lacuna. Sob a expressão de “modernizar a legislação trabalhista”, apresenta propostas de diminuição de direitos trabalhistas, como, por exemplo, para a simplificação dos direitos dos trabalhadores contratados por pequenas e micro empresa.

A proposta de Alckmin apresenta um número considerável de propostas destinadas aos indígenas e minorias. O plano prevê claramente: “Impulsionar políticas de ação afirmativa para inclusão social, econômica, cultural e política dos negros e indígenas.” (ALCKMIN, 2006, p. 8). É o primeiro plano de governo da direita (até então apresentado) que aborda, ainda que de forma sutil, a liberdade da orientação sexual, incluindo-se na categoria diversidade cultural. A programática traz uma quantidade destacada de propostas de expansão do Estado do bem-estar

social, que se sobressaem às que visam uma supressão do Estado do bem-estar social. No que diz respeito à educação pública superior, observa-se uma mudança de postura da direita ao reconhecer que “A base do sistema está nas universidades públicas e gratuitas, federais e estaduais.” (ALCKMIN, 2006, p. 161).

Um dos maiores tópicos do plano de governo de Alckmin se dedica ao combate à corrupção. Abarcando parte dessa questão, a proposta de destaca pela quantidade de texto empregado para medidas relativas à manutenção da lei e da ordem pública. As proposições oscilam basicamente no endurecimento da lei penal e na progressão da pena, e também que as Forças Armadas sejam utilizadas na segurança pública, apoiando as polícias federais e estaduais, concedendo-as poder de polícia específico para participar de operações conjuntas. Propõe a criação do Ministério de Segurança Pública. Contudo, o plano apresenta diversas propostas de segurança cidadã, de prevenção, de recuperação e reabilitação. Diferentemente da proposta de Serra, Alckmin propõe a retomada das negociações pela ALCA.

Tabela 24 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Alckmin (PSDB) – 2006

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,16	Gestão estatal de empresas e bens	0,12	0,04
Livre mercado (desregulação)	0,33	Controle estatal da economia	0,02	0,31
Diminuição de impostos	0,28	Manutenção/aumento de impostos	0	0,28
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,38	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	3,59	-3,21
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,82	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,1	0,72
Diminuição da máquina estatal	0,06	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,14	-0,08
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,38	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,47	-0,09
Políticas de incentivos a empresas	1,22	Políticas de distribuição de renda	0,42	0,8
Competição como a lógica da sociedade	0,36	Solidariedade como racionalidade social	0	0,36
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,04	-0,04
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,24	-0,24
Lei e ordem pública	1,34	Liberdades civis e direitos humanos	0,44	0,9
Moralidade tradicional	0	Diversidade cultural	0,04	-0,04
Democracia liberal (formal)	0,05	Democracia participativa	0,04	0,01
TOTAL	5,38	TOTAL	5,7	-0,28

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de Alckmin (2006).

O plano de governo de Alckmin segue a tendência, desde o plano de governo de FHC de 1998, de demandar um considerável para propostas de expansão do Estado do bem-estar social. Contudo, chama a atenção a inclinação à esquerda ao prevalecer o aumento da máquina estatal, o aumento/manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários, políticas favoráveis aos indígenas e às minorias e propostas baseadas na diversidade cultural. Por outro lado, as

categorias próximas a questão econômica e a manutenção da lei e da ordem mantiveram-se à direita.

O segundo mandato de Lula (2007-2010) foi marcado pelo avanço no campo das políticas sociais, com a ampliação do programa Bolsa Família e no aumento da oferta do ensino superior (tanto pela criação de novas universidades públicas, como pelo ProUni). Houve uma redução da pobreza e da desigualdade social. Essa gestão também ficou marcada pelo maciço investimento em obras de infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). A política externa brasileira ficou marcada pela proatividade, fortalecimento do Mercosul e da formalização dos BRICS¹⁶¹, além da manutenção da tradição brasileira em favor da paz nas nações. No campo econômico, o país manteve a estabilidade econômica, o crescimento do PIB, a queda da inflação, a queda do desemprego, o menor índice (até então) da taxa SELIC, consolidação de reservas cambiais vultosas, e incentivo massivo ao consumo – uma das medidas utilizadas para o Brasil ser pouco afetado na crise global de 2008-2009. Além disso, durante o mandato de Lula, o Brasil se comprometeu em sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro de 2016, o que significava um altíssimo gasto com infraestrutura (BRESSER-PEREIRA, 2013; TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 458-459).

6.2.6 – Eleições de 2010 – José Serra

A crise financeira (ou *crise do subprime*) de 2008, ocasionada pela bolha do mercado imobiliário estadunidense, agravada pelos altos índices de não adimplimento das hipotecas imobiliárias, causou a quebra de bancos e instituições de crédito nos Estados Unidos, afetando, em efeito cascata, o mercado financeiro mundial. Atingindo diretamente a Zona do Euro e a China. As consequências da crise perduraram nos próximos anos, balizando as ações na condução da economia brasileira. Por mais que o Brasil tenha sofrido os efeitos da crise internacional, inclusive com uma recessão técnica do PIB no ano de 2009, a política de fomentar o consumo interno foi capaz de minimizar os impactos no país, resultando, inclusive num maior crescimento da economia (ABRANCHES, 2018, p. 267; VIZEU, 2019, p. 276).

Os grandes gastos com as estruturas necessárias para o Brasil sediar a Copa do Mundo começaram a ser questionados, sobretudo, num momento que o país passava por uma crise mundial. No ano de 2010, a política de intensificar o consumo, com a oferta de crédito a juros baixos, aumento salarial e desoneração de impostos de diversas atividades produtivas, começou

¹⁶¹ Grupos de países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul [que só ingressou na cúpula no ano de 2011, após o término do mandato de Lula]), que visam elaborar medidas conjuntas de cooperação econômica, militar e política.

a demonstrar o principal efeito negativo: o aumento da taxa de inflação. Além disso, por mais que houvesse melhoras durante a gestão petista, a educação e a saúde ainda continuavam sendo grandes problemas. Contudo, tais fatos não foram capazes de afetar a repercussão positiva do governo Lula, o qual encerrou o mandato com cerca 83% de aprovação, alçando-o como o mais popular da história do país (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 459).

No início do ano de 2010, ainda na pré-campanha, o candidato do PSDB e (então) governador de São Paulo, José Serra, aparecia nas pesquisas de intenções de voto em primeiro lugar, com uma folga considerável da segunda colocada, a candidata do PT e (então) ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, demonstrando que, mais uma vez, as eleições seriam polarizadas entre os dois partidos. Em terceiro lugar, aparecia a senadora e dissidente do PT, Marina Silva (PV). No entanto, “a popularidade recorde de Lula e o crescimento econômico alavancariam a trajetória de Dilma Rousseff rumo à presidência” (ABRANCHES, 2018, p. 267). A coalizão do PSDB era formada por partidos de direita e centro (DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB), enquanto a aliança do PT contou com o apoio de partidos de esquerda, centro e, inclusive, de direita (PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN), formando a maior aliança oficial para as eleições presidenciais da história do país¹⁶².

A corrupção foi uma das principais pautas das eleições. As acusações contra PT, especialmente pelo caso do *mensalão* vieram à tona. Por outro lado, houve imputações de crimes de corrupção ao candidato José Serra por fatos ocorridos durante a sua gestão no governo de São Paulo. Desde as eleições de 1989, a pauta de costumes não era tão relevante no debate presidencial. A fim de afastá-la do eleitorado evangélico e católico, houve imputações à Dilma de que era favorável ao casamento gay e ao aborto¹⁶³ (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 460). Serra defendia a sua gestão em São Paulo como credencial para ser eleito. Enquanto Dilma se baseava nos feitos do governo Lula, sobretudo na sua gestão à frente do PAC e do Pré-Sal. Já Marina Silva (PV) apresentava uma pauta mais voltada ao pós-materialismo¹⁶⁴, colocando-se como alternativa à polarização PT-PSDB (TELLES, 2018, p. 255-256). Com a difusão das redes sociais e a ampliação do acesso à *internet*, as *fake news online* tiveram início.

Com nove candidatos na disputa, o primeiro turno das eleições presidenciais ocorreu no dia 03/10/2010, tendo Dilma Rousseff (PT) recebido o maior número de votos válidos

¹⁶² Pela primeira vez o candidato do Partido dos Trabalhadores teve o maior tempo de televisão dentro os concorrentes.

¹⁶³ “Dilma buscou se afastar de declarações prévias em favor da descriminalização do aborto. Serra tentou faturar em cima da polêmica, mirando a direita, aproximando-se de lideranças religiosas [...]” (VIZEU, 2019, p. 287).

¹⁶⁴ Marina inovou direcionar sua campanha para a *internet*, importando a novidade ocorrida na eleição de Obama, em 2008 (TELLES, 2018, p. 256).

(46,91%), seguido por José Serra (PSDB) (32,61%) e Marina Silva (PV) (19,33%). Marina não declarou apoio a nenhum dos candidatos no segundo turno. A disputa foi marcada pelas acusações de corrupção de ambos os lados. No caso de Serra, o fato de maior repercussão foi a fraude na licitação das obras do metrô, e de Dilma, o caso de tráfico de influência¹⁶⁵, no âmbito da Casa Civil. No entanto, a influência de Lula e o discurso de continuidade do governo petista prevaleceu, e Dilma venceu a disputa no segundo turno, ocorrido no dia 31/10/2010.

Tabela 25 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2010

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	DILMA (PT)	%	SERRA (PSDB)	%
135.804.433	29.197.152	21,50	7.142.025	6,70	99.463.917	55.752.529	56,05	43.711.388	43,95

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de José Serra, diferentemente do apresentado em 2002, é relativamente extenso, porém, muito bem dividido. A programática de governo está organizada, basicamente, em duas partes. A primeira conta com 20 grandes temas, sendo que em cada uma temática há um conjunto de proposições, totalizando 118 propostas. A segunda parte apresenta agendas específicas para cada Estado brasileiro, trazendo uma inovação na configuração de planos de governo. Além disso, há uma menção de que a elaboração do documento contou com a contribuição de 27.450 internautas. O texto possui 280 páginas.

A proposta de Serra possui um forte apelo ao empreendedorismo, à competição e ao individualismo. Essas questões são transversais. Constam inseridas em diversos temas, apesar de que há um tópico específico para tratar exclusivamente do empreendedorismo. Nesse sentido, propõe que seja incluída uma disciplina obrigatória no ensino médio sobre o empreendedorismo, e afirma que: “Políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo mostram grande e positivo impacto socioeconômico, valorizando a atitude proativa das pessoas, em detrimento da passividade e resignação [...]. Uma Nação ativa se ergue pelo vigor do dinamismo de seus empreendedores” (SERRA, 2010, p. 21). Por outro lado, a questão da solidariedade como lógica racional é muito pouca abordada no texto.

O plano possui uma parte extensa dedicada a propostas que visem criar políticas de incentivos às empresas. Nesse sentido, apresenta-se, na programática de governo, a visão de que o desenvolvimento do país compete a iniciativa privada. Não consta nenhuma proposta que

¹⁶⁵ O caso Erenice Guerra ganhou repercussão em 11/09/2010, após a publicação em uma revista. Erenice Guerra era uma pessoa de confiança de Dilma, sucedendo-a na condução da Casa Civil após a desincompatibilização de Dilma para concorrer à presidência da República. Dois anos depois, o caso foi arquivado a pedido do MPF.

impute o desenvolvimento nacional às políticas estatais. Em contrapartida, não apresenta nenhuma proposta para a diminuição da máquina estatal (o que não inclui as atividades rentáveis), pelo contrário, ainda que com pouco impacto, propugna um aumento das atividades estatais. Não obstante, Serra, em determinados momentos, não é assertivo na questão: “Mais relevante do que o tamanho do Estado é o debate sobre a função e o caráter do poder público” (SERRA, 2010, p. 22).

Embora o plano de governo reserve um espaço considerável para propostas que visem à privatização de empresas e aos bens públicos, apresenta uma defesa do seu partido quanto ao histórico de privatizações: “O PSDB e seus aliados políticos não são privatistas nem estatizantes. Defendem, isso sim, o ativismo do Estado. Querem o ente público que atua, planeja, define prioridades, impulsiona a produção, articula forças sociais, mobiliza a sociedade.” (SERRA, 2010, p. 21). As propostas de desregulação do mercado, objetivando o livre mercado, se sobressaem em relação as de intervenção do Estado na economia. Associada a essa questão, a diminuição de impostos visando incentivar a produção nacional possui uma relevância na proposta.

O plano apresenta uma visão de que a segurança pública é que a violência afeta as pessoas e também o desenvolvimento econômico do país. Portanto, “investir em segurança significa estimular o crescimento” (SERRA, 2010, p. 27). Por mais que a programática apresente propostas vinculadas ao respeito aos direitos humanos e às liberdades civis, destaca-se pela quantidade considerável de texto reservado às propostas que visem à manutenção da lei e da ordem pública, incluindo a criação do Ministério da Segurança Pública, a construção de presídios e a alteração do estatuto da criança e do adolescentes, para permitir o aumento de pena para menores infratores, e a transferência desses, para presídios, quando completarem a maioria no transcorrer do cumprimento de medida socioeducativa. Contudo, o plano é explícito ao ser favorável ao controle de armas para a população em geral.

As propostas de Serra demandam um espaço considerável para a proposição de políticas para indígenas, negros, mulheres, idosos e deficientes. Destaca uma parte extensa para propor políticas para os deficientes, envolvendo questões de saúde, locomoção e inclusão. Diferentemente dos outros planos do PSDB, a programática de governo de Serra traz algo inédito. Trata abertamente de políticas favoráveis à diversidade de gênero, mencionando a explicitamente a população GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis) e o combate à homofobia. Assim, a questão da diversidade cultural se destaca nesse documento.

O plano incorpora as políticas de distribuição de renda vigente à época – como o *Bolsa Família* –, e propõe ampliações. Além disso, possui um grande espaço empregado para versar

de propostas que visem à expansão ou manutenção do Estado do bem-estar social. O maior destaque são as medidas indicadas para a área de saúde, as quais incluem a criação de diversos serviços e programas. Em contrapartida, chama a atenção para a perspectiva apresentada na proposta de que o ensino médio deve ser uma preparação para o mercado de trabalho. O plano não traz temas polêmicos quanto à supressão de direitos trabalhistas ou previdenciários. As proposições dentro dessa categoria são questões de menor repercussão. Por outro lado, as propostas que objetivem a manutenção ou ampliação desses direitos de sobressaem no documento.

Serra se demonstra favorável ao acontecimento da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016.

Tabela 26 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Serra (PSDB) – 2010

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,47	Gestão estatal de empresas e bens	0,09	0,38
Livre mercado (desregulação)	0,6	Controle estatal da economia	0,24	0,36
Diminuição de impostos	0,37	Manutenção/aumento de impostos	0	0,37
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	0,46	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	4,13	-3,67
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,25	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0	0,25
Diminuição da máquina estatal	0	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,08	-0,08
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0,13	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,18	-0,05
Políticas de incentivos a empresas	0,67	Políticas de distribuição de renda	0,37	0,3
Competição como a lógica da sociedade	0,21	Solidariedade como racionalidade social	0,01	0,2
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,23	-0,23
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,89	-0,89
Lei e ordem pública	1,43	Liberdades civis e direitos humanos	0,34	1,09
Moralidade tradicional	0,03	Diversidade cultural	0,22	-0,19
Democracia liberal (formal)	0,1	Democracia participativa	0,06	0,04
TOTAL	4,72	TOTAL	6,84	-2,12

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de Serra (2010).

O plano de governo de José Serra mantém a perspectiva neoliberal em relação à economia, e a questão do Estado forte na questão da manutenção da lei e da ordem pública, aproximando as respectivas categorias à direita. Contudo, aproxima-se da esquerda ao evocar a criação de diversas políticas em favor das minorias e as relativas à diversidade cultural (incluindo políticas para a população GLBTT e o combate a homofobia), além das propostas que visem à expansão do Estado do bem-estar social, que se tornam o maior ponto de posicionamento à esquerda da sua programática de governo.

A gestão de Dilma (2010-2014) foi destacada pelo programa habitacional *Minha Casa Minha Vida*, as políticas em torno da educação (PRONATEC, *Ciências sem Fronteiras*, *Vale Cultura* etc.), políticas sociais com duplo foco: população que mesmo com o *Bolsa Família* ainda vivia na miséria (*Brasil sem Miséria*) e minorias¹⁶⁶, como negros, índios e grupos LGBTQIA+. A política externa foi marcada pelo fortalecimento do Mercosul e da relação com os BRICS. No quesito econômico, Dilma iniciou o governo “com uma proposta de continuidade do governo Lula; mais do que isso, com a esperança de poder reeditar o desempenho de seu antecessor, que combinara taxas relativamente elevadas de crescimento com redução da desigualdade econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9). No entanto, a fórmula exitosa do governo Lula somente foi possível com a manutenção em um patamar elevado dos preços das *comodities*, o que não ocorreu na gestão Dilma. Além disso, o seu governo herdou as consequências pelo incentivo massivo ao consumo (já no limite) e pela renúncia de receita. Por mais que tenha revisto posteriormente alguns pontos da política macroeconômica, o governo Dilma foi marcado pelo baixo crescimento econômico, aumento da inflação, início de uma crise econômica e política e descumprimento do tripé macroeconômico instituído no governo FHC (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 460).

6.2.7 – Eleições de 2014 – Aécio Neves

No ano de 2013, ocorreram grandes protestos no país – conhecidos como as *Jornadas de Junho*. As reivindicações eram diversas e difusas, e muitas possuíam pleitos de caráter estadual ou municipal, como as tarifas das passagens de ônibus, mas, de uma forma inédita, reverberaram nacionalmente, afetando tanto a política em esfera nacional como a gestão e popularidade da presidente Dilma Rousseff (BECKER *et al.*, 2016). Os protestos contra a realização da *Copa do Mundo de Futebol* (sobretudo pelo montante gasto) ganharam força em 2013 e se intensificaram no ano seguinte. Muitos dos diversos protestos foram marcados pela violência de manifestantes e dos agentes do Estado (ABRANCHES, 2018, p. 287). Após esse fato, as manifestações se tornam constantes no país nos próximos anos. No mesmo ano, houve o leilão dos primeiros blocos do pré-sal.

Em março de 2014, foi deflagrada a *Operação Lava Jato*, que, em princípio, apurava lavagem de dinheiro a partir de esquemas de corrupção entre empreiteiras e gestores da Administração Pública Federal, especialmente na Petrobras. No mesmo mês houve o julgamento dos recursos dos condenados no caso do *Mensalão*. Ambos fatos trouxeram o tema

¹⁶⁶ Utiliza-se o vocábulo minorias, mas, em alguns casos, como os dos negros e mestiços, representam a maioria.

da corrupção para o centro das discussões. Antes e durante a realização da *Copa*, as manifestações tomaram conta do país. Em 2014, a economia mantinha a tendência de desaceleração enquanto a inflação demonstrava aumento, e as políticas sociais demonstravam uma estagnação com os gastos públicos no limite (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 460).

Desde a divulgação das primeiras pesquisas de opinião, Dilma (PT) aparecia em primeiro lugar na disputa. Na sequência, alternava-se, na segunda posição, o governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB) e o senador Aécio Neves (PSDB). Quando estavam tecnicamente empatados, Campos sofreu um acidente aeronáutico, falecendo no dia 13/08/2014. A candidata a vice-presidente na chapa de Campos, Marina Silva, assumiu a candidatura cinco dias após o fato. Marina (PSB) teve uma subida repentina nas pesquisas de intenção de voto, sobretudo pela comoção da morte de Campos, empatando tecnicamente com Dilma. Após sofrer ataques dos grupos de Aécio e, sobretudo, de Dilma, a campanha de Marina perdeu ritmo, e Aécio conquistou o segundo lugar nas vésperas do sufrágio, polarizando a disputa novamente entre PT e PSDB (ABRANCHES, 2018, p. 291).

Além dos ataques recíprocos entre os candidatos – o que trouxe um viés agressivo e negativo nas campanhas –, o contexto eleitoral de 2014 foi marcado pelos discursos de campanha baseados na mudança, a fim de representar o desejo de transformação manifestado por boa parte da população no último ano (TELLES, 2018, p. 258). Após o *Mensalão* e o início da *Lava Jato*, o tema da corrupção pautou também os debates. Pelo lado de Aécio pesava denúncias na sua gestão no governo de Minas Gerais, com foco na construção de um aeroporto em terras de um familiar. Outra questão evidente foi o papel do Estado na sociedade. No pleito de 2014, a *internet* teve uma grande relevância, especialmente pela divulgação de informações nas redes sociais, tornando-se uma grande arena de disputa pelo voto. Nesse sentido, os *memes*, as *fake news*, os robôs para disparo de mensagens e os perfis falsos também ganharam notoriedade. A coligação de Aécio (PSDB) contou com o apoio predominantemente de partidos de direita e centro (Solidariedade, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB e PTB). A aliança de Dilma (PT) foi formada majoritariamente por partidos de centro e esquerda (PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS e PCdoB).

Com onze candidatos na disputa, a votação do primeiro turno ocorreu no dia 05/10/2014, marcando o favoritismo de Dilma Rousseff, que obteve 41,59% dos votos válidos. Aécio Neves recebeu 33,55%, enquanto Marina Silva 21,32%. O debate do segundo turno continuou pautado pelo tom agressivo e os ataques entre os candidatos. Aécio defendia o governo FHC (algo que Serra e Alckmin não fizeram com ênfase), dando margem para trazer o tema das privatizações à tona. Dilma defendia a continuidade do governo iniciado em Lula.

Além disso, questões relativas à moralidade tradicional fizeram parte do contexto eleitoral. A votação do segundo turno ocorreu no dia 26/10/2014, tendo Dilma vencido a disputa por uma diferença de cerca de 3% dos votos válidos.

Tabela 27 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2014

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	DILMA (PT)	%	SERRA (PSDB)	%
142.822.046	30.137.479	21,10	7.141.606	6,34	105.542.273	54.501.118	51,64	51.041.155	48,36

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Aécio é objetivo, sucinto e bem estruturado. Está dividido em nove partes, a apresentação e oito grandes temas (cidadania, economia, educação, estado eficiente, relações exteriores, saúde, segurança pública e sustentabilidade), que englobam subtemas e as respectivas propostas. O documento se consolida em 76 páginas.

A programática de governo, por mais que não haja uma conotação vinculada à moralidade tradicional, apresenta diversas propostas vinculadas a famílias. Como em nenhum momento é apresentada ou relacionada o tipo de formatação da família, as menções não foram categorizadas na moralidade tradicional. Pelo contrário, Aécio não faz nenhuma menção referente a esse tópico. Em contrapartida, propõe pontuais medidas em torno da diversidade cultural. Trata-se de políticas de reconhecimento da comunidade LGBT e o combate a homofobia. Diferentemente dos outros planos de governo do PSDB, discorre bastante sobre mecanismos de democracia participativa (reserva um tópico exclusivo para o tema), não realizando nenhuma menção sobre a democracia procedimental.

A programática reserva um espaço considerável para tratar de políticas favoráveis às minorias e aos indígenas. Propõe políticas afirmativas para diversos setores identificados como vulneráveis, incluindo claramente a instituição de cotas em razão da raça. O plano propugna diversas políticas contra à discriminação e todos os tipos de intolerância, inclusive por orientação sexual. Além disso, reserva um tópico para tratar exclusivamente de políticas destinadas às mulheres, muitas baseadas na equidade de gênero, e para os deficientes.

O plano prevê a continuidade dos programas de transferência de renda, assim como traz algumas implementações. Contudo, as propostas relativas à manutenção e expansão do Estado do bem-estar social são as que mais se destacam no documento. Além de diversas propostas no âmbito da saúde, tanto para manutenção (a exemplo do Mais Médicos) como para a expansão, o plano demanda um grande espaço para proposições em torno da assistência social, esporte e lazer, cultura, habitação, educação etc. Em relação à educação, mantém-se a mesma

perspectiva, encontrada nos planos anteriores do PSDB, quanto ao direcionamento da educação para o mercado de trabalho. Nesse viés, propõe que haja a “Introdução de componentes curriculares de empreendedorismo nas diretrizes nacionais de educação básica, profissional e superior” (NEVES, 2014, p. 37).

O empreendedorismo, o individualismo, a competição e a meritocracia aparecem em diversas partes do texto. Propõe a “Promoção e estímulo à cultura do empreendedorismo junto às comunidades” (NEVES, 2014, p. 8). O documento reserva uma parte específica para tratar do empreendedorismo, entendendo que “É função de governo, em todas as sociedades modernas, promover o estímulo ao empreendedorismo, incentivando a cultura empreendedora e reduzindo barreiras burocráticas, regulatórias e tributárias” (NEVES, 2014, p. 36). No mesmo sentido, o plano deixa claro que o desenvolvimento do país deva ocorrer a partir da iniciativa privada, e não pelo protagonismo do Estado. Assim, propõe diversas políticas de incentivos às empresas.

Os pressupostos neoliberais na economia prevalecem na proposta de Aécio. Assim, as proposições relativas à privatização de empresas e bens, diminuição da máquina estatal, desregulação do mercado e diminuição de impostos se direcionam à direita. Se destacam as propostas relativas às parcerias com a iniciativa privada e, mesmo sem o protagonismo nos planos de governo de FHC, o papel do terceiro setor na prestação de serviços públicos. O plano reforça a política econômica iniciada no governo FHC, sendo favorável à ortodoxia econômica: “No campo da macroeconomia, iremos adotar o cumprimento inequívoco dos compromissos do tripé macro: inflação na meta, ou seja, no centro da meta, superávit primário obtido sem artifícios contábeis e câmbio flutuante.” (NEVES, 2014, p. 44). Não propõe mudanças significativas na previdência social, contudo não traz propostas significativas de ampliação. A dinâmica se repete em relação aos direitos trabalhistas.

O plano de Aécio Neves dedica uma grande parte para tratar de medidas relativas à manutenção da lei e da ordem pública. As propostas orbitam, preponderantemente, no endurecimento da lei penal e de execução penal, investimento nas forças de segurança do Estado e na construção de novas penitenciárias. As relativas às garantias das liberdades civis e direitos humanos trazem questões relativas à prevenção de crimes e de cidadania nas áreas mais vulneráveis do país. Propõe também a criação do Ministério da Segurança Pública.

Aécio Neves apoia a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, e traz propostas relativas à reforma política, como o fim da reeleição para os cargos do executivo, ampliação dos mandatos para cinco anos, implantação do voto distrital misto, fim das coligações proporcionais, cláusula de desempenho para partidos etc.

Tabela 28 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Aécio Neves (PSDB) – 2014

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	0,37	Gestão estatal de empresas e bens	0,04	0,33
Livre mercado (desregulação)	0,79	Controle estatal da economia	0,12	0,67
Diminuição de impostos	0,38	Manutenção/aumento de impostos	0	0,38
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,96	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	7,1	-5,14
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,11	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0,1	0,01
Diminuição da máquina estatal	0,13	Manutenção/aumento da máquina estatal	0,05	0,08
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	0	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0,06	-0,06
Políticas de incentivos a empresas	0,41	Políticas de distribuição de renda	0,21	0,2
Competição como a lógica da sociedade	0,8	Solidariedade como racionalidade social	0,19	0,61
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0,18	-0,18
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	1,37	-1,37
Lei e ordem pública	1,84	Liberdades civis e direitos humanos	0,35	1,49
Moralidade tradicional	0	Diversidade cultural	0,07	0,07
Democracia liberal (formal)	0	Democracia participativa	0,58	-0,58
TOTAL	6,79	TOTAL	10,42	-3,63

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de Aécio Neves (2014).

Esse é o plano de governo estudado que possui o maior quantitativo proporcional de texto reservado para tratar da democracia participativa e para políticas favoráveis às minorias, além de ser o que mais apresenta propostas relativas à manutenção e expansão do Estado do bem-estar social. Essas três categorias são determinantes para direcionar o plano de governo de Aécio para a esquerda, alçando-o como (dentre os analisados) o plano de governo que mais se aproxima à esquerda. Em relação as categorias identificadas à direita, a programática mantém a posição nas questões relativas à economia, denotando a manutenção das políticas neoliberais, assim como quanto à lei e a ordem pública.

No seu curto segundo mandato, Dilma manteve as gestões nas áreas de políticas habitacional, educacional e social, especialmente em favor das minorias, mas com pouco ímpeto, especialmente pela diminuição de recursos para fazer frente às políticas, mesmo com o ajuste fiscal anunciado após a reeleição. No que diz respeito à esfera econômica, a crise econômica se agravou – especialmente com o aumento da taxa de inflação –, e instalou-se uma crise política¹⁶⁷ (e um ataque midiático) que inviabilizou a gestão da petista (ABRANCHES, 2018, p. 295).

¹⁶⁷ Desde o primeiro mandato, Dilma já demonstrava uma dificuldade para negociar com os partidos fisiológicos (reunidos em torno do *centrão*) (TEIXEIRA DA SILVA, 2020b, p. 461).

O mandato de Dilma Rousseff foi interrompido no dia 31/08/2016¹⁶⁸, em meio a um processo de *impeachment* (ou de golpe parlamentar [SOUZA, 2016]), cujas origens do seu impedimento remontam às eleições de 2014: uma visível polarização nacional (BECKER et al., 2016) em diversos ambientes (mídia, manifestações de rua, campanhas políticas, postura de políticos, debates). Ademais, as notícias e informações (incluindo as *fake news*) em mídias sociais deram ampla divulgação quanto à *Operação Lava Jato*, que culminou num desgaste e perda de popularidade de Dilma. Assumiu o então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), que utilizou no Congresso Nacional, para governar, a mesma base parlamentar – marcadamente de centro-direita e direita – que agiu em favor da retirada de Dilma do cargo.

Michel Temer (PMDB) reforçou no seu curto mandato as políticas neoliberais, com menos intervenções na economia, uma abertura maior ao comércio exterior, controle dos gastos públicos com um prazo de 20 anos, reforma trabalhista (de modo a extinguir e limitar direitos aos trabalhadores), liberação da terceirização para as atividades fins das empresas e administração pública, além de ter tentado aprovar uma reforma da previdência. Ao final do governo Temer, a inflação baixou. No entanto, mesmo após as reformas neoliberais, o desemprego aumentou e não houve um crescimento considerável do PIB, e, em contrapartida, cresceu a desigualdade socioeconômica no país.

6.2.8 – Eleições de 2018 – Jair Bolsonaro

A saída de Dilma, o avanço nas investigações da *Operação Lava Jato*, incluindo a prisão de políticos de todas as esferas e de empresários, não foi suficiente para acalmar a crise política e de confiança de grande parte do brasileiro no sistema político do país. Em 2017, o então presidente da República, Michel Temer, foi denunciado por corrupção duas vezes, tendo sofrido diversas manifestações contra a sua permanência e gestão, contando ainda com uma greve geral ocorrida no Brasil contra as reformas trabalhista e da previdência. A grande parte dos políticos no exercício do mandato, sobretudo os chefes do executivo nas três esferas¹⁶⁹, estavam com uma alta rejeição da população. Este ano também foi marcado pela condenação de Lula, na primeira instância, por corrupção no *caso do triplex*. O contexto internacional foi marcado pela posse de Donald Trump, considerado um extremista de direita, para a presidência dos Estados Unidos.

¹⁶⁸ A ex-presidente Dilma Rousseff já se encontrava afastada do cargo desde 12/05/2016, quando houve a aprovação do Senado Federal para que o processo de *impeachment* prosseguisse.

¹⁶⁹ Temer foi o presidente mais impopular da história, ao alcançar 82% de rejeição (VIZEU, 2019, p. 310).

Logo no início de 2018, Lula é condenado em segunda instância, e meses depois tem a prisão decretada, com a posterior rejeição do registro de candidatura por parte do TSE, baseado na *Lei da Ficha Limpa*. Inicia-se a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, contando com o apoio considerável da população nacional. Ainda no primeiro semestre do ano, ocorreu a *greve dos caminhoneiros*, ocasionada principalmente pelo aumento no preço do diesel (após as mudanças na fórmula de cálculo trazida pelo governo Temer na Petrobrás), paralisando diversas atividades no país, e agravando ainda mais a economia.

Desde junho de 2016, após o afastamento de Dilma, as pesquisas de intenção de voto começaram a apontaram o favoritismo de Lula para as eleições presidenciais de 2018. Tal situação permaneceu, sem alterações, até a última pesquisa de opinião divulgada antes da decisão da rejeição do registro de candidatura pelo TSE, em 31 de agosto de 2018, quando Fernando Haddad (PT) foi indicado como o novo candidato à presidente da coligação. Nesse período a segunda colocação alterou de Marina Silva (REDE) para Jair Bolsonaro (PSL). A partir da metade do ano de 2017, Bolsonaro ocupou o segundo lugar em todas as enquetes. Contudo, com a saída de Lula da disputa, assumiu a primeira posição¹⁷⁰, permanecendo nela durante toda a corrida presidencial. Pela primeira vez, desde 1994, as eleições presidenciais brasileira não seriam polarizadas entre PT e PSDB (VIZEU, 2019, p. 323).

Um dos fatores que mais marcaram a campanha eleitoral de 2018 foi a divulgação massiva de *fake news*. A quantidade de produção e divulgação de notícias falsas, que se intensificara depois das eleições de 2014, influenciou no voto ou na rejeição de candidatos. No entanto, diferente da campanha eleitoral passada, o processo em torno das *fake news* teve uma gestão mais institucionalizada e profissional, beneficiando diretamente Bolsonaro (VIZEU, 2019, p. 325). Aparte dessa questão, a *internet* foi um espaço relevante nessa campanha, sendo um meio amplamente utilizado pelos candidatos e eleitores.

Bolsonaro e Haddad priorizavam o retorno do crescimento econômico. Enquanto o primeiro defendia abertamente os pressupostos neoliberais para a economia (livre mercado, privatizações, Estado mínimo, diminuição da dívida pública etc.) – algo que não se via tão claramente num candidato com chances de ser eleito desde FHC em 1994 –, o petista apoiava a necessidade de um Estado forte para continuar gerindo e ampliando as políticas sociais, fazendo referência a uma continuidade à gestão de Lula¹⁷¹, bem como manifestava

¹⁷⁰ No dia 02/09/2018, o Deputado Federal e (então) candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, sofreu uma tentativa de assassinato à faca na cidade de Juiz de Fora/MG. Após esse fato, Bolsonaro subiu nas pesquisas e não participou de nenhum debate eleitoral.

¹⁷¹ No contexto eleitoral, Haddad e diversos outros candidatos à esquerda evitaram fazer referências à Dilma Rousseff.

contrariedade às privatizações. As pautas de costumes¹⁷² tiveram relevância nesse pleito, assim como a temática da corrupção. Outros temas possuíam também uma grande divergência entre os dois candidatos. Ao passo que Bolsonaro defendia, por exemplo, uma segurança pública reativa, garantia do direito de o cidadão possuir arma de fogo, diminuição da maioria penal, criação do sistema de aposentadoria por capitalização, Haddad propunha igualdade de gênero, proteção do meio ambiente, revogação do congelamento do teto de gastos públicos.

Bolsonaro concorreu por uma coligação de partidos de direita (PSL e PRTB), e Haddad por uma composta de partidos de esquerda e centro (PT, PCdoB e PROS).

O clima de instabilidade política (incluindo a diminuição da credibilidade da classe política perante à sociedade) refletiu no número de candidatos à disputa presidencial. Desde as eleições de 1989, não havia tantos candidatos registrados. Com 13 candidatos na disputa, a votação do primeiro turno ocorreu no dia 07/10/2018. Bolsonaro ficou em primeiro lugar, obtendo 46,06% dos votos válidos; Haddad em segundo, com 29,28%; Ciro (PDT) em terceiro, com 12,47%; seguido por Alckmin (PSDB), que obteve 4,76%. Diferentemente de outras eleições, a grande maioria dos partidos decidiu não apoiar nenhum candidato no segundo turno. Contudo, muitos políticos, independentemente da posição das respectivas agremiações, manifestaram apoio. No contexto do *antipetismo*, Bolsonaro recebeu o maior apoio, marcadamente por políticos identificados com a direita. A votação do segundo turno ocorreu no dia 28/10/2018, consolidando a preferência por Bolsonaro.

Tabela 29 – Dados eleitorais do 2º turno das eleições presidenciais de 2018

ELEITORES INSCRITOS	ABSTENÇÃO	%	NULOS E BRANCOS	%	VOTOS VÁLIDOS	BOLSONARO (PSL)	%	HADDAD (PT)	%
147.306.294	31.371.704	21,30	11.094.698	9,57	104.838.753	57.797.847	55,13	47.040.906	44,87

Fonte: MIRHAN (2019).

Elaborado: pelo autor.

O plano de governo de Bolsonaro se difere de todos os outros analisados neste trabalho. O documento se configura numa formatação semelhante à uma apresentação de *slides*, não possui um índice e tampouco uma organização lógica dentre os temas abordados. Determinados assuntos são desenvolvidos com certa profundidade, enquanto outros são tratados vagamente. O texto está disposto em 81 páginas. Contudo, algumas páginas contam somente com títulos e imagens e outras com pouco conteúdo (isto é, número de caracteres).

¹⁷² No dia 29/09/2018 houve manifestações em mais de 100 cidades brasileiras contra o candidato Jair Bolsonaro. As mulheres foram as protagonistas das manifestações, com o mote “ele não!”, criticando a postura reacionária de Bolsonaro em relação às mulheres, comunidade LGBTQIA+ e negros. Após esse fato, houve manifestações favoráveis à Bolsonaro, sob o *slogan* de “ele sim!”.

A programática de governo demanda um grande espaço para tratar de medidas em torno da manutenção da lei e da ordem pública. Propõe investir fortemente nas polícias, acabar com a progressão penal e saídas temporárias dos presos, reduzir a maioria penal, liberar armas, alterar a lei para que os policiais sejam cobertos pela excludente de ilicitude, endurecer a legislação penal, tipificar as invasões de propriedades rurais e urbanas como terrorismo. Propugna ainda que as Forças Armadas se integrem aos órgãos de segurança pública. O documento exalta o protagonismo das Forças Armadas no golpe de 1964. O plano apresenta pouquíssimas propostas relativas a liberdades civil e direitos humanos.

Vinculada à perspectiva de exaltação das Forças Armadas, o plano propõe a criação de dois colégios militares em todas as capitais brasileiras. E apresenta que a doutrinação é um dos principais problemas da atual educação no país. O documento evoca a conexão da educação com a atividade produtiva. Propugna que os programas de pós-graduação estejam sempre próximos às empresas, e que as universidades fomentem o empreendedorismo para que o jovem conclua a faculdade pensando em abrir uma empresa. Por outro lado, o plano traz propostas de manutenção e aumento do Estado do bem-estar social, que se sobressaem em relação às de limitação. A temática da saúde reserva uma parte considerável dessa categoria, com destaque para a criação da carreira de médicos de Estado, que visam atender as áreas mais remotas e carentes do país, e na educação em relação à integração entre governo federal, Estados e Municípios.

A temática da competição como a lógica da sociedade é bastante explorada no texto. A questão do individualismo e do empreendedorismo são mencionados em diversas partes da proposta, sobressaindo-se em relação à solidariedade como racionalidade social. O plano não menciona nenhuma proposta favorável ou contrária aos indígenas, e reserva apenas uma proposta relativa às políticas favoráveis às minorias, que trata da autorização para que cubanos egressos do mais programa *Mais Médicos* possam residir legalmente no Brasil. A programática de Bolsonaro também não apresenta nenhuma medida relativa à democracia participativa, tratando, nas poucas menções, somente de aspectos vinculados à democracia procedimental.

O plano mantém uma forte defesa na manutenção e avanço na implementação das políticas neoliberais: “As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo” (BOLSONARO, 2018, p. 13). Nesse sentido, a programática reserva uma parte extensa para tratar de medidas que visem a desregulação da economia, com vistas à implantação de um livre mercado, rechaçando ações em torno do controle estatal da economia. Assim como se caracteriza pela defesa da diminuição

de impostos e do protagonismo das empresas no desenvolvimento nacional, em detrimento de políticas estatais.

Ainda sob os auspícios neoliberais, o plano se destaca pelo grande quantitativo de propostas relativas à privatização de empresas e bens. “Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública” (BOLSONARO, 2018, p. 61). A programática ressalta que somente as empresas consideradas estratégicas ficarão sob a gestão estatal. A proposta segue as mesmas diretrizes impostas pelo FMI nas gestões de FHC. No mesmo viés, o plano apresenta uma perspectiva de diminuição da máquina estatal. Propõe a extinção de diversos órgãos públicos, sem apresentar nenhuma medida oposta.

A programática propõe mudanças no sistema previdenciário. Visa a implantação do modelo de capitalização por cotas, nas quais as contas individuais de capitalização são geridas por uma empresa privada, e não por um fundo coletivo público. Além disso, propõe a criação de uma legislação trabalhista paralela, na qual o contrato individual prevaleça sobre a CLT. Bem como é contra o imposto sindical e a unicidade sindical, sendo favorável que haja uma competição entre sindicatos para que o trabalhador possa escolhê-lo. O plano não apresenta nenhuma proposta de aumento ou manutenção dos direitos trabalhistas e previdenciários.

“Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários” (BOLSONARO, 2018, p. 61). O plano apresenta políticas relativas à transferência de renda em quantidade superior a políticas de incentivos às empresas. Trata da manutenção e ampliação de programas já existentes. A programática, para não fugir do viés neoliberal, justifica que “todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo” (BOLSONARO, 2018, p. 61). O plano apresenta valores tradicionais, não fazendo nenhuma menção à diversidade cultural. São mencionadas questões vinculadas à religião, à composição familiar tradicional, à disciplina hierárquica e à valores morais.

Tabela 30 – Relação direita-esquerda – Propostas de governo – Bolsonaro (PSL) – 2018

DIREITA		ESQUERDA		RESULTADOS
Privatização de empresas e bens	1,85	Gestão estatal de empresas e bens	0,06	1,79
Livre mercado (desregulação)	3,9	Controle estatal da economia	0,08	3,82
Diminuição de impostos	0,31	Manutenção/aumento de impostos	0	0,31
Limitação do Estado do Bem-Estar Social	1,53	Expansão do Estado do Bem-Estar Social	3,28	-1,75
Desenvolvimento a partir da iniciativa privada	0,22	Desenvolvimento a partir de políticas estatais	0	0,22
Diminuição da máquina estatal	0,78	Manutenção/aumento da máquina estatal	0	0,78
Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários	1,62	Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários	0	1,62
Políticas de incentivos a empresas	0,18	Políticas de distribuição de renda	0,32	-0,14
Competição como a lógica da sociedade	1,07	Solidariedade como racionalidade social	0,28	0,79
Contra as políticas favoráveis aos indígenas	0	Políticas favoráveis aos indígenas	0	0
Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas)	0	Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)	0,07	-0,07
Lei e ordem pública	5,28	Liberdades civis e direitos humanos	0,06	5,22
Moralidade tradicional	0,48	Diversidade cultural	0	0,48
Democracia liberal (formal)	0,12	Democracia participativa	0	0,12
TOTAL	17,34	TOTAL	4,15	13,19

Fonte: Elaboração do autor a partir das propostas de governo de Bolsonaro (2018).

O plano de governo de Bolsonaro é o documento analisado que mais se inclina à direita. Os temas relativos à economia se destacam, sobretudo pela evocação dos postulados neoliberais. Trata da proposta de direita que mais demanda espaço para abordar questões relativas à manutenção da lei e da ordem. Bem como, mantém um significativo espaço para abordar a categoria moralidade tradicional. Também é o plano que, proporcionalmente, mais trouxe medidas para a supressão de direitos trabalhistas e previdenciários. Por outro lado, embora em menor medida, se inclina à esquerda na questão da expansão do Estado do bem-estar social e de políticas de distribuição de renda e favoráveis às minorias.

6.3 – Comparação dos planos de governo brasileiro

O resultado da análise dos planos de governo dos candidatos identificados com a direita denota algumas proximidades, regularidades e afastamentos em relação aos conteúdos categorizados.

As categorias analíticas agrupadas em torno da temática econômica apresentam uma preponderância de conteúdo alinhado à direita. Desse modo, em todos os planos de governo analisados, essa inclinação prevalece em relação às propostas relativas à privatização de empresas e bens públicos, em detrimento da gestão estatal de ativos; à instituição (ou avanço) da desregulamentação da economia visando estabelecer um livre mercado, contrariamente ao

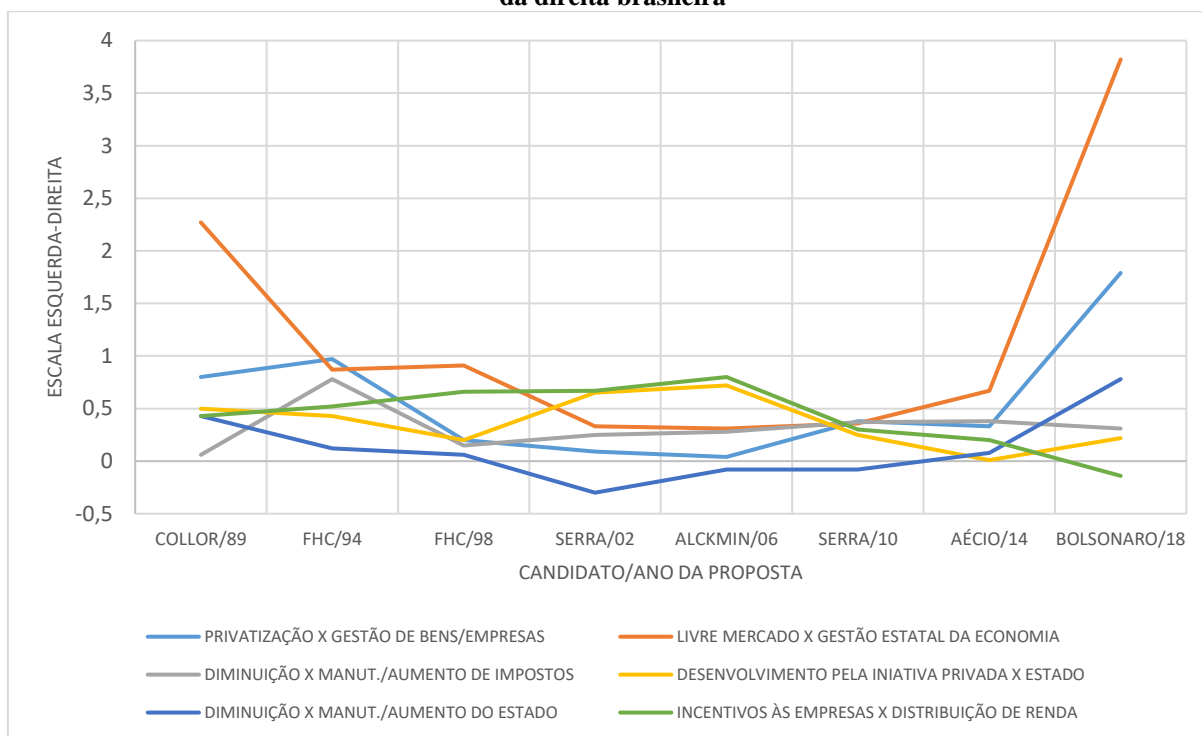
controle estatal da economia; à diminuição de impostos, em oposição à manutenção ou aumento de tributos; e, ao desenvolvimento nacional a partir da iniciativa privada, e não a partir de políticas estatais.

Outras duas categorias possuem uma preponderância de conteúdo à direita, mas, a depender do plano de governo, se inclinam à esquerda. A questão da diminuição da máquina estatal fica evidente nas propostas de Collor/89, FHC/94 e FHC/98. Contudo, nos planos de Serra/02, Alckmin/06 e Serra/10 prevalece a manutenção ou aumento da estrutura estatal. E nos programas de governo de Aécio/14 e Bolsonaro/18 retomam a primeira posição, sendo esse último plano o que mais emprega conteúdo proporcional nesse sentido.

A temática em torno da proposição de políticas que visem criar incentivos para a iniciativa privada se relaciona com uma categoria social, a de políticas de distribuição de renda. Exceto no plano de governo de Bolsonaro/18, cujas propostas se inclinam à esquerda, todas as outras programáticas de governo prevalecem as propostas que objetivem direcionar políticas às empresas. Observa-se que os planos de Serra/10 e Aécio/14 foram diminuindo o conteúdo proporcional dessa categoria antes de ocorrer a mudança de perspectiva no do de Bolsonaro/18.

De uma maneira em geral, observa-se que as propostas analisadas se orientam de acordo com os principais postulados neoliberais. Mesmo com a instituição das primeiras medidas orientadas pelo *Consenso de Washington* no governo Collor, e seguidas na gestão de FHC, a pauta continua balizando as propostas econômicas da direita brasileira. A questão da privatização, que ficou muito evidente no plano de governo de Collor/89 e de FHC/94, perde o vigor nos programas de FHC/98, Serra/02 e Alckmin/06, e retoma o protagonismo a partir de Serra/10, chegando ao seu ápice de conteúdo proporcional empregado na proposta de Bolsonaro/18. A abertura comercial e a diminuição da máquina estatal também seguem uma tendência parecida.

Gráfico 4 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas dos planos de governo da direita brasileira



Fonte: Elaboração do autor.

No que tange às questões marcadamente sociais, em todos os planos de governo, três categorias apresentam uma preponderância de conteúdo proporcional apresentado à esquerda. Mesmo sob a gestão de Collor e de FHC, há o predomínio de propostas em torno da criação e manutenção de políticas favoráveis às minorias (basicamente, mulheres, negros, idosos e deficientes) e aos indígenas. Em relação aos povos originários, observa-se uma diminuição de conteúdo empregado proporcionalmente para tratar do tema, tendo os seus menores índices observados, nessa ordem, nos planos de Serra/10, Aécio/14, Alckmin/06 e Bolsonaro/18, que não apresentou nenhuma proposta nesse sentido. Aduz-se que, a partir dos sucessivos governos do PT, houve uma incorporação maior das demandas em torno de ações direcionadas às minorias, demonstrando um aumento considerável nas propostas de Serra/10 e Aécio/14. Por outro lado, a programática de governo de Bolsonaro/18 apresenta uma queda de 95,13% de conteúdo reservado para essa temática em comparação ao plano de Aécio/14.

A terceira categoria se refere à manutenção e ao aumento do Estado do bem-estar social (EBES). Essa é a temática que mais aproxima todos os planos de governo analisados à esquerda. Observa-se que, após grande parte das medidas neoliberais implantadas no governo Collor e no primeiro mandato de FHC, houve um aumento considerável de conteúdo desse tema a partir do programa de governo de FHC/98, tendo o seu auge no plano de Aécio/14 e o seu

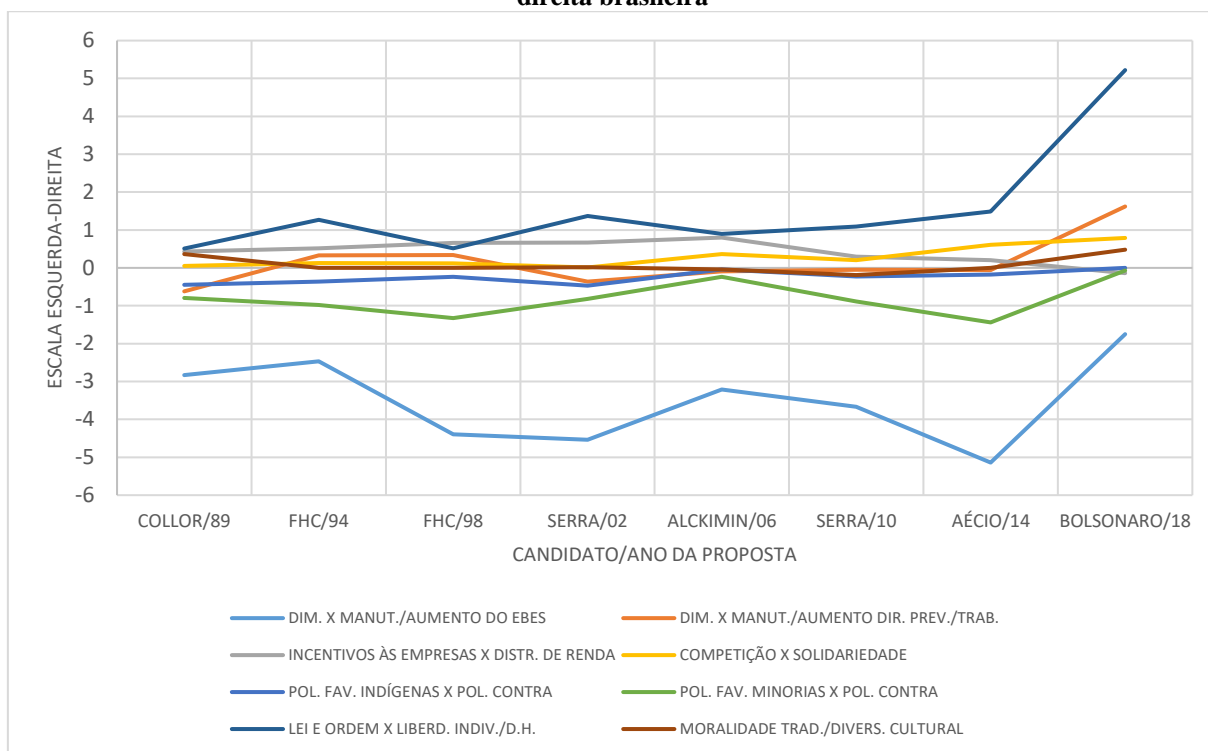
menor índice na proposta de Bolsonaro/18. A situação socioeconômica do Brasil – cujo panorama se estabelece antes mesmo da redemocratização – requer que as políticas públicas nesse viés sejam mais acentuadas do que em outras áreas. A solução (ou minimização) de problemas crônicos do país estão situados na categoria do EBES. Desse modo, saúde, educação, assistência social, saneamento básico, habitação etc. se reúnem nessa temática.

A questão da distribuição de renda, em detrimento das políticas de incentivos às empresas, aparece pela primeira vez no plano de governo de FHC/94, embora com pequenas menções sobre o tema. No entanto, após a proposta de FHC/98, a temática se torna recorrente em todos os planos de governo, mantendo um espaço proporcional equilibrado nos documentos. O resultado obtido dentre as duas categorias possui um impacto maior no que tange as propostas de incentivos à iniciativa privada. Observa-se que essa relação teve a maior aproximação da esquerda no plano de Bolsonaro/18, seguido, respectivamente, pelo de Aécio/14 e Serra/10, ambos posicionados à direita. Sugere-se que a gestão do PT (nos governos Lula e Dilma) impactou para que a questão da distribuição de renda fosse uma política de Estado absorvida (e ampliada) pelos planos de governo, além, é claro, de levar em consideração o panorama socioeconômico brasileiro.

A temática da moralidade tradicional em oposição à diversidade cultural trouxe uma isenção do tema em três planos (FHC/94, FHC/98 e Aécio/14). Nas programáticas de Alckmin/06 e Serra/10, prevaleceram as propostas favoráveis à diversidade cultural, enquanto nas de Collor/89, Serra/02 e Bolsonaro/18 predominaram as questões vinculadas à moralidade tradicional. Nos três casos, não há nenhuma menção à diversidade cultural, sendo o de Bolsonaro/18 o que empregou o maior quantitativo proporcional de conteúdo para abordar a categorial de moralidade tradicional.

Os últimos resultados se referem à relação entre lei e ordem pública *versus* liberdades civis e direitos humanos. Todos os planos analisados possuem uma prevalência considerável da primeira categoria em oposição à segunda, inclinando-os à direita. No contexto pós-ditadura militar, o plano de governo de Collor/89 é o que menos evoca a manutenção da lei e da ordem pública em relação ao restante das propostas. No outro extremo, está a programática de governo de Bolsonaro/18, a qual reserva quase $\frac{1}{4}$ de todo o conteúdo analisado para tratar apenas do tema. A segurança pública é um dos grandes problemas do país há décadas. Contudo, observa-se uma tendência da direita em priorizar a solução da questão a partir do emprego das forças de segurança estatal em detrimento (ou paralelamente) a medidas que abordem as origens reais do problema.

Gráfico 5 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais dos planos de governo da direita brasileira



Fonte: Elaboração do autor.

Baseados nas categorias analíticas utilizadas, a maior parte dos planos de governo, objeto do presente estudo, empregaram mais conteúdo identificado com a esquerda, posicionando-os nesse lado do *continuum*. Observa-se que, dentre os quatro programas de governo vitoriosos, três planos prevaleceram um resultado predominante à direita (Collor/89, FHC/94 e Bolsonaro/18) e apenas um à esquerda (FHC/98). Em todos as programáticas de governo analisadas, a categoria relativa ao aumento/manutenção do Estado do bem-estar social é a que mais as afasta da direita. A questão do Estado do bem-estar social no Brasil se evidencia tão importante que demonstrou a capacidade de equilibrar os planos de governo situados à direita próximos ao centro (exceto no caso de Bolsonaro/18), e em cinco casos (FHC/98, Serra/02, Alckmin/06, Serra/10 e Aécio/14), independentemente do peso de qualquer outra categoria, afastou-os para a esquerda. Por outro lado, a categoria em torno da manutenção da lei e da ordem se apresenta como o maior ponto de inclinação dos planos à direita, exceto nos casos de Collor/89 e FHC/98, nos quais a lei e ordem estão em segundo lugar, com o conteúdo empregado em torno do livre mercado à frente.

Gráfico 6 – Relação direita-esquerda dos planos de governo da direita brasileira

Fonte: Elaboração do autor.

7 – COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS DIREITAS DE CHILE E BRASIL: O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA LIBERAL NO CENTRO DA HEGEMONIA

A segunda etapa da análise de conteúdo dos planos de governo das direitas de Chile e Brasil diz respeito à comparação dos resultados obtidos em ambos países, utilizando-se dos mesmos parâmetros e categorias adotadas na análise de cada caso.

A continuidade da análise do conteúdo em perspectiva comparada permite apurar proximidades, semelhanças, regularidades, deslocamentos, diferenças, afastamentos e transformações existentes nas direitas chilena e brasileira ao longo de quase 30 anos, de modo a viabilizar a construção de entendimento em relação aos fatos e aos fenômenos sociais correlatos. As pesquisas que utilizam os estudos comparados se tornam relevantes no âmbito das ciências sociais, pois permitem romper com as singularidades de cada caso, viabilizando, inclusive, a formulação de leis que expliquem o social de uma forma mais ampla (RAGIN, 2007).

Os resultados individuais e comparados das análises dos programas de governo das direitas chilena e brasileira denotaram uma forte influência do neoliberalismo nos posicionamentos político-ideológico das propostas, os quais não se restringem apenas à questão econômica, abarcando, também, conteúdos de caráter social. Desse modo, observou-se a necessidade de apresentar preliminarmente alguns fundamentos teóricos em relação às origens e às principais características da doutrina neoliberal¹⁷³, objetivando uma melhor compreensão dos achados e, especialmente, do próprio objeto da pesquisa.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo principal apurar se os conteúdos de direita sofrem limitação ideológica dentro da democracia liberal pela dinâmica da hegemonia. Dessa forma, o presente capítulo se divide em três partes. A primeira desenvolve a análise comparativa entre os resultados da análise do conteúdo dos programas de governo das direitas chilena e brasileira, com vistas a apurar as principais regularidades, proximidades, afastamentos e particularidades. A segunda parte apresenta um referencial teórico quanto ao surgimento, fundamentos, principais características e novas dinâmicas do neoliberalismo. A última seção

¹⁷³ Ragin (2007, p. 186-187) prevê que “En la investigación comparativa, en contraste, los marcos se han establecido al comienzo del proyecto de investigación, pero permanecen flexibles. Los investigadores comparativos presuponen que van a tener que revisar sus marcos y, de hecho, realizan su investigación con el propósito de refinar las ideas expresadas mediante un determinado marco”.

realiza uma discussão utilizando-se os achados na análise empírica e os principais referenciais teóricos apresentados na tese, de modo a articular as temáticas de democracia, ideologia, direita e esquerda, neoliberalismo e os resultados da análise de conteúdo.

7.1 – Comparação dos planos de governo das direitas chilena e brasileira

A análise de conteúdo dos planos de governo dos principais representantes das direitas de Chile e Brasil explicitou algumas regularidades, proximidades, afastamentos e particularidades em relação ao posicionamento das respectivas propostas dentro do espectro político-ideológico, que serão objeto de interpretação e comentários na sequência.

A fim de viabilizar uma análise comparativa ampla entre ambos casos, realizou-se o somatório dos resultados correlacionados das relações de categorias analíticas relativas à esfera econômica, conforme tabelas a seguir. A partir dessa operação, tornou-se possível observar o conteúdo econômico de cada plano de governo de uma forma agregada e absoluta.

Tabela 31 – Resultado das categorias econômicas dos planos de governo da direita do Chile

RELAÇÃO DE CATEGORIAS / ANO	1989	1993	1999	2005	2009	2013	2017
PRIVATIZAÇÃO X GESTÃO DE BENS/EMPRESAS	-0,05	2,46	0,62	0,17	0,35	0,65	0,19
LIVRE MERCADO X GESTÃO ESTATAL DA ECONOMIA	3,19	2,86	1,21	1,27	0,44	0,58	0,34
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DE IMPOSTOS	0,46	0,22	0,17	0,07	-0,04	-0,05	0,06
DESENVOLVIMENTO PELA INICIATIVA PRIVADA X ESTADO	3,18	0,72	0,28	0	0,01	0,29	0,16
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DO ESTADO	-0,34	0,4	-0,52	0,17	-0,54	0,13	-0,24
INCENTIVOS ÀS EMPRESAS X DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	0,27	0,41	0,26	0,05	0,3	0,59	0,17
RESULTADO GERAL	6,71	7,07	2,02	1,73	0,52	2,19	0,68

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 32 – Resultado das categorias econômicas dos planos de governo da direita do Brasil

RELAÇÃO DE CATEGORIAS / ANO	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PRIVATIZAÇÃO X GESTÃO DE BENS/EMPRESAS	0,8	0,97	0,2	0,09	0,04	0,38	0,33	1,79
LIVRE MERCADO X GESTÃO ESTATAL DA ECONOMIA	2,27	0,87	0,91	0,33	0,31	0,36	0,67	3,82
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DE IMPOSTOS	0,06	0,78	0,15	0,25	0,28	0,37	0,38	0,31
DESENVOLVIMENTO PELA INICIATIVA PRIVADA X ESTADO	0,5	0,43	0,2	0,65	0,72	0,25	0,01	0,22
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DO ESTADO	0,43	0,12	0,06	-0,3	-0,08	-0,08	0,08	0,78
INCENTIVOS ÀS EMPRESAS X DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	0,43	0,52	0,66	0,67	0,8	0,3	0,2	-0,14
RESULTADO GERAL	4,49	3,69	2,18	1,69	2,07	1,58	1,67	6,78

Fonte: Elaboração do autor.

Os planos de governo das direitas do Chile e do Brasil se destacaram pela prevalência de conteúdo identificado com a direita na maior parte das categorias relativas à questão

econômica. No caso do Chile, de 42 resultados comparativos de categorias temáticas¹⁷⁴ de cunho econômico, em apenas sete houve uma inclinação à esquerda. Sendo que quatro destes se referem à manutenção/aumento da máquina estatal. Em relação ao Brasil, de 48 resultados comparativos de categorias, somente quatro apresentaram uma preponderância à esquerda. Destes, três versam sobre a manutenção/criação de órgãos públicos.

A diminuição da máquina estatal, além de ser um dos traços característicos da direita latino-americana, também é uma das diretrizes do neoliberalismo. Contudo, os efeitos negativos da doutrina neoliberal nos países latino-americanos, como o aumento da desigualdade social e da população em situação de pobreza, embora *a priori* possa parecer contraditória, evoca a necessidade da (re)configuração da estrutura estatal de modo a responder, ao menos minimamente, aos anseios de determinada parte da sociedade e, sobretudo, para manter a manutenção da ordem social, de modo que a parte da população desfavorecida não entre em situações de conflito e, até mesmo, ruptura social. Portanto, ao mesmo tempo que a redução da máquina estatal é uma das diretrizes neoliberal, a criação e estruturação de órgãos públicos se torna um dos paliativos para fazer frente aos efeitos adversos do neoliberalismo, especialmente para a população mais pobre.

No caso chileno, em que a maior parte da doutrina neoliberal foi implementada antes da redemocratização, há uma predominância maior da inclinação quanto ao aumento da estrutura estatal ao longo do tempo. Inclusive, os dois planos de governo de direita vitoriosos no Chile (2009 e 2017) apresentam essa tendência. A perspectiva do Brasil é um pouco distinta, pois as propostas de aumento da máquina estatal somente ocorrem após o pleito de 1998 (em 2002, 2006 e 2010). O principal motivo dessa situação orbita no fato de que as políticas neoliberais, no Brasil, foram adotadas, em grande medida, após o período de redemocratização, isto é, de 1989 até 2001. Ressalte-se que o plano de governo de 2018 se diferencia dos demais brasileiros, tanto por se afastar do centro do espectro político-ideológico, como por ser o que mais reserva conteúdo proporcional em relação à diminuição da máquina estatal.

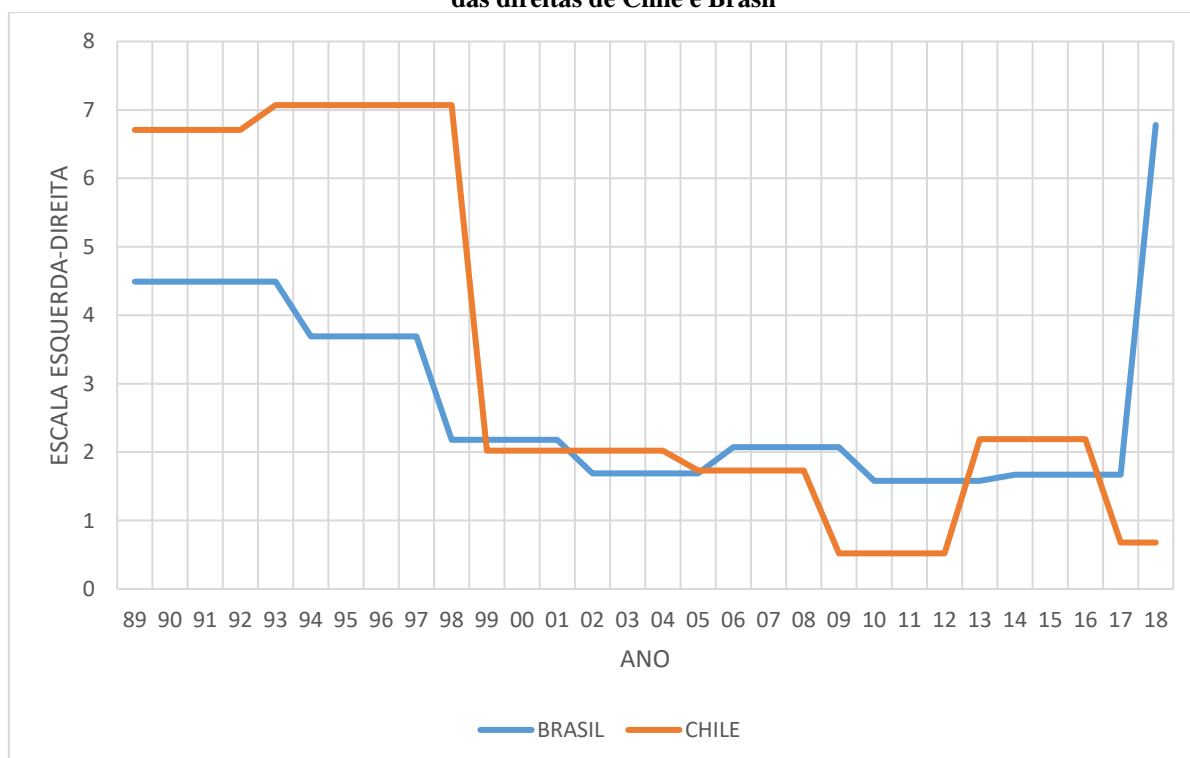
A relação de categorias econômicas que mais reserva conteúdo à direita, em ambos os casos, diz respeito à liberdade de mercado em detrimento da intervenção estatal na economia. A abertura do mercado, a partir da desregulação, é uma das principais diretrizes do neoliberalismo e é o tema econômico mais defendido nos planos de governo das direitas chilena e brasileira. Essa questão é mais prevalente nos primeiros programas de governo pós-redemocratização e, ao longo do tempo, por mais que comporte variações, vai perdendo espaço

¹⁷⁴ Isto é, a partir da diferença de valores (conteúdo proporcional utilizado) de duas categorias contrapostas, surge um resultado comparativo.

nas propostas. O único ponto fora da tendência é o plano de governo da direita brasileira em 2018, no qual retoma a questão com um grande espaço proporcional para abordar o assunto. Dentre as propostas de Chile e Brasil, trata-se da programática de governo que mais reserva conteúdo para a defesa do livre mercado.

Chile e Brasil coincidem também na segunda relação de categorias que mais predomina conteúdo proporcional à direita. Trata-se da priorização da privatização, em relação à gestão estatal de bens, empresas e serviços. Os dois países alternam as temáticas mais predominantes nas terceiras e quartas posições. A postura de atribuir o desenvolvimento nacional a partir da iniciativa privada, em detrimento de políticas estatais, é a terceira relação de categorias econômicas que mais prevalece na direita chilena. Enquanto essa temática ocupa o quarto lugar nas propostas da direita brasileira. Por outro lado, a proposição de políticas de incentivos às empresas é a terceira maior menção econômica dos planos da direita brasileira e a quarta da direita chilena. Esses temas se vinculam diretamente aos postulados neoliberais, pois denotam a minimização do papel estatal na condução do progresso do país, a redução de gastos do Estado, a demissão de empregados públicos e o Estado mínimo. Contudo, demonstra também que a direita de Chile e Brasil não “abrem mão” do papel ativo do Estado em relação à criação de subsídios e incentivos às empresas.

Gráfico 7 – Resultado comparativo das categorias predominantemente econômicas – planos de governo das direitas de Chile e Brasil



Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se que, logo após a redemocratização, as duas primeiras propostas das direitas chilena e brasileira se aproximam, por reservarem um grande espaço para tratar de propostas relativas à economia predominantemente de direita. Após o terceiro plano de governo de ambos os casos, verifica-se um considerável decréscimo de conteúdo econômico (à direita), com variações ao longo do tempo, porém, sem perder o posicionamento ideológico à direita. Contudo, essa situação se altera radicalmente no último plano da direita brasileira (2018), que se destaca por ser o que emprega o maior espaço para tratar de categorias econômicas inclinadas à direita no Brasil. Enquanto o último programa de governo chileno (2017) oscila para o centro, mantendo a posição dentro do campo da direita.

No caso brasileiro, os quatro planos de governo que possuem o maior conteúdo econômico à direita são justamente os que foram eleitos em seus respectivos pleitos eleitorais. Os de 1989, 1994 e 1998 se evidenciam por apresentarem para o eleitorado brasileiro as políticas neoliberais. Já o de 2018 resgata esses mesmos postulados, indicando um avanço na implantação do neoliberalismo. Por outro lado, o caso chileno traz uma diferença em relação ao brasileiro. Os programas de governo que mais apresentam propostas econômicas à direita não venceram as eleições. Pelo contrário. Os dois planos vencedores (2009 e 2017) são os que mais se aproximam do centro (mesmo mantendo uma posição predominante à direita). Essa constatação sugere um indicativo de que, por mais que o neoliberalismo esteja entranhado na estrutura e economia chilena¹⁷⁵, há um relativo limite (e rechaço) ao avanço desses postulados no país.

A comparação dos resultados das categorias predominantemente sociais também demonstrou algumas regularidades, afastamentos e aproximações entre as propostas das direitas chilena e brasileira. Foi realizada a mesma dinâmica de consolidar a diferença dos percentuais de conteúdo das categorias contrapostas de direita e esquerda, de modo a obter um panorama mais claro do posicionamento ideológico das programáticas de governo no que tange à questão marcadamente social.

Tabela 33 – Resultado das categorias sociais dos planos de governo da direita do Chile

RELAÇÃO DE CATEGORIAS / ANO	1989	1993	1999	2005	2009	2013	2017
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DO EBES	0,43	0,85	-4,89	-0,72	-1,77	-2,81	-1,63
DIMINUIÇÃO X MANUT/AUMENTO DIREITO PREVID./TRABAL.	-0,42	1,16	0,08	1,77	-0,06	0,57	0,44
INCENTIVOS ÀS EMPRESAS X DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	0,27	0,41	0,26	0,05	0,3	0,59	0,17
COMPETIÇÃO/INDIVIDUALISMO X SOLIDARIEDADE	1,16	0,12	0,2	0,39	0,35	0,29	-0,11

(Continua)

¹⁷⁵ Recordando que o Chile foi o primeiro país do mundo a adotar o neoliberalismo de uma maneira profunda.

(Conclusão)

POLÍTICAS FAVORÁVEIS AOS INDÍGENAS X POL. CONTRA.	0	0	-0,48	-0,39	-0,78	-0,64	-0,44
POLÍTICAS FAVORÁVEIS ÀS MINORIAS X POL. CONTRA.	-0,77	-0,59	-0,47	-0,47	-0,96	-0,99	-1,44
LEI E ORDEM X LIBERDADES INDIVIDUAIS/DIR. HUMANOS	0,43	1,33	0,95	2,96	0,22	1,24	0,49
MORALIDADE TRADICIONAL X DIVERSIDADE CULTURAL	1,49	1,56	0,73	0,11	0,67	0,21	0,79
DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL X DEMOC. PARTICIPATIVA	1,49	0,06	-0,5	-0,3	-0,28	0,55	0,16
RESULTADO GERAL	4,05	4,9	-4,12	3,4	-2,31	-0,99	-1,57

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 34 – Resultado das categorias sociais dos planos de governo da direita do Brasil

RELAÇÃO DE CATEGORIAS / ANO	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
DIMINUIÇÃO X MANUTENÇÃO/AUMENTO DO EBES	-2,83	-2,47	-4,39	-4,54	-3,21	-3,67	-5,14	-1,75
DIMINUIÇÃO X MANUT/AUMENTO DIREITO PREVID./TRABAL.	-0,62	0,33	0,34	-0,36	-0,09	-0,05	-0,06	1,62
INCENTIVOS ÀS EMPRESAS X DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	0,43	0,52	0,66	0,67	0,8	0,3	0,2	-0,14
COMPETIÇÃO/INDIVIDUALISMO X SOLIDARIEDADE	0,05	0,13	0,12	0,01	0,36	0,2	0,61	0,79
POLÍTICAS FAVORÁVEIS AOS INDÍGENAS X POL. CONTRA.	-0,45	-0,36	-0,24	-0,47	-0,04	-0,23	-0,18	0
POLÍTICAS FAVORÁVEIS ÀS MINORIAS X POL. CONTRA.	-0,79	-0,98	-1,33	-0,82	-0,24	-0,89	-1,44	-0,07
LEI E ORDEM X LIBERDADES INDIVIDUAIS/DIR. HUMANOS	0,51	1,27	0,52	1,37	0,9	1,09	1,49	5,22
MORALIDADE TRADICIONAL X DIVERSIDADE CULTURAL	0,36	0	0	0,02	-0,04	-0,19	0	0,48
DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL X DEMOC. PARTICIPATIVA	0,13	0,01	-0,14	-0,1	0,01	0,04	-0,58	0,12
RESULTADO GERAL	-3,21	-1,55	-4,46	-4,22	-1,55	-3,4	-5,1	6,27

Fonte: Elaboração do autor.

O tema de maior aproximação entre os planos de governo das direitas do Chile e do Brasil é a manutenção da lei e da ordem pública, em detrimento às políticas de direitos humanos e liberdades individuais. Essa temática, também, é a que mais reserva conteúdo proporcional à direita dentre todas as relações de categorias marcadamente de cunho social. Todos os programas de governo chileno e brasileiro se posicionam à direita nessa questão. Esse posicionamento não é novo. Adam Smith já preconizava que o Estado não deveria intervir na economia, mas sim, atuar, especialmente, na segurança pública e na manutenção da lei e da ordem, visando, especialmente, garantir o direito à propriedade (SMITH, 1996a). Contudo, ao longo do tempo, essa questão foi absorvida também pela doutrina neoliberal, sobretudo, após os nefastos efeitos desses postulados em parte da população (como, por exemplo, pelo aumento da população pobre e da desigualdade social). Assim, torna-se imprescindível manter a ordem pública, para a própria sustentação e permanência do neoliberalismo.

Outra relação de categorias sociais que possui uma preponderância à direita se refere à priorização da competição/individualismo como lógica social em contraposição à solidariedade com racionalidade social. Com exceção do último plano de governo chileno (2017), todos os outros programas de governo do Chile e Brasil se notabilizam por reservarem um conteúdo proporcional nessa temática maior do que a categoria oposta (solidariedade), e se

posicionarem, portanto, à direita do espectro político-ideológico. No entanto, enquanto nas últimas quatro programáticas chilenas se observa uma diminuição paulatina de conteúdo nesse sentido – até chegar ao ponto de a *solidariedade* prevalecer na proposta de 2018 –, o caso brasileiro indica um aumento de menções dessa temática nos últimos quatro planos de governo, sendo que o último (2018) é o que mais se sobressai em conteúdo proporcional. Essa é mais uma questão com estrito vínculo ao neoliberalismo. A competição, o individualismo, a meritocracia e o empreendedorismo são racionalidades que se conectam diretamente à lógica neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

A categoria relativa às políticas de distribuição de renda se relaciona com uma categoria predominantemente econômica, a de incentivos às empresas. Apenas o último plano de governo brasileiro (2018) possui mais conteúdo referente às propostas de políticas de distribuição de renda do que de estímulos ao setor privado. Todos os outros programas de governo se caracterizam pelo contrário, e, portanto, por se posicionarem à direita nessa relação de categorias.

As relações de categorias sociais de maior coesão entre Chile e Brasil à esquerda são as relativas às políticas aos indígenas e às minorias. Em relação aos indígenas, somente os dois primeiros planos de governo chileno (1989 e 1993) e o último brasileiro (2018) não abordam a questão (tanto para propor políticas como para restringir direitos). Enquanto os programas de governo do Chile, a partir de 1999, apresentam uma certa regularidade na proposição de políticas favoráveis aos povos originários, nos do Brasil, observa-se uma diminuição de conteúdo proporcional nos últimos quatro planos de governo. Os indígenas chilenos foram invisibilizados durante a ditadura militar e não tiveram o reconhecimento dos seus direitos na Constituição chilena de 1980. Portanto, ao longo do tempo, a questão dos indígenas (especialmente, dos *mapuches*) se tornou evidente inclusive para a direita chilena. Por outro lado, os indígenas brasileiros tiveram a participação na elaboração na Constituição Federal de 1988, e se tornaram *visíveis* no cenário nacional, com o reconhecimento dos seus direitos na Carta Magna. Assim, especialmente a partir de 1989, houve a demanda de fazer cumprir os ditames constitucionais. Contudo, essa temática perdeu força na direita brasileira nas últimas eleições.

Em relação às minorias, todos os planos de governo das direitas de Chile e Brasil apresentam uma preponderância de conteúdo à esquerda. Observa-se, no caso chileno, um aumento gradativo de conteúdo proporcional reservado para tratar do tema nos três últimos planos de governo. Por outro lado, o caso brasileiro não apresenta uma regularidade. O conteúdo proporcional oscila ao longo do tempo, sendo o último programa de governo (2018)

o que menos dedica espaço para a proposição de políticas em favor das minorias. De uma maneira em geral, as proposições de políticas em favor das minorias das direitas de Chile e Brasil se aproximam por direcionarem as propostas, sobretudo, às mulheres e às pessoas com deficiência (e, no caso brasileiro, em alguns planos, aos negros e quilombolas) e, logo, por não apresentar medidas favoráveis às minorias de caráter religiosas, étnicas, linguísticas, cultural e de gênero, por exemplo.

Em ambos os casos, a relação de categorias marcadamente sociais que mais apresenta conteúdo absoluto é em relação à manutenção e ao aumento do Estado de Bem-Estar Social (EBES). Por conseguinte, este é o ponto de maior inclinação à esquerda dos planos analisados de Chile e Brasil. Dentre todos os programas de governo, apenas dois chilenos possuem um conteúdo predominantemente à direita (1989 e 1993). Por mais que as propostas das direitas chilena e brasileira reservem um espaço considerável para propor limitações ao EBES, as proposições contrárias prevalecem na maior parte dos respectivos documentos.

De uma maneira em geral, a direita brasileira reserva um conteúdo proporcional maior do que a chilena para tratar da manutenção/expansão do EBES. Por mais que ambos países sejam marcados por um alto índice de desigualdade social, prevalece, em muitos aspectos, uma diferença das condições socioeconômicas nesses países. O Chile apresenta melhores índices de qualidade de vida (como o IDH) e de renda *per capita* do que o vizinho sul-americano. Além disso, a população chilena vivencia há mais de vinte anos a atuação estatal reduzida em diversos setores. O Brasil, por outro lado, está entre os dez países com a maior desigualdade de renda do mundo e, mesmo com a previsão constitucional da prestação estatal gratuita em diversos setores (como, por exemplo, na saúde e educação), sempre foi caracterizado por um serviço aquém das necessidades e dos anseios da população e do próprio mandamento constitucional. Independente das particularidades de cada país, por mais que pareça contraditório, a dinâmica neoliberal na economia e na gestão estatal (a partir da redução da atuação do Estado em diversos setores) gera a necessidade contínua da reestruturação da própria máquina estatal, ainda que de forma pontual e direcionada a determinadas áreas. Trata-se de um mecanismo para a própria manutenção do neoliberalismo, de modo a minimizar conflitos, revoltas e rupturas no âmbito social.

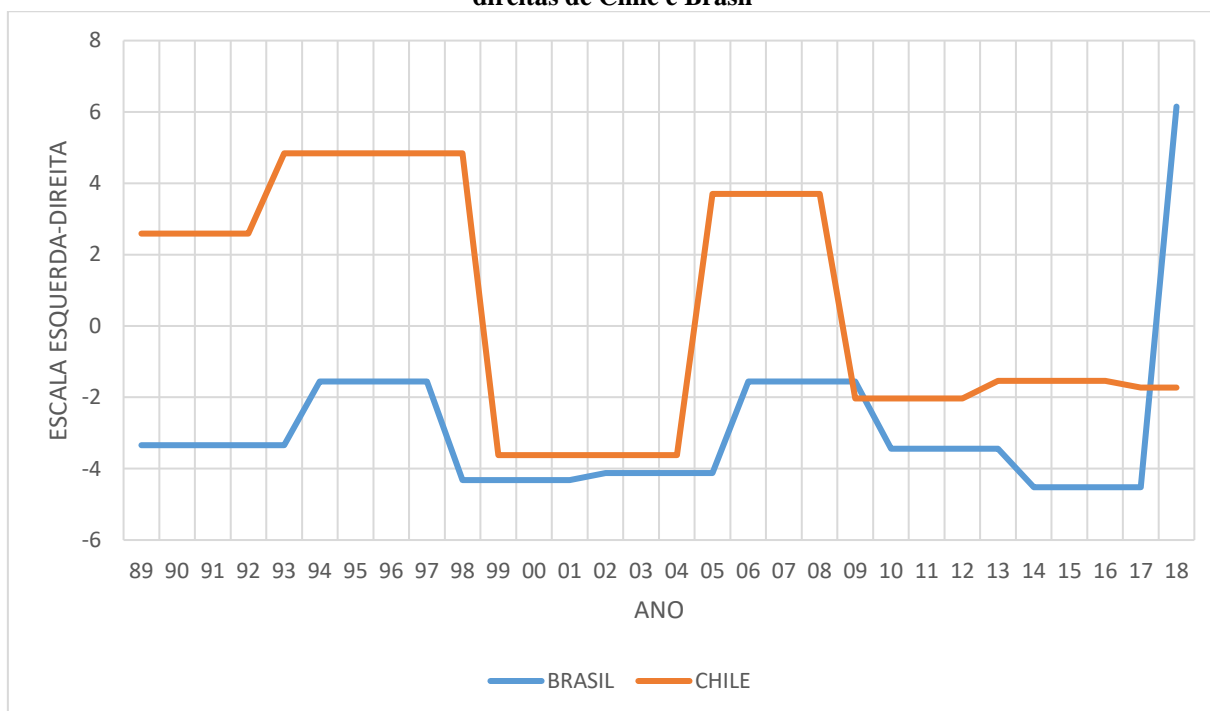
O posicionamento das direitas de Chile e Brasil em relação à perspectiva de democracia defendida não possui uma linearidade, tanto individualmente, como na análise comparada. Porém, observa-se que, em ambos os casos, houve uma mudança de posicionamento de predomínio de conteúdo referente à democracia procedimental para a democracia participativa a partir de 1998/1999, permanecendo nessa tendência por três eleições

seguidas, na direita chilena, e por duas, na brasileira. Os períodos no Chile em que há o retorno da prevalência da democracia procedimental – na qual a participação cidadã se resume basicamente ao voto periódico – isto é, em 2013 e 2017, são justamente os que ficaram evidenciados as diversas manifestações ocorridas naquele país, com uma infinidade de pautas. Assim, a direita chilena optou por manter o *status quo* do sistema ratificando a democracia formal. O caso brasileiro se torna distinto. Após as *Jornadas de Junho* de 2013, e os vários protestos que ocorreram depois no país, a direita do Brasil absorveu esse anseio de participação popular, sendo o plano de governo de 2014 o que mais possui conteúdo proporcional relativo à democracia participativa. Todavia, em 2018, há a volta da preponderância das ideias em torno da democracia procedimental.

As relações de categorias predominantemente sociais que possuem os maiores afastamentos entre Chile e Brasil se referem aos direitos trabalhistas e previdenciários e as pautas de costumes contrapõem à diversidade cultural. Em dois planos de governo chileno (1989 e 2009), há a preponderância de propostas de visem à criação e à manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários, os quais se inclinam à esquerda nessa temática. Os outros cinco se caracterizam pelo contrário, prevalecendo um posicionamento à direita. Dos programas de governo brasileiro, cinco se aproximam à esquerda, e três à direita (1994, 1998 e 2018), sendo que todos esses, que mantêm um predomínio de diminuição dos direitos trabalhistas e previdenciários, foram vitoriosos nos respectivos pleitos eleitorais. A desregulação e a precarização (*flexibilização* ou *modernização* na linguagem da maior parte dos planos analisados) da legislação trabalhista e a diminuição da gestão estatal da previdência são também uma das diretrizes do neoliberalismo.

A questão da moralidade tradicional é o tema que mais distancia os planos de governo de Chile e Brasil. Historicamente, observa-se que a direita chilena aborda e defende as questões morais nas programáticas de governo. Apesar de verificar uma diminuição do conteúdo proporcional reservado para o tema a partir da terceira eleição chilena (1999) pós-redemocratização, o assunto continuou sendo relevante nas propostas da direita do Chile. Por outro lado, os planos da direita brasileira não priorizam o tema. Apenas três planos possuem um conteúdo prevalente moralidade tradicional (1989, 2002 e 2018) – sendo que o de 2002 realiza somente uma menção nesse sentido. Outros três não abordam questões morais e, tampouco, as de diversidade cultural. E dois possuem conteúdo que prevalecem as menções à diversidade cultural (2006 e 2010), inclinando-se, nesse viés, à esquerda no espectro político-ideológico.

Gráfico 8 – Resultado comparativo das categorias predominantemente sociais – planos de governo das direitas de Chile e Brasil



Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se que o conteúdo de cunho social das direitas de Chile e Brasil segue, ao longo do tempo, uma tendência de variação similar até os anos de 2013 e 2014, respectivamente. Embora os segmentos (curvas) percorram um movimento parecido até esse período, o conteúdo chileno se posiciona mais à direita do espectro político-ideológico do que o brasileiro, o qual, predominantemente, se posiciona à esquerda. As relações de categorias sociais que mais influenciam no distanciamento entre Chile e Brasil se referem à prevalência de conteúdo relativo à moralidade tradicional, que estão presentes em todos os programas de governo chileno e cuja média (já descontado, em ambos os casos, o conteúdo de diversidade cultural) supera a brasileira em mais de 900% – posicionando os planos de governo do Chile mais à direita – e ao quantitativo de conteúdo referente ao aumento/manutenção do Estado do bem-estar social brasileiro, cuja média de conteúdo ultrapassa em quase 60% o chileno e influi diretamente para situar as programáticas de governo brasileira, na questão social, à esquerda. Cabe rememorar que esta é a relação de categorias que possui o maior peso no conjunto das temáticas sociais de ambos os casos, em virtude de ser a que mais reserva conteúdo proporcional.

Os planos de governo apresentados em 2013 (Chile) e 2014 (Brasil) marcam uma pequena mudança na similaridade do movimento dos segmentos (curvas) dentro do espectro político-ideológico. O conteúdo social chileno varia em direção ao centro, a partir da esquerda

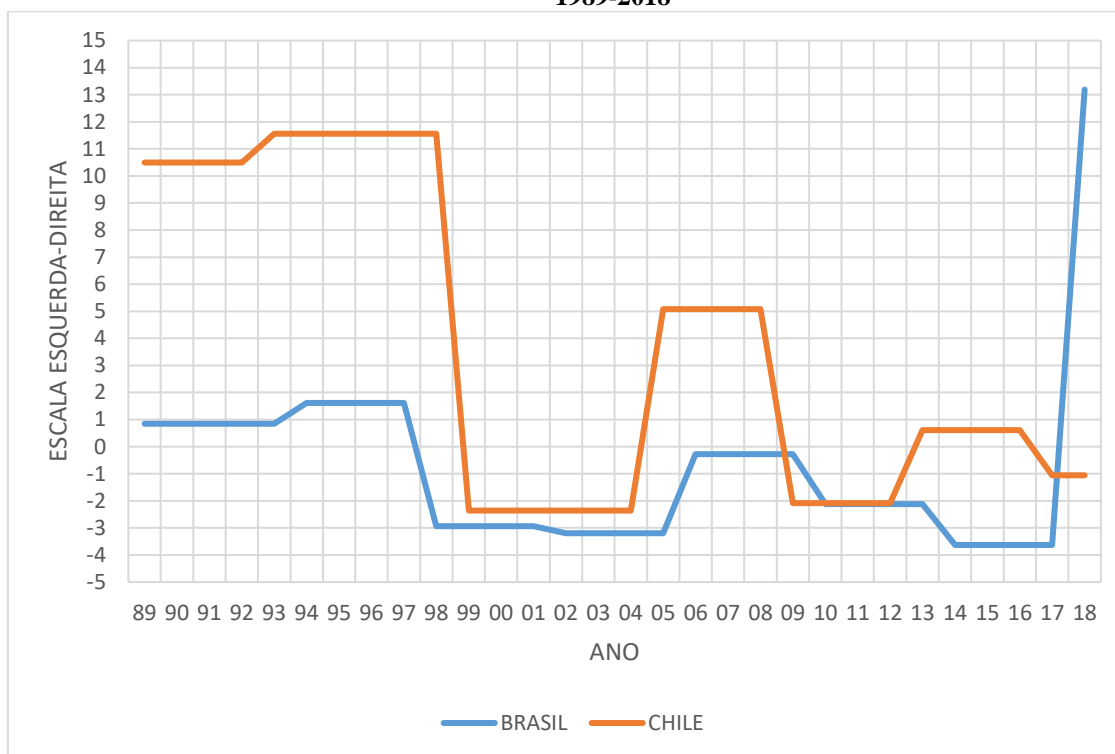
(mas permanecendo nesse lado do *continuum*), enquanto o brasileiro se inclina ainda mais à esquerda, atingindo a posição mais extrema nesse ponto. Contudo, a guinada de fato ocorre entre 2017 (Chile) e 2018 (Brasil). A curva chilena varia levemente à esquerda, e a brasileira oscila drasticamente à direita, situando-se, pela primeira vez desde a redemocratização, nesse polo da díade nas questões sociais. As duas relações de categorias que mais influenciam essa mudança radical de posição (no conjunto de temáticas sociais) da direita brasileira se referem à prevalência de conteúdos relativos à manutenção da lei e da ordem e à diminuição de direitos trabalhistas e previdenciários. No primeiro tema, há um aumento de mais de 400% de conteúdo em relação à média dos outros sete planos do Brasil¹⁷⁶, e no segundo um crescimento de cerca de 100%¹⁷⁷.

O principal indicativo para o posicionamento das categorias marcadamente sociais da direita chilena, em três ciclos eleitorais seguidos, à esquerda diz respeito à necessidade de fazer frente aos reveses do neoliberalismo, sobretudo a partir de políticas públicas para a população mais pobre, por meio da viabilização (pontual) de políticas de bem-estar social. O Chile foi o país pioneiro na implantação do neoliberalismo e teve sua implementação e avanço viabilizado pelo contexto ditatorial militar (1973-1990), que ratificou muitas destas diretrizes na constituição de 1980, a qual se encontra em vigor até os dias atuais. Além disso, a direita chilena tem demonstrado, ao longo do tempo, a assunção de demandas dos indígenas e das minorias – embora restritas basicamente às mulheres e às pessoas com deficiência – de uma forma crescente. Por outro lado, o caso brasileiro sugere que ainda há espaço para o avanço do neoliberalismo em temas marcadamente sociais, como, por exemplo, em relação à limitação de direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, fica evidente a busca pela manutenção da harmonia social por meio não apenas das políticas de bem-estar social, mas, principalmente, por meio de manutenção da lei e da ordem pública, de modo que as contradições e mazelas sociais agravadas pelo neoliberalismo não causem conflitos e rupturas social.

¹⁷⁶ Descontado o conteúdo relacionado referente às liberdades civis e direitos humanos.

¹⁷⁷ Subtraída a proporção de texto relativo ao aumento e manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários.

Gráfico 9 – Relação comparativa direita-esquerda dos planos de governo das direitas de Chile e Brasil – 1989-2018



Fonte: Elaboração do autor.

Apurou-se uma semelhança no movimento dos segmentos (curvas) dos planos de governo das direitas de Chile e Brasil até o período de 2013/2014. Até esse lapso, observa-se que as programáticas de governo chilena apresentam mais conteúdos identificados com a direita do que os programas de governo brasileiro. Durante a primeira década após a redemocratização, a direita do Chile tinha vínculos estreitos com a ditadura de Pinochet. Diversos políticos e candidatos apoiaram ou fizeram parte da gestão militar e havia uma defesa pujante acerca da condução econômica durante a ditadura. Desse modo, as duas primeiras eleições chilenas (1989 e 1993) retratam bem o posicionamento acentuado da direita chilena, sobretudo pela proposição explícita de um posicionamento neoliberal na economia e pelo um forte apelo de valores morais tradicionais. Vale ressaltar que, nas três ocasiões em que os planos de governo da direita chilena se posicionaram à esquerda, duas foram marcadas pela vitória eleitoral (2009 e 2018) e a outra – a de 1999 – pelo segundo turno mais acirrado das eleições chilenas¹⁷⁸.

Apesar de o movimento ideológico dos planos de governo da direita brasileira ser semelhante ao chileno até 2013/2014, as propostas do Brasil – até 2014 – oscilam sempre mais à esquerda do que as do Chile, de modo a não se distanciar tanto do centro. Nas quatro ocasiões

¹⁷⁸ O principal representante da direita, Joaquín Lavín, foi derrotado no segundo turno por Ricardo Lagos por uma diferença de apenas 2,62% dos votos válidos.

em que os planos de governo da direita brasileira venceram as eleições, três se situaram à direita, e apenas uma (a de 1998), que se referia à reeleição, se posicionou à esquerda.

Após os anos de 2013 (Chile) e 2014 (Brasil), houve uma quebra na curva de movimento ideológico similar entre os dois casos. O plano de governo da direita chilena oscilou da esquerda para a direita, enquanto o brasileiro se posicionou mais ainda para a esquerda em relação à proposta da eleição anterior. Em 2017, a direita chilena se posicionou à esquerda (vencendo as eleições), e, em 2018, a direita brasileira, num movimento inédito, até então, na comparação, situou-se à direita (vencendo o sufrágio), marcando uma distância considerável do centro.

O recorte da pesquisa não englobou as eleições presidenciais do Chile de 2021. Contudo, sugere-se que o plano de governo do candidato mais votado da direita chilena naquele pleito, José Antonio Kast, do *Partido Republicano de Chile*, possa indicar um movimento abrupto em direção à direita, afastando-se, assim como a proposta do Brasil de 2018, do centro do espectro político-ideológico. Kast, derrotado no segundo turno em 2021, ficou conhecido na região por ser um candidato de perfil ultraconservador e representante da extrema direita do Chile. Desse modo, o movimento ideológico entre as direitas de Chile e Brasil retornaria a uma similaridade.

Diferentemente do Brasil, a constituição chilena não prevê a reeleição para o cargo de presidente da República. Na única situação do Brasil em que a direita foi reeleita (em 1998), houve uma mudança do posicionamento do plano de governo da primeira eleição (1994) da direita para a esquerda. Baseado no único caso em que se concretizou essa possibilidade, é possível inferir que o programa de governo de Bolsonaro para as eleições de 2022 se aproximará mais do centro, ou, até mesmo, ingressará à esquerda. As propostas de manutenção e aumento do Estado do bem-estar social devem ser prioritárias, e se destacar como a temática de maior conteúdo proporcional, assim como foi no caso de FHC, em 1998.

Por fim, observa-se que as direitas chilena e brasileira se inclinam mais à esquerda nos momentos de crise financeira global. No contexto dos efeitos das crises asiáticas de 1997 e da crise russa de 1998, e na crise do *subprime* (da bolha imobiliária estadunidense) de 2008, que impactaram a economia mundial, verifica-se uma grande inclinação à esquerda dos planos de governo das direitas do Brasil (1998, 2010 e 2014) e do Chile (1999 e 2009). Cabe ressaltar que a duplicidade de inclinação à esquerda das propostas da direita brasileira em relação à crise de 2008 se justifica pelas políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro à época, que minimizaram os efeitos negativos de imediato, mas, por outro lado, geraram consequência para a economia do país nos anos seguintes; refletindo no contexto eleitoral de 2014. O impacto

maléfico ocasionado em parte da população, especialmente pelo desemprego e perda do poder aquisitivo, impulsiona a direita a ser mais enfática nas propostas de Estado do bem-estar social e de distribuição de renda, mas sem abrir mão das políticas neoliberais na economia.

7.2 – Considerações prévias acerca do neoliberalismo

É improvável que se tenha uma compreensão ampla da atual configuração político-ideológica da direita latino-americana, sobretudo da chilena e brasileira, sem se valer das discussões em torno do neoliberalismo. Com maior ou menor influência, o neoliberalismo vem – desde o caso chileno, na década de 1970 – delineando as economias, formatações e limitações do Estado e diretrizes sociais dos países da América Latina, e influenciando diretamente nas pautas políticas e na própria conformação racionalidade predominante das sociedades da *nuestra América*. Em nível global, o neoliberalismo define os rumos do capitalismo e as relações centro-periferia (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

7.2.1 – A defesa da propriedade e o liberalismo econômico

O liberalismo clássico tem suas origens no iluminismo e nas reformas religiosas do século XVI. Merquior (2014, p. 62) o define como “um corpo de formulações teóricas que defende um Estado constitucional [...] e uma ampla margem de liberdade civil”. As discussões em torno do liberalismo clássico orbitam, basicamente, em três esferas: a teoria dos direitos humanos, o constitucionalismo e a economia clássica.

A defesa do direito à propriedade está presente desde os escritos inaugurais dos primeiros teóricos do liberalismo. Locke (1632-1704) equipara-o como um atributo da própria essência humana, e não a um direito civil. Assim, o filósofo inglês, ao defender os direitos naturais do homem, milita na defesa da propriedade (de modo a fazer frente ao absolutismo) e, desse modo, entende que cabe ao poder político legislar em favor da preservação da propriedade (LOCKE, 1994). Essa salvaguarda perpassa os aportes de Montesquieu (1689-1755), que, além das grandes contribuições para o constitucionalismo sob a perspectiva liberal, marca a continuidade na defesa à propriedade, sobretudo em relação à ingerência estatal (MONTESQUIEU, 1996).

Numa perspectiva semelhante, Rousseau (1712-1778) percebe a democracia como o meio para garantir a liberdade e a propriedade do indivíduo, uma vez que a vida em sociedade é, na concepção do autor, inevitável (ROUSSEAU, 2010). De uma forma mais explícita, *os federalistas* Hamilton (1755-1804), Madison (1751-1836) e Jay (1745-1859) – considerados os

país da democracia estadunidense – desenvolveram um modelo de governo democrático para ser, de fato, colocado em prática, tendo como um dos principais objetivos a asseguuração do direito à propriedade, resguardado, inclusive, da *vontade da maioria* (MADISON, 2011, p. 119). J. S. Mill (1806-1873), no mesmo viés de Locke, assevera que a liberdade somente se torna plena quando há o respeito total à propriedade privada (MILL, 1991).

Com a asseguuração do direito à propriedade na esfera dos direitos humanos e do constitucionalismo, a terceira vertente do liberalismo clássico – a econômica clássica – se desenvolve sob o princípio dogmático do *laissez-faire*¹⁷⁹ (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 68). Apesar de alguns autores desse período terem abordado questões econômicas sob o viés liberal, somente após a publicação, em 1776, da obra *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, pelo escocês Adam Smith (1723-1790), que se inaugura um ramo específico dentro deste campo: o liberalismo econômico.

Os *economistas clássicos* tinham como concepção, para sustentarem os seus postulados liberais na economia, de que era somente a partir dos interesses pessoais dos comerciantes e industriais que se originava um rendimento máximo que beneficiaria a toda a coletividade (incluída no sistema capitalista). A máxima de que “o trabalho é a peça-chave da construção ideológica do liberalismo” (BOSI, 2010, p. 289) continua vigendo até os dias atuais. É nesse sentido que Smith (1996a; 1996b) entende que o egoísmo humano privado – num sentido próximo ao individualismo percebido na sociedade americana por Tocqueville (2004) –, na verdade, se torna uma virtude social ao ser um dos principais fatores geradores de riqueza econômica, visto que,

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva frequência obstrui seu exercício, embora não se possa negar que o efeito desses obstáculos seja sempre interferir, em grau maior ou menor, na sua liberdade ou diminuir sua segurança (SMITH, 1996b, p. 44).

Assim, o indivíduo, a partir do seu exclusivo esforço, destrezas e habilidades, desde que tenha as devidas liberdades asseguradas (na perspectiva liberal), e pensando no próprio lucro, tem a possibilidade de melhorar sua condição (material) de vida, beneficiando, portanto, ainda que involuntariamente, o Estado ao qual integra: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996a, p. 74). Desse modo, para Smith (1996a, p. 59), uma

¹⁷⁹ Parte da expressão francesa: “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*”, que, no sentido literal, significa “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

nação será prospera se houver um excedente de produção para fins de exportação, além da predominância numérica dos que executam um *trabalho produtivo*¹⁸⁰ em relação aos que não executam tal trabalho.

Em relação ao trabalho, o economista escocês realiza uma análise da sua divisão baseada na premissa de que o homem tem uma inclinação natural à negociação, ao escambo ou à compra para obter a maior parte das coisas que necessita. Dessa forma, o poder de troca do homem leva à divisão do trabalho, que, na sua perspectiva, seria, basicamente, a especialização em uma profissão ou função dentro da profissão (SMITH, 1996a, p. 74-76). Ou seja, trabalho e troca são as bases fundamentais para a divisão do trabalho. Essa é a semente para a figura do empreendedor (BOSI, 2010, p. 290), que se tornará central na perspectiva neoliberal.

Logo, o trabalho se torna o centro do sistema social e meio para a obtenção de qualquer tipo de bem e propriedade:

A propriedade que cada pessoa tem em sua própria ocupação, assim como é o fundamento original de toda e qualquer outra propriedade, da mesma forma constitui a propriedade mais sagrada e inviolável. O patrimônio do pobre reside na força e destreza de suas mãos, sendo que impedí-lo de utilizar essa força e essa destreza da maneira que ele considerar adequada, desde que não lese o próximo, constitui uma violação pura e simples dessa propriedade sagrada (SMITH, 1996a, p. 166).

Adam Smith discorre, também, sobre a função do Governo (Estado) na sociedade. Baseado na ideia de liberdade de ação do homem, na existência de leis naturais do homem que o inclinam à troca (comercial) e de que o crescimento econômico é a finalidade do sistema, o economista escocês entende que os recursos não ficarão concentrados num pequeno grupo, mas, sim, que o desenvolvimento da nação beneficiará, por uma *mão invisível*, isto é, inconscientemente e indiretamente, a maioria da população, uma vez que:

[...] na realidade, ele [indivíduo] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (SMITH, 1996a, p. 438).

Portanto, o papel do Estado perante à sociedade deve ser mínimo, visto que o próprio mercado decorre de leis naturais (como a de oferta e demanda) e, logo, carece de intervenção estatal. Assim, o mercado deve ser livre, isto é, sem intervenção estatal, pois é capaz de ser gerenciado naturalmente a partir dos diversos interesses individuais, que, em última instância,

¹⁸⁰ Para o autor inglês, *trabalho produtivo* seria o relacionado com a agricultura, bem como o relativo à produção de bens materiais, isto é, os passíveis de geração de lucro; já o *trabalho improdutivo* constituiria a produção intangível, como a prestação de serviço doméstico, por exemplo (SMITH, 1996a, p. 333).

trará benefícios à coletividade (SMITH, 1996a, p. 343). Em síntese, Smith (1996b, p. 198) entende que as funções do Estado devem se restringir à garantia da defesa perante uma agressão exterior; evitar a injustiça e a opressão dos membros da nação (não atentar quanto às liberdades individuais, à propriedade privada e garantir a manutenção da ordem pública); promover e manter obras públicas de infraestrutura e instituições públicas (como as de educação).

Considerado o sucessor legítimo de Adam Smith, o economista britânico David Ricardo (1772-1823) parte do princípio de que a função da economia política é determinar leis que regulam a distribuição do produto total da propriedade entre as três classes: “o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores, cujos esforços são empregados no seu cultivo” (RICARDO, 1996, p. 19). Assim, diferentemente de Smith, que tinha como objetivo principal compreender as causas que geravam as riquezas das nações, Ricardo focou na repartição do produto total entre as três classes (HOLANDA, 1996, p. 13).

Ricardo se notabilizou pela sua teoria em torno do comércio internacional, enquanto Smith focou basicamente na dinâmica interna da economia e na defesa das vantagens absolutas (SMITH, 1996b, p. 90-94). O britânico, baseado nos mesmos fundamentos da *mão invisível*, desenvolveu a lei das vantagens comparativas, a qual defendia que cada Estado deveria buscar os seus interesses como nação, e, em consequência, estaria colaborando em benefício do comércio internacional (RICARDO, 1996, p. 93-107).

Assim, em condições de livre concorrência, cada Estado deveria se aperfeiçoar na produção de bens que tivessem maior vantagem comparativa – independente se fosse um produto manufaturado ou primário –, o que geraria um maior acúmulo para ambas nações comerciantes. Em outras palavras, Ricardo postulava que o livre comércio, com a especialização de cada país naqueles bens que tivessem vantagens comparativas no comércio internacional, iria tornar todos mais prósperos. Holanda (1996, p. 10-11) destaca que “Ricardo era um aplicado defensor do liberalismo do comércio internacional. [...] Em sua visão, as trocas internacionais seriam vantajosas mesmo em uma situação em que um determinado país tivesse maior produtividade que o outro na produção de todas as mercadorias”, e conclui que:

A teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo foi a base para a construção de toda uma vertente de teorias de comércio internacional que dominou por muito tempo o debate econômico. O atraente esquema lógico ricardiano fornecia o substrato para a defesa de um sistema de comércio mundial ancorado no padrão-ouro e no livre-cambismo (HOLANDA, 1996, p. 11).

Com os problemas econômicos advindos após a primeira guerra mundial, e, sobretudo, após, a depressão de 1930, o pensamento liberal mais próximo à esquerda ganhou espaço nos

países centrais. O maior expoente dessa vertente foi o britânico John Maynard Keynes¹⁸¹ (1883-1946). Keynes desenvolve, em *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada pela primeira vez em 1936, uma ideia oposta à vigente à época – baseadas em Smith e Ricardo – de que a *mão invisível* produziria uma harmonia entre os interesses egoísticos dos agentes econômicos e o bem-estar social global. Pelo contrário, Keynes observou que esta relação econômica entre as classes estava gerando diversas crises, inclusive na própria ideia de mercado livre (SILVA, 1996, p. 11).

Ao contrário dos pensadores liberais ortodoxos, como Smith e Ricardo, Keynes (1996, p. 182-183), aceitava e propunha a intervenção estatal na macroeconomia nas hipóteses de estímulo à produção econômica. Desse modo, legitimava o Estado como parte integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Portanto, o Estado estaria apto a controlar as dinâmicas dos gastos e demandas. Por outro lado, o governo não interviria diretamente na microeconomia: salários e preços (MERQUIOR, 2014, p. 214). Mas essa intervenção teria limites, já que a proposta de Keynes previa impulsionar a economia, sem substituir a iniciativa privada.

Cabe destacar que o economista britânico não abandonou os postulados liberais individuais, até porque sua perspectiva de intervencionismo estatal estava focada na política econômica e fiscal em torno macroeconomia, e, portanto, não afetava as relações individuais diretamente. Nesse sentido, Merquior (2014, p. 210) destaca que Keynes buscava o equilíbrio entre três vertentes: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. Em relação ao segundo ponto, a ação estatal, em Keynes, ficou marcado como um complemento indispensável ao funcionamento dos mercados (visando ao pleno emprego), além de maximizar o nível de bem-estar da coletividade (SILVA, 1996, p. 20); contribuindo, desse modo, para a formatação do Estado do bem-estar social.

Essa linha de pensamento liberal, iniciada em Keynes, visava a uma transformação do sistema liberal capitalista com o intuito de salvá-lo, numa espécie de “compromisso de classe entre o capital e o trabalho” (HARVEY, 2014, p. 20). Logo, o Estado era a única instituição capaz de resgatar os índices econômicos e sociais. Essa vertente ganhou notoriedade após a implementação do *New Deal*, na década de 1930, nos Estados Unidos, tendo ficado conhecida como o *novo liberalismo*, que, segundo Dardot e Laval (2016, p. 59-60), visava “controlar as

¹⁸¹ “Keynes compreendeu que o poder leninista estava historicamente decidido a destruir o capitalismo [...] e que o fascismo sacrificava a democracia para salvar a sociedade capitalista. Restava uma terceira opção, que era salvar a democracia renovando o capitalismo. Essa veio a ser conhecida e praticada como ‘keynesianismo’.” (MERQUIOR, 2014, p. 210-211).

forças econômicas para evitar a anarquia social e política, rerepresentando a questão da *agenda* e da *não agenda* em sentido favorável à intervenção política. O Estado se vê encarregado de um papel regulador e redistribuidor [...]”.

7.2.2 – O neoliberalismo

Posteriormente à criação do *novo liberalismo*, houve uma outra resposta à crise econômica e social do liberalismo, inclusive contrária, em muitos pontos, à própria concepção em torno do *novo liberalismo*. Esta vertente de pensamento ficou conhecida como *neoliberalismo*. A base dessa corrente de pensamento se consolida na contrariedade da pura passividade governamental, ou seja, admite-se a intervenção estatal, mas com a total oposição a qualquer ação do Estado que possa causar algum entrave no jogo da concorrência entre interesses privados. Logo, o papel ativo do Estado é o de “não limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação [...], mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Assim, o foco da doutrina neoliberal se consolida em torno da concorrência, retomando alguns princípios de Ricardo.

O austríaco (naturalizado britânico) Friedrich Hayek (1899-1992) é considerado um dos precursores dessa linha de pensamento liberal. A sua obra *O caminho da servidão*, publicada em 1944, é considerada um dos marcos na defesa do neoliberalismo. Hayek manifesta uma reação contrária à perspectiva de Keynes, isto é, contra o Estado de bem-estar social e qualquer tipo de planejamento econômico estatal que possa interferir na concorrência, uma vez que qualquer limitação nesse sentido é vista como uma ameaça à liberdade econômica e política. Logo, defende a configuração de um Estado (mínimo) que auxilie, basicamente, na difusão de conhecimentos e informações, de modo a permitir que o indivíduo tenha uma maior possibilidade de mobilidade econômico-social, além de uma liberdade política (HAYEK, 2010, p. 106).

Ademais, advoga que a ação estatal não incida na questão econômica, devendo, portanto, haver uma liberdade do mercado. Assim, cabe ao Estado apenas agir, por meio de um conjunto de leis eficientes, para que seja mantido plenamente o sistema de concorrência no mercado e para defender a propriedade privada. Por fim, Hayek admite a ação e intervenção estatal, nos mesmos termos de Adam Smith, sobretudo na prestação de serviços que tenham um benefício para a sociedade, mas que pela sua natureza o lucro não compensaria os gastos aportados para tal finalidade (HAYEK, 2010, p. 60), como, por exemplo, na educação, segurança pública, infraestrutura etc.

Hayek (2010, p. 89-90), assim como Smith, Ricardo e Mill, defende um individualismo na sociedade. A tese do economista austríaco é a de que a manutenção do Estado de direito, sob as bases liberais – nas suas palavras, as *regras do jogo* –, permitem que o indivíduo seja livre e soberano para perseguir suas metas e desejos pessoais. Nesse sentido, ressalta que cabe ao Estado criar condições (mínimas) para que haja uma igualdade formal entre os indivíduos. Por outro lado, qualquer medida que vise a trazer algum tipo de igualdade material entre os homens é rechaçada, uma vez que a “justiça distributiva leva à destruição do estado de Direito” (HAYEK, 2010, p. 94). Assim, o indivíduo é compelido a competir socialmente, pelos seus próprios meios, em igualdade formais de condições, mesmo que as suas origens e oportunidades sejam diferentes (leia-se, desfavoráveis) dos outros sujeitos (“competidores”):

Sem dúvida, no regime de concorrência, as oportunidades ao alcance dos pobres são muito mais limitadas que as acessíveis aos ricos. Mas mesmo assim em tal regime o pobre tem uma liberdade maior do que um indivíduo que goze de muito mais conforto material numa sociedade de outro gênero. No regime de concorrência, as probabilidades de um homem pobre conquistar grande fortuna são muito menores que as daquele que herdou sua riqueza. Nele, porém, tal coisa é possível, visto ser o sistema de concorrência o único em que o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos, e em que ninguém pode impedir que alguém tente alcançar esse resultado (HAYEK, 2010, p. 114).

Portanto, Hayek entende que a livre concorrência é o caminho para a prosperidade, e qualquer ação contrária da liberdade de mercado, inclusive por parte dos sindicatos e movimentos operários, levam à crise (ANDERSON, 1995, p. 10). Ademais, concebe que somente a partir dessa base que a democracia se torna viável, isto é, somente no sistema capitalista (de livre concorrência) que a democracia existe, uma vez que o regime democrático liberal – segundo a perspectiva de Tocqueville, a qual ele defende – é baseado no individualismo e tem como objetivo a defesa da liberdade individual e a salvaguarda da paz interna (HAYEK, 2010, p. 85-86).

Outro autor referência no pensamento neoliberal é o economista estadunidense, e líder da *Escola de Chicago*¹⁸², Milton Friedman (1912-2006). A sua obra *Capitalismo e Liberdade*, publicada em 1962, tem influenciado as políticas econômicas da maior parte dos Estados ocidentais, além dos respectivos membros destas sociedades, no sentido de difundir uma perspectiva de visão de mundo em que o livre mercado é o caminho para a manutenção das outras liberdades individuais, inclusive as políticas.

¹⁸² Corrente de pensamento defendida pela maior parte dos docentes do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, a partir da década de 1950, que se notabilizou pela defesa do pensamento econômico de livre mercado.

Nesse sentido, Friedman (2019, p. 10-11) defende a tese de há uma relação inseparável entre política e economia e que, nos mesmos termos de Hayek, somente o capitalismo – como sistema econômico – cria as condições para que haja uma sociedade politicamente livre, de modo que se garanta as liberdades individuais. Ou seja, argumenta que a liberdade econômica é um instrumento para a obtenção da liberdade política. Desse modo, a partir de uma coordenação voluntária dos indivíduos, isto é, sem a coerção estatal, a sociedade se organizaria sob as bases da economia livre da empresa privada (livre mercado), propiciando a instituição e manutenção de um capitalismo competitivo.

No entanto, o economista estadunidense não dispensa a intervenção estatal na economia, uma vez que um “governo é essencial não só como fórum para determinar as ‘regras do jogo’, mas também como um árbitro para interpretar e aplicar as regras aprovadas. O que o mercado faz é reduzir em muito a variedade de questões a serem decididas por meios políticos” (FRIEDMAN, 2019, p. 17). Assim, o livre mercado propicia a liberdade econômica e, em consequência, se garantem as liberdades individuais. Portanto, há uma diferenciação do pensamento liberal clássico, em que o individualismo, a propriedade e o Estado são alçados como as principais bases, visto que o viés econômico (a partir do livre mercado) se torna a força motriz que irá agir nas outras esferas, como a social, a política, a estatal, e, inclusive, na própria noção de liberdade individual.

Segundo Friedman (2019, p. 104-105), a sociedade capitalista tende a ser menos desigual que as não capitalistas e, dentro do modelo do livre mercado, a desigualdade se torna benéfica para o progresso coletivo e individual. Além disso, assevera que “o capitalismo leva a menos desigualdade do que os sistemas alternativos de organização e que o desenvolvimento do capitalismo diminui sensivelmente a extensão da desigualdade”. Logo, qualquer ação estatal (pensamento contrário ao *keynesianismo*) deve ser rechaçada, tendo em vista que tal medida geraria um desestímulo nos indivíduos, afetando a própria produção e inovação e, por consequência, o progresso. Portanto, cabe ao Estado zelar pela igualdade formal (igualdade de oportunidades), a fim de que o indivíduo, por sua própria capacidade, possa ter uma mobilidade social.

No entanto, diferentemente dos aportes de Keynes que foram implementados rapidamente nos Estados Unidos e, posteriormente, em parte da Europa Ocidental, os postulados neoliberais, iniciados em Hayek e Friedman, somente foram adotados como política de Estado, em meados da década de 1970, no governo ditatorial de Augusto Pinochet no Chile, e nos países desenvolvidos a partir dos governos de Margareth Thatcher, iniciado em 1979, na Grã-Bretanha, de Ronald Reagan, em 1981, nos Estados Unidos, e de Helmut Kohl, em 1982,

na Alemanha, que enfrentavam uma grave crise econômica desde a crise do petróleo de 1973 (ANDERSON, 1995, p. 09-13).

Desse modo, o neoliberalismo se torna, *a priori*, uma doutrina político-econômica que propõe que o auge do bem-estar humano somente pode ser alcançado a partir da asseguarção das liberdades e da liberação plena das capacidades empreendedoras individuais, num contexto de garantia do livre mercado e de respeito sólido aos direitos de propriedade privada. Cabendo ao Estado a criação e a preservação de uma organização institucional que assegure tais condições, bem como a estrutura de defesa, de polícia e de arcabouço legal, visando garantir – se necessário, até mesmo, pela força – os direitos individuais, a propriedade e a liberdade de mercado. Logo, a ação estatal na esfera econômica deve ser limitada (HARVEY, 2014, p. 12).

Perry Anderson observa que o neoliberalismo preconiza na prática:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (ANDERSON, 1995, p. 10).

O neoliberalismo tem como uma das principais características a instituição e a manutenção do Estado mínimo (GIDDENS, 1996, p. 44), concretizadas, basicamente, a partir da redução da máquina estatal, das privatizações e concessões de bens e serviços públicos e da desregulação do setor econômico, financeiro e de qualquer atividade que seja prestada pela iniciativa privada. Essas medidas, associada à redução da carga de impostos, têm como pressuposto a criação de condições para que se assegure a competição plena. Isto é, para que seja criado um ambiente propício favorável aos investimentos privados (especialmente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos) (HARVEY, 2014, p. 75-81).

Há que se ressaltar, no entanto, que, apesar de possuir características em comum, o desenvolvimento do neoliberalismo varia em relação a determinado Estado e período histórico. Isso denota a complexa forma com que as forças políticas, as tradições histórico-sociais, as estruturas estatais e os arranjos institucionais influenciam e moldam o processo de *neoliberalização* no tempo e no espaço (HARVEY, 2014, p. 23-80). Essa variedade de posicionamentos do neoliberalismo implica, também, numa multiplicidade de impactos distintos nas outras esferas da sociedade e políticas estatais, como, por exemplo, no Estado do bem-estar social e nas relações de trabalho (JESSOP, 2008, p. 208-211).

Historicamente, a implementação do neoliberalismo junto aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos ocorreu por meio da imposição (HARVEY, 2014, p. 38). Contudo, dada as particularidades de cada região, em 1989, nos Estados Unidos, houve uma reunião de membros do governo estadunidense com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para tratar das reformas econômicas em andamento (e desejadas) especificamente para a América Latina¹⁸³. Esse encontro ficou posteriormente por *Consenso de Washington*. Por mais que as reformas neoliberais já estivessem em andamento em determinados países da região, somente após esse encontro que diversas diretrizes antes esparsas foram aglutinadas e serviram oficialmente de pré-requisitos (condicionantes) para o recebimento do apoio de organismos internacionais, como, FMI, BID e Banco Mundial (BATISTA, 2009; NAÍM, 2000).

As dez principais medidas neoliberais assentadas no *Consenso de Washington* foram: disciplina fiscal (incluindo, principalmente, os cortes na área social); reforma tributária (de modo a diminuir os impostos do setor produtivo); estabelecimento da taxa de juros pelo mercado (favorecendo as grandes instituições financeiras); taxa de câmbio flutuante (a fim de facilitar as importações, circulação de moeda estrangeira e equilíbrio das vendas de *comodities*); abertura comercial (retirando ou diminuindo as tarifas de importação, as proteções comerciais e os subsídios internos); liberação de investimentos direto estrangeiro (incentivando a entrada de capital estrangeiro e permitindo a saída plena dos lucros auferidos); privatização (venda de bens e ativos públicos, reduzindo a atuação estatal); desregulação da economia e atividade produtiva (visando criar um ambiente de livre competição e de desburocratização para o setor produtivo, incluindo as leis econômicas e trabalhistas); e, asseguarção do direito de propriedade (com a garantia que a propriedade em todas as esferas seja assegurada, sobretudo, quanto aos aspectos científico e industrial [patentes]) (BATISTA, 2009; NAÍM, 2000, p. 89).

No transcorrer da década de 1980, os países da América Latina, que passavam por uma grave crise econômica, agravada por uma alta dívida externa, aderiram às diretrizes do *Consenso de Washington*, a fim de receber empréstimos e financiamentos externos, perdão parcial da dívida externa e manter a regularidade dos compromissos externos (HARVEY, 2014, p. 83). As políticas neoliberais foram implantadas por governos identificados com a direita ou apoiados pela direita (inclusive, no caso dos ditatoriais).

Em muitos países, as reformas apresentaram resultados rápidos e satisfatórios em relação ao controle inflacionário e, em alguns casos, até mesmo crescimento econômico. Porém,

¹⁸³ O título do encontro era *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (BATISTA, 2009, p. 116).

muitos dos problemas sociais (e estruturais) existentes nos países latino-americanos não foram resolvidos. Pelo contrário, muitos foram agravados, a exemplo da desigualdade social. Além disso, esse modelo se demonstrou frágil diante das crises econômicas internacionais. Assim, a promessa neoliberal do avanço no bem-estar da população a reboque da ortodoxia econômica ficou a desejar. Isso denotou um dos paradoxos do neoliberalismo na região: a busca pelo Estado mínimo *versus* a necessidade de instituições fortes e eficazes para atuar no bem-estar social; tornando-se um dos pontos centrais de tensão das políticas neoliberais (BATISTA, 2009; IBARRA, 2011; NAÍM, 2000, p. 91-96).

Mesmo com os efeitos negativos e contradições, o neoliberalismo tem permanecido como política hegemônica na maior parte da América Latina. Salvo o caso venezuelano, nos mais de 30 anos de vigência na região, nem mesmo os governos progressistas identificados com a esquerda conseguiram tirar o protagonismo desses postulados nas políticas estatais – embora tenham trazido avanços nesse sentido (THWAITES REY; OUVIÑA, 2018). Ao longo dessas décadas, as crises financeiras não abalaram as políticas neoliberais. E, sim, o oposto, houve um fortalecimento dessas diretrizes, especialmente, como principal meio para superar as crises (HARVEY, 2014, p. 64). O neoliberalismo possui uma grande capacidade de autofortalecimento (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8), e demonstra está sempre em busca de expansão e avanço na América Latina.

Além dos aspectos econômicos e do papel do Estado perante à sociedade, o neoliberalismo tem enviesado por outra esfera. Os franceses Pierre Dardot e Christian Laval, na obra *A nova razão do mundo*, publicada pela primeira vez em 2009, aprofundam a análise em torno do assunto, defendendo a tese de que o neoliberalismo, antes de ser identificado como uma ideologia ou uma concepção político-econômica, é sobretudo uma racionalidade e, portanto, tende a estruturar não somente a visão de mundo e ação dos governantes, mas também as dos indivíduos. Logo, a principal característica da racionalidade neoliberal é a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. Assim, os autores definem o neoliberalismo como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens seguindo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Desse modo, a perspectiva dos autores franceses é de que o neoliberalismo, dentro de um quadro normativo global, superou o viés político-econômico, e em nome do princípio basilar do liberalismo – a liberdade individual – orienta numa maneira inovadora as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos. Ou seja, visa realizar uma transformação na sociedade, impondo a concorrência e o modelo gerencial de empresa como valores naturais individuais e

coletivos. Dardot e Laval (2016, p. 24) concluem que “a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* ‘regime de acumulação’, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade”. Portanto, a exaltação do individualismo implica o enfraquecimento da solidariedade como lógica social, sobretudo nas questões em que sejam consideradas entraves à expansão do capital, como, por exemplo, em relação à existência de sindicatos fortes (HARVEY, 2014, p. 85).

Os autores defendem tal perspectiva a partir de casos analisados em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Essa dinâmica segue a mesma lógica na América Latina?

7.3 – O centro do espectro político-ideológico da América Latina

A democracia liberal e o neoliberalismo foram originados e constituídos sob a égide e princípios do liberalismo. Essa proximidade ideológica proporciona o compartilhamento de ideias, de pensamentos, de doutrinas e de valores em comum entre eles, cuja consequência é uma maior compatibilidade do ideário neoliberal ao regime democrático-liberal, em relação a outras ideologias que possuam um menor acercamento do liberalismo. Embora o surgimento e a implementação de ambos tenham ocorrido em momentos distintos, a dinâmica que os tornou hegemônicos ideologicamente se assemelha e aponta, cada vez mais, para uma conexão entre o neoliberalismo e a democracia liberal.

Os principais pontos de permeabilidade entre a democracia liberal e o neoliberalismo se encontram justamente nos princípios basilares do liberalismo: nas liberdades e direitos individuais, na defesa da propriedade e na limitação do poder estatal. No contexto da construção e consolidação da democracia, as liberdades individuais foram ganhando outras ressignificações, de modo que a sua supremacia em relação aos direitos coletivos, associada à lógica capitalista, se convertesse num individualismo social e na liberdade de mercado.

Essa perspectiva se tornou preponderante a partir da fundação e desenvolvimento do sistema democrático estadunidense. Os *Federalistas*¹⁸⁴ desenvolveram uma formatação de democracia que se encontrasse *protegida* do próprio cidadão. Tocqueville (2004) narrou com clareza essa percepção quanto à existência de um individualismo na sociedade estadunidense, visto que os cidadãos daquele país se dedicavam bastante às atividades econômicas, sem dar atenção às atividades públicas. A preocupação do pensador francês era de que esse egoísmo social enfraquecesse a própria noção de democracia e de gestão da coisa pública, pois somente

¹⁸⁴ Refere-se aos escritos produzidos por Alexander Hamilton, James Madison e John Jay no contexto da aprovação da Constituição Federal de 1787, e consolidados na obra *O Federalista* (2011).

um pequeno número de pessoas que estaria à frente da gestão estatal. A observação de Tocqueville é justamente um dos objetivos dos *Federalistas* (2011): a construção e a proteção de um sistema democrático baseado na representação, e não na participação efetiva dos cidadãos. O desenvolvimento e avançar do capitalismo nos EUA transpôs essa perspectiva para outras partes do mundo, sobretudo, por meio da propaganda em torno do *American Way of Life*, no qual as liberdades se materializam no poder de compra, isto é, culminam numa sociedade baseada no consumo de livre mercado, e o modelo de democracia liberal (estadunidense) se torna o meio para propiciar as condições ideais para tal.

O liberalismo econômico, desde as suas origens, evoca o individualismo como um traço necessário para o próprio bem do indivíduo e, por consequência, do sistema capitalista e da sociedade, além da defesa do livre comércio (RICARDO, 1996; SMITH, 1996). Esses fundamentos são resgatados e potencializados pelo neoliberalismo, de modo a priorizar a liberdade de mercado em todos os níveis, e as liberdades individuais em torno da liberdade de empreender. Assim, a democracia liberal, sob a égide dos postulados neoliberais, deve permitir que o indivíduo seja livre e soberano e, a partir do seu próprio esforço e habilidades, possa empenhar-se para alcançar suas metas e desejos pessoais (HAYEK, 2010). Essa busca individual impõe e naturaliza a competição como lógica social. Ou seja, conecta o individualismo com a racionalidade do mercado.

A limitação do poder estatal surge nos primórdios do liberalismo como uma reivindicação para fazer frente ao absolutismo monárquico. Desse modo, a atuação do Estado teria de ser limitada de modo que não afetasse as liberdades individuais e o direito à propriedade privada. A restrição do papel do Estado encontra respaldo também nas origens do liberalismo econômico, no sentido de que a atuação estatal deveria se restringir à defesa da nação, à asseguarção das liberdades individuais e da propriedade privada, à manutenção da ordem pública, à realização de obras públicas e à manutenção das instituições públicas. Diferentemente de outros postulados do liberalismo, a questão da delimitação da atuação estatal não foi adotada plenamente na construção dos Estados-nações, tendo sido relativizada por cerca de dois séculos. Contudo, essa perspectiva foi resgatada e ressignificada pelos pensadores neoliberais, sob a figura do Estado mínimo que, em suma, anula a atuação estatal na economia (exceto para criar as condições necessárias para a livre concorrência) e limita as atribuições do poder público nas outras esferas.

A questão da defesa da propriedade privada perpassa os principais autores clássicos do liberalismo e se tornou, inclusive, um dos cerne da democracia liberal. Apesar de ter sido objeto de comentários por parte de vários autores liberais, a asseguarção do direito à

propriedade se destaca nos escritos dos *Federalistas*. Seguindo a perspectiva de Rousseau (1999), Madison (2011) interpreta que a desigualdade social (material) se torna a fonte das diferentes visões de mundo dos indivíduos. Desse modo, a democracia liberal deveria, sobretudo, assegurar a defesa do próprio sistema representativo-eletivo e da propriedade privada, além de vetar qualquer ação para que se permita alterar esses dois *pilares*, mesmo que com o respaldo da maioria. Portanto, cabe ao regime democrático liberal harmonizar as desigualdades sociais.

O pensamento neoliberal, também, traz para os seus postulados a perspectiva de defesa irrestrita à propriedade. Por tratar de uma questão cujos valores já estavam difundidos e aceitos nas sociedades ocidentais, a ressignificação trazida pelo neoliberalismo em relação ao tema foi no sentido de ampliar o conceito, com o objetivo de incluir, principalmente, as propriedades industriais e intelectuais, a exemplo das patentes, das marcas e dos direitos autorais, no rol de proteção estatal.

Articulado a esses três pontos de forte confluência e permeabilidade entre a democracia liberal e o neoliberalismo (liberdades e direitos individuais, defesa da propriedade e limitação do poder estatal), o pensamento neoliberal criou uma vinculação intrínseca entre os seus postulados, o capitalismo e o regime democrático liberal. Sob esse viés, o capitalismo, a partir do livre mercado, se apresenta como o único sistema econômico capaz de proporcionar uma sociedade politicamente livre, garantindo, por conseguinte, as liberdades individuais. Em outras palavras, é a partir da liberdade econômica que se obtém a liberdade política (e as demais liberdades), e, por consequência, um regime democrático livre (FRIEDMAN, 2019). Esse se torna o ponto chave de distinção do liberalismo clássico em relação ao neoliberalismo: a liberdade econômica (a partir do livre mercado) se converte na principal base e defesa da sociedade (neo)liberal. Desse modo, as esferas social, política, estatal e as liberdades individuais se submetem aos fundamentos do mercado.

A própria configuração da democracia liberal favoreceu a sua conexão com o neoliberalismo. Além de compartilhar princípios fundacionais em comum a partir do liberalismo, o formato de democracia liberal preponderante se caracteriza por ser praticamente esvaziado de conteúdo. Desde a década de 1940, os debates em torno da democracia liberal tiveram uma guinada¹⁸⁵. Prevaleram as discussões em torno do funcionamento e da prática democrática em detrimento de valores e objetivos a serem alcançados. Desse modo, a busca pelo bem comum, felicidade e/ou bem-estar foi superada pela construção de um arranjo

¹⁸⁵ A partir da obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1961), de Joseph Schumpeter, publicada em 1942.

institucional, baseado em regras e procedimentos, cuja finalidade se restringe a eleger (ou substituir) indivíduos para governar. A soberania popular é preterida e o papel do cidadão dentro do regime democrático se reduz, basicamente, a aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Assim, a democracia perde a condição de ser um fim em si mesma – o *ideal democrático* –, para se tornar um meio para escolher representantes periodicamente.

Essa perspectiva da democracia liberal, que a torna restrita a um método que indique por *quem* e *como* são tomadas as decisões, denominada *procedimental* (ou *minimalista*), se tornou hegemônica no Ocidente. A lógica fundacional da democracia procedimental se torna a mesma do mercado (financeiro). Há uma competição pelos votos. Assim, as elites políticas (empresários) oferecem o seu produto (propostas eleitorais) aos cidadãos (consumidores), que possuem individualmente a moeda de compra (voto) (SCHUMPETER, 1961). No contexto da democracia procedimental, o indivíduo é compelido a agir não por um *bem comum*, mas, sim, pela satisfação dos seus interesses individuais (DOWNS, 2013), numa espécie de egoísmo social. Essa mesma racionalidade, que evoca a lógica de mercado, a concorrência e o individualismo, está no núcleo do pensamento neoliberal.

Portanto, o posicionamento individualista do cidadão no contexto democrático, associado à dinâmica capitalista (e, *a posteriori*, na perspectiva neoliberal), tem como consequência principal a diminuição do sentimento de coletividade, de classe e de mobilização no âmbito da sociedade em que está inserido. Ao tratar a democracia basicamente como forma, fundamentando-a por meio de regras e procedimentos, o cidadão é instado a não ter uma participação efetiva na vida pública. Seu papel dentro do regime democrático se resume ao voto periódico. Os teóricos liberais clássicos (como Rousseau, Tocqueville e Mill) se inspiraram nos sistemas de governo popular de Atenas e Roma para teorizarem em relação à democracia, e resgataram a importância da vida cívica, do pensamento coletivo e da ampla participação cidadã no contexto democrático – o qual ia muito além das votações periódicas. No entanto, a dinâmica da vertente procedimental da democracia fomenta o desinteresse do indivíduo no tocante às questões políticas e às demandas coletivas.

Nesse viés, observa-se que as análises realizadas dos contextos eleitorais de Chile e Brasil dão indicativos nesse sentido. O caso chileno demonstrou que, após o fim do voto obrigatório¹⁸⁶, houve uma abstenção de 58,02% do eleitorado no segundo turno das eleições de 2013, e de 50,98% nas de 2017. O cenário brasileiro, mesmo com o voto obrigatório, apresenta um alto nível de abstenção e de votos nulos e brancos. No segundo turno das eleições de 2014

¹⁸⁶ A abstenção no Chile foi de 13,06% do eleitorado no segundo turno de 2009, e de 12,88% nas eleições de 2005/2006.

houve uma abstenção de 21,10% do eleitorado, e 6,34% de votos brancos e nulos. Em 2018, ocorreu 21,30% de abstenção, e 9,57% de votos brancos e nulos.

Essa questão evoca mais um ponto de compatibilidade e entranhamento entre a democracia liberal procedimental e o neoliberalismo. O estabelecimento e a manutenção de um regime de governo que não possua conteúdo social, a exemplo da igualdade, justiça, bem-estar etc., visa, principalmente, a manutenção do sistema político e social. Esse mecanismo torna possível manter a estabilidade numa sociedade de classes, marcada por diversas mazelas sociais, como a pobreza e desigualdade social, de modo que não haja um completo caos social. Portanto, a democracia procedimental objetiva manter uma harmonia e equilíbrio dentro de uma sociedade desigual. Nesse sentido, o neoliberalismo, caracterizado por manter e agravar problemas sociais, encontra o cenário adequado, sobretudo na América Latina – marcada por problemas sociais graves –, para se instalar e se expandir.

Ademais dos pontos apresentados, a democracia procedimental é apresentada pelos autores dessa vertente, a exemplo de Bobbio (2015) e Dahl (2015), como um sistema apto a receber qualquer espécie de conteúdo dentro do espectro político-ideológico, desde que respeitadas as regras e procedimentos previamente estabelecidos. Isso significa que, *a priori*, qualquer proposta possa participar e concorrer dentro do sistema democrático-eleitoral, em total igualdade com as demais, sem que haja qualquer tipo de restrição ou favorecimento. Em outras palavras, a democracia sob essa perspectiva teria um *status* neutro quanto aos conteúdos em disputa, uma vez que as regras, procedimentos e instituições seriam configuradas para que a concorrência ocorra numa arena isenta de qualquer influência por parte da própria democracia.

No entanto, observa-se uma grande compatibilidade dos postulados neoliberais em relação à democracia liberal procedimental. Essa aproximação ideológica não seria, em princípio, uma espécie de favorecimento aos postulados neoliberais em detrimento de outros conteúdos que possuam um afastamento ideológico com o liberalismo? Essa convergência ideológica seria suficiente, por si só, para alçar o neoliberalismo como pensamento hegemônico na América Latina?

Uma melhor compreensão sobre essas questões pode ser obtida a partir da dinâmica hegemônica em Gramsci. Na perspectiva *gramsciana*, o neoliberalismo é uma ideologia e, portanto, trata-se de uma concepção de mundo situada em determinado contexto sócio-político-histórico, vinculada a uma norma de conduta relacionada a essa visão de mundo, que possui a capacidade de influir na organização e ação dos indivíduos, estando ou não estabelecidos em grupos (GRAMSCI, 1984). As principais características dessa visão de mundo em torno do

neoliberalismo foram apresentadas neste Capítulo. Então, resta compreender a dinâmica da construção dessa concepção de mundo que a tornou hegemônica.

Preliminarmente, cabe rememorar que o conceito de hegemonia de Gramsci não se restringe somente a estrutura econômica e a organização política da sociedade e, sim, abarca amplamente as manifestações da vida intelectual e coletiva, incluindo os modos de pensar e conhecer e, por mais redundante que seja, a própria orientação ideológica. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016, p. 7) destacam que “O neoliberalismo não é apenas uma ideologia¹⁸⁷, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou a sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Harvey (2014, p. 13), no mesmo viés, observa que “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

Em suma, a hegemonia, em Gramsci, pode ser entendida como a unificação e a manutenção de um bloco social organicamente não homogêneo, a partir de uma consciência teórica e cultural dessa própria ação, de modo a conectar diversos grupos heterogêneos, por meio de ações ideológicas, morais, políticas e culturais, e, ao mesmo tempo, evitando que as contradições de classe ocasionem algum tipo de crise ou ruptura na ideologia dominante. Portanto, trata-se de uma ação na concepção de mundo do indivíduo, por meio da construção e imposição de valores e crenças, de forma a dominá-lo sem a necessidade de qualquer tipo de coerção física. Esse antagonismo produz um estado de passividade moral e política no indivíduo e nos grupos subalternos, permitindo a consolidação do consenso e minimizando qualquer reação contrária (GRAMSCI, 1984).

Nesse sentido, a hegemonia não se resume a mera direção e controle político. Pelo contrário, Gramsci (1984) observa que há uma primazia da sociedade civil em relação à sociedade política (o Estado em sentido estrito). Isto é, a hegemonia diz respeito, em primeiro lugar, a conquista da sociedade civil (superestrutura). No entanto, quanto mais permeada e profunda for a relação entre esta e a sociedade política, maior será o grau de consolidação da hegemonia. Esse domínio ocorre por meio da ação dos intelectuais orgânicos e pela difusão da respectiva visão de mundo a partir dos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo do sistema de ensino, meios de comunicação, organizações do terceiro setor, partidos políticos etc., com o objetivo de inculcar, reforçar e estabilizar a ideologia hegemônica. Portanto, a hegemonia está

¹⁸⁷ Observa-se que a concepção de ideologia utilizada pelos autores é de cunho restrito, não sendo a mesma adotada neste trabalho.

condicionada ao domínio ideológico nas esferas econômica, política, social e cultural, ou seja, em todos os âmbitos da existência social. E, por isso, possui uma relação intrínseca com os conteúdos políticos e, inclusive, com a própria democracia. Afinal, a própria noção de hegemonia, segundo Gramsci (1984), se consolida a partir da unidade entre a teoria e a prática.

Desse modo, o conceito de hegemonia se vincula à construção de uma nova racionalidade social; ou, nos termos de Dias (1996; 2014), uma nova *civiltà* (civilização). Isso significa uma reforma intelectual, moral e econômica, fundamentada pela ideologia. A elaboração de uma nova concepção de mundo hegemônica demanda, também, uma transformação do conjunto das relações sociais (DIAS, 1996; 2014). É sob essa perspectiva que o neoliberalismo dissemina valores relativos à competição, ao individualismo, à meritocracia, ao empreendedorismo, à limitação da atuação estatal, à liberdade de mercado, à asseguarção da propriedade privada e ao protagonismo da iniciativa privada no desenvolvimento do país, de modo a torná-los universalizados e hegemônicos.

Para Gramsci (1984), a coesão social necessária para o estabelecimento de uma hegemonia advém, em primeiro lugar, do *senso comum*. Isto é, da absorção passiva e acrítica (por vezes, inconsciente) desses valores, critérios, comportamentos e modos de agir, pensar e sentir, numa espécie de adaptação à nova concepção de mundo, que fundamenta o consentimento. Trata-se, portanto, da assunção de uma visão de mundo, que pode ser, inclusive, contraditória com a posição do respectivo indivíduo ou grupo na correspondente sociedade. Contudo, Gramsci alerta que, pela natureza de seu caráter, “o senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço [...] [Logo,] apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente” (COUTINHO, 2011¹⁸⁸, p. 148).

Observa-se nos planos de governo das direitas de Chile e Brasil uma forte presença e predominância dos valores neoliberais, tanto na esfera econômica como na social. Em diversos programas de governo se torna perceptível a formulação de políticas públicas, fundamentadas sob os postulados neoliberais, que visem, a partir do Estado, a disseminação de determinados valores atrelados a essa concepção de mundo, a exemplo das várias propostas relativas à criação de disciplinas (do ensino básico ao superior) relativas ao empreendedorismo e de programas com essa temática destinada aos jovens. O empreendedorismo, além de reforçar a questão do individualismo, da competição e da meritocracia (DARDOT, LAVAL, 2016), se torna uma visão de mundo difundida pelo pensamento neoliberal baseado no Estado mínimo. Ou seja,

¹⁸⁸ Essa obra se refere a um compilado de trechos integrais de diversas bibliografias de Antonio Gramsci, especialmente dos *Cadernos do Cárcere*, sem qualquer tipo de comentário por parte do organizador.

trata-se de um mecanismo que visa isentar o Estado da responsabilidade de garantir minimamente as condições de vida para os (então) trabalhadores, posicionando-os como responsáveis pelo respectivo sucesso ou fracasso, sem considerar a importância das variáveis dos respectivos contextos sociais (CARMO *et al.*, 2021), e, ao mesmo tempo, debilitando a noção de solidariedade na sociedade.

Os efeitos da hegemonia não operam apenas estabelecendo, sustentando e universalizando a respectiva concepção de mundo, mas também restringindo e sobrepujando outras visões de mundo. No entanto, isso não implica a eliminação das ideologias subalternas, e, tampouco, na impossibilidade do surgimento de outras ideologias que visem subverter a dominação. Além disso, o fato de uma ideologia hegemônica influenciar determinadas ideologias subalternas não ocasiona, necessariamente, a perda de sentido destas. O próprio neoliberalismo interage com outras ideologias, inclusive, para a manutenção do seu *status quo*. Nesse sentido, Gramsci (1984) assevera a coexistência de ideologias no contexto social, com a ressalva de que apenas pouquíssimas tem a capacidade de se manterem hegemônicas.

A interação do neoliberalismo com outras ideologias apartadas da influência do liberalismo varia de acordo com o tempo e espaço. Contudo, de uma maneira em geral, observa-se uma tendência de conexão do neoliberalismo com o conservadorismo, e, na América Latina, também, entre os postulados neoliberais e fragmentos da ideologia socialista. Embora, em ambos os casos, *a priori*, possa parecer contraditória essa ligação, Freedden (2013) ressalta que, essa atuação considerada, em princípio, ambígua, trata de uma característica natural das ideologias – as inconsistências lógicas –, que objetiva minimizar determinada tensão entre questões contraditórias ou para obter apoio político. Além disso, as ideologias políticas possuem o atributo da permeabilidade, que viabiliza a interação e intersecção, em diversos pontos, com outras ideologias, sem perder suas características nucleares.

A associação do neoliberalismo com o conservadorismo (o neoconservadorismo, como denominam alguns autores), apesar de representativa em âmbito global, não possui o mesmo formato em todos os lugares. Nos EUA, por exemplo, observou-se recentemente, durante o mandato de Donald Trump, o conservadorismo se apresentando contrariamente a vários valores do neoliberalismo, e no Reino Unido, no transcorrer da pauta vitoriosa do *Brexit*, uma aversão às diretrizes (neoliberais) impostas pelos tecnocratas dos órgãos da União Europeia¹⁸⁹. No entanto, na América Latina, e, especificamente, no Chile e Brasil, essa conexão demonstra harmonia e relativa coesão. Os dois principais pontos de permeabilidade entre o

¹⁸⁹ Cabe rememorar que os governos de Reagan, nos EUA, e de Thatcher, no Reino Unido, foram os pioneiros na implantação do neoliberalismo. Contudo, tratavam-se de governos predominantemente conservadores.

conservadorismo e o neoliberalismo ocorrem “em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança [...] de perigos internos e externos” (HARVEY, 2014, p. 92).

Conforme observado nos planos de governo das direitas chilena e brasileira, além da predominância dos postulados neoliberais, há uma forte presença de conteúdo relativo à manutenção da lei e da ordem. Essa é a temática de caráter não econômico, típica da direita, que mais demanda espaço nas propostas de ambos os casos. As bases desse conteúdo orbitam, principalmente, em proposições reativas, no fortalecimento das instituições de segurança e no endurecimento da legislação penal e processual penal. As lógicas neoliberais em torno do individualismo e da competição social enfraquecem a noção e os vínculos de solidariedade, dando espaço a uma série de interesses individuais contrapostos que podem se sobrepor a ordem. Ademais, os efeitos negativos das políticas neoliberais no âmbito social, como, por exemplo, em relação à desigualdade social, precarização do trabalho, desemprego etc., trazem a potencialidade de causar crises e, até mesmo, rupturas sociais. Desse modo, o controle social por meio do poder coercitivo estatal se torna uma ferramenta hábil (e necessária, sob essa perspectiva) para a estabilidade do próprio sistema.

O outro ponto de harmonia entre o neoliberalismo e o conservadorismo se refere à absorção e à defesa de valores morais tradicionais. Os principais valores sociais vinculados à ideologia neoliberal – o individualismo e a competição – têm a capacidade de desagregar o corpo social, a partir da desvalorização do senso de coletividade e com a consequente diminuição de valores sociais agregadores. Assim, a construção, a difusão e a manutenção de valores morais tornam possível a legitimação do poder e a criação de um controle social. De uma maneira em geral, estes valores morais estão reunidos “no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo [...], nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo” (HARVEY, 2014, p. 94).

As análises de conteúdo dos planos de governo das direitas de Chile e Brasil explicitaram a existência de conteúdo relacionado à valores morais. Porém, a situação de cada país é distinta. Historicamente, a direita chilena se fundamenta no neoliberalismo associado a um conservadorismo nas pautas de costumes e valores morais. Todos os programas de governo da direita daquele país apresentam um conteúdo relativo a essa temática, sem manifestar qualquer menção referente à diversidade cultural (exceto na programática de 2013, que há uma

única menção nesse sentido). Ademais, no contexto das campanhas eleitorais, o assunto costumeiramente se torna objeto de debate e oposição política entre direita e esquerda.

O caso brasileiro é um pouco distinto. Observa-se um forte apelo aos valores morais somente nas propostas de 1989 e de 2018. Embora os segmentos conservadores se vinculem costumeiramente à direita no Brasil, não há, necessariamente, uma absorção dessas pautas para os respectivos planos de governo. Contudo, no levantamento histórico do contexto das campanhas eleitorais brasileira, apurou-se que o debate em torno das pautas de costumes, entre direita e esquerda, se tornou relevante no país desde 2010, tendo perdurado e crescido paulatinamente até o último sufrágio analisado. As análises indicam que a associação atual entre o neoliberalismo e o conservadorismo no Brasil está mais consolidada do que em anos anteriores, inclusive, vislumbra-se a continuidade da reserva de conteúdo relacionado a valores morais nas próximas propostas de governo da direita brasileira.

Outra *inconsistência lógica* e ponto de *permeabilidade*, a partir do neoliberalismo, é em relação à assunção de políticas sociais vinculadas ao Estado de bem-estar social (EBES), as quais, na perspectiva de Freedon (2013), são típicas da ideologia socialista. A constatação de Harvey em relação ao efeito-solução das políticas neoliberais reforça os argumentos quanto ao não abandono completo do EBES:

Mas um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade – seja na Indonésia, no México ou na Inglaterra – ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade. Embora essa tendência tenha sido minorada aqui e ali por políticas sociais, os efeitos na outra extremidade do espectro social têm sido deveras espetaculares (HARVEY, 2014, p. 128).

A implementação das políticas neoliberais na América Latina agravou problemas estruturais ora existentes, com destaque para a desigualdade socioeconômica, e criou outros, a exemplo da precarização das relações de trabalho e direitos laborais, cujo efeito principal é o empobrecimento do trabalhador e do respectivo núcleo familiar. Ao mesmo tempo que o neoliberalismo propugna a diminuição da atuação estatal de forma ampla e o equilíbrio fiscal (cujo primeiro impacto diz respeito aos cortes na área social), não consegue abrir mão totalmente da implementação e manutenção de políticas sociais, tanto de distribuição de renda para os mais pobres, como as relativas ao EBES. Contudo, essas políticas são pontuais e direcionadas, de modo que seja ofertado o mínimo possível para que esses grupos desfavorecidos não sejam protagonistas de conflitos sociais.

Além disso, Jessop (2008) observa que há uma tendência do neoliberalismo em transformar o *Welfare State* num *Workfare State*, numa clara mudança de foco da atuação

estatal. Para o autor inglês, isso significa a priorização de políticas sociais em torno do pleno emprego, por meio de fomento à inovação, ao empreendedorismo, à capacitação laboral e de políticas que visem criar postos de trabalho e com a conseqüente diminuição das políticas sociais em outras áreas, além da flexibilização das leis trabalhistas. Desse modo, o neoliberalismo impele o indivíduo a ocupar um lugar no mercado de trabalho, seja por um contrato regular de trabalho ou flexibilizado, ou por meio de um empreendimento próprio. Essa estratégia visa manter o consumidor (trabalhador ou empreendedor) ativo e diminuir os custos estatais nas políticas sociais, focalizando-as, basicamente, no estímulo ao emprego, e mantendo o pressuposto de estado mínimo.

Ressalte-se que as propostas de manutenção e aumento do EBES se referem ao conteúdo que, de uma maneira em geral, as direitas de Chile e Brasil mais demandam espaço nos respectivos planos de governo e, logo, torna-se o maior ponto de inclinação destes à esquerda. Nesse sentido, conforme exposto na análise de conteúdo, as direitas de Chile e Brasil mais agregam conteúdo de manutenção e aumento do EBES e de distribuição de renda nos contextos de crises econômica internacional. Essa postura ocorreu, em ambos os casos, nas eleições posteriores às crises asiática, de 1997, e russa, de 1998, e da crise imobiliária estadunidense de 2008. Porém, observa-se que, mesmo no cenário de crise, as diretrizes neoliberais para a economia são mantidas e, inclusive, evocadas para fazer frente à solução dos problemas criados pelo próprio contexto neoliberal global.

Ademais dos aspectos ideológicos, a proximidade do neoliberalismo com fragmentos do conservadorismo e do socialismo também faz parte de estratégia eleitoral dos partidos de direita. Essa sistemática visa atrair o apoio político de partidos e lideranças representativas, e, sobretudo, a adesão do eleitorado. Na América Latina resta dificultoso que qualquer candidato, independente do posicionamento no espectro político-ideológico, seja eleito sem que apresente um quantitativo considerável de propostas relativas ao aumento e manutenção do EBES, especialmente pela própria realidade econômico-social latino-americana. Portanto, depreende-se que as políticas sociais, sobretudo as em torno do EBES, possuem uma proximidade com o centro hegemônico da região e, logo, são pautadas a partir da esfera econômica.

A hegemonia reproduz uma característica intrínseca das ideologias: a dinâmica no tempo e no espaço. Isso significa que a hegemonia está em constante transformação. Essa característica advém da própria dialética histórica. Desse modo, o grupo dominante, para se sustentar futuramente, realiza concessões de ordem econômico-corporativa e ético-política, sem, no entanto, deixar afetar os pontos centrais da esfera econômica. Conforme Gramsci (2002, p. 48), “tais sacrifícios [...] não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia

é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. Portanto, por mais que a hegemonia atue nos campos intelectual, moral e econômico, este último possui uma maior relevância para a consolidação e manutenção da hegemonia. Ou seja, a hegemonia está intrinsecamente vinculada ao controle das formas de produção. Assim,

[...] o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem (GRAMSCI, 2002, p. 42).

Essa dinâmica auxilia a compreender, na América Latina, as limitações que os candidatos identificados com a esquerda tiveram (e têm) para serem eleitos, isto é, necessitando assumir a continuidade das políticas neoliberais, mas, ao mesmo tempo, com uma certa liberdade para implementar e avançar nas políticas de cunho social – típicas da ideologia política socialista. Ademais, não se pode minimizar o fato de que a instituição dessas políticas sociais, por parte de governos identificados com a esquerda, impactou, mesmo que em proporções diferentes em cada lugar, as demandas e anseios da população dos respectivos países, tendo a capacidade, inclusive, de operar na visão de mundo de parte do eleitorado (especialmente a beneficiada com essas políticas) (MONTE, 2018); embora, em princípio, sem a consolidação de uma visão crítica da questão por parte desse grupo.

Dessa forma, retoma-se a questão inicial em torno das possibilidades plenas de contestação dentro do sistema democrático liberal (procedimental). Os principais autores da vertente procedimental da democracia preconizam a existência de um sistema neutro em relação aos conteúdos em referência, e aberto, portanto, a aceitar qualquer tipo de proposta ideológica, desde que respeitadas as regras e procedimentos previamente estabelecidos. Dessa forma, baseado nessa teoria, presume-se que as regras e instituições democráticas sejam formatadas para que a disputa eleitoral seja realizada num contexto, *a priori*, isento de qualquer ingerência vinculada ou atrelada a própria dinâmica democrática.

No entanto, sob a vigência da hegemonia, torna-se inviável a existência de um sistema democrático que ofereça um ambiente neutro de disputa. A dinâmica da própria hegemonia impede essa possibilidade. No contexto da América Latina, dentre as ideologias hegemônicas, o neoliberalismo é a mais latente e influente. É a que dita os parâmetros e padrões econômicos, e, cada vez mais, tem ampliado sua influência para além da estrutura estatal, a partir da disseminação dos valores em torno da concorrência como norma de conduta e da empresa como

modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016). Isto é, a competição, o individualismo, o empreendedorismo e a meritocracia como racionalidade social.

Portanto, assevera-se que a democracia liberal procedimental latino-americana, sob a égide da hegemonia, não apresenta um cenário imparcial na disputa eleitoral. Pelo contrário, a democracia (procedimental) favorece determinados conteúdos mais próximos do centro hegemônico e das suas próprias bases ideológicas e restringe outros conteúdos, especialmente os de cunho econômico, que sejam contrários aos princípios neoliberais (hegemônicos), bem como em relação aos que apresentem propostas que visem trazer qualquer tipo de alteração nos pontos centrais da sua própria formatação.

Resgatando os traços teóricos distintivos entre direita e esquerda¹⁹⁰, constata-se uma proximidade ideológica (e conceitual) entre a direita política e o neoliberalismo. A direita entende e aceita a desigualdade social como algo natural (BOBBIO, 2011; TOURAINE, 1999); prioriza a ordem em relação à justiça social (BRESSER-PEREIRA, 1997); defende o Estado mínimo, a garantia da ordem pública e preza pela soberania do mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006); preconiza o livre mercado (DOWNS, 1999); postula a asseguaração da liberdades individuais a partir da limitação da atuação estatal (FERNÁNDEZ DE LA MORA, 1999); preza pela manutenção da democracia liberal procedimental (RODRÍGUEZ ARAÚJO, 2004); representa os interesses do grande capital (DI TELLA, 2004); e favorece as políticas de desregulamentação e de diminuição de impostos e manifesta oposição às políticas redistributivas (INGLEHART; NORIS, 2016). A partir desses aportes, observa-se que as características da direita política se aproximam dos núcleos norteadores da perspectiva neoliberal. Logo, infere-se que a direita possui uma maior receptividade, dentro do contexto democrático, para apresentar grande parte dos seus conteúdos, sobretudo os de matéria econômica, sem que haja qualquer tipo de limitação, senão o inverso.

Considerando o provável cenário de manutenção do atual contexto socioeconômico na América Latina, isto é, dentro de uma sociedade de classes e sob a hegemonia do neoliberalismo, aduz que a busca pela transição de uma democracia procedimental para uma democracia participativa possa ser uma alternativa factível para fazer frente à dinâmica universalizante das ideologias hegemônicas, e ampliar as possibilidades de conteúdos em disputa no ambiente democrático, de forma a minimizar as margens de interferência da democracia sobre as pautas em disputa.

¹⁹⁰ Essa pesquisa apresentou uma variedade de conceitos distintivos entre direita e esquerda, a fim de extrair características (no formato de categorias analíticas) que identifiquem cada polo da díade, de modo a compor os respectivos *ares de família* (TAVARES, 2016).

O propósito da democracia participativa na criação de novas formas de participação política em diversos âmbitos da sociedade, de modo que as decisões sejam democratizadas a uma quantidade cada vez maior de cidadãos e de espaços, viabiliza a consolidação de uma *sociedade participativa*. Diferentemente da vertente procedimental, a democracia participativa não é esvaziada de conteúdo; resgata-se os *ideais democráticos* e ressalta-se os valores coletivos. Contudo, apenas a ampliação das possibilidades de participação do indivíduo, por si só, não produz os resultados esperados.

O principal ponto para a viabilidade da instituição de uma democracia participativa se situa na educação cidadã. É a partir da prática de envolvimento, discussão e deliberação que o indivíduo se capacita para participar politicamente. O estabelecimento da prática de participação nos diversos espaços fomenta o indivíduo a se integrar como parte da sociedade, a contribuir e a aceitar as decisões coletivas (PATEMAN, 1992). A participação efetiva e diversificada tem a capacidade de resgatar os valores de solidariedade, cooperação, comunidade e coletividade no indivíduo. Além disso, esse processo viabiliza que o indivíduo obtenha, gradativamente, a consciência da sua posição na sociedade e possa, cada vez mais, se mobilizar em grupo, para buscar a transformação social e, até mesmo, a visão de mundo preponderante, dentro do ambiente democrático. Dessa forma, vislumbra-se que seja um caminho para que as ideologias subalternas possam ser difundidas e participem efetivamente do processo decisório. Afinal, somente com uma efetiva e ampla participação que se obtém a viabilização da possibilidade de uma oposição política abrangente.

A viabilização de uma democracia participativa se torna um desafio ainda maior no contexto latino-americano. Além de fazer frente a uma sistemática hegemônica – isto é, a democracia liberal procedimental associada ao neoliberalismo –, o contexto de grande desigualdade social, a parca consciência (de classe) de grande parte da população, a configuração particular da cultura política e o individualismo e a competição cada vez mais entranhados como lógica social dificultam a mudança do sistema democrático para a vertente participativa (MACPHERSON, 1978). Portanto, trata-se de um desafio implementá-la dentro desse cenário. Ademais, o processo de implementação é lento, uma vez que diz respeito à absorção da prática participativa na cultura da respectiva sociedade. Por mais que as perspectivas não são as mais otimistas, julgamos importante trazer a questão à tona, tanto para eventuais formulações de estratégias e agendas de pesquisas e, sobretudo, para fundamentar e motivar a *práxis* política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender quais dinâmicas de ressignificação do espectro ideológico ocorrem nas democracias latino-americanas, considerando, especialmente, a radicalização da direita no Brasil e, de forma mais geral, o seu recente crescimento na América Latina. Alguns desafios, como as especificidades de cada contexto sociopolítico, o mapeamento das diversas variáveis que influem no cenário político, o lapso histórico-temporal, os parâmetros estabelecidos para análise e o grande volume de material produzido diariamente pelos atores políticos, caracterizam a análise das ideologias políticas realizada pelas Ciências Sociais. O trabalho desenvolvido nesta tese buscou contribuir para o aprofundamento da temática, aportando reflexões que auxiliem na compreensão da democracia na *nuestra América*, e para sua relação com as ideologias. As considerações a seguir ressaltam os pontos mais expressivos das discussões e análises realizadas ao longo da tese, sem, por óbvio, ter pretensão alguma de esgotar o tema.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, as sociedades latino-americanas vivenciaram, em sua maioria, a assunção de governos identificados com a esquerda. Essa guinada à esquerda, chamada por alguns autores de *onda rosa*, indicou um início de esgotamento a partir de 2013, com a vitória de candidatos de direita em diversos países da região. Mesmo nos países em que a direita não venceu a disputa presidencial, ou até mesmo nos lugares em que a esquerda retornou ao poder – como na Argentina e no Chile –, houve um crescimento de partidos e representantes identificados com esse polo ideológico, tanto no aumento de cargos conquistados no legislativo, como no incremento de votos obtidos nas correspondentes eleições.

A *onda rosa* foi viabilizada a partir da ressignificação ideológica das esquerdas que restringiram a oposição ao neoliberalismo. A democracia latino-americana, a partir da dinâmica hegemônica, possui restrições a conteúdos ideológicos que se oponham ao centro da hegemonia. Desse modo, a esquerda deslocou os parte dos seus núcleos identificadores para à direita, especialmente no que diz respeito à pauta econômica, para lograr sucesso nos pleitos eleitorais (NEGRI, 2009), amoldando alguns dos seus elementos ideológicos à configuração de valores, crenças e visões de mundo hegemônicos. A partir desses elementos, a pergunta da pesquisa indagou **se a hegemonia restringe a abrangência ideológica de conteúdos típicos da direita na democracia liberal latino-americana?** Em outras palavras, a *onda azul*

significou, dentro do contexto democrático, numa mudança dos núcleos ideológicos típicos das direitas, por força da hegemonia, para obter as sucessivas vitórias nos sufrágios eleitorais?

A presente tese teve como objetivo principal analisar as teorias democráticas liberais procedimentais correlacionando-as à dinâmica hegemônica *gramsciana*, a fim de compreender a influência desta no sistema democrático latino-americano e nas propostas das direitas chilena e brasileira, desde a década de 1990 até o ano de 2018.

Para alcançar esse intuito, direcionou-se a pesquisa em torno dos objetivos específicos. As discussões do Capítulo 2 possibilitaram compreender que a democracia liberal procedimental se reveste de limitações originárias em relação à oposição política. Isso significa que essa vertente da democracia foi desenvolvida de modo que nem todos os conteúdos são passíveis de serem recepcionados pelo sistema democrático. Como alternativa para aumentar as possibilidades na diversidade de conteúdos em disputa, concluiu-se que o modelo de democracia participativa possui a capacidade de propiciar uma maior abertura ideológica. A argumentação do Capítulo 3 possibilitou entender as principais características das ideologias no campo político, e, especialmente, a dinâmica de atuação da hegemonia. Num contexto de sociedade de classes, a hegemonia implica que haja a predominância de umas poucas ideologias no meio social. Essa dinâmica impacta diretamente na arena política, pois influencia na concepção de mundo dos indivíduos, de modo que os valores das classes dominantes se tornem os predominantes para a maior parte da sociedade. No Capítulo 4, a partir de um amplo debate teórico em torno da díade direita-esquerda, concluiu-se sobre a relevância do binômio no contexto político latino-americano, e elaborou-se 28 categorias analíticas distintivas de direita e esquerda, visando fundamentar a análise empírica.

Realizou-se, no bojo dos Capítulos 5 e 6, a análise de conteúdo dos planos de governo dos candidatos mais votados das direitas de Chile e Brasil, respectivamente, desde 1989 até 2017/2018. Dentre os vários resultados apurados, a análise apontou para uma predominância dos postulados neoliberais em todos os programas de governo, que não se restringem tão somente à esfera econômica, mas abarcam também a seara social. Por outro lado, os efeitos negativos do neoliberalismo no âmbito social compelem as direitas de ambos os países a pautar diversas propostas vinculadas ao Estado de bem-estar social e à distribuição de renda. No transcórre do Capítulo 7, comparou-se os principais resultados das direitas chilena e brasileira. Dentre os achados, destaca-se a tendência das direitas em aumentar o quantitativo de conteúdo típico da esquerda na esfera social nas eleições posteriores às crises internacionais, sem, contudo, renunciar as diretrizes neoliberais na economia, nas respectivas propostas de governo.

Por fim, na última parte do Capítulo 7, realizou-se uma ampla discussão envolvendo as teorias democráticas liberais, os estudos das ideologias políticas, a dinâmica em torno da hegemonia (sob a ótica *gramsciana*) e os resultados apurados na análise empírica. A partir dessa etapa, se tornou possível alcançar o objetivo principal da tese e viabilizar a resposta da pergunta norteadora da pesquisa: **se a hegemonia restringe a abrangência ideológica de conteúdos típicos da direita na democracia liberal latino-americana?** Desse modo, concluiu-se que a democracia liberal latino-americana, sob os efeitos da hegemonia, não impõe limites aos conteúdos ideológicos característicos da direita. E sim o oposto, isto é, a democracia liberal favorece, numa disputa político-eleitoral, os conteúdos neoliberais, típicos da direita, os quais, portanto, se situam no centro do espectro hegemônico da América Latina.

Essa constatação torna questionável a aplicação, na América Latina, da teoria democrática procedimental, sob a perspectiva de autores como Bobbio (2015), Dahl (2015) e Sartori (1994a), de que, desde que respeitados os procedimentos e regras previamente estabelecidos, o sistema democrático está configurado para propiciar um ambiente neutro em relação aos conteúdos em disputa, de modo que não exista qualquer tipo de interferência dentro da própria democracia para favorecer ou restringir os conteúdos das propostas em disputa. Ou seja, para essa vertente, independente da matriz ideológica, qualquer conteúdo, *a priori*, poderia participar e concorrer em total igualdade com os demais num pleito eleitoral, num contexto isento de qualquer ingerência vinculada ou atrelada ao próprio sistema democrático.

Por outro lado, a dinâmica da hegemonia (sob a perspectiva *gramsciana*) se demonstrou aplicável ao contexto latino-americano. A hegemonia implica que determinadas ideologias se tornem dominantes no contexto social, e, por consequência, as respectivas concepções de mundo sejam predominantes na respectiva sociedade. Trata-se de um processo que, num contexto de uma sociedade de classes, unifica diversos grupos sociais antagônicos, a partir da ideologia, influenciando na visão de mundo destes, por meio da construção, difusão e naturalização de valores e crenças, de modo a dominá-los sem qualquer tipo de coerção física, mesmo que essa concepção de mundo possa estar em contradição às respectivas posições na sociedade. No contexto político-eleitoral, essa dinâmica implica na existência de uma maior receptividade determinados conteúdos em detrimento de outros.

A hipótese enunciada no início da pesquisa foi que, no contexto da democracia liberal, a hegemonia não restringe os conteúdos típicos da direita. Desse modo, presumiu-se que as propostas da direita se deslocam ainda mais para a direita ou se mantêm na sua posição originária do *continuum* ideológico, oscilando levemente devido aos contextos eleitorais

específicos. Essas duas proposições foram testadas a partir dos resultados da análise empírica, sendo apurada a validade da primeira premissa e a validade parcial da segunda.

Os resultados das análises de conteúdo indicaram que, desde 1989, o neoliberalismo fundamenta e direciona as propostas das direitas de Chile e Brasil. A ideologia neoliberal se expressa não somente na seara econômica, mas também na esfera social. Os postulados neoliberais foram implantados, na América Latina, por representantes identificados com a direita ou apoiados por esta e, nas últimas três décadas, vários candidatos foram eleitos apresentando explicitamente propostas sob a perspectiva neoliberal.

Portanto, a primeira premissa da hipótese indicou ser válida. Pois, constatou-se que, ao longo do tempo, os conteúdos ideológicos característicos da direita não sofreram qualquer tipo de restrição. Assim, a direita manteve, em todos os planos de governo, o predomínio de propostas baseadas no neoliberalismo nas temáticas marcadamente econômicas, a evocação de valores (atrelados ao neoliberalismo) em torno do individualismo, do empreendedorismo, da meritocracia e da competição – em detrimento da solidariedade – como como racionalidade social¹⁹¹, e a opção pela preponderância de pautas baseadas na manutenção da lei e da ordem pública (em oposição às relativas às liberdades civis e direitos humanos).

Os achados das análises de conteúdo, fundamentados pelos aportes teóricos apresentados na tese, apontaram que o neoliberalismo está no centro da hegemonia latino-americana. Desse modo, a democracia liberal, sujeita às influências da dinâmica hegemônica, se compatibiliza com os conteúdos que estejam vinculados à ideologia neoliberal, beneficiando-os, e, ao mesmo tempo, restringindo as possibilidades de disputa (no palco eleitoral) dos que se afastam ou se opõem ao neoliberalismo, sobretudo em relação às temáticas econômicas – dado que, segundo Gramsci (2002), o campo econômico possui uma maior relevância para a consolidação e manutenção da hegemonia.

Embora seja uma constatação ainda preliminar, devido ao baixo número de casos disponíveis, sugestionou-se que, dentro do contexto eleitoral, a democracia latino-americana possua abertura para receber conteúdos referentes à extrema direita, não apresentando, *a priori*, nenhum tipo de restrição que inviabilize ou dificulte a participação, disputa e, na hipótese de vitória, assunção e governabilidade. Esse indicativo se fundamenta nas últimas eleições brasileiras, em 2018, na qual o candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, foi eleito presidente da República, defendendo um discurso radical à direita. Além disso, mesmo não

¹⁹¹ Exceto no plano de governo de Piñera de 2017, cujo conteúdo relativo à solidariedade como lógica social supera, por uma pequena margem proporcional, o referente ao individualismo, competição, meritocracia e empreendedorismo como racionalidades social.

tendo sido objeto de investigação nesta tese, as eleições chilenas de 2021 demonstraram a mesma inclinação. O candidato da extrema direita, José Antonio Kast, foi o mais votado no primeiro turno das eleições presidenciais, e recebeu 44,13% dos votos válidos no segundo turno.

Por outro lado, não se comprovou a validade da segunda premissa da hipótese. Observou-se que, na sequência de cada contexto eleitoral, a direita não necessariamente mantém a sua posição originária no espectro político-ideológico ou se posiciona ainda mais à direita. O caso chileno, inclusive, apontou o contrário. As três maiores votações proporcionais obtidas pela direita chilena são justamente as oportunidades em que os respectivos planos de governo mais apresentaram conteúdo à esquerda e, também, se posicionaram nesse polo da dÍade. Em duas dessas ocasiões houve a eleição do respectivo candidato (em 2009 e em 2017), e a outra (em 1999) se refere ao segundo turno com a menor diferença de votos entre os candidatos da história das eleições chilenas¹⁹². O caso brasileiro não demonstrou uma regularidade na relação entre vitória eleitoral e posicionamento político-ideológico. Nas quatro circunstâncias em que houve a vitória da direita no Brasil, duas se posicionou predominantemente à direita, porém, com um uma proximidade do centro (em 1989 e em 1994), uma à esquerda (em 1998) e uma à extrema direita (em 2018).

Apurou-se, em diversas eleições, um posicionamento das direitas chilena e brasileira à esquerda, no que diz respeito à predominância de conteúdo proporcional apresentado. Em todas as ocasiões isso não implicou em qualquer alteração nas diretrizes econômicas. Ou seja, o acréscimo de conteúdo típico da esquerda em questões predominantemente sociais não resultou numa mudança de direcionamento das propostas econômicas, as quais continuaram sendo balizadas pelo neoliberalismo e posicionadas, portanto, à direita. Em maior ou menor medida, a manutenção das políticas neoliberais na condução estatal tem como consequência o surgimento e o agravamento de diversos problemas sociais. Assim, torna-se imperiosa a proposição, nos respectivos planos de governo, de um quantitativo considerável de políticas de caráter social para fazer frente aos próprios efeitos negativos ocasionados pelo neoliberalismo no âmbito social. Além disso, considerou-se que recente o histórico de instituição de políticas sociais, por parte de governos identificados com a esquerda, impactou, embora em gradações distintas em cada lugar, as demandas e anseios de parte da população dos respectivos países.

Desse modo, observou-se que a direita incorporou determinados conteúdos típicos da esquerda, tanto para manter a *harmonia social* no contexto neoliberal, como pela viabilidade eleitoral. Por mais que pareça contraditório, a dinâmica neoliberal na economia e na gestão

¹⁹² Joaquín Lavín, principal representante da direita, perdeu, no segundo turno, para Ricardo Lagos, por uma diferença de apenas 2,62% dos votos válidos.

estatal (a partir da redução da atuação do Estado em diversos setores) gera a necessidade contínua da reestruturação da própria máquina estatal, ainda que de forma pontual e focalizada a alguns setores, de modo a fazer frente a determinadas demandas sociais. Concluiu-se essa dinâmica se refere a um mecanismo desenvolvido pelo neoliberalismo para a própria manutenção do seu *status quo*, que visa evitar e minimizar conflitos, revoltas e rupturas no âmbito social.

Nesse sentido, constatou-se que a categoria relativa às políticas de aumento e manutenção do Estado do Bem-Estar Social (EBES) reserva o maior conteúdo proporcional à esquerda dos planos de governo das direitas do Chile e Brasil – exceto em duas propostas chilena (1989 e 1993) –, e, mesmo com um quantitativo considerável de conteúdo relativo à limitação do EBES nas respectivas propostas, verifica-se a prevalência de proposições atreladas à expansão e continuidade do EBES. Porém, observou-se que a direita brasileira reservou um conteúdo proporcional maior nas suas propostas, para tratar do assunto, do que a chilena. Considerou-se que essa diferenciação se justifica, especialmente, pelos diferentes contextos socioeconômicos existentes entre os dois países (com a vantagem para o Chile, nesse sentido), e pela cultura desenvolvida em cada país. Enquanto no Chile há uma relativa *naturalização* quanto à limitação do papel do Estado na esfera social (Estado mínimo) – difundido desde a implantação do neoliberalismo, há mais de 40 anos atrás, durante a ditadura militar –, no Brasil, o contexto de ratificação de diversos direitos e garantias sociais na Constituição Federal de 1988 implica no contínuo anseio da população em relação ao cumprimento desses dispositivos por parte do Estado.

Além do EBES, apurou-se que as direitas de Chile e Brasil se inclinam à esquerda no que diz respeito à proposição de políticas favoráveis aos indígenas e às minorias. Não se vislumbrou um vínculo direto dessa tendência com o neoliberalismo (ou como consequência deste). Verificou-se que apenas três planos de governo não tratam da questão indígena (1989 e 1993 do Chile, e 2018 do Brasil), e em todos os outros prevalecem propostas em favor das populações originárias. Contudo, enquanto a direita chilena apresenta, a partir de 1999, uma regularidade no conteúdo destinado a essa temática, a brasileira demonstra uma diminuição na proporção de espaço reservado para tratar do tema nos últimos anos.

No tocante às minorias, observou-se que todos os programas de governo apresentaram uma preponderância de conteúdo à esquerda. A direita chilena, a partir de 2009, exprime um aumento gradativo de espaço proporcional destinado para tratar do assunto, enquanto a brasileira não demonstra uma regularidade para abordar a temática, uma vez que o conteúdo proporcional oscila, sem uma previsibilidade aparente, a cada eleição. Em que pese o

considerável espaço reservado para tratar do tema, verificou-se que, de uma maneira em geral, há uma aproximação também em relação à natureza das proposições das políticas em favor das minorias de ambos os casos. As propostas sob essa categoria foram direcionadas, especialmente, às mulheres, idosos e pessoas com deficiência (e, no caso brasileiro, em alguns planos de governo, aos negros e quilombolas), ignorando medidas favoráveis à outras minorias, como, por exemplo, às de caráter religiosas, étnicas, linguísticas, cultural e de outros gêneros.

Aparte das categorias vinculadas à esfera econômica, apurou-se que as duas temáticas que mais aproximam as direitas de Chile e Brasil se referem à manutenção da lei e da ordem pública e à priorização da competição e do individualismo como lógica social. Todos os planos de governo analisados possuem uma inclinação nesse sentido (exceto o chileno de 2017, que reservou um conteúdo maior de menções favoráveis à solidariedade como racionalidade social). Essas duas tendências estão vinculadas ao neoliberalismo. Enquanto os valores em torno da competição, do individualismo, da meritocracia e do empreendedorismo são racionalidades que se conectam diretamente aos pressupostos ideológicos da lógica neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), as políticas vinculadas à manutenção da lei e da ordem se originam como um antídoto aos próprios efeitos negativos do neoliberalismo – para minorar, evitar e extinguir conflitos e reivindicações no âmbito social –, de modo a propiciar a própria sustentação e permanência do neoliberalismo.

Por outro lado, verificou-se que os maiores afastamentos entre as direitas chilena e brasileira se situam no posicionamento quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários e as pautas de costumes em contraposição à diversidade cultural. Enquanto a maior parte dos planos de governo da direita chilena predominam proposições que visem a supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, a maioria das propostas da direita brasileira prevalece o contrário. A desregulação e a precarização da legislação trabalhista e a diminuição da gestão estatal da previdência se referem à diretrizes do neoliberalismo. De modo semelhante, observou-se que todos os programas de governo da direita chilena reservam conteúdo relativo a questões morais. Ao passo que os relativos à direita brasileira não possuem essa predominância. No entanto, sugeriu-se que, em relação ao caso brasileiro, há uma tendência de reserva de conteúdo relacionado à valores morais nas próximas propostas de governo da direita brasileira.

Ademais, observou-se uma tendência nas direitas chilena e brasileira em agregar um quantitativo maior de conteúdos típicos da esquerda nos contextos de graves crises financeiras globais. Nessas ocasiões, verificou-se uma inclinação dos respectivos planos de governo à esquerda. Contudo, isso não implicou numa mudança no direcionamento das propostas econômicas, as quais seguiram sendo balizadas pelo neoliberalismo. Os efeitos das crises,

potencializados pelo próprio neoliberalismo, atinge negativamente uma parte considerável da população, especialmente pelo desemprego e perda do poder aquisitivo, e, por consequência, impele a direita a ser mais enfática nas propostas de Estado do bem-estar social e de distribuição de renda, porém sem abrir mão das políticas neoliberais na economia.

A pesquisa demonstrou que a democracia latino-americana se torna uma arena favorável para que os conteúdos vinculados às ideologias hegemônicas sejam vitoriosos nas disputas eleitorais. Segundo Gramsci (1984; 2002), a hegemonia abarca todas as manifestações da vida intelectual e coletiva, mas, no entanto, é na esfera econômica que se encontra o seu núcleo decisivo. Especificamente na América Latina, o neoliberalismo ocupa o centro do espectro hegemônico. Nesse sentido, observou-se uma compatibilidade ideológica entre a democracia liberal procedimental e o neoliberalismo – sobretudo, pela mesma matriz ideológica (o liberalismo) –, que, atrelada à dinâmica hegemônica, favorece os postulados neoliberais dentro do sistema democrático. Em outras palavras, a democracia latino-americana beneficia a principal ideologia norteadora das propostas da direita.

Apesar de não se tratar diretamente da temática discutida na tese, sugere-se que uma das chaves para melhor se compreender a *crise da democracia latino-americana* possa estar na dinâmica ora apresentada. Se torna perceptível que a democracia tem sido cada vez menos responsiva às demandas e anseios da maior parte da população da região. Por outro lado, as mais de três décadas de políticas neoliberais na América Latina não se demonstraram capazes de resolver problemas estruturais na região, e sim, em alguns casos, o oposto, como, por exemplo, com o agravamento da desigualdade social e da população em situação de pobreza. Além disso, nos últimos anos, observa-se um aumento no cerceamento de direitos e liberdades individuais e coletivas por parte do Estado, ampliação da polarização política, do populismo e da extrema direita, crescimento dos índices de criminalidade e um sentimento de descrença ascendente da população perante às instituições públicas, incluindo às diretamente vinculadas à democracia.

Nesse sentido, a presente pesquisa indicou, como uma alternativa às limitações de conteúdos impostas pela democracia procedimental latino-americana sob a influência da dinâmica hegemônica, a busca pela implementação de um modelo (completo) de democracia participativa. Aduziu-se que essa vertente teria a capacidade de minimizar as margens de interferência da democracia sobre as pautas em disputa, ampliando as possibilidades de conteúdos no ambiente democrático e resgatando os valores coletivos na sociedade. Ademais, a participação efetiva e contínua dos cidadãos teria o potencial de gerar um maior senso de pertencimento junto a respectiva sociedade, de capacitá-los para contribuir e aceitar as decisões

coletivas, e de propiciar condições para que estes, a partir da obtenção da consciência da correspondente posição social, possam se mobilizar em grupo e buscar a transformação social.

No transcorrer desta investigação surgiram novas possibilidades de pesquisa relacionadas às temáticas trabalhadas. Destaca-se algumas que poderão compor uma agenda de pesquisa futura.

1^a) A realização da análise empírica nos programas de governo das direitas de Chile e Brasil, lançados após o marco temporal estabelecido nesta tese – isto é, após o ano de 2018 –, permitiria a continuidade na observação da dinâmica ideológica em torno da direita, e, inclusive, serviria como parâmetro de teste para confirmar ou rechaçar a validade de algumas tendências apontadas nesta tese.

2^a) O desenvolvimento da análise de conteúdo nos planos de governo dos candidatos identificados com a esquerda mais votados de Chile e Brasil, desde a redemocratização até os dias atuais, abriria uma grande possibilidade de análise contextual do movimento político-ideológico dos respectivos países, a partir da correlação e comparação dos resultados apurados entre direita e esquerda, com a oportunidade de ampliar a compreensão sobre o tema.

3^a) A utilização de dados relativos às crenças e valores socioculturais e políticos das populações de Chile e Brasil de cada ciclo eleitoral, bem como de informações socioeconômicas dos respectivos países, ampliaria as possibilidades de compreensão em torno de quais variáveis influenciam diretamente na formatação ideológica das direitas. Ou seja, viabilizaria a possibilidade de apurar o porquê do aumento, diminuição ou manutenção de determinado conteúdo, ou a continuidade ou mudança de postura em relação a algum tema. Sugere-se, em princípio, utilizar as bases do *World Values Survey*, do *Latinobarómetro* e do Banco Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALCÁNTARA, Manuel. **El origen de los partidos políticos en América Latina**. Working Papers: Institut de Ciències Polítiques i Socials, Barcelona, n.º 187, 2001, p. 3-39. Disponível em: <https://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/WP_I_187.pdf?noga=1>. Acesso em: 23 out. 2019.

ALCÁNTARA, Manuel. **Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros**. Barcelona: CIDOB, 2004.

ALCÁNTARA, Manuel; RIVAS, Cristina. **Las dimensiones de la polarización partidista en América Latina**. Política y gobierno, Ciudad de México, v. 14, n. 2, jul./dic. 2007, p. 349-390. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v14n2/1665-2037-pyg-14-02-349.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ALCÁNTARA, Pedro Henrique. **Outras formas de entender a democracia: as teorias da participação e da deliberação**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

ALCKMIN, Geraldo. **Programa de Governo 2007-2010**. Coligação por um Brasil decente / PSDB-PFL, 2006.

ALESSANDRI, Arturo. **Programa de Gobierno (1994-2000) – lineamientos centrales**. Coalición Unión por el Progreso de Chile, 1993.

ALMEIDA, Maria. **A política social no Governo Lula**. Novos Estudos – CEBRAP. São Paulo. Ed. 70, vol. 3, nov. 2004. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ALTMAN, David; LUNA, Juan Pablo; PIÑEIRO, Rafael; TORO, Sergio. **Partidos y sistemas de partidos en América Latina: Aproximaciones desde la encuesta a expertos**. Revista de Ciencia Política, Santiago, v. 29, n. 3, 2009, p. 775-798. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v29n3/art05.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ÁLVAREZ, Rolando. **¿Un pie en la calle y otro en el gobierno?**. In: NÚÑEZ, Daniel (ed.). El Partido Comunista de Chile y la experiencia del gobierno de la Nueva Mayoría. Santiago: Fe & Ser, 2020, p. 19-79.

AMES, Barry; SMITH, Amy. **Knowing left from right: ideological identification in brazil, 2002-2006**. *Journal of politics in latin america*, Hamburgo, n. ° 2(3), p. 3–38. Disponível em: <<https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/321/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

AMES, Valesca Daiana. **As possibilidades de uso do software de análise qualitativa Nvivo**. *Sociologias Plurais*, v. 1, n. 2, ago. 2013, pp. 230-247. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64766/37693>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Rafael. **Revolução, bicentenário e socialismo do século XXI: uma comparação entre Bolívia, Equador e Venezuela**. *In*: LAPKSY, Igor; SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA, Francisco Carlos (orgs.). *Instituições sul-americanas no tempo presente: caminhos da integração*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

ARNOLD, Jason; SAMUELS, David. **Public Opinion and Latin America's 'Left Turn'**. *In*: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). *Latin America's "Left Turn"*. Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, 2011.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BABIRESKI, Flávia Roberta. **As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários**. *Paraná Eleitoral, Curitiba*, v. 3 n. 1, 2014, p. 171-198. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42793/25951>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRÓN, Luis. **Liberales conservadores: Republicanismo e ideas republicanas en el siglo XIX en América Latina**. *Latin American Studies Association*, September 6-8. Washington DC: LASA, 2001.

BATISTA, Paulo. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. *In*: BATISTA JÚNIOR, Paulo. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil: ensaios e palestras*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2015.

BECKER, Camila. *et al.* **Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros**. *Revista ALAIC*. São Paulo. v. 13, n. 24, 2016. Disponível em: <<https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/736/417>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael. **Party policy in modern democracies**. New York: Routledge, 2006.

BELL, Daniel. **El fin de las ideologías**. Tradução de Alberto Saoner. Madrid: Tecnos, 1964.

BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. La independencia**. Tomo 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

BOBBIO, Noberto. **Democracia**. In: BOBBIO, Noberto; *et al.* Dicionário de política. Vol. I. Tradução de Carmem C. Varriale *et al.* 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 319-329.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Mauro Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Coleção “Pensamento Crítico”, n.º 69. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Noberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOREL, Marcelo. **Reformas constitucionais e aprofundamento democrático no Chile: De Pinochet à Bachelet**. Agenda Política, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 108–138, 2017. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/147>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BOITO, Armando. **A hegemonia neoliberal no Governo Lula**. Revista Crítica Marxista. Rio de Janeiro. n. 17, 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-boito.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo (2019-2022)**. Coligação PSL-PRTB, 2018.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: TSE, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crítica da direita e da esquerda a um Estado em crise**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.º 25, abr-1992, p. 225-250. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/qsRTmG6xLxbJx5mhq5k5bgf/?lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/8ybx3ZG8p73GDmdzbDw34Ct/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA. **A nova esquerda: uma visão a partir do Sul**. Revista de Filosofia Política: Nova Série, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia, v. 6, 2000, pp. 46-52. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_a_nova_esquerda_uma_visao_a_partir_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Revista Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/CfL4dNDJTGMpCfTfTWzHDKqs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente**. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 95, Mar. 2013, pp. 4-14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BUENO, Gustavo. **El mito de la Izquierda. Las izquierdas y la derecha**. Barcelona: Ediciones B, 2003.

BÜCHI, Hernán. **Lineamentos Fundamentales del Programa de Gobierno (1990-1994). Proyecto de Futuro**. Coalición Democracia y Progreso. Santiago: Editora Jurídica Publiey Ltda., 1989.

CALLONI, Stella. **Operación Cóndor – pacto criminal**. Ciudad de México: La Jornada Ediciones, 2001.

CAMIA, Valeria; CARAMANI, Daniele. **Family meetings: Ideological convergence within party families across Europe, 1945–2009**. Comparative European Politics, London, v. 10, n. 1, p. 48-85. Fev. 2012. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2011.1>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Historia económica de América Latina. Economías de exportación y desarrollo capitalista**. Tomo II. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. Buenos Aires:

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo / Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: s. ed., 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança, Brasil: proposta de governo / Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: s. ed., 1998.

CARMO, Luana Jéssica *et al.* **O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal**. Cadernos EBAPE.BR [online]. v. 19, n. 1, 2021, pp. 18-31. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/#>>. Acesso em: 31 abr. 2022.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica e voto para presidente**. Opin. Publica, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79, Maio 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. Opin. Publica, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CASTELLO-BRANCO, José Tomaz. **Conservadorismo**. In: ROSAS, João; FERREIRA, Ana Rita, Ferreira (Orgs.). Ideologias Políticas Contemporâneas. Coimbra: Almedina, 2014.

CASTIGLIONI, Rossana. **Chile: elecciones, conflictos e incertidumbre**. Rev. cienc. polít. (Santiago) [online], vol.34, n.1, pp. 79-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHANTAL, François. **La Polyarchie Vue de Gauche. Le moment Tocquevillien. Raisons Politiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 1, p. 155-191, 2001. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2001-1-page-155.htm#re14no14>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

CHAVES, Daniel; RODRÍGUEZ, César; BARRET, Patrick. **¿Utopía revivida? Introducción al estudio de la nueva izquierda latino-americana**. In: CHAVES, Daniel; RODRÍGUEZ, César; BARRET, Patrick (eds.). La nueva izquierda en América Latina. Madrid: Libros de la Catarata, 2008.

CHILE. Servicio Electoral de Chile (SERVEL). **Estadísticas**. Disponível em: <<https://www.servel.cl/servicio-electoral-de-chile/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CLARET, Martin. **O fenômeno Collor**. São Paulo: Martin Claret Editores, 1989.

CODATO, Adriano. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n.º 25, nov. 2005, pp. 83-106. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

COLOMER, Josep; ESCATEL, Luis. **La dimensión izquierda-derecha en América Latina**. Desarrollo Economico – Revista de Ciencias Sociales IDES, Buenos Aires, v. 44, n.º 177, abril-junio 2005, p. 123-136. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272558509_La_dimension_izquierda-derecha_en_America_Latina>. Acesso em: 13 dez. 2019.

COPPEDGE, Michael. **A classification of Latin American political parties**. South Bend (Indiana), n. 244, Nov. 1997. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CORASSIN, Maria Luiza. **O cidadão romano na república**. São Paulo: Projeto História, n. 33, p. 271-287, dez. 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2295/1389>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ-COKE, Ricardo. **Síntesis biográfica del doctor Salvador Allende**. G. Rev. méd. Chile, Santiago, v. 131, n. 7, p. 809-814, jul. 2003. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872003000700014&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CRUZ, Facundo; VARETTO, Carlos. **Crónica de un cambio anunciado. Las elecciones de 2017 en Chile frente al cambio de sistema electoral**. Estudios Políticos (Medellín), n. 54, pp. 233-258, 2019. Disponível em: <<https://revistas.udea.edu.co/index.php/estudiospoliticos/article/view/335306>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CUEVA, Agustín. **A guinada conservadora**. In: CUEVA, Agustín (org.). *Tempos Conservadores*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

CURINI, Luigi. **The Conditional Ideological Inducement to Campaign on Character Valence Issues in Multiparty Systems: The Case of Corruption**. Comparative Political Studies 2015, v. 48, n. 2, 2014, p. 168-192. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0010414014534197>>. Acessado em: 19 fev. 2020.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DAHL, Robert. A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE RAMÓN, Armando. **Historia de Chile (1500-2000)**. 7ª ed. Santiago: Catalonia, 2012.

DI TELLA, Torcuato. **Coaliciones políticas. Existen derechas y izquierdas?**. 1ª ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004.

DIAS, Edmundo. **Hegemonia: racionalidade que se faz história**. In: DIAS, Edmundo *et al.* O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo. **Hegemonia: nova *civiltà* ou domínio ideológico?**. História e Perspectivas, v. 50, jan./jun., 2014, pp. 89-146. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27521/15096>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

DINIZ, Simone; OLIVEIRA, Lucy. **Programas de governo e promessas de campanha**. Rev. Sociol. Polit. 28 (76), 2020, p. 1-20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hQX3HgYDXMqZxMwWKJN8dZQ/#>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DOLEZAL, Martin *et al.* **How parties compete for votes: A test of saliency theory**. European Journal of Political Research, 53, 2014, p. 57-76. Disponível em: <<https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1475-6765.12017>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

DRAKE, Paul. **El movimiento obrero en Chile: De la Unidad Popular a la Concertación**. Rev. cienc. polít., Santiago, v. 23, n. 2, p. 148-158, 2003. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v23n2/art07.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DRUK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal**. Lusotopie [Online]. v. XIV, n. 2. 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lusotopie/952>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo**. Economia e Sociedade. Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DUMONT, Louis. **O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges Silvana Vieira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

ECHAVERRÍA, José Medina. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina**. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1964.

EIJK, Cees; SCHMITT, Hermann; BINDER, Tanja. **Left-Right Orientations and Party Choice**. In: THOMASSEN, Jacques (Ed.). The European Voter. A Comparative Study of Modern Democracies. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Para a História da Liga dos Comunistas**. In: BARATA-MOURA, José (org.). Obras Escolhidas. Tomo III. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante, 1982, p. 192-212.

FERNÁNDEZ, María de los Ángeles; RUBILAR, Fernando. **Las elecciones presidenciales y parlamentarias chilenas 2009-2010: entre la sorpresa electoral y los desafíos políticos.** POSTData, Buenos Aires, v. 19, n. 1, pp. 11-44, Abr.-Sep. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/postdata/v19n1/v19n1a01.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FERNÁNDEZ DE LA MORA, Gonzalo. **Izquierda y derecha hoy.** In: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 48-65.

FERREIRA, Ana Rita. **Socialismo Democrático.** In: ROSAS, João; FERREIRA, Ana Rita, Ferreira (Orgs.). Ideologias Políticas Contemporâneas. Coimbra: Almedina, 2014.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad.** Nueva Sociedad., Santiago, n. 183, Jan.-Fev. 2003. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/chile-entre-el-neoliberalismo-y-el-crecimiento-con-equidad/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (orgs.). Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO: Buenos Aires, 2006.

FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna.** Tradução de Waldéa Barcelos, Sandra Beldran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FORCHERI, Miguel. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul.** Bauru: EDUSC, 2004.

FRAGA, Manuel. **La derecha.** In: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 12-19.

FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevísima introducción.** Tradução de Pablo Sánchez León. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

FREITAS, Marcel. **A esquerda brasileira em tempos neoliberais.** ACHEGAS - Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 17, 2004. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/dezessete/marcel_freitas_17.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último homem.** Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical.** Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GODOY, Óscar. **Las elecciones de 1993.** Centro de Estudios Públicos, Santiago, n. 54, p. 301-337, 1994. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160303/20160303183749/rev54_OGodoy.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo; QUEIROLO, Rosario. **Izquierda y derecha: formas de definirlas, el caso latinoamericano y sus implicaciones**. Ediciones Universidad de Salamanca - América Latina Hoy, Salamanca, v. 65, 2013, p. 79-105. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh20136579105>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GOUGH, J.W. **Introdução**. In: LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Antología**. Tradução de Manuel Sacristán. 2ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GUILHERME, Cássio Augusto. **1989: história da primeira eleição presidencial pós ditadura**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

GUZMÁN, Eugenio; FLORES, Tomás; MORA, Viviana. **Análisis de las elecciones presidenciales 1999-2000**. Libertad y Desarrollo, Santiago, Série Informe Político N° 62, Jan. 2000. Disponível em: <<https://archivos.lyd.org/lyd/biblio/SIP-62-Analisis%20de%20las%20elecciones%20presidenciales%201999%202000-TFlores%20EGuzman%20y%20VMora-Enero2000.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. Tradução de Viriato Soromenho-Marques. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Traduzido por Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandro Sobreira Martins. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

HERRERO, Miguel; MINÓN, Rodrigues. **En torno a la distinción entre derechas y izquierdas: una introducción y una disgresión**. In: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 3-11.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina Angina. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HOLANDA, Felipe. **Apresentação**. In: RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

HUNEEUS, Carlos. **Las elecciones presidenciales y parlamentarias de 2005 en Chile**. Revista de Estudios Internacionales, Santiago, v. 39, n. 153, 2006, pp. 69-94. Disponível em: <<https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/14435/18981>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

HUNEEUS, Carlos. **Las cuatro singularidades del Gobierno de Michelle Bachelet**. Quórum: Revista de pensamiento iberoamericano, Madrid, n. 20, 2008, pp. 71-87. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/520/52028248006.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

HUNTINGTON, Samuel. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. Oklahoma: University of Oklahoma, 1993.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na América Latina**. Brazilian Journal of Political Economy [online]., v. 31, n. 2, 2011, pp. 238-248. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?lang=pt#>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

IGREJA, Rebecca; NEGRI, Camilo. **As ciências sociais brasileiras frente à ascensão da extrema-direita: uma reflexão urgente e necessária**. Revista semestral de la Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA), Año 2, N° 6. Julio-Diciembre, 2020, p. 35-69. Disponível em: <<https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/151/111>>. Acesso em: 18 out. 2021.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Party Identification, Ideological Preference and the Left-Right Dimension among Western Mass Publics**. In: BUDGE, I.; CREWE, I; FARLIE, D. (eds.). Party identification and beyond: Representations of Voting and Party Competition, vol. 29. London: John Wiley and Sons, 1979, p. 242-273.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit and the Rise of Populism: Economic Have-Notes and Cultural Backlash**. Harvard University – Harvard Kennedy School (HKS). Ago. 2016. Disponível em: <<https://research.hks.harvard.edu/publications/getFile.aspx?Id=1401>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

JESSOP, Robert. **El futuro del Estado capitalista**. Tradução de Antonio de Cabo e Aniza García. Madrid: Catarata, 2008.

KEYNES, John. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

KITSCHOLT, Herbert. **Diversificación y reconfiguración de los sistemas de partidos de las democracias postindustriales**. Revista Española de Ciencia Política, [S. l.], n. 10, p. 9–51, 2013. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37350>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

KITSCHOLT, Herbert. **Left-Libertarian Parties: Explaining Innovation in Competitive Party Systems**. *World Politics*, 40(2), 194-234. 1988. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/leftlibertarian-parties-explaining-innovation-in-competitive-party-systems/94F9185633ADCBC8837997848AAF96DA>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

KNIGHT, Kathleen. **Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century**. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 100, n. 4, Nov. 2006, p. 619-626. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.611.335&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

KONDER, Leandro. **Ideologia e política**. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, Mar. 2001, pp. 24-29. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32905>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2016**. Santiago: Latinobarómetro, 2016. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 17 fev. de 2019.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2021 (2020)**. Santiago: Latinobarómetro, 2021. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 18 mai. de 2022.

LAVER, Michael; GARRY, John. **Estimating Policy Positions from Political Texts**. *American Journal of Political Science*, Bloomington, V. 44, N. 3, Jul., 2000, p. 619-634. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2669268>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

LAVÍN, Joaquín. **Programa de Gobierno (2000-2006)**. Coalición Alianza por Chile, 1999.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer? A organização como sujeito político**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEVIN, Yuval. **O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita**. Tradução de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMONGI, Fernando. **Prefácio**. In: DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 11-22.

LIPSET, Seymour. **El fin de la ideología**. Buenos Aires: Eudeba, 1968.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

LORENTE, Javier. **Los jóvenes y la división izquierda-derecha en Europa en los últimos treinta años: generaciones y votos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019.

LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.º 124, Dec. 2015, p. 652-664. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Perseu Ábramo, 1999.

LULA. Luís Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. Partido dos Trabalhadores. 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 20/02/2022.

LUNA, Juan Pablo; ZECHMEISTER, Elizabeth. **Political representation in Latin America. A study of elite-mass congruence in nine countries**. Comparative Political Studies, Thousand Oaks (California), v. 38, n. 4, p. 338-416, Maio 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249698859_Political_Representation_in_Latin_AmericaA_Study_of_Elite-Mass_Congruence_in_Nine_Countries>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG, Goiás, v. 13, n. 11, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>> Acesso em: 03 fev. 2022.

MACKENZIE, Iain. **Política: conceitos-chave em filosofia**. Tradução de Nestor Luiz João Beck. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

MACPHERSON, Crawford B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MADARIAGA, Aldo. **La Continuidad del Neoliberalismo en Chile: Ideas, instituciones e intereses**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 81-113, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/23217>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTINEZ MIGUÉLEZ, Miguel. **Validez y confiabilidad en la metodología cualitativa. Paradigma** [online]. 2006, vol.27, n.2, pp. 07-33. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1011-22512006000200002&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1011-2251. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 9ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução de José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

MATTHEI, Evelyn. **Programa Presidencial Evelyn Matthei 2014-2018**. Coalición Alianza por Chile, 2013.

MAZUCATO, Thiago. **Aspectos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim**. In: CÊPEDA, Vera; FONTANA, Felipe; MAZUCATO, Thiago (orgs.). Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. São Carlos: UFSCar, 2015.

MEDINA, Lucía. **Izquierda y derecha en España: un estudio longitudinal y comparado**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. 3ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

MIDDLEBROOK, Kevin. **Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe. **Uma democracia esquálida: a teoria de Anthony Downs**. João Pessoa: Revista de Ciência Sociais Política & Trabalho, n. 18, p. 125-134, set. 2002. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6496>>. Acesso em 12 jun. 2020.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Tradução de Denise Bottmann. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução e prefácio de Alberto da Rocha Barros. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MIRHAN, Lejeune. **Eleições no Brasil 1945-2018: o comportamento eleitoral dos brasileiros**. 1ª ed. Campinas: Apparte, 2019.

MONESTIER, Felipe. **Los partidos de la derecha en América Latina tras el giro a la izquierda. Apuntes para una agenda de investigación**. Rev. Urug. Cienc. Polít., Montevideo, v. 30, n. 1, 2021, p. 7-22. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2021000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2021.

MONTE, Lucas Araújo. **Da direita para a esquerda: a resignificação do espectro ideológico latino-americano: análise comparativa do caso de Pedro Pablo Kuczynski (Peru) nas campanhas eleitorais de 2011 e 2016 para o cargo de Presidente da República**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MONTE, Lucas Araújo. **Bases para a construção e manutenção da ideologia política de maior repercussão no Peru: o fujimorismo**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. febrero, 2019. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/02/ideologia-politica-peru.html>>. Acesso em 14 ago. 2020.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MORICONI, Marcelo. **Conformar a todos: la pobreza como valor discursivo de cohesión y legitimación de la classe política chilena (1990-2000)**. *Rev. Mex. de Cienc. Pol. y Soc.*, Ciudad de México, v. 51. n. 206, 2009, pp. 43-68. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/rmcps/v51n206/v51n206a3.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MORONI, José Antônio. **O direito à participação no Governo Lula**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, set./dez., 2005, pp. 284-304. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4063/406345256006.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MOZZATO, Anelise; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NAÍM, Moisés. **Washington Consensus or Washington Confusion?**. *Foreign Policy*, no. 118, 2000, pp. 87–103. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1149672>>. Acessado em: 21 abr. 2022.

NEGRÃO, João José. **O governo FHC e o neoliberalismo**. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 1. n. 1, ago./dez., 1996, pp. 103-112. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/18809>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

NEGRI, Camilo. **Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina**. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, Brasília, v. 2, 2014, p. 197-216. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/issue/view/952/showToc>>. Acessado em: 15 nov. 2019.

NEGRI, Camilo. **Radicalização da Direita e Naturalização das Desigualdades**. In: IGREJA, Rebecca; NEGRI, Camilo (orgs.). *Desigualdades globais e justiça social: interfaces teóricas, acesso à justiça e democracia*. 1ª ed. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2021/07/Livro-1-Colegio-Latinoamericano_vers%C3%A3o23julho.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

NEGRI, Camilo. **Restrição de Abrangência de Conteúdos Ideológicos da Democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2009.

NEVES, Aécio. **Plano de Governo (2015-2018) – Diretrizes Gerais**. Coligação Muda Brasil – PSDB-SD-PMN-PEN-PTN-PTC-DEM-PTdoB-PTB, 2014.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PECES-BARBA, Gregorio. **Reflexión sobre la izquierda**. In: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 12-19.

PIÑERA, Sebastián. **Programa candidatura presidencial de Sebastián Piñera (2006-2010)**. Coalición Alianza, 2005.

PIÑERA, Sebastián. **Programa de Gobierno para el cambio, el futuro y la esperanza - Chile (2010-2014)**. Coalición por el Cambio, 2009.

PIÑERA, Sebastián. **Programa de Gobierno 2018-2022 – Construyamos tiempos mejores para Chile**. Coalición Chile Vamos, 2017.

POLANCO, Marcelo. *et. al.* **Cambios programáticos y estratégicos de la derecha en Chile (1989-2013)**. Revista Colombia Internacional, Bogotá, v. 100, Oct.-Dez., 2019. p. 91-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/colombiaint100.2019.05>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e as classes sociais**. Traduzido por Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POWER, Timothy; ZUCCO, César (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Ocidental e na América Latina**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In: Edgardo Lander (ed.). La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 117-142.

QUIROGA, Mauricio. **La primera mujer presidenta de Chile. ¿Qué explicó el triunfo de Michelle Bachelet en las elecciones de 2005–2006?**. Latin American Research Review, v. 43, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.icsoc.cl/images/Papers/bachelet.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2019.

RACIONERO, Luis. **Los complejos de la derecha**. Barcelona: Editorial Planeta, 2006.

RAGIN, Charles. **La construcción de la investigación social. Introducción a los métodos y su diversidad**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores (Universidad de los Andes), 2007.

RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos. **Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação**. Pelotas: Pensamento Plural, n. 11, p. 27-44, jul./dez. 2012. Disponível em: <

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3599>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RANQUETAT JR., Cesar. **Da Direita Moderna à Direita Tradicional**. 2ª ed. Curitiba: Livraria Danúbio Editora, 2019.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. **Derechas y ultraderechas en el mundo**. México (D.F): Siglo XXI, 2004.

ROSAS, João. **Introdução: Mudanças e Permanências na Linguagem Ideológica Contemporânea**. In: ROSAS, João; FERREIRA, Ana Rita, Ferreira (Orgs.). *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Coimbra: Almedina, 2014.

ROSENMANN, Marcos. **Tiempos de Oscuridad. Historia de los golpes militares en América Latina**. Madri: Akal, 2013.

ROTHBARD, Murray. **Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade**. Tradução de Alexandre S. 1ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2016.

ROUANET, Luiz Paulo. **Democracia deliberativa: entre Rawls e Habermas**. Porto Alegre: Veritas, v. 56, n. 1, 30 abr. 2011. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/9292/6402>>. Acesso em 25 jun. 2021.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Mário Franco de Sousa. Coleção “Livros que mudaram o mundo”. Oeiras/Portugal: Ad Astra Et Ultra S.A., 2010.

RUIZ RODRÍGUEZ, Leticia. **Polarization in the Chilean Party System: Changes and Continuities, 1990-1999**. Institut de Ciències Polítiques i Socials: Working Pappers, Barcelona, n. 236, 2005, p. 1-67. Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/elites/PapersELITES/wp236.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

RUIZ RODRÍGUEZ, Leticia; MIRANDA OLIVARES, Nicolás. **La evolución programática de las coaliciones en Chile**. Revista Latinoamericana de Política Comparada CELAEP, Quito, v. n. 13, Jul. 2017, p. 57-78. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325147438_La_evolucion_programatica_de_las_coaliciones_en_Chile>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2), out. 1999, pp. 23-47. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdMbTk3MtbcJBkNqZWh48p/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SAMÕES, Orlando. **Liberalismo**. In: ROSAS, João; FERREIRA, Ana Rita, Ferreira (Orgs.). Ideologias Políticas Contemporâneas. Coimbra: Almedina, 2014.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Volume I – O debate contemporâneo. Tradução de Dinah de Abreu. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994a.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Volume II – As questões clássicas. Tradução de Dinah de Abreu. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994b.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Liberalismos nacientes en al Atlántico iberoamericano: “liberal” como concepto y como identidad política, 1750-1850**. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 695-731.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Prólogo**. In: FREEDEN, Michael. Ideología: una brevísima introducción. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

SERRA, José. **Programa de Governo (2003-2006) – Trabalho e Progresso para Todos**. Coligação grande aliança – PSDB-PMDB, 2002.

SERRA, José. **Programa de Governo José Serra (2011-2014) – Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. Coligação o Brasil pode mais – PSDB-DEM-PPS-PMN-PTdoB-PTB, 2010.

SEVERO, Ricardo; CAMPOS, Rodrigo. **Breves notas sobre o estudo da extrema-direita: introdução ao dossiê especial**. Revista Interações Sociais [recurso eletrônico]: REIS / Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. – Dados eletrônicos. – Vol. 4, n. 1, Jan./Jun. 2020, p. 5-14. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12344>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Adroaldo. **Apresentação**. In: KEYNES, John. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. 1ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Círculo do Livro, 1996a.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. II. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Círculo do Livro, 1996b.

SOUZA, Jessé José. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STOKES, Donald. **Spatial Models of Party Competition**. *American Political Science Review*, v. 57, n. 2, Jun. 1963, p. 368-377. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1952828>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

STOPPINO, Mario. **Ideologia**. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Vol. I. 11ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1998, pp. 586-597.

TALAVERA, Arturo; BEYER, Harald; Luis, PAÚL. **Mapa de las corrientes políticas en las elecciones generales de 1989**. In: *Seminário sobre las elecciones chilenas de 1989*. 04/01/1990. Anais. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1990. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160303/20160303183812/rev38_fontaine.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

TAROUCO, Gabriela; VIEIRA, Soraia; MADEIRA, Rafael. **Mensuração de Preferências Políticas: análise de manifestos partidários**. *Revista Política Hoje*. n. 2, v. 24, 2015, p. 135-150. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3724>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2016.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Modernização Autoritária**. In: LINHARES, Maria Yessa *et al.* *História geral do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020a, pp. 345-380.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Brasil, em Direção ao Século XXI**. In: LINHARES, Maria Yessa *et al.* *História geral do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020b, pp. 381-444.

TELLES, Helcimara *et al.* **Vinte e cinco anos de campanha no Brasil: de Collor a Dilma**. In: FIGUEIREDO, Argelina; BORBA, Felipe (orgs.). *25 anos de eleições presidenciais no Brasil*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

THWAITES REY, Mabel; OUVIÑA, Hernán. **El ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina: auge y fractura**. In: THWAITES REY, Mabel; OUVIÑA, Hernán (orgs.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes**. Vol. I Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. Vol. II. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOURAINÉ, Alan. **¿Cómo salir del liberalismo?**. Tradução de Javier Palacio Tauste. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

TRAVERSO, Enzo. **Las nuevas caras de la derecha**. Tradução de Horacio Pons. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

VÁRNAGY, Tomá. **O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo**. In: BORÓN, Atilio (org.). *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: CLACSO-USP, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100603074417/04_varnagy.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

VILLALOBOS, Sergio. **Breve historia de Chile**. 6ª ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1990.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18 ed. Prefácio de Manoel T. Berlinck. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária**. In: Max Weber: textos selecionados. São Paulo: Círculo do Livro, 1997. p. 21-118.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WIESEHOMMEIER, Nina; BENOIT, Kenneth. **Presidents, Parties, and Policy Competition**. *The Journal of Politics*, Chicago, Vol. 71, No. 4, Oct. 2009, pp. 1435–1447. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381609990193?mobileUi=0&journalCode=jop>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

VOLKENS, Andrea *et al.* **Mapping Policy Preferences from Texts: Statistical Solutions for Manifesto Analysts**. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VOLKENS, Andrea *et al.* **The Manifesto Data Collection**. Manifesto Project (MRG / CMP / MARPOR). Version 2017ª. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB), 2017. Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/download/data/2017a/codebooks/codebook_MPDataset_MPDS2017a.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ZECHMEISTER, Elizabeth; CORRAL, Margarita. **The Varying Economic Meaning of “Left” and “Right” in Latin America**, Latin American Public Opinion Project (Vanderbilt University), “Insights” series, Nashville, n. 38, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0838en.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. 5ª Reimpressão. Contraponto: Rio de Janeiro, 2013.